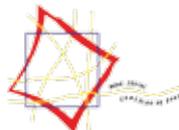


# DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE OVAR



OVAR  
CÂMARA MUNICIPAL





Sendo o Diagnóstico Social um instrumento de planeamento estruturante para o Desenvolvimento Social, o mesmo traduz o resultado das reais e efetivas necessidades do Município de Ovar, em estreita articulação com os agentes sociais do concelho, em particular, do nosso tecido institucional.

É na teia das potencialidades e das fragilidades que a sustentabilidade, o bem-estar e a dignidade da pessoa humana, devem nortear a missão social e económica do nosso território. Com base nestes desígnios sustentadores do Desenvolvimento Social emerge este diagnóstico que reflete o trabalho de todos e tendo por base o compromisso e a corresponsabilização de cada um dos seus intervenientes.

Sucede que dos espaços de debate e reflexão conjunta resultará a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social e Planos de Ação que preconizam o encontro entre as necessidades sociais e as respostas a criar ou a potenciar, tendo em vista a operacionalização de medidas que colmatem as fragilidades identificadas e potenciem os recursos endógenos e exógenos catalisadores da identidade do nosso território, capazes de fazer a diferença na construção do desenvolvimento territorial mais coeso, mais justo e assente no princípio basilar da igualdade de oportunidades.

A Vereadora do Desenvolvimento Social e Saúde

Ana Isabel Tavares Cunha



### Nota Introdutória

O Programa da Rede Social é uma medida que tem como finalidade última o combate de fenómenos de pobreza e exclusão social numa perspetiva de promoção do desenvolvimento social local, em estreita articulação com os agentes sociais do concelho, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro e regulamentada pelo Dec. Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.

Inserindo-se no âmbito das políticas sociais ativas que pretendem promover a constituição e consolidação de novas formas institucionais que associem entidades públicas e privadas, consubstanciada na criação de parcerias efetivas, constitui-se como um fórum de articulação e congregação de esforços que procura racionalizar e trazer maior eficácia à intervenção social dos agentes sociais locais e pressupõe os seguintes princípios:

- ✓ **Princípio da Integração** – procura promover a integração dos cidadãos, em especial dos grupos socialmente mais desfavorecidos, apelando à sua participação e promover uma ação concertada e coordenada de todas as entidades, otimizando esforços, saberes e recursos, no sentido de incrementar projetos de desenvolvimento local;
- ✓ **Princípio da Articulação** – pretende impulsionar uma cooperação entre atores sociais que extravase os limites de uma ação pontual ou de um projeto limitado no tempo. É sua intenção articular e integrar parcerias em torno de objetivos comuns e duradouros, conduzindo a um processo global de desenvolvimento ultrapassando a referida intervenção pontual, setorial e desconcertada e promovendo, ao nível local, uma parceria alargada onde os atores sociais reconheçam o seu papel de complementaridade;
- ✓ **Princípio da Subsidiaridade** – constitui-se como um espaço de reflexão local, onde os problemas sentidos e vividos pelas populações são identificados com maior precisão, o que facilita a criação de respostas mais precisas e adequadas à realidade em causa. Proporciona, igualmente, a responsabilização dos atores sociais locais, regionais e nacionais. Todos estão implicados e todos têm responsabilidades;
- ✓ **Princípio da Inovação** – é imprescindível adotar uma postura que defenda a multidisciplinaridade que permita fazer face à multidimensionalidade dos problemas, necessidades e causas a eles subjacentes, inovando ao nível dos processos de trabalho e das suas práticas, da eficiência e eficácia dos modelos a utilizar.

Neste sentido, cabe à Rede Social promover ações concertadas, coerentes e participadas de desenvolvimento social e de luta contra a pobreza e exclusão social, bem como a integração de políticas, medidas e ações dispersas e avulsas.

A prossecução dos princípios e objetivos da Rede Social, culmina nas seguintes etapas: Diagnóstico Social, Sistema de Informação, Plano de Desenvolvimento Social, Planos de Ação Anuais e respetivas Avaliações.

Imbuídos da ideia de que é “fundamental conhecer para melhor planear e agir” e atendendo à desatualização dos dados constantes do Diagnóstico Social do Concelho de Ovar de 2014, o CLAS de Ovar, através do seu Núcleo Executivo, encetou os procedimentos necessários à elaboração de um documento o mais atual e rigoroso possível.

A elaboração deste relatório permitirá delinear futuras estratégias de intervenção social local consubstanciadas na delimitação de um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) concertado e coerente com as potencialidades e fragilidades locais.

Privilegiando uma forma de planeamento e diagnóstico participado, este documento integra uma visão territorializada e localizada dos atores sociais locais, articulada com as estratégias de desenvolvimento nacionais, da Região Centro, da Região de Aveiro e com os programas operacionais do Portugal 2020.

Desta forma, pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado, multidimensional e científico das dinâmicas e fenómenos sociais concelhios, proporcionando, assim, uma maior racionalização da intervenção social no concelho de Ovar e, conseqüentemente, uma maior consonância entre as ações e as necessidades locais.

Os objetivos estratégicos do Diagnóstico Social são:

- ✓ Identificar os problemas e necessidades de intervenção prioritários no concelho de Ovar;
- ✓ Analisar as potencialidades, fragilidades, oportunidades e ameaças ao desenvolvimento social do concelho, por forma a permitir uma atuação social local mais adequada, eficiente e eficaz.



Neste contexto, este documento encontra-se dividido em sete Capítulos, correspondentes às áreas temáticas analisadas:

- ✓ Capítulo I – Território e Demografia (inclui o Diagnóstico das Freguesias)
- ✓ Capítulo II – Associativismo
- ✓ Capítulo III – Habitação
- ✓ Capítulo IV – Ação Social
- ✓ Capítulo V – Educação e Formação
- ✓ Capítulo VI – Justiça e Segurança
- ✓ Capítulo VII – Tecido Económico e Emprego
- ✓ Capítulo VIII – Saúde

No final de cada Capítulo é elaborada uma análise SWOT, onde são identificadas as potencialidades e fragilidades locais e as oportunidades e ameaças relativas à temática abordada, bem como as prioridades de intervenção.



### **Questões Metodológicas**

O presente Diagnóstico Social do Concelho de Ovar permite avaliar a situação atual do concelho, aprofundando recursos, problemas e necessidades existentes e a definição de prioridades de intervenção.

Pretende-se que a partir deste levantamento seja possível orientar a intervenção para as reais necessidades do Município, numa lógica de investigação-ação.

Por conseguinte, adotaram-se metodologias de trabalho que permitiram congregar a multidimensionalidade dos fenómenos e dinâmicas sociais, conjugando a complementaridade de métodos e técnicas de inquirição e de análise documental e estatística, bem como em informações obtidas junto de informadores privilegiados.

O processo de construção do presente documento envolveu 3 etapas, com implicações metodológicas e técnicas diferenciadas:

#### **1.ª Etapa: Recolha de Informação**

Esta etapa teve como objetivo aprofundar o conhecimento quer ao nível do concelho, quer ao nível das freguesias. A metodologia aplicada prendeu-se com a análise quantitativa e qualitativa, privilegiando-se as técnicas de recolha documental e envio de grelhas para recolha de informação, para preenchimento pelas próprias entidades.

As fontes de dados utilizadas foram: o INE, o Pordata, a ARS/DICAD, o IEF, o IDT, Instituições Locais, Serviços da Câmara Municipal, Juntas de Freguesias e Informadores Privilegiados, entre outras.

Foram recolhidos dados do INE (Recenseamentos e Anuários Estatísticos), dados de instituições locais, nomeadamente, das escolas, instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, estruturas da saúde e Juntas de Freguesia/Comissões Sociais de Freguesia.

#### **2.ª Etapa: Tratamento de Dados**

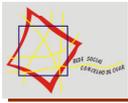
Depois de recolhidos os dados foi necessário sistematizá-los e analisá-los de forma a determinar as conclusões que permitem caracterizar a realidade do concelho, assim como a identificação dos problemas, necessidades, recursos e potencialidades, por área de atuação, finalizando com as prioridades de intervenção.

Todo este processo de sistematização e análise da informação nas diferentes áreas temáticas foi acompanhado de inúmeras dificuldades devido sobretudo à dispersão da informação disponível, à sua desarticulação, com critérios de registo distintos, e desatualização, bem como ao atraso na entrega de dados por parte de algumas instituições concelhias, sobretudo por dificuldade na compilação dos dados pretendidos.

#### **3.ª Etapa: Participação das instituições**

Após a sistematização dos dados e por forma a tornar o Diagnóstico o mais participado possível, envolvendo todos os atores sociais locais, de forma a permitir um planeamento integrado e eficaz no âmbito da promoção do desenvolvimento e combate à pobreza e exclusão social, o documento foi apreciado pelo Núcleo Executivo do CLAS e, posteriormente, foi remetido às instituições que integram o CLAS para apreciação, correção e/ou sugestão de alterações.

De salientar que neste documento é apresentada a sistematização, organização e análise da informação recolhida, tendo em conta que se trata de um processo inacabado e por isso, aberto e sujeito a reajustamentos, atendendo às dinâmicas sociais, em constante mudança.



**CAPÍTULO I – TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA**



### I – Território e Demografia

#### 1. Um pouco da sua história

Apesar de não existirem vestígios conhecidos do passado longínquo de Ovar, pensa-se que terá sido habitado desde a Pré-História, uma vez que apresentava condições favoráveis ao estabelecimento das primitivas comunidades humanas, nomeadamente uma linha de costa muito diferente da atual, duas zonas lagunares propícias à caça e à pesca, solos leves e fáceis de trabalhar.

Só existem notícias das populações de Ovar, a partir do séc. XI. Tanto quanto se sabe, o aglomerado de Ovar surgiu da fusão de uma série de aldeias próximas, sendo as mais importantes Ovar e Cabanões.

Terra de lavradores, pescadores, comerciantes de sal e artesãos, Ovar foi crescendo e ganhando importância, tendo recebido foral concedido por D. Manuel I, em 10 de Fevereiro de 1514. No entanto, o grande impulso ao crescimento demográfico da zona verificou-se a partir do século XVIII, em grande parte devido à introdução de novas técnicas de pesca (a Arte Xávega) e de salga e conservação do pescado.

As dificuldades sentidas pelos habitantes de Ovar, na sua luta diária, levaram muitos vareiros a emigrar. Alguns espalharam-se pelos vários portos da costa portuguesa (até ao Algarve), outros percorreram os difíceis e tortuosos caminhos das Beiras e de Trás-os-Montes. Os mais aventureiros atravessaram o Atlântico e tentaram a sorte nas Terras de Vera Cruz.

No século XX, com a industrialização que acelerara sobretudo a partir das décadas de 50 e 60, Ovar transforma-se num concelho totalmente diferente, onde mais de metade da população ativa se emprega no setor secundário, subvertendo profundamente o secular quadro rural e piscatório.

Atualmente, Ovar é um concelho industrial com um leque muito variado de atividades que vão do têxtil e vestuário à metalúrgica e produtos metálicos, da tanoraria à produção de rações e cordoaria, do material elétrico à montagem de automóveis ou ao fabrico de componentes.

Apesar do desenvolvimento industrial e da conseqüente urbanização, Ovar apresenta, ainda, vastas áreas propícias ao mais diversificado tipo de atividades turísticas: quilómetros de praias enquadradas por pinhal e a beleza ímpar da Ria de Aveiro e da Barrinha de Esmoriz.

Atualmente, em Ovar, procura-se obter um desenvolvimento equilibrado, com um conseqüente crescimento do setor do comércio e dos serviços que assegure um crescente bem-estar à população. Esse desenvolvimento equilibrado, conjugado com as preocupações de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento urbanístico, será, certamente, um dos fatores que vai tornar Ovar um concelho cada vez mais atrativo e virado para o futuro.

#### 2. Enquadramento geográfico e administrativo

Figura 1 – Enquadramento geográfico do concelho de Ovar





Ovar situa-se na Região Centro do País (NUT II), integrando também a Região de Aveiro (NUT III). Esta região, com uma área de cerca de 1.802 km<sup>2</sup> (8% da Região Centro), é limitado a norte pelas sub-regiões do Grande Porto e a sul pelo Baixo Mondego. A Oeste é limitado pelo Oceano Atlântico. Segundo o INE, em 2017 tinha uma população de 363.095 indivíduos, cerca de 16% do total da Região Centro. Inclui, desde Abril de 2008, 11 concelhos: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

É ainda parte integrante do distrito de Aveiro, o qual tem 2.799,5 km<sup>2</sup>, sendo composto pelos Concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra.

O Concelho de Ovar tem no máximo, aproximadamente, o comprimento de 20Km e a largura de 15 Km e possui uma extensão de 147,5 km<sup>2</sup>, repartida por 5 freguesias, com uma estimativa de população residente, em 2017, de 54.318 habitantes, distribuída por 28.268 alojamentos e com uma densidade populacional de 368.3 hab./ km<sup>2</sup>. A poente é limitado pelo Oceano Atlântico, a nascente pelos concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, a norte pelo município de Espinho e a sul pelos concelhos de Estarreja e Murtosa e pela Ria de Aveiro.

Localiza-se a norte da sede do distrito (Aveiro), a uma distância de cerca de 40 Km. Dista 40 Km do Porto, 88 Km de Coimbra e 282 Km de Lisboa.

Ovar faz, ainda, parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, a qual corresponde ao território do Baixo Vouga, sofrendo uma forte influência das principais dinâmicas socioeconómicas desta região. Por tal, integra as Águas da Região de Aveiro, SA (AdRA), sociedade anónima integrada no sector empresarial do Estado. Esta entidade gere e explora em regime de parceria pública os serviços de água e saneamento relativos ao Sistema de Águas da Região de Aveiro (SARA). Este é um sistema territorialmente integrado, criado pela agregação dos sistemas intermunicipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas dos municípios envolvidos na parceria e nas infraestruturas e equipamentos a construir.

Por outro lado, Ovar “tem também um forte relacionamento com as principais dinâmicas da Área Metropolitana do Porto, especialmente dentro da sua “coroa de povoamento disperso, de alta densidade e forte industrialização”, limitada por Viana do Castelo a norte, Braga-Amarante a leste e Aveiro a Sul”.

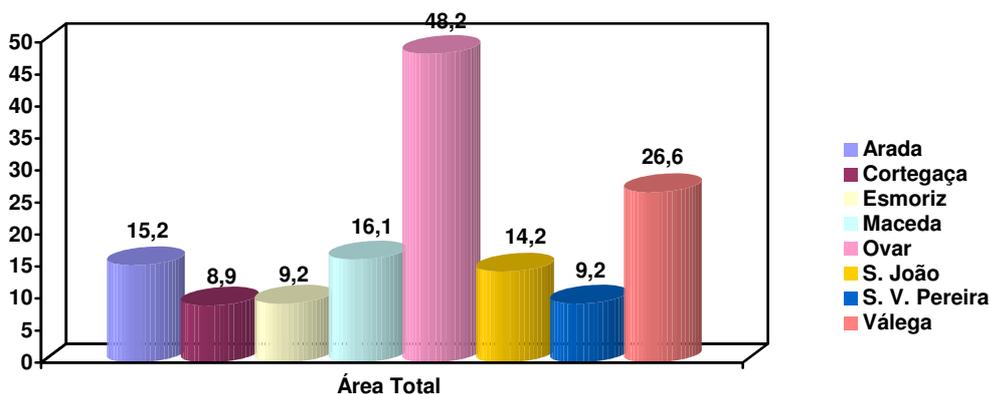
Quadro 1 – Território					
Indicadores	País	Região Centro	Distrito de Aveiro	Baixo Vouga	Concelho de Ovar
Área Total Km <sup>2</sup>	92 151,8	23 675	2 799,5	1 802,1	147,69
Freguesias N.º - 2013	3 091	808	147	74	5
Densidade Populacional - 2011	114.5	82.5	-	216.7	375.1
Densidade Populacional - 2017	111.7	79.4	-	214.7	368.3

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

A União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã é a que detém a maior área do Concelho, com cerca de 87 Km<sup>2</sup> (48,2 km<sup>2</sup> de Ovar, 14,2 Km<sup>2</sup> de S. João, 15.2 Km<sup>2</sup> de Arada e 9.2 Km<sup>2</sup> de S. Vicente de Pereira), seguida de Válega, com 26,6 km<sup>2</sup>. As freguesias mais pequenas, em termos de área, são Cortegaça, com 8,9 km<sup>2</sup> e Esmoriz com 9,2 km<sup>2</sup>.



**Gráfico 1 – Área das Freguesias**

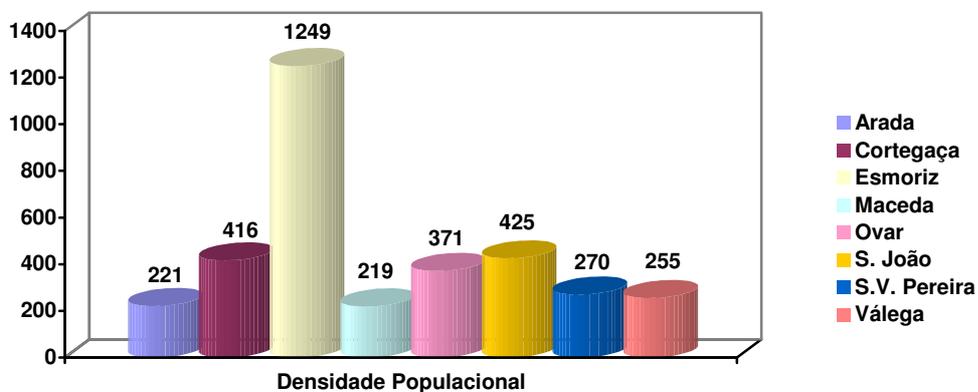


Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

No que se refere à densidade populacional – intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território - Esmoriz é a freguesia com o maior número de habitantes por km<sup>2</sup>, totalizando 1.249 hab./km<sup>2</sup>, sendo Maceda a que regista o menor número (219 hab./km<sup>2</sup>).

Constata-se, assim, uma maior ocupação humana dos territórios do litoral.

**Gráfico 2 – Densidade Populacional**



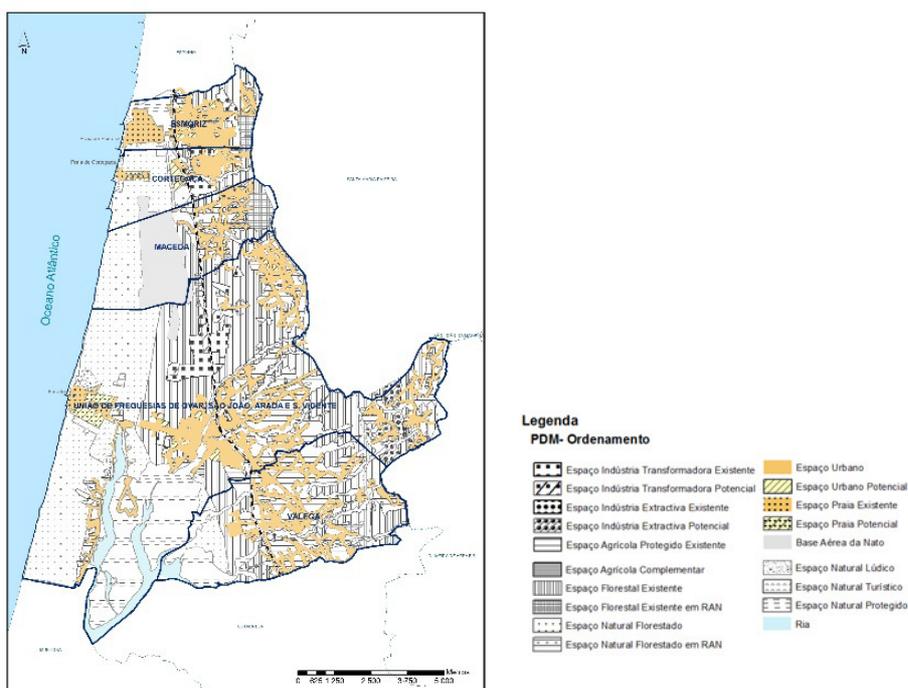
Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



### 3. Ordenamento do Território

No que respeita ao planeamento e ordenamento do território, no concelho de Ovar encontram-se disponíveis para a implementação de equipamentos coletivos cerca de 87Km<sup>2</sup>, o que significa que em apenas 60Km<sup>2</sup> (cerca de 40%) do território é permitida a edificação/ocupação, o que tem contribuído para a elevada pressão urbanística e humana em determinadas áreas do Município.

**Figura 2 – Carta de Ordenamento do Município de Ovar**

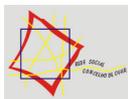


Com base no PDM do Município de Ovar, em vigor, constata-se que cerca de 50% do território se encontra ocupado com Áreas Florestais, 25% com Áreas Agrícolas, 15% com Áreas Artificiais (englobam o espaço urbano), e 10% com meios aquáticos e as Superfícies com Água.

No campo do vasto património florestal, podemos encontrar essencialmente o pinheiro bravo, sobretudo no designado perímetro florestal das Dunas de Ovar, que se estende desde Ovar até Esmoriz, com estatuto de área protegida.

Em termos de características urbanas, é possível definir o Município de Ovar como sendo essencialmente urbano, dado que mais de metade do território é considerado como predominantemente urbano e o restante como mediamente urbano, segundo a Tipologia de Áreas Urbanas do INE.

Segundo a CCDR Centro, em termos de Rede Natura 2000, 0,8% do território está classificado como sítio da Rede Natura 2000 e 20.8% como Zona de Proteção Especial da Rede Natura 2000, face a 2.7% e 16.8% na Região de Aveiro, respetivamente.



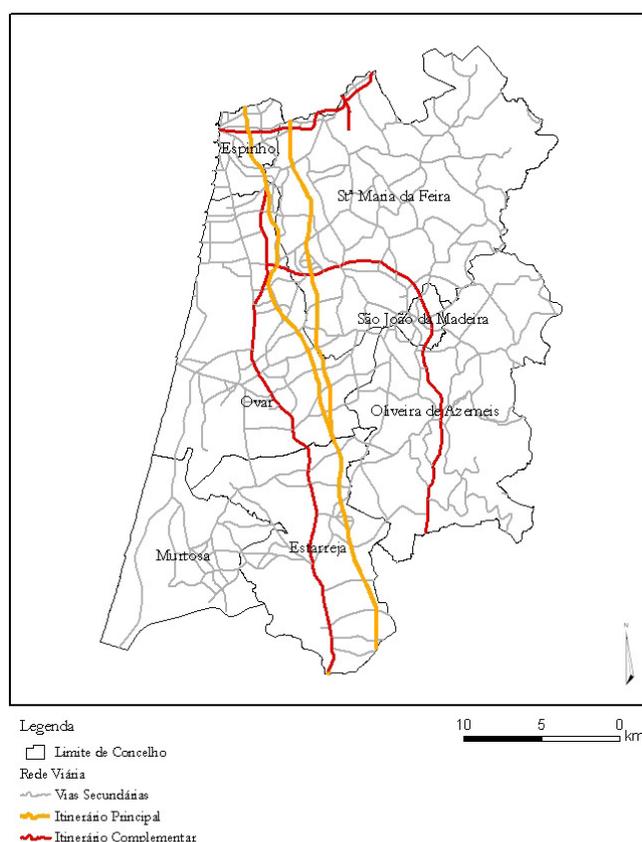
### 4. Transportes e Comunicações

O sistema de acessibilidades e transportes desempenha um papel determinante na organização de um território, gerando-se em torno destes sistemas dinâmicas de aglomeração prementes para o desenvolvimento sócio-económico local.

Localizando-se na região Centro/Norte do Litoral Português, o concelho de Ovar encontra-se numa posição geoestratégica privilegiada, entre duas das principais áreas urbanas do País, designadamente a Área Metropolitana do Porto a Norte e Aveiro a Sul. As acessibilidades ao Município assumem-se como um dos principais fatores potenciadores de desenvolvimento, verificando-se que para o crescimento dos diferentes aglomerados concelhios são determinantes os diferentes eixos viários que atravessam o território municipal.

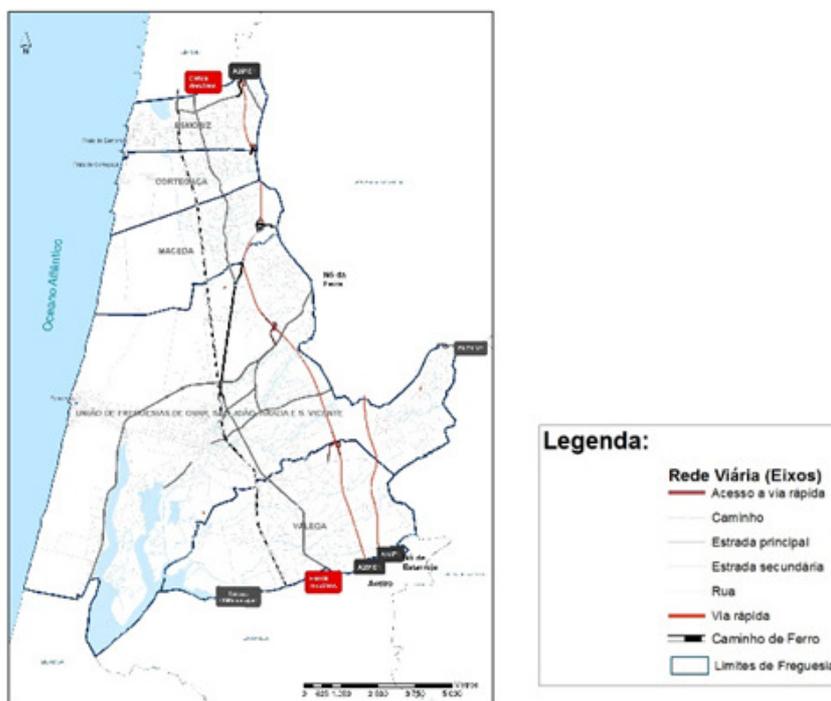
Ao nível da Rede Rodoviária Nacional, o concelho é atravessado por eixos com relevância nacional (A1 e A29), regional (EN 109, EN 327 e EN 223) e municipal (EM 526, EM 527 e EM 530). A A1 e A29 são eixos de importância estratégica no desenvolvimento nacional e regional, sendo a primeira o principal eixo viário do País, ligando as maiores Áreas Metropolitanas do País, Lisboa e Porto. Apesar dos benefícios destas vias, elas representam também, para o Município, alguns constrangimentos, sobretudo ao nível das mobilidades locais.

Figura 3- Rede de acessibilidades intermunicipal



Relativamente à rede viária secundária, destaca-se a EN 109 que atravessa o Município no sentido Norte/Sul, efetuando a ligação às freguesias de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Ovar, S. João e Válega. Por seu lado, a EN 223 tem também uma importância capital para o concelho, por ser o principal eixo de ligação aos municípios de Santa Maria da Feira e S. João da Madeira. Já a EN 327, que liga Ovar a S. Jacinto (concelho de Aveiro), é a única ligação existente, por meio terrestre, para se chegar a S. Jacinto.

**Figura 4 - Rede de acessibilidades municipal**



O Concelho de Ovar não dispõe de uma Rede de Transportes Urbanos, apenas dispõe de Carreiras de Transportes Públicos, garantidas por empresas de transportes coletivos a operar no Concelho (Transdev, Auto Viação do Souto - Inácio, Auto Viação Feirense e União de Transportes dos Carvalhos) que efetuam a ligação entre muitos dos lugares do Município e a própria sede do concelho e destes com os concelhos localizados a nascente de Ovar, apesar de não serem suficientes, quer em termos de horários, quer em termos de lugares servidos.

Para além de existirem lugares nas freguesias que não são abrangidos por Transportes Públicos, há ainda a referir que também os serviços públicos estão necessitados deles, como é o caso, entre outros, do Centro de Saúde de Ovar, Unidades de Saúde Familiar, Agrupamentos de Escolas, Loja do Cidadão, Parque Ambiental do Buçaquinho, Hospital Dr. Francisco Zagalo e Centro Distrital de Aveiro do ISS, IP – Serviço Local de Ovar.

Para obviar um pouco esta dificuldade de mobilidade existe pelo menos uma Praça de Táxis em cada freguesia ou taxistas com lugar marcado.

<b>Quadro 2 - Equipamentos de Transportes, por freguesia</b>				
<b>Freguesias</b>		<b>Carreira Transp. Públicos S/N</b>	<b>Rede de Transp. Urbanos S/N</b>	<b>Praça de Táxis S/N</b>
Cortegaça		S	N	S
Esmoriz		S	N	S
Maceda		S	N	S
União das Freguesias de	Ovar	S	N	S
	S. João	S	N	S
	Arada	S	N	S
	S. V. Pereira	S	N	S
Válega		S	N	S

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Comissões Sociais de Freguesia

Todas as freguesias do Concelho encontram-se a menos de 5Km de um acesso a um itinerário principal, no caso a A29.



No que concerne a estação ou apeadeiro, os territórios de Arada e S. Vicente de Pereira são os únicos que não são servidos por estas infraestruturas. Neste campo, ressalta a Linha do Norte como principal eixo ferroviário que atravessa o concelho na direção Norte/Sul.

Se por um lado, é fator de desenvolvimento, por outro, é também fator de constrangimento por representar uma barreira física ao nível das mobilidades internas das próprias freguesias, uma vez que separa o setor Nascente e Poente das freguesias que atravessa. Tal constrangimento tem vindo a ser atenuado, através do protocolo celebrado entre o Município e a REFER com vista a dotar a Linha do Norte, no espaço do concelho, de melhores condições de segurança e reformular as acessibilidades dos atravessamentos ferroviários, nomeadamente com a construção de passagens rodoviárias desniveladas, embora em alguns locais tenham aumentado os constrangimentos, como é o caso da Turquia, Matosinhos de Baixo, Vinha e Quintãs, todos em Esmoriz.

**Quadro 3 - Infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, por freguesia**

Freguesias		Itiner. Principal < 5 KM S/N	Estação/ Apeadeiro S/N	Estaç/Apead. < 2Km S/N
Cortegaça		S	S	S
Esmoriz		S	S	S
Maceda		S	S	S
União das Freguesias de	Ovar	S	S	S
	S. João	S	S	S
	Arada	S	N	N
	S. V. de Pereira	S	N	N
Válega		S	S	S

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Comissões Sociais de Freguesia

Na última década é evidente o aumento do uso do automóvel nas deslocações pendulares, tendo passado, no concelho de Ovar, de 50.9, em 2001, para 64.2, em 2011, bem acima da média nacional, mas abaixo da média regional.

**Quadro 4 - Mobilidade e Transportes, em 2001 e 2011**

Área Geográfica	Proporção da população residente que sai da unidade territorial (movimentos pendulares)		Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante		Proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001
País	0.8	0.6	20.0	22.4	61.6	49.1
Região Centro	4.3	4.1	17.1	17.2	69.4	56.3
Baixo Vouga	8.0	7.2	16.3	16.2	70.0	56.4
Concelho de Ovar	18.8	16.6	17.9	18.4	64.2	50.9

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



### 5. Breve caracterização das freguesias

Por força da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o Município de Ovar passou a ser constituído por 5 freguesias: Cortegaça, Esmoriz, Maceda, União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã e Válega.

De seguida é apresentada uma breve caracterização de cada uma das freguesias. No entanto, relativamente à União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã, será exposta a caracterização de cada uma das freguesias que a compõem, para evidenciar as especificidades de cada uma.

#### 5.1. Cortegaça



Indicadores		Total
Área geográfica		8,9 km <sup>2</sup>
População Residente	Homens	1 841
	Mulheres	1 996
Famílias Clássicas		1 336

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

A Norte do Concelho localizam-se as freguesias de Cortegaça, Esmoriz e Maceda. A freguesia de Cortegaça faz fronteira a norte com a freguesia de Esmoriz, a sul com a freguesia de Maceda, a nascente com o Concelho de Santa Maria da Feira e a poente com o Oceano Atlântico.

As origens da povoação remontam ao contexto da Reconquista cristã da Península Ibérica, nos séculos IX e X, associada ao repovoamento das Terras de Santa Maria. O mais antigo documento onde é citada uma “villa de cortegaza” é uma doação de bens à Igreja de São João Baptista, junto de Souto Redondo, no território Portucalense. Esta doação terá ocorrido no ano de 973 e não 773 como indicado no documento, pois julga-se que terá sido um erro do copista do “Livro Preto, na transcrição do original.

Relativamente ao padroeiro de Cortegaça, o Censual da Sé do Porto (que se acredita seja datado de 1174-1185) refere a “*Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaça*”, ou seja, a Igreja de Santa Marinha de Cortegaça.

O nome de Cortegaça surge em muitos documentos redigidos ao longo dos séculos, destacando-se os seguintes: uma doação de D. Constança Sanches, filha de D. Sancho I e de D. Maria Pais Ribeira, dita “A Ribeirinha”, datada de 1263; as inquirições de 1288; uma Carta Régia de Afonso IV de Portugal, datada de 1326 e dirigida a Estêvão Peres, então abade de Cortegaça; e o Foral Novo, do século XVI, quando D. Manuel I encarregou Fernão de Pina (filho de Rui Pina) de reformar os forais do reino.

Em finais do século XIX e inícios do século XX, a principal fonte de rendimento da população foi a chamada “Arte Xávega” (pesca de arrasto), registando-se, a partir de então, um aumento na densidade populacional. Com base nos Censos 2011 possuía um total de 3.837 habitantes (1.841 homens e 1.996 mulheres) e 1.336 famílias.

Atualmente, a indústria é a principal atividade da sua população, sobretudo a indústria de móveis, cordoaria e alcatifas.

Em termos de turismo, a praia de Cortegaça tem-se tornado um destino de eleição para os praticantes de surf e bodyboard, dadas as infraestruturas disponíveis e as condições favoráveis à prática destas e outras atividades náuticas.



**a) Instituições de caráter social**

**Quadro 5 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências**

Nome da Instituição	Estatuto Jurídico	Valências/ Respostas
Centro Social Cortegacense, Olívia e Florindo Cantinho	IPSS	Creche, Pré-Escolar, Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Atividades de Tempos Livres
Conferência de S. Vicente de Paulo de Santa Marinha	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc.
Crecor	Entidade privada sem fins lucrativos	Ateliê de Expressões de Cortegaça; Centro de Estudos; Banco Alimentar; Consulta de Psicologia; Atividades culturais, recreativas e desportivas

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**b) Associações, Coletividades e Grupos**

**Quadro 6 - Associações, Coletividades e Grupos**

Tipo	Designação
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	Associação de Surf de Cortegaça
	Clube Recreativo e Beneficente de Cortegaça
	Crecor – Solidariedade, Cultura, Recreio e Desporto de Cortegaça
	Futebol Clube de Cortegaça
	Grupo de Atletismo “Os Falta de Ar”
	Grupo de Danças e Cantares de Cortegaça
Sociedade Columbófila de Cortegaça	
Associações Moradores	Associação de Moradores do Bairro do SAAL
Associações de Pais	Associação de Pais dos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo de Cortegaça
Assoc. de Reformados	Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Cortegaça
Associações Sócio-Profissionais	Associação Mutualista dos Vendedores de Cortegaça
	Sindicato dos Cordoeiros, Tapeteiros e Correlativos de Cortegaça
Grupo de Escuteiros	Agrupamento de Escuteiros 313 – Corpo Nacional de Escutas de Cortegaça

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

**Quadro 7 - Equipamentos Desportivos**

Tipo de Equipamento	Área de Jogo	Tipo de Piso	Iluminação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Campo de Futebol de Cortegaça	6 732m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Junta Freguesia
Campo de Futebol de Praia do Clube de Campismo “Os Nortenhos”	800m <sup>2</sup>	Areia	Não	Razoável	Clube Campismo “Os Nortenhos”
Pavilhão do Buçaquinho	800m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	Junta Freguesia
Pavilhão com Salas	800m <sup>2</sup>	Madeira	Sim	Bom	Paróquia
Polidesportivo do Clube de Campismo “Os Nortenhos”	800m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube Campismo “Os Nortenhos”
Polidesportivo da EB de Gavinho	820m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB Gavinho
Polidesportivo Descoberto	800m <sup>2</sup>	Sintético	Não	Bom	Junta Freguesia
Polidesportivo Descoberto	800m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Paróquia
Circuito de Manutenção do Buçaquinho	-	Solo natural	Não	Bom	Junta Freguesia
Campo de ténis	-	Betuminoso	Não	Bom	Crecor
Sala de Desporto	125m <sup>2</sup>	Sintético	sim	Bom	Crecor

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça



<b>Quadro 8 - Equipamentos Culturais</b>		
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Salão Nobre da Junta de Freguesia	Bom	Junta Freguesia
Salão Paroquial com auditório e salas	Bom	Paróquia
Auditório	Mau	Sindicato
Salas para atividades culturais	Bom	Crecor
Equipamento de Som	Bom	Crecor
Equipamento de Luz	Bom	Crecor
Jornal “O Povo de Cortegaça”	Bom	Crecor

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**d) Recursos Educativos/ Formativos**

<b>Quadro 9 - Recursos Educativos/ Formativos</b>		
<b>Tipo</b>		<b>Designação</b>
Ensino Básico Público	Pré-escolar e 1.º Ciclo	Escola Básica de Gavinho
		Jl de Gavinho
Ensino Profissional		Eprofcor – Escola Profissional de Cortegaça
Ensino Específico	Escola de arte (Música, dança, teatro, pintura...)	Escola de Música da Crecor
		Danças de Salão da Crecor
		Grupo de Teatro Amador da Crecor

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**e) Património**

<b>Quadro 10 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Arquitetónico	Monumento ao Cordoeiro – Rotunda IC1	Bom	Junta Freguesia
	Monumento Cordoeiro – Largo 25 Setembro	Bom	Junta Freguesia
	Casa do Silvério Rola	Mau	Privados
Etnográfico e Antropológico	Moinhos inativos	Mau	Privados
	3 Espigueiros	Razoável	Privados
	Telheiro da Fábrica de Cordoaria e Espólio Industrial de Cordoaria	Mau	Privados
	2 Palheiros na Praia de Cortegaça – classificados pelo IPPAR	Bom	Privados
	1 Palheiro na Praia de Cortegaça – classificado pelo IPPAR	Razoável	Privados
	1 Palheiro na Praia de Cortegaça – classificado pelo IPPAR	Mau	Privados
Religioso	Igreja Matriz de Santa Marinha de Cortegaça (1910)	Bom	Igreja
	Capela de Nossa Senhora da Nazaré (1934)	Razoável	Igreja
	Capela de S. José (1753)	Mau	Junta Freguesia
	Cemitério Velho (1854) – classificado pelo IPPAR	Razoável	Junta Freguesia

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**f) Alojamentos Turísticos**

<b>Quadro 11 - Alojamentos Turísticos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Parque de campismo e/ ou caravanismo	Parque de Campismo com capacidade para 780 equipamentos entre tendas e rouletes	Bar, restaurante, sanitários, balneários, centro de convívio e polidesportivo descoberto

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça



**g) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

Tipo	Designação	Infraestruturas
Recursos hídricos	Ribeiro do Buçaquinho	-
	Ribeiro da Igreja	-
	Praia de Cortegaça	Bares, restaurantes e sanitários com duche
Recursos florestais	Zona florestal	-

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**h) Outros Equipamentos**

Tipo	Designação	Quantidade
Serviços	Agências bancárias	3
	Caixas Multibanco	4
	Agências de seguros	4
	Agências imobiliárias	1
	Agências de viagens	0
	Postos de turismo	1
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	4
	Gabinetes de Projetos de Construção Civil	1
Comércio	Clínicas Veterinárias	1
	Mercado local (retalhista)	0
	Feira semanal	0
	Centro Comercial	0
	Comércio grossista	2
	Supermercado	0
	Minimercado, mercearias	8
Comunicações	Lota	0
	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	5
Saúde	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	5
	Unidade de Saúde Familiar Laços – Polo de Cortegaça	1
	Farmácias	1
	Posto de colheita	1
	Consultório de Clínica Geral	1
Consultório de Estomatologia	1	

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**i) Principais Problemas e Necessidades**

Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
Habitação	Degradação do espaço habitacional	Construção de habitação ou apoio no aluguer; Recuperação de edifícios
Educação	Baixa qualificação escolar; Localização da Eprofcor; Insucesso escolar	Instalações próprias para Eprofcor; Transporte escolar
Saúde	Demora na marcação de consultas	Redução do tempo de espera para as consultas; Necessidade de uma Unidade de Saúde Familiar
Dependências	Elevado n.º de consumidores de álcool e outras substâncias; Falta de ocupação de tempos livres	Consulta de alcoologia; Programas de prevenção primária; Grupos de Autoajuda; Criação de espaços para ocupação dos jovens
Violência	Violência doméstica; Crescente n.º de furtos	Estrutura de apoio à vítima de violência doméstica; Maior vigilância policial
Emprego/Desemprego	Elevada taxa de desemprego; Baixa qualificação escolar e profissional; Emprego precário; Desemprego ao nível dos quadros superiores	Cursos de formação profissional; Apoio a programas de empreendedorismo (autoemprego)
Pobreza	Elevado n.º de beneficiários de RSI; Pouca motivação para mudança de estilos de vida / dependência dos subsídios	Intervenção social intersectorial integrada (maior acompanhamento e articulação dos serviços); Intervenção na zona da Praia



Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
Deficiência	Barreiras arquitetónicas	Eliminação de barreiras arquitetónicas; Projetos de apoio à deficiência (pessoa, família e informação à comunidade)
Infância e Juventude	Insuficientes infraestruturas e equipamentos; Falta de apoio familiar; Inexistência de centros de acolhimento temporário	Oferta diversificada de Ocupação de Tempos Livres; Aconselhamento parental
Terceira Idade	Falta de disponibilidade das famílias para cuidar dos seus idosos; Listas de espera para lares de idosos; Falta de serviços de apoio para acamados	Criar respostas sociais não convencionais (Ex: centros de convívio dinamizados pelos próprios idosos); Aumentar o n.º de vagas nos lares; Facilitar o acesso dos idosos mais carenciados a estes serviços; Projetos de ocupação dos tempos livres dos idosos
Acessibilidades/ Transportes	Inexistente Rede de Transportes Rodoviários Públicos; Falta de estacionamento; vias em mau estado	Criação de Rede de Transportes Municipal; caminhos para peões em toda a freguesia; Recuperação das vias
Ambiente	Poluição das linhas de água	Limpeza dos rios

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**j) Prioridades de Intervenção**

Área Temática	Prioridade de Intervenção		
	Elevada	Média	Baixa
Habituação	X		
Educação	X		
Saúde		X	
Dependências	X		
Violência			X
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza		X	
Deficiência			X
Infância e Juventude		X	
Terceira Idade			X
Acessibilidades/ Transportes	X		
Ambiente	X		

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça

**k) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças**

Fatores endógenos/ internos	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>📌 População jovem;</li> <li>📌 Zona de praia e floresta;</li> <li>📌 Existência de várias empresas;</li> <li>📌 Aproveitamento turístico dos palheiros existentes;</li> <li>📌 Possibilidade de criação do Museu da Cordoaria (grande espólio guardado);</li> <li>📌 Proximidade a centros urbanos (Aveiro/ Porto);</li> <li>📌 Acessibilidades (A29 e A1).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>📌 Zona industrial sem infraestruturas e acessibilidades;</li> <li>📌 Erosão da zona costeira;</li> <li>📌 Rede viária em mau estado;</li> <li>📌 Falta de serviços de hotelaria;</li> <li>📌 Falta de espaço para a criação do Museu da Cordoaria.</li> </ul>
Fatores exógenos/ externos	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>📌 Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários;</li> <li>📌 Proximidade e acessibilidade a grandes centros urbanos;</li> <li>📌 Turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>📌 Falta de investimentos;</li> <li>📌 Desenvolvimento das áreas urbanas circundantes em detrimento de Cortegaça</li> <li>📌 Forte taxa de desemprego nacional e local.</li> </ul>

Fonte: Junta de Freguesia de Cortegaça



## 5.2. Esmoriz



Indicadores		Total
Área geográfica		9,5 km <sup>2</sup>
	Homens	5 544
	Mulheres	5 904
Famílias Clássicas		4 143

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

A freguesia de Esmoriz faz fronteira a norte com a freguesia de Paramos, concelho de Espinho, a sul com a freguesia de Cortegaça, a nascente com o Concelho de Santa Maria da Feira e a poente com o Oceano Atlântico.

A existência de Esmoriz remonta à época dos romanos e nessa altura apresentava-se como uma região muito atrativa e requisitada, devido ao clima temperado e aos férteis solos que permitiam a criação de algumas riquezas. Nessa longínqua época, o povoado designava-se por Hermeriz ou Ermeriz.

Sob o reinado de D. Dinis, a freguesia e a chamada Barrinha de Esmoriz encontram-se referidas nas Inquirições de 1288: "...e disseram, pelo juramento que fizeram, que, em um lugar que é dele da freguesia de Esmoriz e dele da freguesia de Cortegaça, contra o mar, há uma lagoa que era devesso e a que vinham os homens d'el-rei e os outros da terra colher o carocil...". Esmoriz também se encontra referida no Foral Novo da Feira (1514).

Ao longo dos séculos, a titularidade da sua posse variou: foi pertença dos condes da Feira e posteriormente da Casa do Infantado. Mudou entretanto para a comarca de Ovar, mas só em 1879 foi oficialmente integrada no concelho vareiro, para que em 1926 transitasse para o de Espinho. Dois anos mais tarde retornou a Ovar e assim se mantém até aos dias de hoje.

A evolução que sofreu ao longo das épocas foi suficiente para, em 29 de Março de 1955, Esmoriz ascender à categoria de vila e a 2 de Julho de 1993, já com um tecido empresarial bem composto e afirmado no País, conquistar o estatuto de cidade.

A fertilidade das terras de Esmoriz e os seus recursos foram razões fortes para a fixação da população nesta zona. As principais atividades centravam-se na Arte Xávega, na Tanoaria e na Cordoaria. No entanto, o setor primário registou uma queda significativa no modo de vida da população, salientando-se apenas a agricultura de subsistência. Já o setor secundário evoluiu significativamente. O tecido empresarial é dominado pela área dos móveis, tanoaria, cordoaria, espumas, cortiça e derivados, alcatifas, confeções, transportes, construção civil, mecânica e atividades relacionadas com a pesca.

De acordo com os Censos 2011, possuía um total de 11.448 habitantes (5.544 homens e 5.904 mulheres e 4.143 famílias).

### a) Instituições de caráter social

Quadro 14 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências

Nome da Instituição	Estatuto Jurídico	Valências/ Respostas
AFPA - Associação Fraternal de Prevenção e Ajuda	IPSS	Oficina Movimento, Arte Bem-Estar; Hidroterapia individual para crianças com disfunções motoras e para doentes com sequelas de AVC; Acompanhamento dos utentes e famílias; Apoio ao Cuidador
Associação Amigos da USF da Barrinha		Serviço de voluntariado tendo em vista o apoio humanotário ao utente carenciado; promoção e apoio a iniciativas de caráter cultural e social que visem a criação de melhores condições de acesso ao direito à saúde dos doentes e utentes da USF da Barrinha; promoção e apoio de iniciativas existentes ou a criar para doentes crónicos e convalescentes, entre outras

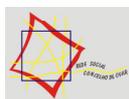


<b>Quadro 14 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências</b>		
<b>Nome da Instituição</b>	<b>Estatuto Jurídico</b>	<b>Valências/ Respostas</b>
Centro Comunitário de Esmoriz	IPSS	Centro de Convívio Intergeracional “O Farol”; Centro Comunitário com Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial; Formação Profissional; Projeo “Abispa-te”; Projeto “Dá a Volta”; Projeto “Integra Ovar”; Loja Solidária/Banco de Recursos; Banco Alimentar; Rede de Voluntariado; Grupos de Alfabetização; Ateliês Ocupacionais para Adultos; Ateliês Ocupacionais para ciranças e jovens; Educação sociofamiliar; Treino de competências pessoais, sociais e parentais; Oficina de emprego e animação sociocultural; CAFP; Rede Local de Intervenção Social (RLIS); Programa de Educação Sexual “À Descoberta com o Zé e a Maria”; Programa “Cândido – o Aumentador de Asas” - Programa de Educação para a Cidadania e Voluntariado no pré-escolar e Programa “EMOJI – O Detetive de Emoções” – Programa Educativo para o Desenvolvimento Emocional direcionado ao pré-escolar
Centro de Assistência Social de Esmoriz	IPSS	Creche; Pré-Escolar; CATL; Centro Dia; Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social
Conferência Vicentina de Santa Maria de Esmoriz	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc; Banco de Produtos de Apoio
Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Junta de Freguesia de Esmoriz	Gabinete de Apoio à Empregabilidade
Gabinete Psicossocial de Esmoriz	Junta de Freguesia de Esmoriz	Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial
GPS – Grupo para a Sociedade	Não tem	Grupo de jovens com ligações à Igreja que promovem eventos de âmbito social, para toda a comunidade
Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista	Associação Mutualista	Formação Profissional; Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial; Apoios eventuais; Rede Privada de Saúde (Clínica Santa Maria e Farmácia Mutualidade); Gabinete de Estudos, Eventos e Projetos
Universidade Sénior de Esmoriz	Junta de Freguesia de Esmoriz	Programa de educação de adultos, com respostas socioeducativas que visam criar e dinamizar regularmente atividades nas áreas sociais, culturais, do conhecimento, do saber e convívio, para pessoas a partir dos 50 anos de idade

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**b) Associações, Coletividades e Grupos**

<b>Quadro 15 - Associações, Coletividades e Grupos</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	Art Beat Dance
	Associação Administrativa das Festas S. Joanas da Cidade de Esmoriz
	Associação de Cooperação Portugal e Moçambique
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz
	Centro Popular Trabalhadores de Esmoriz
	Clube Ornitológico de Esmoriz
	Comissão de Festas em Honra do Senhor dos Aflitos e Senhora da Boa Viagem
	Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora dos Febres
	Comissão de Melhoramentos de Esmoriz
	Esmogym
	Esmoriz Ginásio Clube
	Grupo Coral de Esmoriz
	Grupo D’ Arte e Cultura “Os Arautos”
	Grupo de Bandolins de Esmoriz
	Grupo de Danças e Cantares de Santa Maria de Esmoriz
	Grupo de Teatro “Renascer”
Movimento Cívico Pró-Barrinha	
Roncos – Associação de Ex- Combatentes da Guiné	

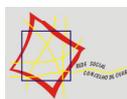


<b>Quadro 15 - Associações, Coletividades e Grupos</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>
	Sociedade Columbófila de Esmoriz
	Sporting Clube de Esmoriz
	Stop – Stop Futebol Clube
Associações de Pais	Associações de Pais da EB2,3 Florbela Espanca
	Associação de Pais da Escola Secundária de Esmoriz
	Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas EB1 e JI de Esmoriz
Escuteiros	Agrupamento de Escuteiros 871 – Corpo Nacional de Escutas de Esmoriz

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

<b>Quadro 16 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Campo de Futebol do Sporting Clube de Esmoriz	6 968m <sup>2</sup>	Relva natural	Sim	Bom	Sporting Clube Esmoriz
Campo de Futebol da EB de Matosinhos	320m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Não	Razoável	EB de Matosinhos
Campo de Futebol da Escola Secundária de Esmoriz	1 500m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Escola Secundária de Esmoriz
Campo de Futebol do Clube de Campismo	465m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube de Campismo
Campo de Treinos do SCE	6 968m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Bom	Sporting Clube Esmoriz
Campo de Treinos do SCE	2 280m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Sporting Clube de Esmoriz
Campo de treinos do EGC	450m <sup>2</sup>	Madeira	Sim	Bom	Esmoriz Ginásio Clube
Campo de treinos do EGC	450m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	Esmoriz Ginásio Clube
Complexo Desportivo da Barrinha	-	-	Sim	Bom	Esmoriz Ginásio Clube
Pavilhão do EGC - Sala 1	1 000m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Bom	Esmoriz Ginásio Clube
Pavilhão do EGS - Sala 2	647m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Razoável	Esmoriz Ginásio Clube
Pavilhão Gimnodesportivo da EB Florbela Espanca	800m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Bom	EB Florbela Espanca
Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Esmoriz	1 121m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	Escola Secundária de Esmoriz
Campo de Basquetebol da EB de Matosinhos	240m <sup>2</sup>	Betão	Não	Mau	EB de Matosinhos
Campo de Basquetebol do Clube de Campismo	460m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube de Campismo
Campo de Voleibol 1 da EB Florbela Espanca	665m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	EB Florbela Espanca
Campo de Voleibol 2 da EB Florbela Espanca	665m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	EB Florbela Espanca
Campo de Voleibol do Clube de Campismo	295m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube de Campismo
Pequeno Campo da EB de Vinha	279m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Vinha
Pequeno Campo do Health Club das Palmeiras	540m <sup>2</sup>	Relva Sintética	Sim	Bom	Health Clube das Palmeiras
Polidesportivo 1 da EB Florbela Espanca	1 239m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Razoável	EB Florbela Espanca
Polidesportivo 2 da EB Florbela Espanca	2 590m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	EB Florbela Espanca
Polidesportivo da Escola Secundária de Esmoriz	3 400m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Escola Secundária de Esmoriz
Polidesportivo do Centro Bíblico	800m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	Centro Bíblico
Sala de Desporto dos Bombeiros	336m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	Bombeiros Voluntários



Tipo de Equipamento	Área de Jogo	Tipo de Piso	Iluminação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Voluntários de Esmoriz					de Esmoriz
Sala de Desporto da Piscina dos Bombeiros Voluntários Esmoriz	85m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Bom	Bombeiros Voluntários de Esmoriz
Sala de Desporto do EGC	230m <sup>2</sup>	Mosaico	Sim	Bom	Esmoriz Ginásio Clube
Ginásio do Health Club das Palmeiras	--	Outros	Sim	Bom	Health Clube das Palmeiras
Piscina do Health Club Palmeiras	100m <sup>2</sup>		Sim	Bom	Health Club Palmeiras
Piscina dos Bomb. Vol. Esmoriz 1	312m <sup>2</sup>	--	Sim	Bom	Bomb. Vol. de Esmoriz
Piscina dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz 2	100m <sup>2</sup>	--	Sim	Bom	Bombeiros Voluntários de Esmoriz

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

Tipo de Equipamento	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Auditórios	Antigo Quartel dos Bombeiros	Bom
	Novo Quartel dos Bombeiros	Bom
	Junta Freguesia	Razoável
	A Mutualidade de Santa Maria	Bom
Polo da Biblioteca	Mau	Câmara M. de Ovar
Jornal "A Voz de Esmoriz"	Bom	Comissão de Melhoramentos de Esmoriz

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**d) Recursos Educativos/ Formativos**

Tipo	Designação
Ensino Básico Público	Escola Básica de Relva
	Escola Básica de Praia
	Escola Básica de Campo Grande
	Escola Básica de Vinha
	Escola Básica de Torre
	Escola Básica de Matosinhos
	Escola Básica de Gondesende
	2.º e 3.º Ciclos
Ensino Secundário Público	Escola Secundária de Esmoriz
Ensino Específico	Escola de arte (Música, dança, teatro, pintura...)
	Escola de Música "Universo Musical"
	Escola de Música do Grupo Coral de Esmoriz
	Escola de Ballet Alegro
	Centros de explicações
	Pitágoras
	Epicentro
Mentes Felizes	
Toma Notas	
Instituto de Inglês	College
Educação/formação de séniores	Universidade Sénior de Esmoriz

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**e) Património**

Tipo de Património	Identificação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Arquitetónico	Casa da Dra. Rola – Av. Praia (início do séc. XX)	Bom	Privada
	Palacete dos Castanheiros (Fins séc. XIX)	Mau	Junta Freguesia
	Edifício da Escola da Relva (séc. XX)	Mau	Junta Freguesia



<b>Quadro 19 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
	Casa do Dr. António Maria (séc. XIX)	Bom	Privada
	Casa Gonçalves (séc. XIX)	Bom	Privada
	Casa da Florbela Espanca (início do séc. XX)	Mau	Privada
	Casa da Família Rocha (séc. XX)	Bom	Privada
	Monumento alusivo ao VIII Centenário da Independência	Bom	Junta Freguesia
	Monumento ao Taneiro	Bom	Junta Freguesia
Etnográfico e Antropológico	Chão do Grilo	Mau	Junta Freguesia
	Espigueiro da Rua Nova (séc. XX)	Mau	Privado
	Espigueiro da Prof. Fátima (séc. XX)	Mau	Privado
	Lavadouro do Campo Grande (séc. XX)	Bom	Privado
	Lavadouro da Rua da Casela (séc. XX)	Mau	Privado
	Lavadouro da Boavista (séc. XX)	Mau	Privado
	Lavadouro da Estrada Nova (séc. XX)	Mau	Junta Freguesia
	Lavadouro do Passadouro (séc. XX)	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro de Gondesende	Mau	NS/NR
	Lavadouro da Casela	Mau	NS/NR
	Lavadouro Camboa	Mau	NS/NR
	Palheiro (séc. XIX)	Mau	JUVEDREP
	Mina da Boavista (séc. XIX)	Mau	Junta Freguesia
	Fonte do Ferreiro (séc. XIX)	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte Muda (séc. XIX)	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Pocalvo (séc. XIX)	Mau	Junta Freguesia
Fonte do Iteiro (séc. XIX)	Mau	Junta Freguesia	
Religioso	Igreja da Praia (séc. XX)	Razoável	Igreja
	Igreja de Gondesende (séc. XX)	Razoável	Igreja
	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção (1892)	Bom	Igreja
	Alminhas Pinto (séc. XVIII)	Bom	Igreja
	Alminhas da Capela de S. João (séc. XVIII)	Bom	Igreja
	Capela da Penha	NS/NR	NS/NR
	Igreja Universal do Reino de Deus (séc. XX)	NS/NR	Privado
	Igreja Evangélica (séc. XX)	Razoável	Privado
	Congregação Cristã em Portugal (séc. XX)	Razoável	Privado
	Centro Bíblico de Esmoriz (séc. XX)	Bom	Privado
Testemunhas de Jeová (séc. XX)	Bom	Privado	

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

#### f) Alojamentos Turísticos

<b>Quadro 20 - Alojamentos Turísticos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Hotéis e similares	Hotel La Fontaine (3 estrelas)	34 quartos/61 camas (27 quartos twins, 4 quartos duplos e 3 suites), piscina, bar, restaurante e Health Club
Parque de campismo e/ ou caravanismo	Parque de Campismo com capacidade para cerca de 3.000 pessoas	Bar, restaurante, sanitários, balneários e campos desportivos
Surf camps	Surf camps (4)	7 quartos (25 camas)
Centro Bíblico	Centro Bíblico	100 camas (quartos individuais, quartos para várias camas com WC)
Esmoriz Ginásio Clube	Esmoriz Ginásio Clube	Quartos (disponíveis 5 com 4 camas cada); salão disponível para 60 a 70 colchões; pavilhão disponível para cerca de 50 tendas iglo; bar, sanitários, balneários e campos desportivos

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz



**g) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Recursos hídricos	Barrinha de Esmoriz	Passadiços e Postos de Observação de Avifauna
	Praia de Esmoriz	Sanitários sem duche, bares, restaurantes, pubs e snacks
	Rio Lambo	--
	Ribeira de Rio Maior	--
	Linhas de água	--
Recursos florestais	Zona Florestal	--
Equipamentos de lazer	Parque Ambiental do Buçaquinho	Centro de Educação Ambiental (com espaço expositivo e sala polivalente); Cafeteria; Parque Infantil; Jardim de plantas aromáticas; Torre e Postos de Observação da Avifauna

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**h) Outros Equipamentos**

<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Agências bancárias	4
	Caixas Multibanco	10
	Agências de seguros e mediadores	10
	Agências imobiliárias	7
	Agências de viagens	2
	Postos de turismo	0
	Agências funerárias	2
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	3
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	2
	Clínicas Veterinárias	2
	Escolas de Condução	2
	Loja do Cidadão de 2.ª geração	1
Comércio	Mercado local (retalhista) – funciona aos Sábados de manhã	1
	Feira semanal (Revenda) – funciona às Segundas-Feiras de manhã	1
	Galerias Comerciais	3
	Comércio grossista	1
	Supermercado	3
	Minimercado, mercearias	10
	Lota (Posto de Vendagem)	1
	Cafés	+ de 50
	Restaurantes	12
Postos de abastecimento	5	
Comunicações	Posto de correio	1
	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	5
Saúde	Unidade de Saúde Familiar da Barrinha	1
	Farmácias	3
	Posto de colheita	1
	Laboratório de análises clínicas	1
	Consultório de Pediatria	2
	Consultório de Ginecologia	1
	Consultórios de Medicina dentária	4
	Consultórios de Psicologia	3
	Clínicas	2
Gabinete de Podologia	1	

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz



**i) Principais Problemas e Necessidades da Freguesia**

Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
Habitação	Existência de habitações abarracadas e degradadas e de habitações abandonadas	Construção de Habitação social; reabilitação de zonas como o Bairro dos Pescadores e a zona da Estação Ferroviária
Educação	Desvalorização da escola; Pouca envolvimento das famílias no percurso escolar dos seus educandos; Localização da Esc. Secundária numa rua com grande tráfego (insegurança); Insuficiência de lugares de estacionamento na Esc. Secundária	Permanência, a tempo inteiro, de técnicos com formação na área das ciências sociais e humanas; Mais vigilância nos intervalos por parte dos funcionários; Manutenção dos edifícios (canalizações, janelas,...); Mobilidade (adaptação dos espaços)
Dependências	Consumo de substâncias aditivas	Prevenção primária; Projetos que desenvolvam a autoestima dos jovens; Maior policiamento de prevenção, nomeadamente através da criação de uma Polícia Municipal
Violência	Violência doméstica; Furtos contra o património	Mais efetivos no Posto da GNR de Esmoriz; Campanhas de sensibilização/informação sobre direitos
Emprego/ Desemprego	Aumento do n.º de desempregados; Crise económica; Baixas qualificações escolares e profissionais	Formação Profissional contextualizada com as necessidades do mercado de trabalho
Pobreza	Aumento do custo de vida; Sobreendividamento familiar; “Nova Pobreza”; Pessoas dependentes de subsídios com dificuldade em mudar de estilos de vida; “Pobreza envergonhada”	Gestão doméstica; Sensibilização para as consequências dos créditos bancários contraídos
Deficiência	Barreiras arquitetónicas	Eliminação das barreiras arquitetónicas
Infância e Juventude	Jovens em casa desempregados; Falta de objetivos de vida; Maus tratos (casos registados na CPCJ, em acompanhamento pelo Centro Comunitário de Esmoriz)	Centro de Acolhimento Temporário; Projetos de intervenção social destinados às famílias
Terceira Idade	Envelhecimento da população	Construção de um Lar; Centro Intergeracional; Centros de Convívio dispersos pela freguesia
Acessibilidades	Insuficiente Rede de Transportes Públicos; Rede viária em péssimo estado; Falta de sinalética informativa e toponímica	Melhoria da Rede de Transportes Públicos; Transformar a Rua da Casela com um só sentido; Ciclovias
Ambiente	Poluição da Barrinha	Despoluição da Barrinha
Turismo	Falta de oferta hoteleira; Falta de informação; Falta de sinalética e falta de Posto de Turismo	Turismo ambiental

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**j) Prioridades de Intervenção na Freguesia**

Área Temática	Prioridade de Intervenção		
	Elevada	Média	Baixa
Habitação	X		
Educação		X	
Saúde			X
Dependências		X	
Violência		X	
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza	X		
Deficiência			X
Infância e Juventude		X	
Terceira Idade	X		
Acessibilidades		X	
Ambiente	X		
Turismo		X	

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz



**k) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças da Freguesia**

Fatores endógenos/ internos	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Unidade hoteleira com 34 quartos;</li> <li>✚ Zona de praia;</li> <li>✚ Parque de Campismo;</li> <li>✚ Associativismo dinâmico;</li> <li>✚ Arraial da Barrinha;</li> <li>✚ Zona verde/ Floresta;</li> <li>✚ Surf;</li> <li>✚ Barrinha de Esmoriz;</li> <li>✚ Passadiços da Barrinha;</li> <li>✚ Parque Ambiental do Buçaquinho</li> <li>✚ Aumento da procura empresarial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Inexistência de centralidade;</li> <li>✚ Zonas verdes na cidade degradantes;</li> <li>✚ Poluição da Barrinha;</li> <li>✚ Inexistência de parques infantis e parques geriátricos;</li> <li>✚ Insuficiente Rede de Transportes Públicos;</li> <li>✚ Erosão costeira;</li> <li>✚ Desordenamento urbanístico;</li> <li>✚ Inexistência de Ensino Tecnológico e Profissional com cursos adequados às necessidades do mercado;</li> <li>✚ Inexistência de zona industrial estruturada;</li> <li>✚ Turismo desestruturado.</li> </ul>
Fatores exógenos/ externos	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Proximidade a centros urbanos;</li> <li>✚ Zona litoral;</li> <li>✚ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários;</li> <li>✚ Turismo de Natureza;</li> <li>✚ Saúde Ambiental;</li> <li>✚ Localização geográfica nacional e regional estratégica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Avanço do mar;</li> <li>✚ Assoreamento da Barrinha;</li> <li>✚ Grandes superfícies chinesas que ameaçam o comércio tradicional;</li> <li>✚ Desemprego e emprego precário;</li> <li>✚ Falta de Plano de Urbanização;</li> <li>✚ Falta de planeamento global.</li> </ul>

Fonte: Junta de Freguesia de Esmoriz

**5.3 Maceda**



Indicadores		Total
Área geográfica		16,1km <sup>2</sup>
	Homens	1 727
	Mulheres	1 794
Famílias Clássicas		1 172

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

A freguesia de Maceda faz fronteira a norte com a freguesia de Cortegaça, a sul com a freguesia de Arada, a nascente com o Concelho de Santa Maria da Feira e a poente com o Oceano Atlântico.

O topónimo Maceda tem origem no adjetivo latino "*matiana*", de Mácio, amigo de César. À época da ocupação romana era terra de inúmeras macieiras bravas, donde poderá ter resultado "*matianeta*" que evoluiu para a sua designação atual já que "*Matiana Mala*" era o nome de uma certa qualidade de maçãs assim apelidadas por serem de um "*certo Mácio*".

Já no contexto da Reconquista cristã da península, a mais antiga referência histórica a Maceda data de 1053, embora documentos datados de 1055 e 1063 refiram Maceda sob os topónimos de "*Mazaneta*" e "*Mazaneda*".

No século XIII a presença da Ordem dos Hospitalários encontra-se documentada, assim como a da Ordem de Malta, esta última registada nos marcos de granito, datados de 1629, que delimitam a freguesia a norte e a leste. Esta Ordem teve longa influência na freguesia e graças a ela, São Pedro de Maceda terá transitado para a Diocese do Porto. A sua presença é recordada na Cruz de Malta sobre a porta da atual igreja.

Tem como principais atividades económicas a transformação de madeira, serralharia civil, tanoaria e comércio. Segundo os Censos 2011, possuía um total de 3.521 habitantes (1.727 homens e 1.794 mulheres) e 1.172 famílias,



**a) Instituições de caráter social**

<b>Quadro 23 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências</b>		
<b>Nome da Instituição</b>	<b>Estatuto Jurídico</b>	<b>Valências/ Respostas</b>
Centro Social e Paroquial S. Pedro de Maceda	IPSS	Creche, Pré-escolar, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**b) Associações, Coletividades e Grupos**

<b>Quadro 24 - Associações, Coletividades e Grupos</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	Centro Cultural e Recreativo de Maceda
	Companhia de Marionetas Partículas Elementares
	Grupo de Teatro Carpe Diem
	Grupo de Danças e Cantares S. Pedro de Maceda
	Sociedade Columbófila de Maceda
Associações Juvenis	Grupo de Jovens de Maceda
Associações de Pais	Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da EB1 e JI de Maceda
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3 de Maceda
Escuteiros	Agrupamento de Escuteiros 1000 S. Pedro de Maceda – Corpo Nacional de Escutas de Maceda

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

<b>Quadro 25 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Pavilhão da EB de Maceda	469m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	EB de Maceda
Minicampo de Futebol do CSPSPM	331m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Centro Social P. S. Pedro Maceda
Polidesportivo Descoberto	968m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Centro Social P. S. Pedro Maceda
Polidesportivo Descoberto	612m <sup>2</sup>	Betão	Sim	Razoável	Centro Cult. Rec. Maceda
Polidesportivo da EB de Maceda	1 243m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	EB de Maceda
Polidesportivo da EB de Maceda	1232m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	EB de Maceda
Pavilhão da EB de Maceda	222m <sup>2</sup>	Linóleo	Sim	Bom	C.M. Ovar
Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda	1 100m <sup>2</sup>	Soalho de garapa	Sim	Bom	C.M. Ovar
Polidesportivo Descoberto	1 200m <sup>2</sup>	NS/NR	NS/NR	Bom	Junta Freguesia
2 Caixas de areia	12m <sup>2</sup>	Areia	Não	Bom	EB de Maceda

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

<b>Quadro 26 - Equipamentos Culturais</b>		
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Auditório da Junta de Freguesia	Bom	Junta Freguesia
Pólo da Biblioteca	Bom	C.M. Ovar
Centro Multimédia com formação	Bom	Centro Cult. Rec. Maceda
Centro Multimédia	Bom	Centro Social P. S. P. Maceda

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**d) Recursos Educativos/ Formativos**

<b>Quadro 27 - Recursos Educativos/ Formativos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	
Ensino Básico Público	Pré-escolar e 1.º Ciclo	Escola Básica de Estrada
	2.º e 3.º Ciclos	Escola Básica de Maceda

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda



**e) Património**

<b>Quadro 28 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Arquitetónico	Fonte do Estanislau (1934)	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Paço	Mau	Junta Freguesia
	Fonte do Jugal	Mau	Junta Freguesia
	Fonte de S. Geraldo	Mau	Junta Freguesia
	Marco de Elevação a Vila	Bom	Junta Freguesia
	6 Marcos da Cruz de Malta (1629)	Bom	Junta Freguesia
	Edifício Caridade Godinho	Razoável	Junta Freguesia
	Casa do Paço	Razoável	Privados
	Casa da Barra (Início séc. XX)	Bom	Privados
Etnográfico e Antropológico	2 Moinhos na Fonte do Estanislau	Mau	Privados
	1 Moinho no Rio do Lourido	Razoável	Privados
	3 Moinhos	Mau	Privados
	1 Espigueiro em granito	Bom	Privados
	Cerca de 20 Espigueiros	Razoável	Privados
	2 Lavadouros (Lamareiros e Monte da Lavoura)	Mau	Junta Freguesia
	1 Lavadouro natural – S. Geraldo	Bom	Junta Freguesia
Religioso	Cruzeiro de S. Geraldo (séc. XVII)	Bom	Igreja
	Cruzeiro do Largo da Igreja (1629)	Bom	Igreja
	Capela de S. Geraldo	Bom	Igreja
	Igreja Matriz	Bom	Igreja
	Mausoléu do Sr. Reitor	Razoável	Junta Freguesia
	Capela da Casa da Barra	Bom	Privada
Arqueológico	Ponte de S. Geraldo	Razoável	IEP*

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

\* IEP – Instituto de Estradas de Portugal

**f) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

<b>Quadro 29 - Recursos e potencialidades a nível ambiental</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Recursos hídricos	Praia de S. Pedro	-
	Presa dos Lamareiros	-
	Ribeiro de S. Geraldo – Vala de Maceda	-
Equipamentos de lazer	Parque de merendas junto à Praia de S. Pedro	Mesas, bancos, sanitários sem duche, rede de água e caixa de areia para ativ. infantis
	Parque de merendas junto à ponte na Rua da Floresta	Mesas, bancos e rede de água
	Fonte do Estanislau	-
Recursos florestais	Floresta	-

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**g) Outros Equipamentos**

<b>Quadro 30 - Outros Equipamentos da Freguesia</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Agências bancárias	1
	Caixas Multibanco	2
	Agências de seguros	10
	Agências imobiliárias	0
	Agências de viagens	0
	Postos de turismo	0
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	1
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	2
	Clínicas Veterinárias	0
	Mercado local (retalhista)	1



Tipo	Designação	Quantidade
Comércio	Feira semanal – funciona	1
	Centro Comercial	0
	Comércio grossista	1
	Supermercado	2
	Minimercado, mercearias	4
	Lota	0
Comunicações	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	5
	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	5
Saúde	Extensão de Saúde	1
	Farmácias	1
	Laboratório de análises clínicas	1
	Consultório de Estomatologia	1
	Consultórios de Clínica Geral	1

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**h) Principais Problemas e Necessidades da Freguesia**

Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
Habitação	Existência de algumas construções abarracadas e construções que apresentam sinais de degradação	Construção de fogos de habitação social ou arrendamento a preços baixos; Reparações nas habitações
Educação	Rede de transporte insuficiente e incompatibilidade de horários (empresa e alunos); Alimentação pobre e desequilibrada; Inexistência de ensino secundário; precariedade da cedência das instalações para funcionamento de parte do ensino pré-escolar	Instalações próprias do ensino pré-escolar; Ensino secundário noturno e cursos de formação tecnológicos e/ou profissional; Espaços para funcionamento de atividades extracurriculares; elevadores adaptados e eliminação de barreiras arquitetónicas
Saúde	Instalações da extensão de saúde (desadequadas)	Construção de uma unidade de saúde (obras de beneficiação a iniciar em 2010). Ações de Educação para a Saúde (alimentação, alcoolismo...)
Dependências	Toxicodependência e Alcoolismo	Vigilância em locais estratégicos (Largo JFM, zona envolvente da Igreja, EB2,3 e alguns estabelecimentos); Oferta diversificada de atividades/espacos para ocupação de tempos livres
Violência	Atos esporádicos de vandalismo	Extensão de posto da GNR em Maceda (a JFM cede instalações)
Emprego/ Desemprego	Inexistência de oferta de emprego; Falta de zona industrial; Aumento do desemprego; Baixas qualificações	Atrair investidores para a freguesia; zona industrial para instalação de empresas de comércio, indústria e serviços
Pobreza	Famílias com baixos rendimentos e/ou dificuldade na gestão de recursos financeiros; “pobreza envergonhada”	(re) integração no mercado de trabalho
Deficiência	Existência de alguns cidadãos portadores de deficiência, cujos familiares têm dificuldade em lidar com eles.	Grupos de Interajuda para Pais
Infância e Juventude	Pouca oferta de Ocupação de Tempos Livres; Infraestruturas desportivas insuficientes	Ocupação de Tempos Livres (dança, música, artes marciais, desportos radicais...); Parque infantil
Terceira Idade	Envelhecimento da população; Dificuldade dos idosos acederem às respostas sociais da freguesia devido a dificuldades económicas	Aumentar o número de vagas nas respostas para os idosos
Acessibilidades	Dificuldades na zona poente devido ao caminho de ferro; Aumento de tráfego na EN109 devido ao encerramento do IC1	Construção de acesso alternativo ao encerramento do IC21
Ambiente	Floresta doente e velha; Linhas de água sem tratamento; Águas residuais nas ruas.	Apoio de praia para a Praia de S. Pedro; Renovação do parque florestal (abates e



Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
		reflorestação); Limpeza das linhas de água; Saneamento Básico; Inclusão da Praia de S. Pedro no ponto circuito de ciclovias
Planeamento	Revisão do PMOT está muito atrasada	Aprovação urgente do PMOT

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**i) Prioridades de Intervenção na Freguesia**

Área Temática	Prioridade de Intervenção		
	Elevada	Média	Baixa
Habituação		X	
Educação	X		
Saúde	X		
Dependências		X	
Violência		X	
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza	X		
Deficiência		X	
Infância e Juventude	X		
Terceira Idade		X	
Acessibilidades		X	
Ambiente	X		
Planeamento	X		

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda

**j) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameças da Freguesia**

Fatores endógenos/ internos	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Possibilidade de crescimento demográfico e constante fixação de população na freguesia;</li> <li>✚ Possibilidade de criação de zona de comércio, indústria e serviços junto da A29;</li> <li>✚ Aproveitamento do espaço da antiga lixeira para empreendimento desportivo, lúdico e/ou turístico;</li> <li>✚ Bom posicionamento no eixo urbano Esmoriz/Cortegaça/Maceda/Furadouro/Ovar;</li> <li>✚ Acesso a Santa Maria da Feira;</li> <li>✚ Possibilidade de construção de um eixo de ligação direta à zona litoral que sirva também o Europarque.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Inexistência de saneamento básico;</li> <li>✚ Inexistência da rede de distribuição de gás;</li> <li>✚ Impossibilidade do PDM/PMOT para construção em altura;</li> <li>✚ Dificuldade em captar investimentos por falta de áreas aptas para comércio, indústria e serviços;</li> <li>✚ Fraco tecido empresarial;</li> <li>✚ Degradação das habitações;</li> <li>✚ Constrangimento da Base que impede a urbanização da zona da praia de S. Pedro;</li> <li>✚ Massa crítica pouco interventiva e cooperante na resolução dos problemas da comunidade;</li> <li>✚ Falta de equipamentos públicos de ocupação de tempos livres (desportivos, culturais e recreativos);</li> <li>✚ Ambiente noturno sem grande atratividade.</li> </ul>
Fatores exógenos/ externos	
Oportunidades	Ameças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários;</li> <li>✚ Atração de investimento;</li> <li>✚ Boas acessibilidades aos grandes centros urbanos;</li> <li>✚ Interesses de investidor numa zona de lazer a poente (zona florestal, praia e zona da antiga lixeira);</li> <li>✚ Renovação do tecido social crítico da freguesia, com a participação de pessoas exteriores à freguesia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Excessiva demora na aprovação do PDM/PMOT; do PP da centralidade;</li> <li>✚ Trânsito da EN 109;</li> <li>✚ Desemprego e precariedade de emprego.</li> </ul>

Fonte: Junta de Freguesia de Maceda



## 5.4 União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

### 5.4.1. Ovar



Freguesia: Ovar		
Indicadores		Total
Área geográfica		48,2 km <sup>2</sup>
Habitantes	Homens	8 519
	Mulheres	9 336
Famílias Clássicas		6 587

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

A freguesia de Ovar faz fronteira a norte com a freguesia de Arada, a sul com a Ria de Aveiro, a nascente com a freguesia de S. João e a poente com o Oceano Atlântico.

Porto salineiro e de pesca na Idade Média, é citado num documento laudatório com data de 12 de junho de 922, inserto no Livro Preto da Sé de Coimbra, tendo resultado da aglutinação de vários lugares, entre os quais a vila de Cabanões (28 de abril de 1026), São Donato (1101) e de Ovar (24 de fevereiro de 1046).

O litoral de Ovar encontra-se compreendido no maior segmento de costa baixa e lisa do país, mas nem sempre isso aconteceu, porque primitivamente a ria não existia e o mar avançava mais para o interior, formando uma baía. Aliás, conforme ensinam Amorim Girão, Alberto Souto e Jaime Cortesão, todos os terrenos do concelho de Ovar, a oeste da linha do caminho-de-ferro (atualmente a estação da CP de Ovar dista cerca de 5.200 metros do litoral, estando a uma altitude de 17,24 metros do nível do mar) foram domínio do mar.

A formação da Ria é contraditória, pois há quem lhe dê uma longevidade de quatro milénios, mas também quem lhe aponte os meados do século X ou mesmo XI, como início da sua sedimentação. Tudo leva a crer que, no século X, a linha da costa passava em Ovar. No entanto, o afastamento progressivo da linha da maré fez com que Ovar ficasse cada vez mais no interior, decaindo como porto de mar.

Ovar constituiu-se como Concelho desde 1251, com foral passado por Manuel I de Portugal em 10 de fevereiro de 1514.

Nos séculos XVIII e XIX destacou-se pela atividade piscatória, tendo os seus pescadores povoado grande parte do litoral português, fundado a Torreira, as Areias (São Jacinto), Espinho, e fixando-se ainda na Afurada, na Caparica, em Olhão, Paramos e no Ribatejo.

Por ter resistido aos monárquicos, à época da chamada "Traulitânia" (1919), a vila foi agraciada com a Ordem Militar da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito. Foi elevada a cidade em 1984, pela lei n.º 9/84, de 28 de Junho.

O setor secundário é o mais expressivo no território, embora o terciário seja também bastante significativo e representando o primário pouco mais de 2% de ocupação ativa.

Sobressaem atividades como a indústria de cablagens para automóveis, de aços e diversas outras que ocupam hoje mais de metade da população ativa. Ainda que o desemprego seja preocupante, além do comércio tradicional, existem hoje no território pequenas e médias superfícies que ocupam parte significativa da população. A freguesia de Ovar beneficia também de uma fantástica combinação de mar, ria e floresta que constituem pólos de atração turística durante todo o ano, alicerçadas nas suas marcantes tradições do Cantar dos Reis, Carnaval e Procissões Quaresmais.

Com base nos Censos 2011, possui um total de 17.855 habitantes (8.519 homens e 9.336 mulheres) e 6.587 famílias.



**a) Instituições de caráter social**

**Quadro 31 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências**

<b>Nome da Instituição</b>	<b>Estatuto Jurídico</b>	<b>Valências/ Respostas</b>
Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar	IPSS	Centro de Convívio; Banco Alimentar; Banco de Produtos de Apoio; prestação de cuidados à população diabética com Consulta de Podologia, Consulta do Pé Diabético, Serviços de Enfermagem, Fisioterapia, Consulta de Clínica geral; Banco de Roupas; Apoio na medicação e equipamentos e Projeto “Laços” – acompanhamento de idosos diabéticos no domicílio
Associação de Pais do Infantário e Jardim de Infância da Escola Preparatória de Ovar	IPSS	Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres
Centro de Promoção Social do Furadouro	IPSS	Creche; Pré-escolar; Centro de Atividades de Tempos Livres; Serviço de Apoio Domiciliário; Centro Comunitário com Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social; Banco Alimentar; Centro de Convívio
Centro Social da Habitovar	ONG	Creche; Pré-escolar; Centro de Atividades de Tempos Livres; Centro de Dia e Banco Alimentar
Centro Social Jesus Maria e José	IPSS	Creche; Pré-escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres
Cercivar	IPSS	Escola de Ensino Especial; CAO – Centro de Atividades Ocupacionais; Serviço de Apoio Domiciliário; Lar Residencial; Banco Alimentar; Banco de Produtos de Apoio; Centro de Formação Profissional; Centro de Recursos para a Inclusão e 3 Residências Autónomas
Conferência de S. Cristóvão de Ovar	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc.
Conferência Vicentina da Nossa Senhora da Piedade - Furadouro	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc.
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Ovar	ONG	Cursos de Socorrismo; Protocolo de RSI (Maceda, Arada, S. João e Válega/comunidade cigana) com apoio psicossocial às famílias; Apoios pontuais em situações emergência; Ateliê “Ponto de Fadas”, Ateliê “Colorir o Sábado”; Banco Alimentar; “Brigada da Higiene”; Projeto “Agitana-te E5G” e Formação e Serviços de Socorrismo em eventos desportivos e culturais no concelho
Fundação Maria do Carmo e marido Manuel Rodrigues Pepolim	ONG	Apoio social a carenciados; Bolsas de Estudos; iniciativas culturais e recreativas
Liga dos Amigos do Hospital de Ovar	Associação sem fins lucrativos	Apoio hospitalar (aos utentes do hospital); Banco de Produtos de Apoio; pagamento de medicação e aquisição de equipamento para o Hospital
Lions Clube de Ovar/ Leo Clube de Ovar	Clube de Serviços	Distribuição pontual de alimentos e/ou vestuário e apoio pontual a famílias com vulnerabilidade económica
Rotary Clube de Ovar/ Rotaract	Clube de Serviços	Distribuição pontual de alimentos e/ou vestuário; atribuição pontual de bolsas de estudos; apoio pontual a famílias com vulnerabilidade económica
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	IPSS	Creche; Pré-escolar; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Centro Comunitário “Espaço Aberto” com Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial; Cantina Social; Banco Alimentar; Grupos de competências pessoais, sociais e familiares; Grupos de Alfabetização; Espaço Mulher; Atelier de Férias Animadas; Atelier de Estudo Orientado “É Fixe”; Apoio a familiares cuidadores; Clube de Emprego “Motiva-te, Procura, Emprega-te”; Banco de Produtos de Apoio; projeto “GAJO – Gabinete de Atendimento Juvenil”; Instituto Sénior; Grupos de Autoajuda; Apoio a familiares cuidadores; Gabinete de Atendimento a Idosos Vítimas de Maus Tratos; Residência Autónoma S. Thomé; Clínica de Medicina Física e Reabilitação; Clínica Médica S. Thomé; Salão de Chá; Iniciativas culturais e recreativas
Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Ovar	IPSS	Cuidados diversos de saúde; iniciativas culturais, recreativas e desportivas; apoio a beneficiários carenciados

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**b) Associações, Coletividades e Grupos**

<b>Quadro 32 - Associações, Coletividades e Grupos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	
Associações culturais, recreativas e desportivas	Academia de Artes Maria Amélia Dias Simões	
	ADO – Basquetebol	
	ADO – Futebol	
	AFIS – Atletas de Fim de Semana	
	Associação Cultural e Recreativa da Ribeira	c/ Grupo Folclórico da Ribeira
	Associação Desportiva e Cultural do Torrão do Lameiro	c/ Grupo Folclórico “As Varinas de Ovar”
	Associação Recreativa “Os Veteranos de Ovar”	
	Banda Filarmónica Ovarense	
	Casa do Benfica de Ovar	
	Centro Cultural e Desportivo da “Velha Escolinha”	
	Centro Cultural, Recreativo e Desportivo do Bairro da Misericórdia	
	Centro de Atletismo de Ovar	
	Clube de Caça e Pesca de Ovar	
	Clube de Canoagem de Ovar	
	Clube de Ténis de Ovar	
	Clube Desportivo do Furadouro	
	Comissão Os Amigos do Furadouro	
	Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril	
	Escola de Música Joc Loc	
	Escola de Música Oliveira Muge	
Associações culturais, recreativas e desportivas	Grupo Coral e Cultural “Sol Nascente”	
	Grupo Folclórico “As Morenitas”	
	Grupo Folclórico “Os Moliceiros de Ovar”	
	NADO – Náutica Desportiva Ovarense	
	Núcleo do Futebol Clube do Porto	
	Núcleo Organizador de Manifestações Etno-Folclóricas de Ovar	
	Núcleo Sportinguista de Ovar	
	Orfeão de Ovar	
	Rodapé – Associação de Teatro Infantil	
	Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Ovar	
Sociedade Columbófila Ovarense		
Sociedade Musical Boa União		
Associações Humanitárias	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar	
	Associação Nacional de Espondilite Anquilosante	
	Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	
	Grupo de Alcoólicos Anónimos	
	Liga dos Amigos do Hospital de Ovar	
	Narcóticos Anónimos	
	Rotary Clube de Ovar/ Rotaract Clube de Ovar/ Casa da Amizade	
	Lions Clube de Ovar/ Leo Clube de Ovar	
Associações Juvenis	Associação Juvenil “Os Amigos do Cáster”	
	Contacto – Companhia de Teatro “Água Corrente”	
Associações de Pais	Associação de Pais do Jardim de Infância e da EB1 do Furadouro	
	Associação de Pais, Encarreg. de Educação e Amigos da Escola n.º 5 da Habitovar	
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB n.º 2 da Oliveirinha	
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 e JI do Torrão do Lameiro	
	Associação de Pais da EB dos Combatentes	
	Associação de Pais do Jardim de Infância n.º 2 de Ovar - Oliveirinha	
	Associação de Pais da EB1 do Carregal	
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3 António Dias Simões	
	Associação de Pais e Encar. Educação da Escola Secundária José Macedo Fragateiro	
Associação de Pais da Escola Secundária Júlio Dinis		
Associações Sócio- Profissionais	Sindicato das Indústrias Elétricas	
	Cooperativa Agrícola de Ovar	
Escuteiros	Agrupamento de Escuteiros 549 – Corpo Nacional de Escutas de Ovar	

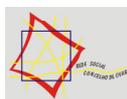


<b>Quadro 32 - Associações, Coletividades e Grupos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	
Grupos de Carnaval	Axu Mal	
	Barulhentas	
	Carrucas	
	Catitas	
	Condores	
	Escola de Samba Costa de Prata – Associação Cultural	
	Escola de Samba Juventude Vareira (Associação)	
	Escola de Samba Kan-Kans – Associação Recreativa Carnavalesca	
	Grupo de Carnaval “Os Marados” (Associação)	
	Grupo Recreativo “Escola de Samba Charanguinha”	
	Garimpeiros	
	Hippies	
	Joanas do Arco da Velha	
	Levados do Diabo	
	Marroquinos	
	Melindrosas	
	Não Precisa	
	Palhacinhas	
Grupos de Carnaval	Pierrots	
	Pindéricus	
	Pinguins	
	Vampiros	
	Xaxas	
	Zuzucas	
	Trupes de Reis	ATL da Ribeira (infantil)
		Associação Cultural e Recreativa da Ribeira
		Associação Desportiva Ovarense
		Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar
Casa da Amizade		
Escola da Habitovar (Infantil)		
Escola da Oliveirinha (Infantil)		
Escola dos Combatentes (Infantil)		
Grupo Folclórico “Os Moliceiros de Ovar”		
Santa Casa da Misericórdia de Ovar (Infantil)		
Cercivar (Infantil)		
Joc Loc		
Música Nova		
Orfeão de Ovar		
Tradição e Juventude		

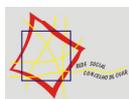
Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

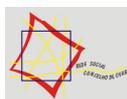
<b>Quadro 33 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Campo de Futebol do C.D. do Furadouro	4 940m <sup>2</sup>	Relva sintética	Sim	Razoável	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de Futebol do C.D. do Furadouro	2 181m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de Futebol da Pousada da Juventude	595m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Não	Razoável	Pousada da Juventude
Campo de Futebol Marques da Silva	6 470m <sup>2</sup>	Relva natural	Sim	Bom	ADO - Futebol
Campo de Futebol da Ovarense	7 140m <sup>2</sup>	Relva sintética	Sim	Bom	ADO - Futebol
Campo de 7 do Ovarense	2 924m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Bom	ADO – Futebol



<b>Quadro 33 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Campo de Futebol da ADO	1506m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Não	Razoável	ADO - Futebol
Campo de Futebol do Torrão do Lameiro	6 936m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Ass. Desp. C. R. Torrão Lameiro
Pavilhão Raimundo Rodrigues – ADO 1	800m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	ADO – Basquetebol
Pavilhão João Gonçalves – Arena Dolce Vita	800m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Bom	ADO - Basquetebol
Pavilhão da ADO 2	800m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	ADO - Basquetebol
Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Ovar	336m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	Bombeiros Voluntários de Ovar
Pavilhão Desportivo da EB António Dias Simões	800m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Bom	EB António Dias Simões
Pavilhão Desportivo	800m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Bom	Esc. Secund. Dr. José M. Fragateiro
Pavilhão Desportivo da Escola Básica de Combatentes	242m <sup>2</sup>	Resina Epoxi	Sim	Bom	C.M. Ovar
Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Júlio Dinis	1 230m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	Esc. Secund. Júlio Dinis
Pavilhão Desportivo	300m <sup>2</sup>	Madeira	Sim	Bom	Cercivar
Campo de Voleibol de Praia da Pousada da Juventude	159m <sup>2</sup>	Areia	Não	Razoável	Pousada da Juventude
Campo de Voleibol do Parque de Campismo do CCSJ Madeira	420m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	Clube de Campismo CCSJ Madeira
Polidesportivo Descoberto	800m <sup>2</sup>	Betão	Sim	Bom	Clube Desportivo do Furadouro
Polidesportivo da Urbanização Pinhal do Furadouro	995m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Urbanização Pinhal do Furadouro
Polidesportivo do Parque de Campismo do CCSJ Madeira	800m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Clube de Campismo CCSJ Madeira
Polidesportivo da EB António Dias Simões	2 849m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	EB António Dias Simões
Polidesportivo da Escola Secundária José Macedo Fragateiro	2 733m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Esc. Secund. José Mac. Fragateiro
Polidesportivo da Escola Secundária Júlio Dinis 1	1 372m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Razoável	Esc. Secundária Júlio Dinis
Polidesportivo da Escola Secundária Júlio Dinis 2	1 224m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Esc. Secundária Júlio Dinis
Polidesportivo da Marinha	244m <sup>2</sup>	Relva sintética	Não	Bom	União de Freguesias de Ovar...
Polidesportivo Jardins da Arruela	512m <sup>2</sup>	Betão	Sim	Razoável	Urbanização Jardins da Arruela
Polidesportivo do CCRD Bairro da Misericórdia	554m <sup>2</sup>	Betão	Sim	Razoável	Centro C.R.D. do Bairro Misericórdia
Polidesportivo do Furadouro	543m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Privado
Polidesportivo da Cooperativa da Habitovar	805m <sup>2</sup>	Piso sintético	Não	Razoável	Cooperativa da Habitovar
Polidesportivo da EB da Habitovar	805m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Habitovar
Campo de miniténis do C.D. do Furadouro 1	581m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de miniténis do C.D. do Furadouro 2	394m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de Ténis do C.D. do Furadouro 1	1 072m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de Ténis do C.D. do Furadouro 2	1 072m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube Desportivo do Furadouro



<b>Quadro 33 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Campo de Ténis do C.D. do Furadouro 3	1 165m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de Ténis do C.D. do Furadouro 4	1 165m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Clube Desportivo do Furadouro
Campo de Ténis da Urbanização Pinhal do Furadouro n.º 1	651m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Urbanização Pinhal do Furadouro
Campo de Ténis da Urbanização Pinhal do Furadouro n.º 2	651m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Urbanização Pinhal do Furadouro
Campo de Ténis do Furadouro	288m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Privado
Campo de Ténis do Clube de Ténis de Ovar 1	293m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube de Ténis de Ovar
Campo de Ténis do Clube de Ténis de Ovar 2	293m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Clube de Ténis de Ovar
Campo de Ténis do Clube de Ténis de Ovar 3	651m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Clube de Ténis de Ovar
Campo de Ténis do Clube de Ténis de Ovar 4	651m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Clube de Ténis de Ovar
Campo de Ténis do Clube de Ténis de Ovar 5	651m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Clube de Ténis de Ovar
Campo de Ténis do Clube de Ténis de Ovar 6	651m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Bom	Clube de Ténis de Ovar
Campo de Ténis do Parque de Campismo do CCSJ Madeira	293m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	Clube de Campismo CCSJ Madeira
Campo de Basquetebol do Clube de Campismo CCSJ Madeira	476m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	Clube de Campismo CCSJ Madeira
Campo de Basquetebol da EB do Furadouro	384m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Furadouro
Campo de Basquetebol da EB da Ribeira	128m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	EB de Ribeira
Pequeno Campo do Centro de Promoção Social do Furadouro	200m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	Centro Promoção Social Furadouro
Skate Park da Habitovar	--	Betão	Sim	Razoável	Câmara M. Ovar
Sala de Desporto da ADO	114m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	ADO
Sala de Desporto da Cercivar	238m <sup>2</sup>	Madeira rígida	Sim	Razoável	Cercivar
Sala de Desporto da Escola Secundária Júlio Dinis n.º 1	177m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Razoável	Escola Secundária Júlio Dinis
Sala de Desporto da Escola Secundária Júlio Dinis n.º 2	177m <sup>2</sup>	Mosaico	Sim	Razoável	Escola Secundária Júlio Dinis
Sala de Desporto do Gimnobar	62m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Bom	Serviços Sociais C. T. Município Ovar
Sala de Desporto do Gimnofange	300m <sup>2</sup>	Mosaico	Sim	Razoável	Gimnofange
Sala de Desporto do Kolossus Health Club	130 m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Bom	Kolossus Health Club
Sala de Desporto da Santa Casa da Misericórdia	131m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	Santa Casa da Misericórdia
Sala de Desporto do Centro de Promoção Social do Furadouro	113m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Razoável	Centro Promoção Social Furadouro
Sala de Desporto do Externato S. Miguel	70m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Razoável	Externato S. Miguel
Sala de Desporto do Planeta Ginásio n.º 1	110m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Razoável	Planeta Ginásio
Sala de Desporto do Planeta Ginásio n.º 2	180m <sup>2</sup>	Modular	Sim	Razoável	Planeta Ginásio
Sala de Desporto do Planeta Ginásio n.º 3	100m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Razoável	Planeta Ginásio
Sala de Desporto do Planeta Ginásio n.º 4	16m <sup>2</sup>	Madeira flexível	Sim	Razoável	Planeta Ginásio
Piscina Coberta Municipal n.º1	200m <sup>2</sup>	--	Sim	Bom	Câmara M. Ovar
Piscina Coberta Municipal n.º 2	417m <sup>2</sup>	--	Sim	Bom	Câmara M. Ovar



<b>Quadro 33 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Piscina Descoberta da ADO	435m <sup>2</sup>	--	Não	Razoável	ADO
Piscina Descoberta da Discoteca Fénix	204m <sup>2</sup>	--	Não	Bom	Discoteca Fénix
Piscina Descoberta da Pousada da Juventude	112m <sup>2</sup>	--	Não	Razoável	Pousada da Juventude
Piscina Descoberta da Urbanização Pinhal do Furadouro n.º 1	176m <sup>2</sup>	--	Sim	Bom	Urbanização Pinhal do Furadouro
Piscina Descoberta da Urbanização Pinhal do Furadouro n.º 2	70m <sup>2</sup>	--	Sim	Bom	Urbanização Pinhal do Furadouro
Piscina Descoberta do Hotel Meia Lua	168m <sup>2</sup>	--	Não	Razoável	Hotel Meia Lua
4 Campos de Tiro às hélices	-	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
4 Campos de Tiro ao voo	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
1 Campo de Tiro ao alvo	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
2 Campos de Treino de Caça	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
1 Carreira de Tiro com Arco	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
1 Percurso de Caça	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
4 Fossos Universais	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
2 Fossos Olímpicos	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
4 Fossos de Trap	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
1 Compack Sortinp	--	Relva	Sim	Bom	Clube de Caça e Pesca
Picadeiro de Ensino	--	Solo natural	Não	Razoável	S.H.O.
Picadeiro de Obstáculos	--	Solo natural	Não	Razoável	S.H.O.
Pistas de Bowling	-	Madeira flexível	Sim	Bom	Bowlikart
Pista de Karting	-	Betão	Sim	Bom	Bowlikart
Pista de canoagem e vela	--	--	-	Bom	NADO
Circuito de Manutenção da Habitovar	-	Solo natural	Não	Bom	Habitovar
Circuito de Manutenção do Furadouro	-	Solo natural	Não	Razoável	Câmara M. Ovar
Circuito de Manutenção do Carregal	-	Relva natural	Não	Razoável	Câmara M. Ovar
Half-Pipe dos Jardins da Arruela	--	Betão	Sim	Razoável	Câmara M. Ovar
Parede de Ténis do Clube de Ténis de Ovar n.º1	--	Betuminoso	Não	Razoável	Clube de Ténis de Ovar
Parede de Ténis do Clube de Ténis de Ovar n.º2	--	Betuminoso	Não	Razoável	Clube de Ténis de Ovar

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

<b>Quadro 34 - Equipamentos Culturais</b>		
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Auditório da Junta de Freguesia	Bom	Junta Freguesia
Auditório do Orfeão de Ovar	Bom	Orfeão de Ovar
Auditório do Posto de Turismo do Furadouro	Bom	Câmara M. Ovar
Auditório do Grupo de Teatro CONTACTO	Bom	Contacto
Salão Paroquial de Ovar	Bom	Centro S. P. S. Cristóvão de Ovar
Polivalente do Centro de Promoção Social do Furadouro	Razoável	Centro Promoção Social Furadouro
Polivalente dos Bombeiros Voluntários	Bom	Bombeiros Voluntários de Ovar
Salão Nobre da Câmara	Bom	Câmara M. Ovar
Centro de Arte de Ovar	Bom	Câmara M. Ovar
Biblioteca Municipal	Bom	Câmara M. Ovar
Museu de Ovar	Bom	Museu
Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis	Bom	Ordem Terceira
Casa- Museu Júlio Dinis – Uma Casa Ovarense	Bom	Câmara M. Ovar



**Quadro 34 - Equipamentos Culturais**

Tipo de Equipamento	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Salas da Escola de Artes e Ofícios de Ovar	Bom	Câmara M. Ovar

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**Quadro 35 - Equipamentos recreativos e de lazer**

Tipo de Equipamento	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor	
Parque Infantil de S. Miguel	Piso Sintético	Bom	Junta Freguesia
Parque Infantil da Habitovar	Piso Sintético	Bom	Junta de Freguesia
Parque Infantil do Largo Almeida Garrett	Piso Sintético	Bom	Câmara M. Ovar
Parque Infantil do Torrão do Lameiro	Piso Sintético	Bom	Junta Freguesia
Parque Infantil do Furadouro	Piso Sintético	Bom	Câmara M. Ovar
Parque Infantil adptado Habitovar	Piso Sintético	Bom	Junta de Freguesia
Parque Infantil da Ribeira	Piso Sintético	Bom	Junta de Freguesia

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**d) Comunicação Social**

**Quadro 36 - Meios de Comunicação Social**

Tipo	Designação
Imprensa	Praça Pública
	João Semana
Rádio	Rádio Antena Vareira

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**e) Recursos Educativos/ Formativos**

**Quadro 37 - Recursos Educativos/ Formativos**

Tipo	Designação	
Ensino Básico Público	Pré-escolar e 1.º Ciclo	Escola Básica de Combatentes
		Escola Básica de Oliveirinha
		Escola Básica de Habitovar
		Escola Básica
		Jl de Furadouro
		Escola Básica de Carregal
		Jl de Torrão do Lameiro
Ensino Secundário Público	2.º e 3.º Ciclos	Escola Básica de António Dias Simões
	Com Ensino Noturno	Escola Secundária Dr. José Macedo Fragateiro
Ensino Básico Privado	Sem Ensino Noturno	Escola Secundária Júlio Dinis
	Pré-escolar e 1.º Ciclo	Externato S. Miguel – Jardim de Infância “A Escolinha”
Ensino Secundário Privado		Externato Luís de Camões
Ensino Profissional		RunVision
		Tafife
		Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro
Ensino específico	Escolas de Línguas	Royal School of Languages
		Futurekids
		Windsor School
	Escolas de Informática	Insurgir
		Navegadores
	Escolas de Arte (Música, dança, teatro, pintura...)	Escola de Música Oliveira Muge
		Academia de Música do Orfeão de Ovar
		Escola de Ballet do Orfeão de Ovar
		Escola de Música e Dança Maria Amélia Dias Simões
	Ensino Especial	Escola de Artes e Ofícios de Ovar
Cercivar		
Ensino/formação para séniores		Instituto Sénior da Misericórdia de Ovar (ISMO)
Incubação de empresas		Espaço Empreendedor de Ovar

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**f) Património**

<b>Quadro 38 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Arquitetónico	Casa de São Thomé (1780)	Bom	Santa C. M. Ovar
	Casa da Família Chaves	Bom	Particular
	Casa da Praça (1825)	Bom	Particular
	Paços do Concelho (1839/1900)	Bom	Câmara M. Ovar
	Mercado Municipal (1955)	Mau	Câmara M. Ovar
	Cineteatro de Ovar (1944)	Mau	Particular
	Estação de Ovar (1865)	Razoável	REFER
	Chafariz do Neptuno (1877)	Bom	Câmara M. Ovar
	Chafariz do Largo de Santa Camarão	Bom	Câmara M. Ovar
	Chafariz do Largo 5 de Outubro – Campos	Bom	Câmara M. Ovar
	Chafariz Luminoso da Rotunda Poder Local	Bom	Câmara M. Ovar
	Monumento à Varina – Furadouro	Bom	Câmara M. Ovar
	Monumento aos Peixes – Furadouro	Bom	Câmara M. Ovar
	Monumento aos Mortos da Grande Guerra (1925)	Bom	Câmara M. Ovar
	2 Monumentos ao Carnaval – Jardim do Cáster	Bom	Câmara M. Ovar
	Grupo Escultórico da Rotunda da Av. Sá Carneiro	Bom	Câmara M. Ovar
	Monumento aos Ex- Combatentes do Ultramar	Bom	Câmara M. Ovar
	Busto de Júlio Dinis (1966)	Bom	Câmara M. Ovar
	Busto de Francisco Zagalo	Bom	Câmara M. Ovar
	Busto a Manuel Soares Pinto (1952)	Bom	Câmara M. Ovar
	Busto do Conselheiro Arala Chaves	Bom	Câmara M. Ovar
	Barco de Companhia “Sra. da Graça” – colocado na Rotunda do Norte Furadouro	Bom	Câmara M. Ovar
	Brasão de Armas	Bom	Museu de Ovar
	Brasão da Casa dos Baldaias	Bom	Orfeão de Ovar
	Fonte dos Combatentes	Mau	Câmara M. Ovar
	Fonte da Arruela	Mau	Câmara M. Ovar
	Fonte Júlio Dinis	Mau	Câmara M. Ovar
	Fonte da Rua da Fonte	Mau	Câmara M. Ovar
	Fonte dos Pelames	Mau	Câmara M. Ovar
	Fonte das Luzes	Mau	Câmara M. Ovar
Grupo escultórico da Varina do Furadouro	Razoável	Câmara M. Ovar	
Etnográfico e Antropológico	Lavadouro das Luzes	Mau	Câmara M. Ovar
Religioso	Igreja Matriz (1844)	Bom	Igreja
	Sete Capelas dos Passos (1748/1756)	Bom	Igreja
	Capela de S. Miguel (1711)	Bom	Igreja
	Capela do Torrão do Lameiro	Bom	Igreja
	Capela da Marinha (1971)	Bom	Igreja
	Capela de Sta. Catarina – Ribeira (1679)	Bom	Igreja
	Capela de S. Roque – Ribeira	Bom	Igreja
	Capela de Sto. António (1693)	Bom	Igreja
	Capela da Sra. da Graça (1899)	Bom	Igreja
	Capela da Misericórdia - S. Cristóvão (final do séc. XV)	Bom	Santa Casa M.
	Capela de S. Pedro – Carregal (1970)	Bom	Igreja
	Capela da Sra. da Piedade - Furadouro	Bom	Igreja
	Capela da Sra. do Parto (1817)	Bom	Igreja
	Capela de Sta. Eufémia ou de N. S. Conceição – Carril (1873)	Bom	Privado
	Capela da Sra. da Saúde	Bom	Privado
	Capela dos Nunes da Silva	Mau	Privado
	Alminhas de S. José	Bom	Privado
	Alminhas na Av. do Emigrante	Bom	Privado
Alminhas na Estrada da Marinha	Bom	Privado	
Arqueológico	Ponte de S. Roque	Razoável	Câmara M. Ovar
	Ponte da Moita	Bom	Câmara M. Ovar



<b>Quadro 38 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
	Ponte João de Pinho	Razoável	Câmara M. Ovar
	Padrão com Brasão	Mau	Câmara M. Ovar

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**g) Alojamentos Turísticos**

<b>Quadro 39 - Alojamentos Turísticos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Hotéis e similares	Hotel Meia Lua	54 quartos/120 camas, Bar e Piscina
	Aqua Hotel	57 quartos/114 camas, Bar e Restaurante
	Pousada da Juventude de Ovar	82 camas (12 quartos múltiplos c/ 4 camas, 8 quartos duplos c/WC, 4 quartos duplos s/WC, 2 quartos duplos c/WC adaptados para pessoas com mobilidade reduzida, 1 apart. com 4 camas e kitchenette), Refeitório Bar e Piscina
	Furadouro Boutique Hotel Beach & SPA	27 Quartos/37 camas, Piscina, Bar, SPA
Parque de Campismo e/ ou caravanismo	Parque de Campismo do Furadouro com capacidade para 2.000 equipamentos	Bar, restaurante, sanitários, balneários

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**h) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

<b>Quadro 40 - Recursos e potencialidades a nível ambiental</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Recursos hídricos	Praia do Furadouro	Passadiços nas dunas, Posto de Turismo, bares, restaurantes, sanitários com duche
	Praia do Torrão do Lameiro (conhecida por Praia dos Marretas)	-
	Praia Fluvial do Areinho	Bar, restaurante, sanitários, parque infantil e parque de merendas
	Praia Fluvial da Azurreira	Mesas e bancos
	Ria de Aveiro	-
	Cais da Pedra – Carregal	
	Cais da Ribeira	
	Ribeira do Cáster	-
Equipamentos de lazer	Ribeira da Sra. da Graça	-
	Marina do Carregal	Bar, restaurante, piscina e marina
	Parque de merendas do Carregal	Mesas e bancos, Parque infantil e equipamentos desportivos (circuito de manutenção)
Recursos florestais	Parque de merendas da Estrada da Floresta – Furadouro	Mesas e bancos
	Zonas florestais	-

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**i) Outros Equipamentos**

<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Agências bancárias	10
	Caixas Multibanco	13
	Agências de seguros	5
	Agências imobiliárias	10
	Agências de viagens	3
	Postos de turismo	2
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	2
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	4
	Clínicas Veterinárias	3
Comércio	Mercado local (retalhista)	2
	Feira semanal – funciona às Terças, Quintas e Sábados de manhã	1
	Feira de Antiguidades	1/ Mês
	Centro Comercial	1
	Comércio grossista	1
	Supermercado	3
	Minimercado, mercearias	NS
Comunicações	Lota	1
	Estação de correio	2
	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	5
Saúde	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	5
	Hospital	1
	Unidade de Saúde Familiar	1
	Extensão de Saúde	1
	Farmácias	6
	Laboratórios de análises	4
	Clínicas Dentárias	7
	Centros de Reabilitação	5
Clínicas com várias valências	13	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**j) Principais Problemas e Necessidades**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>Problemas</b>	<b>Necessidades</b>
Habituação	Rendas elevadas; Más condições habitacionais; Bairros degradados; Fogos devolutos; Baixa qualidade das construções	Construção de fogos de habitação social; Recuperação das habitações; Construção de qualidade
Educação	Baixo índice de escolaridade; Absentismo e abandono escolar; Agrupamento de grande dimensão; Desvalorização da escola	Oferta formativa em horário diurno; Criação de um maior n.º de bolsas de estudo; Agrupamento mais pequeno; Ações de sensibilização para os encarregados de educação sobre a importância da escola
Saúde	Tuberculose; Problemas psiquiátricos; Pessoas idosas com inúmeros problemas de saúde/ elevadas despesas; Lista de espera para consultas externas	Consultas de estomatologia no Centro de Saúde; Acesso à consulta de psiquiatria no Hospital; Sensibilizar a população para o problema da Tuberculose; Mais apoio social à 3.ª idade; Maior n.º de serviços no hospital; Necessidade de existência de um Serviço de Urgência; Mais recursos humanos e equipamentos especializados; Criação de mais vagas de internamento de Cuidados Continuados
Dependências	Alcoolismo; Toxicodependência; Consumo excessivo de comprimidos para dormir	Centro de Acolhimento para Toxicodependentes (CAT); Necessidade de alteração de comportamentos/Prevenção Primária; Grupos de Interação
Violência	Violência doméstica	Gabinete de Apoio à Víctima; Centro de Acolhimento; Maior vigilância por parte das forças policiais
Emprego/	Baixas habilitações; Aumento do desemprego;	Criação de postos de trabalho; Ações de captação de



Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
Desemprego	Emprego precário	investimentos; Formação Profissional adequada às necessidades de mercado
Pobreza	Elevado n.º de agregados familiares a viver em situação de pobreza; Falta de emprego; Desestruturação familiar; Aumento de situações de “nova pobreza”	Habitação; Emprego; Apoio social
Deficiência	Sobrelotação das valências da Cercivar; Envelhecimento dos portadores de deficiências	Lar Residencial; Alargamento dos acordos com a Segurança Social e das instalações das valências da Cercivar
Infância e Juventude	Delinquência juvenil; Falta de espaços verdes e outros espaços para as crianças e jovens; Elevado n.º de crianças vítimas de maus tratos e negligência familiar	Apoio familiar; Criação de espaços para as crianças e jovens (sobretudo verdes); Centro de Acolhimento Temporário
Terceira Idade	Envelhecimento da população; Problemas de saúde e elevadas despesas de saúde; Baixas pensões sociais; Falta de lares acessíveis a pessoas com baixos recursos	Maior apoio social à 3.ª idade; Aumento das pensões; Mais serviços de apoio domiciliário com cuidados de saúde incluídos e em horário noturno; Criação de um Centro de Noite
Acessibilidades	Deficiente rede de transportes públicos; Passeios; Barreiras arquitetónicas; Tráfego caótico na rotunda da EN 109 (Cavan); Inexistência de transportes em horário noturno	Aumento da rede de transportes com alargamento dos horários; Melhorar os passeios; Eliminação das barreiras arquitetónicas; Construção de passagem desnivelada em vez da rotunda na entrada a norte de Ovar e alargamento da EN 327
Urbanismo	Insuficiência de lugares de estacionamento	Construção de parque de estacionamento. Criação de mais zonas verde
Turismo	Insuficiência de estruturas de apoio ao turismo	Espaço de divulgação do artesanato local; Maior divulgação do atelier de Conservação e Restauro do Azulejo; Promoção Turística da Freguesia.
Ambiente	Remodelação da Rede de Saneamento Básico; Poluição do Rio Cáster; Existência de poucos Ecopontos; Pinhais sujos; Assoreamento da Ria	Limpeza das margens do Rio Cáster; Limpeza da Ria e dos pinhais; Aquisição de mais Ecopontos; Ações de Educação Ambiental
Cultura	Pouca oferta de espetáculos; Inexistência de espaços apropriados	Construção de espaço para realização de eventos culturais

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**k) Prioridades de Intervenção**

Área Temática	Prioridade de Intervenção		
	Elevada	Média	Baixa
Habitação	X		
Educação	X		
Saúde	X		
Dependências	X		
Violência	X		
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza	X		
Deficiência		X	
Infância e Juventude		X	
Terceira Idade		X	
Acessibilidades	X		
Turismo		X	
Urbanismo		X	
Ambiente	X		
Cultura		X	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**I) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças**

<b>Factores endógenos/ internos</b>	
<b>Potencialidades</b>	<b>Fragilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Localização geográfica (proximidade e fácil acesso a vários centros urbanos);</li> <li>✚ Potencialidades na área do turismo (ria, praia, floresta, Carnaval, procissões quaresmais); património arquitetónico (cidade museu do azulejo, capelas dos passos, fonte); tradições (procissões, cantares dos reis);</li> <li>✚ Rede ferroviária facilitadora da deslocação de pessoas e bens para o concelho e para fora do concelho;</li> <li>✚ Sportsfórum e Centro Comercial Dolce Vita;</li> <li>✚ Instituições sociais dinâmicas;</li> <li>✚ Integração na CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Insuficiente rede de transportes rodoviários;</li> <li>✚ Insuficiência de fogos de habitação social;</li> <li>✚ Elevado n.º de fogos devolutos (habitações antigas no centro da cidade e prédios embargados);</li> <li>✚ Parque habitacional degradado;</li> <li>✚ Desordenamento urbanístico;</li> <li>✚ Pouca oferta de emprego;</li> <li>✚ Assoreamento da Ria e desaproveitamento das suas potencialidades;</li> <li>✚ Mais parques infantis;</li> <li>✚ Insuficiência de parques de estacionamento;</li> <li>✚ Mau estado da rede viária;</li> <li>✚ Barreiras arquitetónicas;</li> <li>✚ Encerramento de empresas/ aumento do desemprego;</li> <li>✚ Falta de respostas inovadoras para a Infância/ Juventude, Deficiência e Idosos;</li> <li>✚ Inexistência de Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Risco.</li> </ul>
<b>Factores exógenos/ externos</b>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários;</li> <li>✚ Programa PAIRIAS – Programa de Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social;</li> <li>✚ Possibilidade de promoção de candidaturas à Rede de Cuidados Continuados;</li> <li>✚ Proximidade com centros urbanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Política social de emprego/ desemprego;</li> <li>✚ Concentração de serviços no Hospital S. Sebastião – Santa Maria da Feira – maior deslocação dos habitantes do concelho e elevada demora no atendimento urgente;</li> <li>✚ Falta de verbas para a concretização de projetos;</li> <li>✚ Pouco empenho por parte de quem decide para a implementação de algumas ações;</li> <li>✚ Erosão costeira.</li> </ul>

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**5.4.2. S. João**



<b>Indicadores</b>		<b>Total</b>
Área geográfica		14,2 km <sup>2</sup>
	Homens	3 023
	Mulheres	3 253
Famílias Clássicas		2 191

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Na zona centro do Concelho situa-se a freguesia S. João. Faz fronteira a norte com a freguesia de Arada, a sul com as freguesias de Válega e S. Vicente de Pereira, a nascente com as freguesias de Souto e Travanca, do Concelho de Santa Maria da Feira e a poente com a freguesia de Ovar, tendo como limite a linha do caminho-de-ferro.

O documento mais antigo de que há registo sobre S. João é uma carta de venda datada de 1026. Nessa carta, Meitilli vende a Octício a quarta parte das propriedades que tinha no Casal da vila de Cabanões e em Muradões (que poderá corresponder ao lugar de Sobral), junto ao rio Ovar. O historiador Miguel de Oliveira defende que os primeiros documentos seguros em que se mencionam as Vilas de Cabanões e Ovar são, efetivamente, do século XI, mas é de crer que o povoamento local seja muito anterior a essa data.



A história mais recente de S. João refere-a como tendo sido, primeiramente, uma paróquia experimental (1963), por ordem das autoridades religiosas da Diocese do Porto. Por decreto de 13 de Janeiro de 1967, a paróquia foi definitivamente criada, passando a acolher todo o território situado a leste do caminho-de-ferro, a ter como sede a Capela de S. João e como padroeiro S. João Baptista.

A 9 de Julho de 1985, S. João passa a ser freguesia e a 4 de Junho de 1997 é elevada à categoria de Vila.

O setor secundário é o mais expressivo na freguesia, sobressaindo atividades como a indústria e o comércio A agricultura é uma atividade complementar. De acordo com os Censos 2011, possuía um total de 6.276 habitantes (3.023 homens e 3.253 mulheres) e 2.191 famílias.

**a) Instituições de caráter social**

**Quadro 42 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências**

Nome da Instituição	Estatuto Jurídico	Valências/ Respostas
Centro Social e Paroquial de S. João de Ovar	IPSS	Creche, Pré-escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, Serviço de Apoio Domiciliário; Banco Alimentar e Projeto Renovar
Conferência de S. João – Sociedade de S. Vicente de Paulo	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc.

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**b) Associações, Coletividade e Grupos**

**Quadro 43 - Associações, Coletividade e Grupos**

Tipo	Designação
Associações Culturais, recreativas e Desportivas	Associação Cultural e Atlético de Guilhovai c/ Grupo Folclórico "O Cancioneiro de Ovar"
	Associação Cultural e Recreativa de Sande, Salgueiral e Cimo de Vila c/ Grupo Folclórico da Região de Ovar
	Associação Recreativa e Cultural da Ponte Nova
	Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai c/ Grupo Folclórico "As Tricanas de Ovar"
Associações de Pais	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 e Jardim de Infância de S. João
	Associação de Pais Donatinho
	Associação de Pais e Encarreg. de Educação da EB1 e Jardim de Infância da Ponte Nova
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Cabanões

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

**Quadro 44 - Equipamentos Desportivos**

Tipo de Equipamento	Área de Jogo	Tipo de Piso	Iluminação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Polidesportivo de S. João	800m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	Câmara M. Ovar
Polidesportivo da EB de S. João	384m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de S. João
Campo de Futebol de 7 de S. João	1 810m <sup>2</sup>	Solo natural	Não	Mau	ARC da Ponte Nova
Campo Futebol de Sete de Guilhovai	200m <sup>2</sup>	Relva sintética	Sim	Bom	Grupo Desp. e Cult. Guilhovai
Campo minibasquetebol da EB de Cabanões	326m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Cabanões
Campo de minibasquetebol da EB de S. João	300m <sup>2</sup>	Betão	Não	Bom	EB de S. João

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**Quadro 45 - Equipamentos Culturais**

Tipo de Equipamento	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Salão Paroquial	Bom	Centro Social e Paroquial de S. João
Salão de Festas (Polivalente)	Bom	Associação Cultural e Recreativa de Sande, Salgueiral de Cima e Cimo de Vila
Salão de Festas (Polivalente)	Bom	Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai
Salão Polivalente	Bom	Associação Recreativa e Cultural da Ponte Nova
Anfiteatro	Bom	Câmara Municipal de Ovar

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



<b>Quadro 46 - Equipamentos recreativos e de lazer</b>		
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Parque Infantil do Largo de S. João	Bom	Câmara Municipal de Ovar
Parque de lazer	Bom	Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**d) Recursos Educativos/ Formativos**

<b>Quadro 47 - Recursos Educativos/ Formativos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	
Ensino Básico Público	Pré-escolar e 1.º Ciclo	Escola Básica de S. João
		Escola Básica de Cabanões
		Escola Básica de S. Donato
		Escola Básica de Ponte Nova

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**e) Património**

<b>Quadro 48 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Arquitetónico	Chafariz da Ponte Nova (1896)	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Pocinho	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte dos Cabanões	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Melro	Mau	Privado
	Fonte de Assões	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Sobral	Razoável	Privado
	Fonte da Madria	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Esporão	Bom	Junta Freguesia
Fonte da Cabrita	Bom	Junta Freguesia	
Etnográfico e Antropológico	Mina da Mãe de Água	Bom	Junta Freguesia
	Moinho do Esporão	Mau	Privados
	Moinho do Pacheco	Mau	Privados
	Moinho do Pode	Bom	Privados
	Moinho da Rua do Temido	Bom	Privados
	Moinho Chão da Fonte - Guilhovai	Razoável	Privados
	Moinho da Madria	Bom	Privados
	Moinho do Sobral	Mau	Privados
	Moinho da Ribeira de S. João	Mau	Privados
	Moinho do Salgueiral de Cima	Mau	Privados
	Moinho da Fonte da Madria	Mau	Privados
	Moinho da Milinha	Bom	Privados
	Moinho do Dez	Mau	Privados
	Moinho Salgueiral Baixo	Bom	Privados
	4 Moinhos em Cabanões	Bom	Privados
	Moinho do Dr. David Brandão	Bom	Privados
	Moinho do Sr. Manuel Borges	Bom	Privados
	Espigueiro da Rua José das Dornas	Razoável	Privados
	Espigueiro em frente à Capela de Guilhovai	Razoável	Privados
	Espigueiro perto da Capela da Sra. da Cardia	Razoável	Privados
	Lavadouro do Pocinho	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro de Cabanões	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro da Ponte Reada	Razoável	Junta Freguesia
	Lavadouro do Sobral Velho	Mau	Junta Freguesia
	Lavadouro da Ponte Nova	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro de Assões	Razoável	Junta Freguesia
	Lavadouro da Fonte do Esporão	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro Chão da Fonte - Guilhovai	Mau	Privados
	Ponte em Pedra na Ponte Nova	Razoável	Junta Freguesia



<b>Quadro 48 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
	Ponte em Pedra Melos e Cunha	Bom	Junta Freguesia
Religioso	3 Cruzeiros no Sobral	Bom	Junta Freguesia
	Capela de S. João (finais do séc. XVII)	Bom	Igreja
	Capela de S. Domingos (1924)	Razoável	Igreja
	Capela de S. Donato (1903)	Bom	Igreja
	Capela da Sra. da Cardia – Cimo de Vila (1977)	Bom	Privados
	Capela dos Santos Mártires – Ponte Nova (1878)	Razoável	Privados
	Cruzeiro S. Goldofre	Bom	Junta Freguesia
	Cruzeiro Guilhovai	Bom	Junta Freguesia
Religioso	Cruzeiro de S. João	Bom	Junta Freguesia
	Alminhas Orfo	Bom	Privados
	Alminhas de Cimo de Vila	Bom	Privados
	Alminhas do Cabo	Bom	Privados
	Alminhas do Melos e Cunha	Bom	Privados
	Alminhas do Sobral	Bom	Privados
	Alminhas da Ponte Nova	Mau	Privados
Arqueológico	Túmulo Medieval (Idade Média)	Bom	Junta Freguesia

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**f) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

<b>Quadro 49 - Recursos e potencialidades a nível ambiental</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Recursos hídricos	Ribeira da Sra. da Graça	-
	Ribeira de S. João	-
	Ribeira do Cáster	-
	Rio Lages	-
Equipamentos de lazer	Recanto Pitoresco (Ribeira do Cáster)	-
	Parque de merendas	Mesas, bancos e churrasqueira

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**g) Outros Equipamentos**

<b>Quadro 50 - Outros Equipamentos da Freguesia</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Agências bancárias	0
	Caixas Multibanco	8
	Agências de seguros	3
	Agências imobiliárias	1
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	1
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	1
Comércio	Mercado local (retalhista)	0
	Feira semanal	0
	Centro Comercial	3
	Comércio grossista	0
	Supermercado	2
	Minimercado, mercearias	9
	Lota	0
Comunicações	Estação de correio	0
	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	S
	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	N
Saúde	Unidade de Saúde Familiar de S. João	1
	Farmácias	1
	Clínica de Ortodontia/ Estomatologia	1
	Clínica com várias valências	1

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**h) Principais Problemas e Necessidades**

Áreas Temáticas	Problemas	Necessidades
Habituação	Rede de saneamento em falta na maioria da Freguesia; Falta de fiscalização, permitindo a construção de barracas; Espaços reduzidos para agregados grandes; rendas muito altas; mau estado de conservação de muitas casas; falta de casas de banho	Possibilidade de construção a custos contratados; Formação familiar na área da higiene pessoal e habitacional
Educação	Falta de espaços; abandono escolar	
Saúde	Alcoolismo; toxicodependência; tuberculose; falta de higiene; cuidados primários	Sensibilização para as questões de saúde
Dependências	Tráfico de droga e consumo	
Violência	Casos de Violência Doméstica	Criação de uma Casa Abrigo
Emprego/ Desemprego	Desemprego elevado Precariedade de emprego	
Infância e Juventude	Falta de espaços de lazer, biblioteca	Construção de Biblioteca; Equipamentos Desportivos (Pavilhão/ Complexo Desportivo)
Acessibilidades	Passeios, rede de transportes; Falta de acessibilidades a pessoas com deficiência motora; construções particulares não preveem acessibilidades a pessoas com deficiência e em estabelecimentos	
Saneamento Básico	Descargas residuais para a via pública	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**i) Prioridades de Intervenção**

Área Temática	Prioridade de Intervenção		
	Elevada	Média	Baixa
Habituação	X		
Educação	X		
Saúde		X	
Dependências	X		
Violência	X		
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza	X		
Deficiência		X	
Infância e Juventude	X		
Terceira Idade	X		
Acessibilidades	X		
Saneamento Básico	X		

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**j) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças**

Fatores endógenos/ internos	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Associativismo, instituições, IPSS;</li> <li>✚ Espaços reservados em PDM para equipamentos em falta: escolas, piscina, pavilhão;</li> <li>✚ Existência de projeto para construção de Centro de Dia;</li> <li>✚ Voluntariado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Baixas qualificações;</li> <li>✚ Toxicodependência/ Alcoolismo;</li> <li>✚ Famílias desestruturadas;</li> <li>✚ Condições habitacionais precárias;</li> <li>✚ Insuficiência de equipamentos desportivos e educativos;</li> <li>✚ Falta de oferta de ocupação de tempos livres;</li> <li>✚ Prostituição;</li> <li>✚ Falta de Biblioteca;</li> <li>✚ Falta da Casa da Junta de Freguesia;</li> <li>✚ Falta de Estação de Correios;</li> <li>✚ Encerramento de empresas;</li> <li>✚ Desemprego.</li> </ul>



Fatores exógenos/ externos	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários;</li> <li>✚ Acessibilidades;</li> <li>✚ Instalação de novos empreendimentos industriais e comerciais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Emigração clandestina;</li> <li>✚ Tráfico de estupefacientes;</li> <li>✚ Desemprego e precariedade do emprego.</li> </ul>

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

### 5.4.3. Arada



Indicadores		Total
Área geográfica		15,2 km <sup>2</sup>
Habitantes	Homens	1 601
	Mulheres	1 717
Famílias Clássicas		1 085

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Situada na zona norte do Concelho, Arada faz fronteira a norte com a freguesia de Maceda, a sul com a freguesia de S. João, a nascente com o Concelho de Santa Maria da Feira e a poente com o Oceano Atlântico.

O topónimo "Arada" deve ter origem em "*Heradata*" ou "*Aram*" cujo significado é "terra coberta de heras" que, desbravada, se terá transformado em terra "cultivada e a produzir bons frutos".

Documentos do princípio do século XIII fazem crer que Arada já existia como terra povoada, muito antes do seu povoamento oficial no reinado de Afonso II de Portugal.

As primeiras referências a esta freguesia encontram-se relacionadas com a presença da Ordem de Malta, como a doação da "*Igreja de Samartinho de Erada*", além de outras propriedades, a essa Ordem, por Dona Tareiga Rodrigues, em 1220. Em 1708 integrava o termo da Vila da Feira.

A partir de 1853, a freguesia de Arada passou a integrar-se no Concelho de Ovar. O seu Padroeiro é São Martinho, venerado na Igreja Matriz, que terá sido edificada na primeira metade do século XVIII.

As primeiras expressões industriais surgidas em Arada foram a pirotecnia e na tanoaria. Mais tarde, a serração de madeiras, fábricas de papel, fabrico de blocos de cimento, manilhas e materiais de construção, oficinas mecânicas, serralharias, oficinas de reparação e venda de motociclos e velocípedes, confeções têxteis, fábricas de calçado, carpintarias, fabrico de mobiliário metálico, padarias, restaurantes e várias unidades de café, minimercados e toda uma variedade de comércio desde vestuário a alimentação.

A grande unidade industrial da última década sediada nesta freguesia, é a Toyota, pertencente ao Industrial Salvador Caetano, que inicialmente se destinava à montagem de automóveis ligeiros. Hoje produz vários outros veículos de transporte e de mercadorias, e emprega centenas de operários. Da mesma unidade fabril faz parte o Centro de Formação Salvador Caetano.

De referir também o mercado local, com várias lojas de comércio, padaria, gabinete de contabilidade, café e o Posto de Correios, a funcionar nas instalações da Junta de Freguesia.

Para além das lojas, existe o mercado que se realiza aos domingos de manhã, onde os agricultores locais aproveitam para vender produtos agrícolas e outros.

De acordo com os Censos 2011, possuía um total de 3.318 habitantes (1.601 homens e 1.717 mulheres) e 1.085 famílias.

**a) Instituições de caráter social**

<b>Quadro 51 – Instituições de caráter social e respetivas valências</b>		
<b>Nome da Instituição</b>	<b>Estatuto Jurídico</b>	<b>Valências/Respostas</b>
Centro Social de Arada	IPSS	Sem valências
Conferência de S. Vicente de Paulo de S. Martinho de Arada	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc.

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**b) Associações, Coletividades e Grupos**

<b>Quadro 52 - Associações, Coletividades e Grupos</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	Arada Atlético Clube
	Clube Recreativo de Arada
	Grupo Columbófilo de Arada
	Grupo Folclórico "Os Fogueteiros de Arada"
Troupes de Reis	Grupo Folclórico "Os Fogueteiros de Arada"
Associações de Pais	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 1 e JI da Murteira
	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 1 do Outeiral

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

<b>Quadro 53 - Equipamentos Desportivos</b>					
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Área de Jogo</b>	<b>Tipo de Piso</b>	<b>Iluminação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Campo de Futebol do Atlético Clube de Arada	6 996 m <sup>2</sup>	Relva Sintética	Sim	Razoável	Junta Freguesia
Campo de Treinos do Atlético Clube de Arada	486m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Junta Freguesia
Campo de Ténis do Atlético Clube de Arada	--	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Junta Freguesia
Campo de Basquetebol da EB de Outeiral	387m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Outeiral
Campo de Basquetebol da EB de Murteira	387m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Murteira
Pavilhão Gimnodesportivo de Arada	1 100m <sup>2</sup>	Madeira	Sim	Bom	C.M. Ovar
Pista de Atletismo do Atlético Clube de Arada	900m <sup>2</sup>	Pó de tijolo	Sim a)	Mau	Atlético Clube de Arada

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

a) Iluminação precária

<b>Quadro 54 - Equipamentos Culturais</b>		
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Auditório do Centro Cívico	Bom	Junta de Freguesia
Núcleo Museológico de Arada com Sala de Conservação e Restauro	Bom	Junta de Freguesia
Reserva Museológica Municipal do Pólo Central da Rede Museológica de Ovar	Bom	Junta de Freguesia
Pólo da Biblioteca	Bom	C.M. Ovar

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

<b>Quadro 55 - Equipamentos Recreativos e de Lazer</b>		
<b>Tipo de Equipamento</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Parque Infantil do Largo Pe. António – Pedras de Cima	Bom	Junta de Freguesia
Parque Infantil no Largo da Sra. do Desterro	Bom	Junta de Freguesia

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**d) Recursos Educativos**

Quadro 56 - Recursos Educativos/ Formativos		
Tipo		Designação
Ensino Básico Público	Pré-escolar e 1.º Ciclo	Escola Básica de Murteira
		Escola Básica de Outeiral
Ensino Específico	Escola de arte (Música, dança, teatro, pintura...)	Escola de Música "Instrumentos & C.ª"

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**e) Património**

Quadro 57 - Património existente na Freguesia			
Tipo de Património	Identificação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Arquitetónico	Solar do Dr. Carvalho (início do séc. XX)	Bom	Privados
	Escola da Preguiça (Plano Centenário)	Bom	Junta Freguesia
Etnográfico e Antropológico	2 Moinhos da Fonte do Estanislau (início do séc. XX)	Mau*	Junta Freguesia
	Moinhos de Zinco	Razoável	Privados
	Moinhos do Rapioca	Razoável	Privados
	Moinhos de Coimbra Nova	Razoável	Privados
	2 Espigueiros na Sra. do Desterro (início do séc. XX)	Razoável	Privados
	1 Espigueiro nos Castanheiros (início do séc. XX)	Razoável	Privados
	Lavadouro dos Lagos	Bom	Junta Freguesia
Religioso	Lavadouro da Alcapedrinha	Bom	Junta Freguesia
	Igreja Matriz /Igreja Paroquial de S. Martinho do Bispo (1786)	Razoável	Igreja
	Cruzeiro de S. Martinho (anos 50)	Bom	Junta Freguesia
	Cruzeiro do Calvário (anos 50)	Bom	Junta Freguesia
	Cruzeiro da Nossa Senhora do Desterro (anos 50)	Bom	Junta Freguesia
	Capela e Santuário da Nossa Senhora do Desterro (1663)	Bom	Igreja
	Capela do Padre António (início do séc. XX)	Razoável	Privado
Capela do Calvário (1918)	Bom	Igreja	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

\* Foi apresentada candidatura de requalificação

**f) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

Quadro 58 - Recursos e potencialidades a nível ambiental		
Tipo	Designação	Infraestruturas
Recursos hídricos	Ribeiro do Lourido	-
	Ribeira do Cáster	-
Equipamentos de lazer	Parque de merendas da Fonte do Estanislau	Mesas e bancos

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**g) Alojamentos Turísticos**

Quadro 59 - Alojamentos Turísticos		
Tipo	Designação	Infraestruturas
Residencial	Residencial D. Henrique	12 camas, Bar e Restaurante
Motel	Motel Dunas D'Ovar	42 quartos/ 43 camas

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**h) Outros Equipamentos**

Quadro 60 - Outros Equipamentos da Freguesia		
Tipo	Designação	Quantidade
Serviços	Agências bancárias	1
	Caixas Multibanco	1
	Agências de seguros	2
	Agências de viagens	0
	Postos de turismo	0



<b>Quadro 60 - Outros Equipamentos da Freguesia</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	2
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	0
	Clínicas Veterinárias	0
Comércio	Mercado local (retalhista)	1
	Feira semanal – funciona aos Domingos de manhã	1
	Centro Comercial	0
	Comércio grossista	2
	Supermercado	1
	Comércio a retalho	3
	Minimercado, mercearias	8
Comunicações	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	5
	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	5
Saúde	Extensão de Saúde	1
	Farmácias	1
	Posto de colheita	1
	Consultório de Clínica Geral	1

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**h) Principais Problemas e Necessidades da Freguesia**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>Problemas</b>	<b>Necessidades</b>
Habituação	Habituação degradada	Habituação social
Saúde	Mau funcionamento da Extensão de Saúde	Falta de pessoal médico
Educação	Falta de espaços adequados para atividades de educação física e recreio nas escolas	
Emprego/ Desemprego	Elevado número de desempregados	
Pobreza	Alguns focos de pobreza; baixos rendimentos	
Terceira Idade	Aumento da taxa de envelhecimento; solidão; ausência de suporte familiar	Equipamentos, respostas e serviços na área da Terceira Idade (ex.: Centro Dia)
Infância e Juventude	Falta de espaços para atividades desportivas	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**i) Prioridades de Intervenção**

<b>Área Temática</b>	<b>Prioridade de Intervenção</b>		
	<b>Elevada</b>	<b>Média</b>	<b>Baixa</b>
Habituação	X		
Educação			X
Saúde	X		
Violência			X
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza		X	
Deficiência			X
Infância e Juventude		X	
Terceira Idade	X		
Acessibilidades			X

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**j) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças**

<b>Factores endógenos/ internos</b>	
<b>Potencialidades</b>	<b>Fragilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>⬆️ Comércio dinâmico;</li> <li>⬆️ Prolongamento da zona industrial para norte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⬆️ Inexistência de equipamento social e respostas de apoio à comunidade.</li> </ul>
<b>Factores exógenos/ externos</b>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>⬆️ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⬆️ Desemprego e emprego precário</li> </ul>

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**5.4.4. S. Vicente de Pereira Jusã**



Indicadores		Total
Área geográfica		9,2 km <sup>2</sup>
Habitantes	Homens	1 114
	Mulheres	1 202
Famílias Clássicas		730

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Na zona sul do Concelho encontram-se as freguesias de S. Vicente de Pereira Jusã e Válega. A freguesia de S. Vicente de Pereira faz fronteira a norte com as freguesias de Mosteirô e Souto do Concelho de Santa Maria da Feira, a sul e nascente com as freguesias de S. Martinho da Gândara e Cucujães do Concelho de Oliveira de Azeméis e a poente com as freguesias de Válega e de S. João.

A vila de Pereira remonta ao período neogótico, quando se constituía em um senhorio que abrangia Pereira, Válega, Ponte de São Vicente e São Martinho.

As freguesias de São Martinho e Souto e a vila de Pereira Jusã, até ao fim do século XVIII, pertenceram ao concelho e julgado da Feira. A criação do concelho de Oliveira de Azeméis (1799), retirou ao da Feira a freguesia de São Martinho da Gandra e a parte de São Vicente que ainda pertencia à Feira.

Em 1836 toda a freguesia de São Vicente passou para o concelho de Pereira Jusã, vindo a ser extinto e incorporado, em dezembro de 1852, no concelho e julgado de Ovar.

A mais antiga referência a esta freguesia de que há notícia é relativa ao ano de 978. Trata-se duma doação ao mosteiro de Lorvão, tendo por objeto umas propriedades na “vila” de Azevedo e uma fonte e um moinho junto ao Porto de S. Vicente de Pereira.

O setor secundário é o mais expressivo na freguesia, sobressaindo atividades como fabrico de urnas, calçado, curtumes, carpintarias, serralharias, confeções, madeireiros e extração e lavagem de caulino, embora a agricultura e pecuária ainda tenha alguma visibilidade, sobretudo para consumo próprio.

Tendo por base os Censos 2011, possuía um total de 2.316 habitantes (1.114 homens e 1.202 mulheres) e 730 famílias.

**a) Instituições de caráter social**

Quadro 61 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências		
Nome da Instituição	Estatuto Jurídico	Valências/ Respostas
Conferência S. Vicente de Paulo de S. Vicente de Pereira	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de vestuário; apoio religioso e visitas domiciliárias
Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira	IPSS	Creche; Pré-Escolar; Centro de Dia; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Convívio; Centro Comunitário com Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social e apoios eventuais; Gabinete de Psicologia; Banco Alimentar; Serviço de Apoio Domiciliário; Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica; Cantina Social; Cozinha Social; Lavandaria Social; Banco de Produtos de Apoio; Espaço Mulher; Residência Autónoma para Idosos e Grupos de competências pessoais, sociais e familiares; Banco de Roupas e Utilidades Domésticas e ateliês para crianças e jovens nos períodos não letivos. Tem, ainda, 1 projeto protocolado com a CIG e o Ministério da Educação: o projeto “A Escola vai à Casa Abrigo”.

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**b) Associações, Coletividades e Grupos**

Quadro 62 - Associações, Coletividades e Grupos	
Tipo	Designação
Associações culturais, recreativas e desportivas	Associação Motard Anjos Papa Km's
	Associação Recreativa e Cultural de S. Vicente de Pereira
	Grupo Folclórico de Jusã
Associações de Pais	Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB de S. Vicente de Pereira Jusã/JI

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

Quadro 63 - Equipamentos Desportivos					
Tipo de Equipamento	Área de Jogo	Tipo de Piso	Iluminação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Campo de Futebol da ARC S. Vicente de Pereira	6 600m <sup>2</sup>	Relvado sintético	Sim	Bom	Ass. R. Cult. S. Vicente Pereira
Campo de futebol de praia	90m <sup>2</sup>	Areia	Não	Bom	EB de S.V. Pereira
Polidesportivo da ARC S. Vicente de Pereira	760m <sup>2</sup>	Relvado Sintético	Sim	Razoável	Ass. R. Cult. S. Vicente Pereira
Polidesportivo da Fontanheira	100m <sup>2</sup>	Cimento	Não	Bom	Junta Freguesia
Polidesportivo da EB	1 636m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Bom	EB de S.V. Pereira
Pavilhão da EBI	537m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	EB de S.V. Pereira
Sala de Desporto da EB	213m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	EB de S.V. Pereira
Pista de Atletismo da ARC S. Vicente de Pereira	900m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Mau	Ass. R. Cult. S. Vicente Pereira

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

Quadro 64 - Equipamentos Culturais, Recreativos e de Lazer			
Tipo de Equipamento		Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Auditórios	Grupo de Acção Social	Bom	Grupo Acção Social de S. Vicente de Pereira
	Salão Paroquial	Bom	Igreja
	Junta Freguesia	Bom	Junta de Freguesia
Recinto para festas do Lg. de S. Lourenço		Bom	Junta de Freguesia

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**d) Recursos Educativos/ Formativos**

Quadro 65 - Recursos Educativos/ Formativos		
Tipo	Designação	
Ensino Básico Público	Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º Ciclos	EB de S. Vicente de Pereira
Ensino Específico	Escola de arte (Música, dança, teatro, pintura...)	Escola de Música

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**e) Património**

Quadro 66 - Património existente na Freguesia				
Tipo de Património	Identificação	Data de Construção	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Arquitetónico	Fonte da Agoncida	1950	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte dos Arais	2004	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte da Fontanheira	1980	Razoável	Junta Freguesia
	Quinta do Formal	Séc. XII	Bom	Privado
	Quinta do SAVEDRA	Séc. XVIII	Mau	Privado
	Quinta do Correia Leite	Finais séc. XIX	Mau	Privado
	Quinta da Família Rocha	Início séc. XX	Bom	Privado
	Quinta das Picotas	Início sé. XX	Bom	Privado
	Quinta Vila Viçosa	Finais séc. XIX	Razoável	Privado
	Quinta das Rosas	Finais séc. XIX	Razoável	Privado



<b>Quadro 66 - Património existente na Freguesia</b>				
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Data de Construção</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Arquitetónico	Quinta do Alves – S. Geraldo	Finais sé. XIX	Bom	Privado
	Quinta Dr. João Rodrigues O. Santos	Inícios séc. XIX	Bom	Privado
	Quinta dos FONSECAS	Finais séc. XIX	Mau	Privado
	Quinta do Barbosa	Finais séc. XIX	Razoável	Privado
	Quinta dos Afonsos - Aveneda	Finais séc. XIX	Razoável	Privado
	Quinta dos Unidos	Finais séc. XIX	Razoável	Privado
	Quinta dos Herdeiros	Finais séc. XIX	Razoável	Privado
	Quinta dos Andrades - Castanheiro	Finais séc. XIX	Bom	Privado
Etnográfico e Antropológico	Casa do Pinho	Séc. XIX	Bom	Privado
	10 Canastros ou Espigueiros	Início séx. XX	Bom	Privados
	36 Canastros ou Espigueiros	Início séx. XX	Razoável	Privados
	5 Canastros ou Espigueiros	Início séx. XX	Mau	Privados
	2 Moinhos	Início séx. XX	Bom	Privados
	8 Moinhos	Início séx. XX	Razoável	Privados
	11 Moinhos	Início séx. XX	Mau	Privados
	1 Tafona**	Séc. XIX	Mau	Privado
Lavadouro do Casal	Séc. XX	Razoável	Junta Freguesia	
Lavadouro da Fontanheira	Séc. XX	Bom	Junta Freguesia	
Religioso	Capela da N.ª Sra. da Boa Viagem	1870	Bom	Privado
	Capela de S. José - Formal	1719	Bom	Privado
	Capela de S. Lourenço	1670	Bom	Igreja
	Capela de S. Geraldo	1658	Bom	Igreja
	Capela de S. José - Torre	1880	Bom	Igreja
	Cruzeiro do Adro Velho	1668	Bom	Igreja
	Cruzeiro de S. Lourenço	1670	Bom	Igreja
	Cruzeiro da Rotunda Dionísio P. Santos	1909	Bom	Igreja
	Cruzeiro do Lg. Cruzeiro (S. Geraldo)	Séc. XVI	Bom	Igreja
	Cruzeiro de Sto. António (Cemitério)	Séc. XVI	Bom	Igreja
	Cruzeiro do Lg. da Torre	1880	Bom	Igreja
	Cruzeiro de Azevedo	2005	Bom	Junta Freguesia
Igreja Matriz	1764	Bom	Igreja	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

\* Tipo de engenho e moinho puxado a bois

**f) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

<b>Quadro 67 - Recursos e potencialidades a nível ambiental</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Recursos hídricos	Ribeira d' Algiva	--
	Ribeira N.ª Sra. da Graça	--
	Nascente da Ribeira do Seixo	--
	Ribeiro da Torre	--
Equipamentos de lazer	"Merendeiro do Sol Nascente", do Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira	mesas, sanitários sem duche, churrasqueiras
	Largo da Fontanheira	--
	Largo de S. Lourenço	--

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**g) Outros Equipamentos**

<b>Quadro 68 - Outros Equipamentos da Freguesia</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Agências bancárias	1
	Caixas Multibanco	1
	Agências de seguros	0
	Agências imobiliárias	0
	Agências de viagens	0
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	1
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	0
	Clínicas Veterinárias	0



<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
	Agência Funerária	3
Comércio	Minimercado, mercearias	4
	Cafés	4
	Casas de Repasto	2
	Venda de produtos agrícolas e drogaria	1
	Posto de abastecimento de combustíveis	1
	Venda de materiais de construção	1
	Talhos	2
	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	S
	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	N
Saúde	Extensão de Saúde	1
	Farmácias	1
	Posto de colheita	1
	Consultório de Estomatologia	1
	Ótica	1

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**h) Principais Problemas e Necessidades**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>Problemas</b>	<b>Necessidades</b>
Habituação	Algumas casas degradadas	Manutenção das habitações; Anexação de lotes para habitação social
Educação	Pouca valorização da escola; Desinteresse pelas atividades letivas e culturais	Psicólogo na EB; Espaço de recreio coberto na EB
Saúde		Construção de resguardo lateral /abrigo para utentes da Extensão de Saúde
Dependências	Consumos de substâncias psicoativas e de álcool	Prevenção primária
Violência	Assaltos a habitações; Atos de vandalismo isolados	Maior vigilância por parte das autoridades policiais
Emprego/Desemprego	Aumento das taxas de desemprego	Reconversão de competências; Revisão do PDM para aprovação da zona industrial
Pobreza	Pobreza dispersa e “envergonhada”	
Acessibilidades	Degradação das vias; Via estreita de acesso à A29; Falta de passeios	Pavimentação de algumas vias; Construção de passeios; Alargamento da via de acesso à A29 em S. Geraldo; Rede de Transportes Rodoviários para Santa Maria da Feira

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**i) Prioridades de Intervenção**

<b>Área Temática</b>	<b>Prioridade de Intervenção</b>		
	<b>Elevada</b>	<b>Média</b>	<b>Baixa</b>
Habituação		x	
Educação		x	
Saúde		x	
Dependências		x	
Violência			x
Emprego/ Desemprego	x		
Pobreza		x	
Deficiência			x
Terceira Idade			x
Acessibilidades	x		
Higiene e Salubridade		x	

Fonte: União das Freguesias de Ovar. S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã



**j) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças**

Fatores endógenos/ internos	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Dinamismo das respostas a nível social;</li> <li>✚ Possibilidade de criação de Museu associado à extracção da matéria-prima para porcelana;</li> <li>✚ Património cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Pouca oferta de comércio;</li> <li>✚ Rede de transporte viária para Santa Maria da Feira;</li> <li>✚ Baixas qualificações escolares e profissionais da população;</li> <li>✚ Ausência de Zona Industrial estruturada.</li> </ul>
Fatores exógenos/ externos	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários;</li> <li>✚ Acesso à A29;</li> <li>✚ Turismo rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Desemprego e emprego precário.</li> </ul>

Fonte: União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã

**5.5. Válega**



Freguesia: Válega		
Indicadores		Total
Área geográfica		26,6 km <sup>2</sup>
Habitantes	Homens	3 302
	Mulheres	3 525
Famílias Clássicas		2 266

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

A freguesia de Válega faz fronteira a norte com a freguesia de S. João, a sul com a freguesia de Avanca, concelho de Estarreja, a nascente com a freguesia de S. Vicente de Pereira e a poente com a Ria de Aveiro.

O nome de Válega aparece num documento do ano de 1002, sendo provável que já há muito fosse aplicado a esta povoação. Nesse documento aparece o nome de Válega aplicado ao rio que por lá passa. A freguesia de Válega foi formada pela fusão de várias vilas, sendo as principais, Pereira e Dagarei. A parte norte da freguesia regia-se pelo foral de Pereira Jusã e a sul pelo da Feira. À vila de Dagarei veio a suceder o lugar do mesmo nome também chamado Digarei ou Gadarei. Este lugar chama-se atualmente S. João. Em meados do século XII, a freguesia de Válega já estava organizada de forma eclesiástica e sujeita a pagar determinados tributos. O concelho de Pereira Jusã perdurou desde o século XVI até meados do século XIX, pois em dezembro de 1852 foi incorporado no concelho e julgado de Ovar.

Nas Inquirições de D. Afonso III em 1221, e de D. Dinis, 1288, nota-se a preocupação destes monarcas em salvaguardar os seus direitos em relação aos abusos da nobreza, obrigando-os a pagar tributos. A 9 de Julho de 1985 a Assembleia da República aprovou a elevação de Válega à categoria de Vila

Os setores secundário e terciário têm pouca expressão na freguesia, sobressaindo atividades como a indústria das madeiras, a construção civil, o comércio de vestuário e a restauração. Ainda com bastante significado na freguesia, encontramos o setor primário, não só a agricultura para consumo próprio como a pecuária.

Com base nos Censos 2011, possuía um total de 6.827 habitantes (3.302 homens e 3.525 mulheres) e 2.266 famílias.

**a) Instituições de caráter social**

Quadro 69 – Instituições de caráter social concelhias e respetivas valências		
Nome da Instituição	Estatuto Jurídico	Valências/ Respostas
Conferência de S. Vicente de Paulo Nossa Senhora do Amparo	Entidade de natureza religiosa	Distribuição de alimentos, vestuário e apoios económicos para medicação, eletricidade, água, gás, transportes, rendas, etc.; Banco de Apoio à Comunidade com Banco de Produtos de Apoio e Loja Solidária*



Fundação Pe. Manuel Pereira Pinho e Irmã	IPSS	Creche; Pré-escolar; Centro de Atividades de Tempos Livres; Centro de Dia; Serviço de Apoio domiciliário; Programa POAPM/FEAC; Banco de Apoio à Comunidade com Banco de Produtos de Apoio e Loja Solidária*
--	------	---

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

\* O Banco de Apoio à Comunidade é uma iniciativa da Comissão Social de Freguesia de Válega que está sob a coordenação da Conferência de S. Vicente de Paulo Nossa Senhora do Amparo e da Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã

**b) Associações, Coletividades e Grupos**

**Quadro 70 - Associações, Coletividades e Grupos**

Tipo	Designação	
Associações Culturais, Recreativas e Desportivas	Associação Amigos do Antigo Concelho de Pereira Jusã	
	Associação Cultural e Recreativa de Valdágua	
	Associação dos Amigos de S. Bento	
	Associação dos Amigos do Seixo Branco	
	Associação dos Antigos Alunos da Escola Oliveira Lopes	
	Associação dos Emigrantes de Santa Maria – Válega	
	Cenário – Centro Náutico da Ria de Ovar	
	Centro Cultural e Recreativo de Válega	c/ Secção Autónoma de Patinagem
		c/ Secção Autónoma de Ténis de Mesa
	Companhia Vareira	
	Grupo Coral Láudamus	
	Grupo de Acção Cultural de Válega	
	Grupo Folclórico da Casa do Povo de Válega	
	Sociedade Columbófila de Válega	
Sol D'Alma – Grupo de Teatro		
Associações de Pais	Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Válega	
Associações de Jovens	Alquimia das Estrelas – Anjos Solidários	
Troupes de Reis	Associação dos Antigos Alunos da Escola Oliveira Lopes	
	Associação Cultural e Recreativa de Valdágua	
	Grupo Folclórico da Casa do Povo de Válega	
Grupos de Carnaval	Os Bailarinos de Válega (Associação)	

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**c) Equipamentos de cariz desportivo, cultural, recreativo e de lazer**

**Quadro 71 - Equipamentos Desportivos**

Tipo de Equipamento	Área de Jogo	Tipo de Piso	Iluminação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Pavilhão Gimnodesportivo	1 067m <sup>2</sup>	Betuminoso	Sim	Razoável	C. M. Ovar
Pavilhão da Escola Básica de Monsenhor Miguel Oliveira	420m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	EB de Monsenhor Miguel Oliveira
Pavilhão do Centro Escolar da Regedoura	234m <sup>2</sup>	Espuma de dupla densidade	Sim	Bom	Câmara M. Ovar
Polidesportivo 1 da Escola Básica de Monsenhor Miguel Oliveira	2 722m <sup>2</sup>	Betão	Não	Razoável	EB de Monsenhor Miguel Oliveira
Polidesportivo 2 da Escola Básica de Monsenhor Miguel Oliveira	1 058m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	EB de Monsenhor Miguel Oliveira
Polidesportivo da ACRV	800m <sup>2</sup>	Betão	Sim	Razoável	AC.R. Valdágua
Campo de Futebol do CCRV	7 402m <sup>2</sup>	Relva Sintética	Sim	Bom	Centro Cultural e Recr. Válega
Campo de Treinos do CCRV n.º 1	2 824m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Centro Cultural e Recr. Válega
Campo de Treinos do CCRV n.º 2	924m <sup>2</sup>	Solo estabilizado	Sim	Razoável	Centro Cultural e Recr. Válega
Campo de Voleibol da Escola Básica de Monsenhor Miguel Oliveira	160m <sup>2</sup>	Betuminoso	Não	Razoável	EB de Monsenhor Miguel Oliveira
Sala de Desporto da Escola Básica de Monsenhor Miguel Oliveira	186m <sup>2</sup>	Sintético	Sim	Bom	EB Monsenhor Miguel Oliveira



<b>Quadro 71 - Equipamentos Desportivos</b>					
Tipo de Equipamento	Área de Jogo	Tipo de Piso	Iluminação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Pista de Atletismo da Escola Básica de Monsenhor Miguel Oliveira	-	Alcatrão	Sim	Razoável	EB Monsenhor Miguel Oliveira

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

<b>Quadro 72 - Equipamentos Culturais, Recreativos e de Lazer</b>			
Tipo de Equipamento	Qualidade do Equipamento	Estado de Conservação do Edifício	Proprietário e/ou Detentor
Auditório da Junta de Freguesia	Razoável	Razoável	Junta Freguesia
Auditório da Fundação Pe. Manuel Pereira Pinho e Irmã	Razoável	Bom	Fundação P. Manuel Pereira Pinho e Irmã
Auditório da A. C. e Rec. de Valdágua	Razoável	Bom	A. C. R. Valdágua
Pólo da Biblioteca	Bom	Bom	C.M. Ovar
Museu Etnográfico	Bom	Bom	Grupo Folclórico Casa do Povo de Válega
Museu Escolar	Bom	Bom	A.A.A.E. Oliveira Lopes
Museu Náutico	Bom	Bom	Centro Náutico Ria Ovar
Jornal de Válega	Bom	Bom	Grupo de Acção Cultural

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**d) Recursos Educativos/ Formativos**

<b>Quadro 73 - Recursos Educativos/ Formativos</b>	
Tipo	Designação
Ensino Básico Público	Pré-escolar e 1.º Ciclo
	Escola Básica de Paçô
	Escola Básica de Regedoura
Ensino Específico	2.º e 3.º Ciclos
	Escola Básica de Monsenhor Miguel de Oliveira
Formação Profissional	Escola de arte (Música, dança, teatro, pintura..)
	Escola de Dança e Música da As. Cult. Recreativa Valdágua
	Escola de Música do GAC – Grupo de Acção Cultural Válega
	Grupo de Teatro Amador do GAC
	Sol d'Alma – Grupo de Teatro
	Centro Tecnológico para a Condução de Equipamentos de Movimentação de Materiais (CTCEMMA)

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**e) Património**

<b>Quadro 74 - Património existente na Freguesia</b>			
Tipo de Património	Identificação	Estado de Conservação	Proprietário e/ou Detentor
Arquitetónico	Fonte da Madria	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte da Mourã	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte de Pintim	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte da Bica – Pereira	Mau	Junta Freguesia
	Fonte dos Mouros – Pereira	Mau	Junta Freguesia
	Fonte de S. João – Porto Laboso	Bom	Junta Freguesia
	Fonte da Peneda – Fontainhas	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte da Carvalheira	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Prado	Razoável	Junta Freguesia
	Fonte do Patarrão – Fontainhas	Bom	Junta Freguesia
	Fonte do Rio Negro	Razoável	Junta Freguesia
	Pelourinho de Pereira Jusã	Bom	Junta Freguesia
	Quinta do Fonseca	Mau	Privado*
	Quinta da Capela - Solar de João V. Correia (séc. XVIII)	Bom	Casa do Povo**
	Núcleo de Moinhos “Azenha do Novo” - Paçô	Mau	Privados
	Núcleo de Moinhos “Azenha da Corga” - Corga	Mau	Privados



<b>Quadro 74 - Património existente na Freguesia</b>			
<b>Tipo de Património</b>	<b>Identificação</b>	<b>Estado de Conservação</b>	<b>Proprietário e/ou Detentor</b>
Etnográfico e Antropológico	Outros moinhos abandonados e inativos	Mau	Privados
	4 Moinhos em atividade	Bom	Privados
	Lavadouro do Porto Laboso	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro de Pintim	Razoável	Junta Freguesia
	Lavadouro das Fontainhas	Bom	Junta Freguesia
	Lavadouro da Bica	Mau	Junta Freguesia
	Lavadouro de Vilarinho	Mau	Junta Freguesia
	Lavadouro do Seixo	Razoável	Junta Freguesia
Religioso	Espigueiros	Razoável	Privados
	Igreja Matriz (sec. XX)	Bom	Igreja
	Capela de S. Bento	Bom	Igreja
	Capela de S. Gonçalo	Bom	Igreja
	Capela de S. João	Bom	Igreja
	Capela de S. Miguel (1818)	Bom	Igreja
	Capela da Sra. do Bom Sucesso (1721)	Bom	Junta Freguesia
	Capela da Sra. de Entreáguas (1640)	Bom	Igreja
	Capela Velha de Nossa Senhora das Dores (1812)	Mau	Privados
	Capela Nova de Nossa Senhora das Dores (1985)	Bom	Igreja
	Capela da Sra. das Febres (1711)	Mau	Privados
	Capela da Sra. do Lurdes (1912)	Mau	Privados
	Capela da Sra. da Maternidade (1889)	Mau	Privados
	Capela da Sra. da Conceição e Sagrada Família (1763)	Mau	Privados
	Cruzeiro da Fonte da Virgem (1850)	Bom	Igreja
	Cruzeiro dos Aflitos (1663)	Bom	Igreja
	Cruzeiro de S. Miguel	Bom	Igreja
Cemitério Velho	Bom	Junta Freguesia	

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

\* Considerado Património de Interesse Municipal

\*\* Classificado pelo IPAAR

**f) Alojamentos Turísticos**

<b>Quadro 75 - Alojamentos Turísticos</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Alojamento Local	Calma House	3 Quartos/5 camas, piscina

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**f) Recursos e potencialidades a nível ambiental**

<b>Quadro 76 - Recursos e potencialidades a nível ambiental</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Infraestruturas</b>
Recursos hídricos	Ribeira do Gonde	-
	Rio Negro	-
	Rio de S. Miguel ou Regato da Madria	-
	Rio de Pereira ou Ribeira do Seixo	-
	Regato da Carvalheira	-
	Cais do Puchadouro e Bico do Torrão	-
Equipamentos de lazer	Parque de Merendas de Nossa Senhora de Entreáguas	Mesas, bancos, sanitários sem duche, água de furo e churrasqueiras
	Parque de Merendas no Cruzeiro da Virgem	Mesas e bancos
	Jardim Padre Eloi de Pinho	Bancos
	Jardim da Av. Comendador António Augusto da Silva	Bancos e mesas
	Jardim de Porto Laboso	Bancos

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega



**g) Outros Equipamentos**

<b>Quadro 77 - Outros Equipamentos da Freguesia</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>
Serviços	Agências bancárias	1
	Caixas Multibanco	1
	Agências de seguros	4
	Agências funerárias	1
	Postos de Abastecimento de combustíveis	3
	Gabinetes de Projetos Construção Civil	0
	Gabinetes de Contabilidade e Consultadoria de Gestão	1
	Pay Shop	2
	Hotel para Cães	1
Comércio	Cafés e/ou Snack- Bares	15
	Padarias/ Pastelarias	3
	Restaurantes	6
	Quintas para eventos	2
	Venda de materiais de construção civil	1
	Venda de produtos agrícolas	2
	Mercado local (retalista)	0
	Feira semanal	0
	Comércio grossista	1
Minimercado, mercearias	5	
Comunicações	Estação de correio	0
	Posto de correio	1
	Postos de telefone públicos (Sim/Não)	5
	Locais de acesso à Internet gratuitos (Sim/Não)	5 (Biblioteca)
Saúde	Unidade de Saúde Familiar	1
	Farmácias	2
	Posto de colheita	1
	Consultório de Ortodontia/ Estomatologia	2
	Clínicas com várias valências	3
	Ótica	1

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**h) Principais Problemas e Necessidades**

<b>Áreas Temáticas</b>	<b>Problemas</b>	<b>Necessidades</b>
Habitação	Habitações degradadas; Significativo número de habitações devolutas	Habitação Social; requalificação do parque habitacional
Educação	Insuficiente oferta de formação profissional financiada, sobretudo para adultos	Formação profissional financiada adaptada às reais necessidades do mercado de trabalho
Saúde	Falta de hábitos de alimentação saudável e de exercício físico; Aumento do n.º de pessoas com doenças mentais e demências	Programas de sensibilização à comunidade para a importância do exercício físico; Criação de projetos de intervenção comunitária nas áreas das doenças mentais e demências
Dependências	Comportamentos aditivos e dependências; Tráfico de substâncias ilícitas	Criação de grupos de apoio e interajuda para dependentes de substâncias psicoativas
Violência	Vandalismo; Assaltos a habitações; Violência doméstica	Programas de treinos de competências pessoais e sociais a integrar nos currículos escolares e projetos comunitários
Emprego/ Desemprego	Baixas qualificações escolares e profissionais; Desemprego, sobretudo de longa duração; Baixa oferta de empregos na freguesia;	Formação Profissional; Aumento das qualificações escolares e profissionais, em articulação com as reais necessidades do mercado de trabalho
Pobreza	Casos dispersos pela freguesia, com exceção do Portinho, considerado um foco de pobreza; Subsidiodependência	Intervenção de projetos comunitários; Ações de sensibilização sobre a gestão da economia doméstica, incidindo nas áreas de maior pobreza, sobretudo no Portinho



Infância e Juventude	Menores em risco; Insuficiência de espaços adequados para ocupação dos tempos livres e não rentabilização dos existentes	Estudo sobre interesses e ocupação de tempos livres deste grupo; Dinamização de atividades diversas e alternativas, rentabilizando recursos
Terceira Idade	Envelhecimento da população; idosos a residir sós e sem retaguarda familiar; insuficiência de atividades para ocupação dos tempos livres	Construção de estruturas de apoio para pessoas idosas; projetos para acompanhamento/apoio dos idosos isolados e sem retaguarda familiar; intervenção comunitária
Acessibilidades	Degradação da rede viária; Barreiras arquitetónicas	Recuperação da rede viária; Eliminação das barreiras arquitetónicas
Turismo	Inexistência de pólos de atração turística; pouca divulgação de iniciativas/ eventos; pouca diversidade de eventos	Maior divulgação e diversidade de atividades; Estudo para criação de pólos turísticos
Agricultura e Pecuária	Águas inquinadas e poluição ambiental causada pelas explorações agrícolas e pecuárias; Insuficiência de dados sobre a produção agrícola	Saneamento Básico; Estudo sobre a viabilidade da implementação da agricultura biológica
Tecido Económico	Necessidade de criação de uma área para implantação de empresas e serviços	Criação da área de “Serviços e Equipamentos”

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**i) Prioridades de Intervenção**

Área Temática	Prioridade de Intervenção		
	Elevada	Média	Baixa
Habituação	X		
Educação		X	
Saúde	X		
Dependências		X	
Violência		X	
Emprego/ Desemprego	X		
Pobreza	X		
Infância e Juventude	X		
Terceira Idade	X		
Acessibilidades		X	
Turismo			X
Agricultura e Pecuária			X
Tecido Económico		X	

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

**j) Potencialidades e Oportunidades/ Fragilidades e Ameaças**

Fatores endógenos/ internos	
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Dinâmica associativa e social;</li> <li>✚ Património arquitetónico, etnográfico, religioso e cultural;</li> <li>✚ Terrenos férteis;</li> <li>✚ Património natural (em especial Cais do Puxadouro e Bico do Torrão);</li> <li>✚ Existência de alguns equipamentos desportivos, culturais, recreativos e de lazer;</li> <li>✚ Oportunidades de inovação e empreendedorismo, ligadas ao património natural, arquitetónico, etnográfico, cultural e social, bem como às artes e ofícios (artesanato);</li> <li>✚ Possibilidade de criação de uma área de “Serviços e Equipamentos”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Não cobertura total por rede de saneamento básico;</li> <li>✚ Degradação da rede viária;</li> <li>✚ Dispersão geográfica;</li> <li>✚ Necessidade de revitalização do Centro da Vila;</li> <li>✚ Existência de um significativo n.º de habitações degradadas;</li> <li>✚ Existência de um significativo n.º de edifícios devolutos;</li> <li>✚ Dependências (álcool, tabaco e drogas);</li> <li>✚ Baixa oferta de emprego;</li> <li>✚ Significativo número de desempregados, sobretudo de longa duração;</li> <li>✚ Aumento do n.º de pessoas com doenças mentais e demências;</li> <li>✚ Elevado n.º de idosos a residir sós e/ou sem retaguarda familiar;</li> <li>✚ Baixas qualificações escolares e profissionais;</li> <li>✚ Insuficiência de atividades adequados para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens e não rentabilização dos existentes;</li> <li>✚ Casos de pobreza dispersos pela freguesia e foco de pobreza no Portinho;</li> <li>✚ Existência de construções abarracadas (Portinho; Manas, Senhora de Entreáguas, Carvalheira de Cima, Portadona e</li> </ul>



	Pintim); ⚠️ Violência doméstica; ⚠️ Crianças e jovens em perigo; ⚠️ Inexistência de pólos de atração turística e pouca diversidade de eventos; ⚠️ Águas inquinadas e poluição ambiental causada pelas explorações agrícolas e pecuárias;
Fatores exógenos/ externos	
Oportunidades	Ameaças
⚡ Boas acessibilidades aos centros urbanos concelhios e extra-concelhios e aos principais eixos rodoviários (A1 e A29); ⚡ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários.	⚡ Desemprego e emprego precário; ⚡ Cortes nos apoios à agricultura e pecuária e diretrizes comunitárias (abandono da agricultura).

Fonte: Comissão Social de Freguesia de Válega

## 6. O efetivo populacional

Da análise dos quadros abaixo expostos, constata que, do total da população residente no concelho de Ovar, em 2011:

- ✓ 15.9% tinham 65 ou mais anos, face a 19.0% no País e 21.4% no Baixo Vouga
- ✓ 15.5% tinham entre os 0 e os 14 anos de idade, face a 14.9% no País e 14.7% no Baixo Vouga;
- ✓ 11.3% tinham entre 15 e 24 anos, face a 10.9% no País e 10.9% no Baixo Vouga;
- ✓ 57.3% tinham entre 25 e 64 anos, face a 55.2% no País e 55.7% no Baixo Vouga;
- ✓ 15.9% tinham 65 ou mais anos, face a 19.0% no País e 21.4% no Baixo Vouga.

Observa-se, ainda, que a maioria da população residente no concelho de Ovar é do sexo feminino. No entanto, nas faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos verifica-se o oposto.

Em termos de grupos etários (Quadro 79), a freguesia de Ovar era a que detinha o maior número de habitantes residentes por cada faixa etária, seguida de Esmoriz. Válega, apesar de ser a terceira freguesia com o maior índice populacional, não o foi em todos os escalões etários, pois na faixa dos 15 aos 24 anos e na dos 65 ou mais foi ultrapassada pela freguesia de S. João (1.640 e 1.109 versus 812 e 1.081 respetivamente).

Grupo Etário	Portugal		Região Centro		Baixo Vouga		Ovar	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
0-4 anos	482 647	246 396	95 075	48 583	17 397	8 884	2 468	1 261
5-9 anos	525 087	268 965	106 676	54 908	18 861	9 613	2 827	1 483
10-14 anos	564 595	288 638	117 501	59 893	16 805	10 732	2 637	1 686
0-14 anos	1 572 329	803 999	319 258	163 384	57 328	29 229	8 583	4 430
15-24 anos	1 147 315	581 548	239 248	121 569	42 498	21 417	6 286	3 206
25-64 anos	5 832 470	281 8729	1 247 499	605 993	217 521	105 135	31 721	15 304
≥ 65 anos	2 010 064	842 324	521 750	220 317	73 475	31 297	8 808	3 731
<b>Total</b>	<b>10 562 178</b>	<b>5 046 600</b>	<b>2 327 755</b>	<b>1 111 263</b>	<b>390 822</b>	<b>187 078</b>	<b>55 398</b>	<b>26 671</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Grupo Etário		Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de				Válega	Total
					Ovar	S. João	Arada	S.V. Pereira		
0-14 anos	2011	545	1 875	517	2 773	918	519	342	1 094	8 583
15-24 anos	2011	438	1 200	452	1 957	1 640	408	274	812	7 181
25-64 anos	2011	2 157	6 830	1 984	10 275	2 609	1 868	1 263	3 840	30 826
≥ 65 anos	2011	697	1 543	568	2 850	1 109	523	437	1 081	8 808
<b>Total</b>	<b>2011</b>	<b>3 837</b>	<b>11 448</b>	<b>3 521</b>	<b>17 855</b>	<b>6 276</b>	<b>3 318</b>	<b>2 316</b>	<b>6 827</b>	<b>55 398</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



Confirma-se, assim, a perda de população nos escalões etários mais jovens (até aos 34 anos) e acréscimo nos restantes, comportamento que traduz taxas de natalidade reduzidas acompanhadas de taxas de mortalidade também reduzidas e inferiores.

A evolução ocorrida reflete, assim, **um cenário marcado pelo envelhecimento da população, embora significativamente abaixo da média nacional** (Quadro 80). Contudo, demonstra a necessidade de definição de novas ações que privilegiem não apenas a vertente social de apoio aos idosos e às crescentes necessidades ao nível da saúde e da participação na sociedade, mas também de investimento em políticas e medidas que permitam fixar população e aumentar a taxa de natalidade, valorizando o quadro produtivo e o património natural e histórico-cultural do Município.

Apesar de ainda não ser um concelho envelhecido, o aumento do índice de envelhecimento é notório e para isso concorrem fatores como:

- Diminuição constante da taxa da natalidade, em que as gerações deixam de ser substituídas numericamente e o lugar dos adultos e dos idosos aumenta no total. O declínio da taxa de natalidade está associado a diversos fenómenos, como a redução da nupcialidade, o casamento tardio, a emancipação da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho. Também a generalização dos métodos contraceptivos e os encargos sociais acrescidos decorrentes de uma família numerosa são fatores que condicionam uma baixa de nascimentos;
- Aumento significativo da esperança média de vida, resultante das melhores condições sociais e tecnológicas, dos progressos da medicina preventiva, curativa e reabilitadora.

O envelhecimento demográfico acarreta consequências como:

- Problemas relacionados com a “inatividade pensionada”, em que as pessoas com determinada idade são pagas para ficarem inativas, refletindo-se na população ativa;
- Problemas sociais, como os de rejeição, afastamento, internamento, residencialismo ou hotelaria de luxo para idosos, com as consequências que daí advêm, tanto na imagem que a sociedade tem dos idosos, como na forma como vai sendo progressivamente construída a categoria social da velhice;
- Mudanças nas estruturas familiares, cuja nuclearização torna incompatível a coabitação com os mais velhos, surgindo as instituições vocacionadas para acolhimento dos idosos;
- Aparecimento de sentimentos de inutilidade mercê da inatividade provocada pela reforma, bem como a diminuição do poder económico que, frequentemente, obriga os idosos a viver dependentes dos seus familiares;
- Relativo declínio da população ativa e envelhecimento da mão-de-obra;
- Pressão sobre os regimes de pensão e as finanças públicas provocada pelo número crescente de reformados e pela diminuição da população em idade ativa;
- Necessidade crescente de cuidados de saúde e assistência a pessoas idosas;
- Diversidade dos recursos e das necessidades dos idosos.

Ao nível do emprego, da produtividade e das necessidades de formação, as consequências diretas e indiretas do envelhecimento poderão centrar-se nos seguintes grupos alvo:

- Na população ativa mais idosa de 40-64 anos de idade comparativamente aos ativos mais jovens de 15-39 anos de idade, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino;
- Nos idosos e sobretudo dos grandes idosos (população com 80 ou mais anos) a par do forte acréscimo das necessidades das populações sem atividade económica mais envelhecidas (saúde, apoio domiciliário, educação, assistência, etc.);
- Ativos mais idosos de 65 e mais anos;
- Nos desempregados de longa duração entre a população ativa com 45 e mais anos de idade.

Face a esta realidade, a comunidade europeia avançou com quatro objetivos que se assumem como vetores de resposta, nomeadamente, o aumento da produtividade, alicerçado num processo eficaz de aprendizagem ao longo da vida, o aumento da participação no mercado de trabalho, impulsionado pela mobilidade profissional dentro de um mercado de trabalho europeu, a recuperação da natalidade, apoiada por boas políticas de promoção da conciliação da vida familiar e atividade profissional e a melhor administração da imigração, incorporando eficazmente o contributo económico e social que constitui a integração de cidadãos originários de países terceiros numa Europa em declínio demográfico.

Da análise do Quadro 79, constata-se, à semelhança do que se passa no País e na Região, **uma previsão da diminuição da população no concelho de Ovar**, estimando-se que tenha passado de 55.398, em 2011, para 54.318 em 2017,



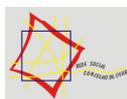
resultante do saldo migratório negativo a que se tem assistido nos últimos anos, o qual não foi compensado pelo saldo natural. No entanto, é de realçar que no grupo etário dos 65 ou mais anos se verifica o oposto, passando de 8.808, em 2011, para 10.262, em 2017.

<b>Quadro 80 – Estimativas da população residente, em 2016 e 2017, por grupo etário e sexo</b>									
Grupo Etário	Sexo	Portugal		Região Centro		Região de Aveiro		Ovar	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
0-4 anos	H	217 865	219 716	40 960	41 618	7 340	7 384	1 089	1 075
	M	207 697	208 528	39 196	39 754	6 918	6 991	1 006	1 035
5-9 anos	H	246 716	250 319	47 456	48 282	8 223	8 285	1 177	1 194
	M	235 896	239 685	44 944	45 917	7 868	7 890	1 187	1 162
10-14 anos	H	263 569	268 357	52 880	54 400	8 679	8 973	1 280	1 354
	M	252 153	255 811	50 450	51 473	8 445	8 663	1 225	1 330
15-19 anos	H	284 302	285 028	59 682	60 328	9 973	10 087	1 612	1 624
	M	271 609	273 137	56 544	57 602	9 720	9 823	1 543	1 544
20-24 anos	H	272 265	272 947	58 269	58 290	9 869	9 853	1 540	1 547
	M	265 025	265 609	56 008	56 314	9 753	9 850	1 514	1 530
25-29 anos	H	274 790	276 452	58 414	58 432	9 711	9 645	1 548	1 524
	M	274 677	275 467	56 589	56 877	9 710	9 756	1 471	1 481
30-34 anos	H	289 672	300 227	60 117	62 333	10 276	10 656	1 518	1 560
	M	302 128	314 611	61 766	64 477	10 721	11 175	1 604	1 690
35-39 anos	H	337 482	350 696	70 943	73 449	11 970	12 346	1 700	1 779
	M	367 436	380 557	75 619	78 663	12 938	13 345	1 869	1 940
40-44 anos	H	387 741	387 780	80 118	80 339	13 473	13 613	2 021	2 097
	M	424 312	423 942	87 398	87 650	14 942	14 991	2 281	2 314
45-49 anos	H	365 910	362 673	78 529	78 357	13 473	13 338	2 180	2 192
	M	401 199	396 311	85 315	84 744	14 919	14 828	2 376	2 342
50-54 anos	H	356 250	358 709	78 142	79 230	13 115	13 250	2 230	2 209
	M	397 399	398 173	85 841	86 735	14 532	14 562	2 317	2 365
55-59 anos	H	340 474	337 798	77 352	77 012	12 437	12 296	1 911	1 884
	M	382 087	377 007	84 828	83 802	13 884	13 736	2 197	2 129
60-64 anos	H	307 055	304 151	70 666	70 131	11 100	11 084	1 665	1 656
	M	352 044	349 242	78 075	77 312	12 777	12 471	1 995	1 945
65-69 anos	H	285 246	279 324	64 735	62 930	10 326	9 911	1 547	1 457
	M	334 640	327 471	73 982	72 556	11 668	11 344	1 696	1 657
70-74 anos	H	228 953	223 647	52 188	51 780	7 949	7 733	1 136	1 108
	M	292 550	286 597	67 049	66 899	9 853	9 753	1 319	1 265
75-79 anos	H	178 645	178 883	44 332	45 177	6 295	6 243	808	808
	M	246 352	247 797	61 678	62 323	8 472	8 430	1 161	1 168
80-84 anos	H	135 091	134 204	35 739	35 857	4 641	4 697	577	566
	M	214 259	213 101	55 386	55 498	7 261	7 255	929	908
85 e + anos	H	95 666	91 545	26 453	25 339	3 319	3 153	357	343
	M	201 872	194 071	53 703	52 054	6 545	6 342	732	699
<b>Total</b>	<b>H</b>	<b>4 867 692</b>	<b>4 882 456</b>	<b>1 056 975</b>	<b>1 063 284</b>	<b>172 169</b>	<b>172 547</b>	<b>25 896</b>	<b>25 977</b>
	<b>M</b>	<b>5 423 335</b>	<b>5 427 117</b>	<b>1 174 371</b>	<b>1 180 650</b>	<b>190 926</b>	<b>191 205</b>	<b>28 422</b>	<b>28 504</b>

Fonte: INE - junho de 2018

Da apreciação do quadro abaixo exposto, verifica-se que o Índice de Envelhecimento e o Índice de Dependência dos Idosos aumentou significativamente, entre 2011 e 2017, tendo passado de 103.1% para 147.4% e 23.3% para 27.7%, respetivamente. Por seu lado, o índice de dependência dos jovens diminuiu, entre 2011 e 2017, tendo passado de 22.6% para 18.8%.

Segundo o INE o índice de sustentabilidade potencial do concelho de Ovar tem vindo a diminuir, estimando que, em 2017, existissem 3.7 indivíduos em idade ativa por cada idoso (Quadros 80, 81 e 82).



**Quadro 81 - Índice de envelhecimento e de dependência nas freguesias do Concelho, em 2011**

Freguesias	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência Total	Índice de Dependência dos Idosos	Índice de Dependência dos Jovens	Índice de Sustentabilidade Potencial	
Cortegaça	128.3	48.0	27.0	21.0	3.7	
Esmoriz	82.7	42.7	19.3	23.4	5.2	
Maceda	110.3	44.7	23.4	21.2	4.3	
União das Freguesias de	Ovar	103.4	46.1	23.5	22.7	4.3
	S.João	120.9	47.9	26.2	21.7	3.8
	Arada	101.0	45.9	23.0	22.8	4.3
	S.V.Pereira	128.7	51.0	28.7	22.3	3.5
Válega	99.5	47.0	23.4	23.6	4.3	

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

**Quadro 82 - Evolução do índice de envelhecimento e de dependência, em 2011 e 2017**

Zona Geográfica	Índice de Envelhecimento		Índice de Dependência Total		Índice de Dependência dos Idosos		Índice de Dependência dos Jovens		Índice de Sustentabilidade Potencial	
	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011
Portugal	155.4	128.6	54.7	51.6	33.3	29.0	21.4	22.6	3.0	3.4
Região Centro	194.0	164.3	57.1	56.9	37.7	35.3	19.4	21.5	2.7	2.8
Região de Aveiro	160.8	129.0	21.7	50.6	31.9	28.5	19.8	22.1	3.2	3.5
Ovar	147.4	103.1	46.4	45.9	27.7	23.3	18.8	22.6	3.7	4.3

Fonte: Pordata – janeiro de 2018

**Quadro 83 - Evolução do índice de envelhecimento e de dependência, no concelho de Ovar, entre 2011 e 2017**

Ano referência	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência Total	Índice de Dependência dos Idosos	Índice de Dependência dos Jovens	Índice de Sustentabilidade Potencial
2017	147.4	46.4	27.7	18.8	3.7
2016	139.6	45.9	26.7	19.1	3.8
2015	133.1	45.0	25.7	19.3	3.9
2014	125.1	45.1	25.1	20.0	4.1
2013	117.7	44.7	24.2	20.6	4.2
2012	110.1	44.4	23.3	21.1	4.4
2011	103.1	45.9	23.3	22.6	4.3

Fonte: INE – junho de 2018

Da análise do Quadro 83, verifica-se que a **taxa de crescimento natural tem sido negativa nos últimos anos**, constatando-se, assim, a ocorrência de mais mortes do que nascimentos.

**Quadro 84 - Taxa de Crescimento, entre 2011 e 2017**

Área Geográfica	Taxa de Crescimento Efetivo (%)					Taxa de Crescimento Natural (%)				
	2017	2016	2015	2014	2013	2017	2016	2015	2014	2013
Portugal	-0.18	-0.31	-0.32	-0.50	-0.57	-0.23	-0.23	-0.22	-0.22	-0.23
Região Centro	-0.56	-0.55	-0.34	-0.76	-0.78	-0.54	-0.52	-0.50	-0.49	-0.51
Região de Aveiro	-0.18	-0.15	-0.04	-0.45	-0.46	-0.26	-0.22	-0.25	-0.20	-0.22
Ovar	-0.30	-0.23	-0.13	-0.44	-0.32	-0.10	-0.06	-0.20	-0.14	-0.06

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e Anuários Estatísticos

**Quadro 85 – Saldo Natural, entre 2011 e 2017**

Zona Geográfica	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	-23432	-23409	-23011	-22423	-23756	-17757	-5992
Região Centro	-12082	-11807	-11376	-11059	-11683	-10913	-8017
Região de Aveiro	-951	-794	-911	-745	-813	-657	-398
Ovar	-57	-34	-108	-79	-32	-13	-25

Fonte: INE – junho de 2018



Da análise do Quadro 85, verifica-se que o número médio de indivíduos por Km<sup>2</sup> tem vindo a decrescer, apesar de ser bastante superior à média nacional e regional.

Quadro 86 - Densidade Populacional							
Área Geográfica	Densidade populacional por ano						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	116.6	111.8	112.1	112.5	113.1	113.7	114.5
Região Centro	79.1	79.6	80.0	80.3	80.9	81.5	82.4
Baixo Vouga	214.5	214.9	215.2	215.3	216.3	217.2	218.6
Ovar	367.8	368.9	369.7	370.2	371.8	373.0	374.7

Fonte: INE – junho de 2018

Se refletirmos na nacionalidade da população residente no concelho de Ovar (Quadro 86), constata-se que, em 2011, **1.858 dos residentes (3.4%), ou tinha nacionalidade estrangeira (41%) ou tinham dupla nacionalidade (59%)**. Verifica-se, assim, um aumento relativamente a 2001 (2.5%). Nesse período, as freguesias que registaram o maior número de estrangeiros foram Ovar (280), Esmoriz (244) e S. João (80). Relativamente à população com dupla nacionalidade, cerca de 41% residiam em Ovar, 15% em Válega e cerca de 12% em S. João, a mesma percentagem que em Esmoriz.

De salientar que dos 628 estrangeiros com estatuto legal de residente, em 2017, a maioria era oriunda de países da Europa (cerca de 48%), seguido de países da América (29%). No entanto, **a maior comunidade estrangeira representada em Ovar é a brasileira, correspondendo a 24%** do total de estrangeiros, seguida da Ucrainiana (13%) e da Chinesa (10%).

Quadro 87 - População residente no concelho de Ovar, em 2001 e 2011, segundo a nacionalidade													
Nacionalidade			Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de				Válega	Total		
						Ovar	S. João	Arada	S.V. Pereira				
Total			2011	3 837	11 448	3 521	17 855	6 276	3 318	2 316	6 827	55 398	
			2001	4 066	10 993	3 687	17 185	6 695	3 430	2 400	6 742	55 198	
Portuguesa			2011	3 748	11 070	3 448	17 130	6 061	3 215	2 270	6 598	53 540	
			2001	3 991	10 781	3 630	16 659	6 529	3 345	2 345	6 565	53 845	
População Estrangeira	Europa	União Europeia	2011	12	39	6	53	16	9	6	33	174	
			2001	4	33	12	50	10	2	7	26	144	
		Outros Países	2011	2	57	6	48	19	3	1	0	136	
			2001	1	27	0	14	17	5	2	1	67	
	África		2011	3	28	3	18	5	2	0	3	62	
			2001	13	21	9	18	18	2	3	6	90	
	América	Brasil	2011	10	27	1	68	13	11	2	15	147	
			2001	6	8	7	89	20	14	2	16	162	
		Outros Países		2011	4	14	4	21	3	1	0	8	55
				2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ásia	China	2011	0	14	0	15	2	0	0	0	31	
			2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Outros Países		2011	0	6	2	9	3	0	0	0	20
				2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Oceânia		2011	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
			2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outra Nacionalidade		2011	2	58	6	48	19	3	1	0	137		
		2001	6	17	4	47	7	7	8	16	112		
População Residente com Dupla Nacionalidade			2011	56	134	45	445	135	74	36	170	1 095	
			2001	45	106	25	308	94	55	33	112	778	

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



**Quadro 88 - População residente no concelho de Ovar, com estatuto legal de residente, segundo a nacionalidade**

Nacionalidade	2017	2016	2015	2014
Espanha	28	27	29	25
França	47	42	31	30
Reino Unido	17	15	12	13
Ucrânia	81	88	89	96
Roménia	30	32	36	103
Moldávia	4	9	9	11
Outros países da Europa	94	86	146	142
Angola	18	14	11	11
Cabo Verde	14	16	11	9
Guiné-Bissau	2	3	4	4
Moçambique	0	0	0	0
São Tomé e Príncipe	2	1	1	0
Outros países africanos	9	6	8	7
Brasil	150	135	135	150
Outros países americanos	35	32	37	36
China	61	69	64	73
Outros países asiáticos	36	38	34	36
<b>Total</b>	<b>628</b>	<b>613</b>	<b>597</b>	<b>691</b>

Fonte: Pordata

**Quadro 89 - População residente no concelho de Ovar, com estatuto legal de residente, segundo o sexo e percentagem sobre a população residente**

Sexo	2017		2016		2015		2014	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	307	1.2	304	1.2	287	1.1	337	1.3
Feminino	321	1.1	309	1.1	310	1.1	354	1.2
<b>Total</b>	<b>628</b>	<b>1.2</b>	<b>613</b>	<b>1.1</b>	<b>597</b>	<b>1.1</b>	<b>691</b>	<b>1.3</b>

### 6.1. Famílias

A família como conjunto de pessoas unidas por parentesco ou de afinidade que vivem sob o mesmo teto, é considerada um grupo social que influencia e é influenciada por outras pessoas e instituições.

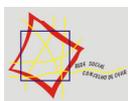
No período censitário entre 2001 e 2011, as mudanças na vida doméstica e familiar foram muito relevantes. O número de famílias clássicas residentes no concelho de Ovar tem vindo a crescer (Quadro 89), tendo aumentado cerca de 10.6% entre 2001 e 2011, o mesmo que no País, mas menos que no Baixo Vouga, que registou um aumento de 12%.

**Quadro 90 - Famílias Clássicas, Famílias Institucionais e Núcleos Familiares Residentes em 2001 e 2011**

Área Geográfica	Famílias Clássicas Residentes		Famílias Institucionais		Núcleos Familiares Residentes	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001
Portugal	4 043 726	3 650 757	4 832	3 876	3 226 371	3 069 745
Região Centro	904 770	847 265	1 477	1 021	720 204	708 852
Distrito de Aveiro	260 280	236 069	225	164	221 387	215 090
Baixo Vouga	145 258	129 654	167	116	121 961	116 450
Concelho de Ovar	19 510	17 646	12	7	17 293	16 489

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística

A maioria das **famílias clássicas** residentes no concelho de Ovar eram **constituídas por dois membros (28.3%)** ou **três (28.0%)**, face a 31.6% e 23.9% no País e 31.4% e 24.9% no Baixo Vouga (Quadro 90).



As famílias com cinco ou mais elementos correspondiam a 8.9%, face a 6.5% no País e 7.3% no Baixo Vouga, enquanto que as famílias isoladas representavam 15.3%, enquanto que no País representavam 21.4% e no Baixo Vouga 18.7%.

De realçar que o número de famílias clássicas com quatro ou mais elementos tem vindo a diminuir, tendo decrescido cerca de 15%, entre 2001 e 2011. As freguesias de Cortegaça e S. Vicente de Pereira Jusã registaram reduções acima dos 20%.

De sublinhar, ainda, que, no período em referência, a freguesia de Arada registou um decréscimo do número de famílias clássicas com três elementos.

Área Geográfica		Famílias Clássicas segundo a dimensão (n.º de pessoas)					Total	
		Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5 ou +		
País	2011	866 827	1 277 558	965 785	671 066	262 494	4 043 726	
	2001	631 762	1 036 312	918 735	718 492	345 456	3 650 757	
Região Centro	2011	195 368	301 017	209 076	149 577	49 732	904 770	
	2001	151 882	257 171	201 040	166 495	70 677	847 265	
Distrito de Aveiro	2011	43 794	79 993	68 741	48 145	19 613	260 286	
	2001	28 949	62 262	64 263	53 447	27 148	236 069	
Baixo Vouga	2011	27 210	45 609	36 235	25 609	10 595	145 258	
	2001	17 924	35 446	33 295	28 166	14 823	129 654	
Concelho de Ovar	2011	2 993	5 531	5 456	3 789	1 741	19 510	
	2001	1 854	4 297	5 006	4 173	2 316	17 646	
Cortegaça	2011	205	369	381	252	129	1 336	
	2001	113	317	365	324	166	1 285	
Esmoriz	2011	692	1 164	1 178	802	307	4 143	
	2001	312	796	1 050	845	462	3 465	
Maceda	2011	134	330	333	247	128	1 172	
	2001	119	285	328	288	154	1 174	
União das Freguesias de	Ovar	2011	1 174	1 988	1 819	1 139	467	6 587
		2001	776	1 539	1 607	1 254	603	5 779
	S. João	2011	299	635	610	435	212	2 191
		2001	207	519	597	503	304	2 130
	Arada	2011	129	278	273	276	129	1 085
		2001	86	237	287	279	162	1 051
	S. V. de Pereira	2011	82	180	217	155	96	730
		2001	46	135	189	181	137	688
	Válega	2011	278	587	645	483	273	2 266
		2001	195	469	583	499	328	2 074

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística

Das 19.510 famílias clássicas residentes no concelho de Ovar, em 2011, mais de metade tinha pelo menos duas pessoas ativas. No entanto, em cerca de 23% das famílias não existiam elementos ativos, ou porque eram pensionistas ou reformados ou porque os seus membros, em idade ativa, estavam desempregados.

Ao efetuarmos uma análise por freguesia, verifica-se que S. João era a freguesia com a maior percentagem de famílias sem elementos ativos, correspondendo a 28% do total de famílias aí residentes, detendo Esmoriz a menor, com 20%.

**Quadro 92 - Famílias clássicas, existentes em 2011, segundo o número de indivíduos ativos**

Área Geográfica	N.º de indivíduos ativos			
	Nenhuma pessoa ativa	1 pessoa ativa	2 pessoas ativas	3 ou + pessoas ativas
País	1 188 639	1 118 636	1 393 819	342 632
Região Centro	307 756	226 803	298 295	71 916
Baixo Vouga	40 027	38 190	52 762	14 279
Concelho de Ovar	4 526	4 992	7 757	2 235
Cortegaça	308	329	541	158
Esmoriz	847	1 127	1 741	428
Maceda	282	266	458	166
Ovar	1 540	1 824	2 620	603
S. João	615	529	787	260
Arada	255	243	419	168
S. V. Pereira	170	157	271	132
Válega	509	517	920	320

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística

Da análise da tabela abaixo exposta, verifica-se que o número de **núcleos familiares sem crianças** tem vindo a crescer significativamente, registando-se um **acréscimo de cerca de 147%**, acima da média do País e do Baixo Vouga (ambos com cerca de 118%). Em termos de freguesias, verifica-se que as freguesias que registaram o maior aumento foram Cortegaça, com 170% e Esmoriz, com 168%.

Consequentemente, constata-se que os núcleos com crianças têm vindo a decrescer. De facto, entre 2001 e 2011, registou-se uma diminuição em cerca de 48% dos núcleos familiares com crianças, sendo de realçar que:

- Cortegaça e S. Vicente de Pereira Jusã registaram o maior decréscimo nos núcleos familiares com uma criança, num total de 44.2% e 43.8%, respetivamente; Maceda e S. Vicente de Pereira Jusã nos núcleos com duas crianças, correspondente a 67.5% e 66.5%, respetivamente e Cortegaça e Arada nos núcleos com três ou mais crianças, num total de 90.2% e 84.8%, respetivamente;
- As freguesias que registaram a menor descida de núcleos familiares com crianças foram: Esmoriz (24.2%) e Válega (24.8%), nos núcleos com 1 criança; Ovar (57.6%) e Esmoriz (57.7%) nos núcleos com duas crianças; e Válega (58.9%) e S. Vicente de Pereira Jusã (75.5%)

No entanto, é de realçar que, em 2011:

- A percentagem de **famílias numerosas** (com três ou mais crianças) existentes no concelho de Ovar correspondia a **1.4% do total de núcleos familiares** (face a 1.6% no País e 1.4% no Baixo Vouga);
- A de **núcleos familiares sem crianças representava 64.0%** (face a 65.7% no País e 66.5% no Baixo Vouga);
- A de famílias com uma criança correspondia a 24.8% (face a 22.6% no País e no Baixo Vouga);
- A de núcleos familiares com duas crianças representava 9.9% (face a 10.0% no País e 9.5% no Baixo Vouga).



Área Geográfica		Núcleos segundo o número de crianças				Total	
		Sem crianças	Com 1 criança	Com 2 crianças	Com 3 ou + crianças		
País	2011	2 121 305	730 193	323 746	51 127	3 226 371	
	2001	975 252	1 121 103	760 565	212 825	3 069 745	
Região Centro	2011	494 006	149 647	67 517	9 034	720 204	
	2001	250 693	242 773	174 862	40 524	708 852	
Baixo Vouga	2011	81 065	27 605	11 601	1 690	121 961	
	2001	37 035	42 172	29 671	7 572	116 450	
Concelho de Ovar	2011	11 059	4 287	1 705	242	17 293	
	2001	4 482	6 326	4 404	1 277	16 489	
Cortegeça	2011	801	264	119	11	1 195	
	2001	297	473	321	112	1 203	
Esmoriz	2011	2 203	948	381	46	3 578	
	2001	823	1 251	901	290	3 265	
Maceda	2011	723	257	102	15	1 097	
	2001	280	404	314	88	1 086	
União das Freguesias de	Ovar	2011	3 557	1 391	556	77	5 581
		2001	1 480	2 048	1 310	331	5 169
	S. João	2011	1 333	448	182	27	1 990
		2001	584	744	536	153	2 017
	Arada	2011	642	261	105	12	1 020
		2001	282	380	292	79	1 033
	S. V. de Pereira	2011	475	159	66	12	712
		2001	198	283	197	49	727
	Válega	2011	1 325	559	194	72	2 120
		2001	538	743	533	175	1 989

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística

## 7. Outros indicadores demográficos

Segundo o Eurostat, Portugal tem a taxa de natalidade mais baixa da União Europeia. De facto, da análise da tabela abaixo exposta, constata-se que, **nos últimos anos, a taxa de natalidade**, em Portugal **tem sido inferior à taxa de mortalidade**, o mesmo sucedendo na Região de Aveiro. Relativamente ao concelho de Ovar, tal situação começou a registar-se em 2011.

Entre 2011 e 2017, a taxa de natalidade, no concelho de Ovar, decresceu cerca de meio ponto percentual, apesar do aumento ocorrido entre 2015 e 2016. Desde 2011 que o concelho de Ovar regista uma taxa de natalidade inferior à nacional.

Área Geográfica	Taxa de Natalidade							Taxa de Mortalidade						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	8.4	8.4	8.3	7.9	7.9	8.5	9.2	10.7	10.7	10.5	10.1	10.2	10.2	9.7
Região Centro	7.1	7.2	7.1	6.8	6.9	7.5	7.9	12.5	12.5	12.2	11.7	12.0	12.2	11.3
Região de Aveiro	8.0	7.9	7.7	7.5	7.6	8.2	8.3	10.6	10.1	10.2	9.6	9.8	10.0	9.5
Concelho de Ovar	7.9	8.3	7.2	7.4	7.5	8.1	8.3	9.0	8.9	9.2	8.9	8.1	8.3	8.7

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Por sua vez, a **taxa de fecundidade**, no **concelho de Ovar**, sofreu um decréscimo entre 2011 e 2015, para subir em 2016 e voltar a decrescer em 2017, apesar de se ter mantido acima do valor de 2011. No entanto, a taxa concelhia é inferior à nacional e da Região de Aveiro.



Área Geográfica	Taxa de Fecundidade Geral							Índice Sintético de Fecundidade						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	37.2	37.1	36.0	34.3	33.9	36.3	38.6	1.37	1.36	1.30	1.23	1.21	1.28	1.35
Região Centro	33.0	33.2	32.5	31.0	30.8	33.1	34.8	1.22	1.22	1.18	1.12	1.11	1.19	1.23
Região de Aveiro	34.8	34.2	33.0	32.0	31.6	34.2	34.2	1.30	1.27	1.21	1.16	1.15	1.23	1.21
Concelho de Ovar	33.8	34.7	29.7	30.5	30.5	32.5	33.0	1.28	1.31	1.12	1.13	1.14	1.20	1.21

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Segundo o INE, a taxa de nupcialidade no concelho de Ovar, diminuiu menos um ponto percentual, entre 2011 e 2016, para crescer um ponto percentual, entre 2016 e 2017, ficando acima da média de 2011. Por seu lado, a taxa de divórcio aumentou entre 2016 e 2017, para valores acima de 2011.

A taxa de nupcialidade do concelho de Ovar é superior à nacional e igual à da Região de Aveiro. Por sua vez, a taxa de divórcio do concelho de Ovar é superior à nacional e à da Região de Aveiro.

Área Geográfica	Taxa de Nupcialidade							Taxa de Divórcio						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	3.3	3.1	3.1	3.0	3.1	3.3	3.4	2.1	2.2	2.3	2.1	2.2	2.4	2.5
Região Centro	3.2	3.0	3.0	2.9	3.0	3.1	3.3	2.0	2.0	2.2	2.0	2.1	2.4	2.4
Região de Aveiro	3.4	3.2	3.2	2.9	3.1	3.2	3.4	2.2	2.1	2.3	2.2	2.1	2.6	2.7
Concelho de Ovar	3.4	2.4	2.4	2.5	2.9	3.1	3.2	2.9	2.2	2.5	2.4	2.1	2.4	2.7

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Relativamente à população residente no concelho de Ovar, segundo o estado civil (Quadro 96), constata-se:

- Um aumento de 293.8% no número de indivíduos divorciados, entre 2001 e 2011 (face a 286.2% no País e 286.7% no Baixo Vouga);
- Um aumento de 3.9% no número de solteiros, entre 2001 e 2011 (face a 10.3% no País e 6.8% no Baixo Vouga);
- Uma diminuição de 5.4% no número de pessoas casadas sem registo, entre 2001 e 2011 (face a uma descida de 4.3% no País e uma descida de 4.7% no Baixo Vouga).

No entanto, verificou-se uma diminuição dos casamentos dissolvidos por divórcio, entre 2010 e 2012 (Quadro 94).

Área Geográfica		Solteiro	Casado		Viúvo	Separado	Divorciado
			Com registo	Sem registo			
Portugal	2011	4 278 259	4 916 317	--	594 713	--	772 325
	2001	3 880 268	5 139 592	381 120	680 118	75 058	199 961
Região Centro	2011	858 398	1 155 723	--	117 758	--	195 701
	2001	822 696	1 234 515	65 379	175 020	13 837	36 950
Distrito de Aveiro	2011	272 355	357 140	--	37 196	--	47 527
	2001	265 163	374 307	17 779	40 851	4 178	10 716
Baixo Vouga	2011	150 083	190 717	--	22 319	--	27 721
	2001	140 562	200 198	11 488	23 950	2 358	7 168
Concelho de Ovar	2011	22 035	26 885	--	2 925	--	3 532
	2001	21 206	28 415	1 419	2 956	305	897

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001



**Quadro 98 - Evolução dos casamentos celebrados e dissolvidos no concelho de Ovar entre 2011 e 2017**

Ano	Casamentos Celebrados	Casamentos Dissolvidos		
		Por divórcio	Por morte	Total
2017	186	156	226	385
2016	130	119	213	332
2015	116	137	209	346
2014	139	130	201	331
2013	157	118	211	329
2012	170	133	217	350
2011	179	149	217	366

Fonte: Pordata – julho de 2018

## 8. Avaliação Estratégica

Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Extenso património arquitetónico e religioso, disperso pelas freguesias;</li> <li>✚ Extensa zona florestal;</li> <li>✚ Património natural relevante (praias de Esmoriz, Cortegaça, S. Pedro de Maceda, Furadouro, Barrinha de Esmoriz, Ria de Aveiro, Cais da Ribeira/Ovar e do Puchadouro/Válega, Parque da Cidade de Ovar, Parque Ambiental do Buçaquinho e Parque de Nossa Senhora de Entreáguas/Válega, entre outros);</li> <li>✚ Localização geo-estratégica de Ovar, entre duas das principais áreas urbanas do País, designadamente a Área Metropolitana do Porto a norte e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro a sul;</li> <li>✚ Facilidade de acesso a eixos viários nacionais (A29 e A1);</li> <li>✚ Concelho servido por eixo ferroviário (Linha do Norte);</li> <li>✚ Elevada percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água (98%).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Baixa taxa de fecundidade e maternidade tardia (adiamento do nascimento do 1.º filho);</li> <li>✚ Taxa de natalidade abaixo dos 10%, embora próxima da média nacional;</li> <li>✚ Perda de população nos escalões mais jovens e aumento bastante significativo na população com idade igual ou superior a 65 anos;</li> <li>✚ Aumento da taxa de envelhecimento demográfico (que passou de 103.1%, em 2011, para 147.4%, em 2017);</li> <li>✚ Diminuição da dimensão média da família;</li> <li>✚ Significativo índice de idosos a viver sós, em 2011 (15% do total de pessoas com 65 ou mais anos);</li> <li>✚ Famílias mais pequenas (aumentou significativamente o n.º de famílias com 1 elemento e está a diminuir o n.º de famílias com 4 ou mais elementos);</li> <li>✚ Tendência de aumento, com a idade, da proporção de pessoas viúvas em situação de mono-residência (a residência unipessoal de pessoas com 65 ou mais anos, sobretudo mulheres, é cada vez mais frequente em resultado de situações de morte do cônjuge e da esperança média de vida das mulheres ser superior à dos homens);</li> <li>✚ As famílias monoparentais estão a aumentar, tanto femininas como masculinas, embora a maioria sejam femininas (apesar da média ser inferior à nacional);</li> <li>✚ Aumento da monoparentalidade feminina com filhos inativos e até aos 25 anos;</li> <li>✚ Os agregados conjugais, sobretudo os de casal com filhos estão a diminuir, assim como os agregados de famílias complexas, embora em menor percentagem;</li> <li>✚ Aumento do n.º de famílias recompostas;</li> <li>✚ Crescente relevância da conjugalidade informal (uniões de fato), embora em menor percentagem que no País;</li> <li>✚ Diminuição do índice sintético de fecundidade, entre 2016 e 2017;</li> <li>✚ Em termos de autonomização dos jovens, verifica-se, por um lado, e associada a dinâmicas que se prendem com a valorização de identidades pessoais e a desinstitucionalização de percursos de vida, a construção de uma autonomia, não necessariamente assente na formação de uma conjugalidade, mas expressa na criação de espaços de vivência e de residência independentes dos progenitores e, por outro lado, o crescente adiamento da saída da casa dos pais e, conseqüente, adiamento de outras etapas, como a conjugalidade e/ou a parentalidade. Também se tem assistido</li> </ul>



Potencialidades	Fragilidades
	<p>ao fenómeno do regresso a casa dos pais devido a dificuldades financeiras;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Insuficiência de transportes públicos, em termos de horários e de lugares servidos;</li> <li>✚ Pressão urbanística em área vulneráveis como as zonas costeiras e a Ria de Aveiro;</li> <li>✚ Degradação da orla costeira, com perda de linha de costa devido ao avanço do mar;</li> <li>✚ Poluição de algumas linhas de água que atravessam o concelho, sendo os casos mais graves a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, a Ria de Aveiro e a Ribeira do Cáster;</li> <li>✚ Agricultura intensiva.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Polis da Ria de Aveiro;</li> <li>✚ POOC do Sistema Litoral Espinho/ Marinha Grande;</li> <li>✚ Programas de financiamento comunitários, nacionais e regionais;</li> <li>✚ AdRA – Águas da Região de Aveiro – Serviço de Águas da Região de Aveiro, S.A.;</li> <li>✚ Grupo de Ação Costeira da Ria de Aveiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Diminuição da taxa de fecundidade e da taxa de natalidade;</li> <li>✚ Aumento da taxa de envelhecimento;</li> <li>✚ Erosão costeira.</li> </ul>

### 9. Prioridades de Intervenção

Elevada
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Fomentar o aumento da natalidade, apostando em boas políticas de promoção da conciliação da vida familiar com a atividade profissional e em políticas estáveis e duradouras de incentivo à natalidade e de apoio às famílias;</li> <li>✚ Reforçar as redes de suporte formais de apoio aos idosos, nomeadamente Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Serviços de Apoio Domiciliário e Unidades de Cuidados Continuados Integrados;</li> <li>✚ Valorizar, requalificar e preservar a Ria de Aveiro;</li> <li>✚ Promover a intervenção, em parceria, em toda a zona costeira do concelho, pressionando junto das entidades competentes por uma ação integrada de proteção e requalificação da costa desde a Barrinha até ao Torrão do Lameiro, não descurando a afetação de verbas municipais para a concretização deste objetivo, tentando-se, inclusivamente novas soluções;</li> <li>✚ Concretizar, no âmbito do POLIS, a requalificação da Ria, assegurando a navegabilidade dos canais de acesso aos nossos cais como fator essencial na promoção turística e na defesa dos terrenos agrícolas da Marinha, Ribeira e Válega, através de uma correta utilização dos dragados como reforço das moitas e diques;</li> <li>✚ Assegurar a construção de novos passadiços desde a Barrinha até à Praia do Torrão do Lameiro;</li> <li>✚ Prolongar a requalificação ribeirinha do rio Cáster até à foz dando especial atenção à requalificação das margens e dragagem dos diques da Moita e Enxemil por forma a reduzir o risco de cheias no lugar da Ribeira;</li> <li>✚ Requalificar a Praia do Areinho no âmbito do POLIS e com verbas municipais;</li> <li>✚ Requalificar as margens do rio Lambo (peixinho do rio) desde Esmoriz até Maceda com a criação de ecopista;</li> <li>✚ Requalificar o espaço envolvente da Fonte de Estanislau tratando este ecossistema como uma efetiva atração ecoturística municipal;</li> <li>✚ Reabilitar os moinhos antigos nas freguesias de Válega, Arada e Maceda, promovendo um roteiro Molinológico municipal;</li> <li>✚ Reabilitar os edifícios sede das nossas forças de segurança pública (GNR e PSP);</li> <li>✚ Defender e exigir a melhoria das condições de segurança e circulação da N109 desde Esmoriz até Válega em parceria com a Estradas de Portugal;</li> <li>✚ Reivindicar a concretização da variante à 109 entre Arada e Maceda no restabelecimento 25, favorecendo-se uma ligação direta à A29;</li> <li>✚ Reivindicar a execução da ligação interior a sul do Município de Ovar para ligação aos municípios de São João da Madeira e Oliveira de Azeméis;</li> <li>✚ Reivindicar o prolongamento do restabelecimento 25 até à praia de S. Pedro de Maceda;</li> <li>✚ Implementar um rede municipal de transportes;</li> <li>✚ Promover uma articulada e participada política de ordenamento e gestão do litoral;</li> <li>✚ Beneficiar e requalificar a rede viária concelhia;</li> <li>✚ Melhorar as zonas de estacionamento público, sobretudo junto às Praias e no centro das Cidades de Ovar e Esmoriz;</li> <li>✚ Assegurar a mobilidade e acessibilidade para todos, questões absolutamente determinantes no futuro da qualidade de vida das nossas vilas e cidades;</li> </ul>



- ✚ Fomentar a eliminação gradual de barreiras arquitetónicas na via pública, bem como nos edifícios públicos;
- ✚ Promover a cobertura total do concelho por sistemas de abastecimento de água e por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
- ✚ Reforçar as políticas de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos, bem como assegurar as necessárias infra-estruturas de tratamento e eliminação;
- ✚ Apostar em mais ações de informação e sensibilização da população em geral para as questões dos resíduos sólidos urbanos, nomeadamente sobre formas de diminuir a sua produção e de aumentar a recolha seletiva;
- ✚ Manter a identidade e tradições de cada uma das freguesias, melhorando os serviços de proximidade existentes, diminuindo a burocracia e os tempos de resposta das Juntas de Freguesia, com a criação de rede informática de ligação à CMO a todas as freguesias;
- ✚ Requalificar o Esmoriztur;
- ✚ Promover a criação de uma ARU em Esmoriz.



**CAPÍTULO II – ASSOCIATIVISMO**



### II – Associativismo

O associativismo, nas suas últimas expressões, em especial as coletividades de cultura, de desporto e de recreio, constituem uma poderosa realidade social e cultural, sendo para milhares de portugueses a única forma de acesso a atividades desportivas, culturais, recreativas ou de ação social.

Por outro lado, esta é uma forma de participação cívica relevante para muitos cidadãos, apesar das dificuldades, cada vez maiores, em levar as pessoas a participar na vida associativa.

Urge a criação de um conjunto de novas medidas de apoio e fomento do associativismo, para que se ultrapassem os obstáculos que dificultam o seu dia a dia.

É necessário chamar mais pessoas à vida associativa, mas para tal há que motivá-las e dar-lhes as condições para que a vivam de uma forma completa e capaz de responder às missões que as coletividades têm.

A malha associativa concelhia é muito rica e variada, sendo de importância capital no contexto local, quer através da transmissão de saberes populares, quer através de práticas culturais e desportivas, das mais convencionais às mais modernas e radicais, abarcando a solidariedade e o ambiente, em prol de valores sócio-ecológicos inscritos numa nova qualidade de vida.

É enorme e exaustiva a variedade de respostas, desde atividades mais ligadas à tradição, à etnografia, formação musical, desporto nas suas várias formas, passando pelas atividades mais ligadas ao apoio e solidariedade social, alcançando formas mais arrojadas de viver o coletivo e o social.

Salientam-se as iniciativas mais relacionadas com o entretenimento, projetadas nos bailes, festivais e espetáculos como as que mais se evidenciam no mundo associativo concelhio. Este tipo de atividades é significativo pela sua vertente de animação e demonstração da riqueza associativa como motor de progresso cultural e social ao nível mais local.

As atividades culturais e recreativas mais marcantes neste concelho são as escolas de música, as bandas filarmónicas, os grupos corais e musicais, o folclore, as trupes de reis, o teatro e a dança, entre outras.

Em relação às manifestações marcadamente tradicionais, ressalta o cantar dos reis, as desfolhadas, as feiras gastronómicas, os desfiles e exposições etnográficas, os jogos tradicionais, as manifestações religiosas, entre uma panóplia de outras iniciativas.

No plano desportivo salienta-se o futebol, basquetebol, atletismo nas mais variadas modalidades, voleibol, ténis, ténis de mesa, patinagem, canoagem, surf, entre muitos outros.

No concelho de Ovar, existem 96 associações culturais, recreativas e desportivas, das quais apenas três estão registadas como juvenis. A sua distribuição pelo município é a seguinte: 5 localizam-se em Arada, 8 em Cortegaça, 15 em Esmoriz, 6 em Maceda, 41 em Ovar, 4 em S. João, 2 em S. Vicente de Pereira Jusã e 15 em Válega. Das 41 existentes em Ovar, 5 correspondem a grupos de carnaval.

Encontram-se também no concelho quatro grupos de escuteiros: em Cortegaça, Esmoriz, Maceda e Ovar. As freguesias de Arada, S. Vicente de Pereira e Válega não dispõem deste tipo de agrupamentos.



**1. A Rede Associativa do Concelho**

<b>Quadro 99 – Caracterização das Associações existentes no Concelho</b>				
<b>Freguesia</b>	<b>Designação</b>	<b>Tipo de Associação</b>		
		<b>Cultural e Recreativa</b>	<b>Desportiva</b>	
Arada	Arada Atlético Clube		X	
	Centro Musical Aradense	X		
	Clube Recreativo de Arada	X		
	Grupo Columbófilo de Arada		X	
Cortegaça	Grupo Folclórico “Os Fogueteiros de Arada”	X		
	Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Cortegaça	X		
	Associação de Surf de Cortegaça		X	
	Clube Recreativo e Beneficente de Cortegaça	X		
	Creacor – Cultura, Recreio e Desporto de Cortegaça	X	X	
	Futebol Clube de Cortegaça		X	
	Grupo de Atletismo “Os Falta de Ar”		X	
	Grupo de Danças e Cantares de Cortegaça	X		
Esmoriz	Sociedade Columbófila de Cortegaça		X	
	Associação Administ. das Festas S. Joaninas da Cidade de Esmoriz	X		
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Esmoriz	X		
	Centro Popular Trabalhadores de Esmoriz	X		
	Clube Ornitológico de Esmoriz	X		
	Comissão de Melhoramentos de Esmoriz	X		
	Esmoriz Ginásio Clube		X	
	Grupo Coral de Esmoriz	X		
	Grupo D’Arte e Cultura “Os Arautos”	X		
	Grupo de Bandolins de Esmoriz	X		
	Grupo de Danças e Cantares de Santa Maria de Esmoriz	X		
	Grupo de Teatro Renascer	X		
	Roncos – Associação de Ex-Combatentes da Guiné	X		
	Sociedade Columbófila de Esmoriz		X	
Sporting Clube de Esmoriz		X		
Maceda	Stop – Stop Futebol Clube		X	
	Centro Cultural e Recreativo de Maceda	X		
	Grupo de Danças e Cantares S. Pedro de Maceda	X		
	Grupo de Jovens de Maceda	X		
	Sociedade Columbófila de Maceda		X	
	Companhia de Marionetas Partículas Elementares	X		
Ovar	Grupo de Teatro Carpe Diem	X		
	Academina de Artes Maria Amélia Dias Simões	X		
	ADO – Basquetebol		X	
	ADO – Futebol		X	
	AFIS – Atletas de Fim de Semana		X	
	Associação Cultural e Recreativa da Ribeira	c/ Grupo Folclórico da Ribeira	X	
	Associação Desportiva e Cultural do Torrão do Lameiro	c/ Grupo Folclórico “As Varinas de Ovar”	X	X
	Associação Juvenil “Os Amigos do Cáster”		X	
	Associação “O Azulejo”		X	
	Associação Recreativa “Os Veteranos de Ovar”		X	X
	Banda Filarmónica Ovarense		X	
	Casa do Benfica de Ovar		X	X
	Centro Cultural e Desportivo da Velha Escolinha		X	X
	Centro Cultural, Recreativo e Desportivo do Bairro da Misericórdia		X	X
	Centro de Atletismo de Ovar			X
	Clube de Caça e Pesca de Ovar			X
Clube de Canoagem de Ovar			X	
Clube de Futebol Aliança			X	

Fonte: Câmara Municipal de Ovar, Juntas de Freguesia e Coletividades concelhias



Quadro 99 – Caracterização das Associações existentes no Concelho (cont.)				
Freguesia	Designação		Tipo de Associação	
			Cultural e Recreativa	Desportiva
Ovar	Clube de Ténis de Ovar			X
	Clube Desportivo do Furadouro			X
	Comissão Os Amigos do Furadouro		X	
	Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril		X	
	Contacto – Companhia de Teatro Água Corrente		X	
	Escola de Música Joc Loc		X	
	Escola de Música Oliveira Muge		X	
	Escola de Samba Costa de Prata		X	
	Escola de Samba Juventude Vareira		X	
	Escola de Samba Kan-Kans		X	
	Grupo Coral e Cultural “Sol Nascente”		X	
	Grupo de Carnaval “Os Marados”		X	
	Grupo Folclórico “As Morenitas”			
	Grupo Folclórico “Os Moliceiros de Ovar”		X	
	Grupo Recreativo “Escola de Samba Charanguinha”		X	
	NADO – Náutica Desportiva Ovarense			X
	Núcleo do Futebol Clube do Porto		X	X
	Núcleo Organizador de Manifestações Etno-Folclóricas de Ovar		X	
	Núcleo Sportinguista de Ovar			X
	Orfeão de Ovar		X	
Rodapé Teatro, Animação e Vídeo (sede da Contacto)		X		
Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores do Município de Ovar		X	X	
Sociedade Columbófila Ovarense			X	
Sociedade Musical Boa União		X		
S. João	Assoc. Cult. e Recreat. de Sande, Salgueiral de Cima e Cimo de Vila:	c/ Grupo Folclórico da Região de Ovar	X	X
		c/ Sociedade Columbófila		
	Associação Recreativa e Cultural da Ponte Nova		X	X
	Grupo Desportivo e Cultural de Guilhovai	c/ Grupo Folclórico “As Tricanas de Ovar”	X	X
S. V. Pereira Jusã	Associação Cultural e Atlético de Guilhovai	c/ Grupo Folclórico “O Cancioneiro de Ovar”	X	X
	Associação Recreativa e Cultural de S. Vicente de Pereira		X	X
Válega	Grupo Folclore Jusã		X	
	Alquimia das Estrelas – Anjos Solidários		X	
	Associação Amigos do Antigo Concelho de Pereira Jusã		X	
	Associação Cultural e Recreativa de Valdágua		X	X
	Associação dos Amigos de S. Bento		X	
	Associação dos Amigos do Seixo Branco		X	
	Associação dos Antigos Alunos da Escola Oliveira Lopes		X	
	Associação dos Emigrantes de Santa Maria de Válega		X	
	Cenário – Centro Náutico da Ria de Ovar		X	
	Centro Cultural e Recreativo de Válega:	c/ Secção Autónoma de Patinagem		X
		c/ Secção Autónoma de Ténis de Mesa		X
	Companhia Vareira		X	
	Grupo de Acção Cultural de Válega		X	
	Grupo de Carnaval “Os Bailarinos de Válega”		X	
	Grupo Folclórico da Casa do Povo de Válega		X	
Sociedade Columbófila de Válega			X	
Sol D’Alma – Grupo de Teatro		X		

Fonte: Câmara Municipal de Ovar, Juntas de Freguesia e Coletividades concelhias



O fomento da atividade desportiva infanto-juvenil e o reforço da sustentabilidade organizativa e financeira do movimento associativo são algumas das prioridades a desenvolver.

Mais e melhor desporto para mais cidadãos significará aumentar os índices de prática desportiva, formar na escola e desenvolver no movimento associativo, garantindo igualdade de acesso às atividades desportivas sem discriminações sociais, físicas ou de sexo.

A realidade do desporto em Portugal assenta na coexistência, parceria e colaboração entre o Estado, as Autarquias locais e o movimento associativo.

Das 96 associações culturais, recreativas e desportivas existentes no concelho de Ovar, 57 são de índole cultural e recreativa, 26 são desportivas e 13 são culturais, recreativas e desportivas.

### 1.1. Equipamentos Culturais, Recreativos e Desportivos

No concelho de Ovar destacam-se os seguintes equipamentos culturais:

- A Biblioteca Municipal que se situa na freguesia de Ovar e os Pólos de Arada, Esmoriz, Maceda e Válega;
- 11 Museus: Museu de Ovar, Museu Júlio Dinis – Uma Casa Ovarense, Casa - Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular, Núcleo Museológico de Arada, Núcleo Museológico do Grupo Folclórico “As Tricanas de Ovar”, Museu Etnográfico de Válega, Museu Escolar de Válega, Museu Náutico do Centro Náutico da Ria de Ovar (CENARIO), Núcleo Museológico da Tanoaria Ramalho, Núcleo Museológico da Tanoaria “Farramenta” e Núcleo Museológico da Ouriversaria Carvalho;
- A sala de cinema situada no Centro Comercial Dolce Vita;
- 2 salas de teatro;
- 1 Auditório com capacidade inferior a 100 pessoas;
- 12 Auditórios com capacidade entre 100 e 200 pessoas;
- 8 Auditórios com capacidade acima das 200 pessoas.

Equipamentos	Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de				Válega
				Ovar	S. João	Arada	S.V. Pereira	
Auditórios com capacidade inferior a 100 pessoas	0	1	0	0	0	0	0	0
Auditórios com capacidade entre 100 a 200 pessoas	2	2	0	3	3	0	1	1
Auditórios com capacidade acima das 200 pessoas	0	0	1	1	2	1	1	2
Museus	0	2	0	4	1	1	0	3
Salas de teatro	0	0	0	1	0	0	0	1
Salas de cinema	0	0	0	1	0	0	0	0
Arena Multiusos	0	0	0	1	0	0	0	0
Salas Polivalentes	0	0	0	6	0	0	1	0

Fonte: Câmara Municipal de Ovar, Juntas de Freguesia e Coletividades concelhias

Da análise dos equipamentos desportivos existentes no concelho de Ovar, constata-se que 166 são espaços para diferentes modalidades desportivas, destacando-se de forma clara os Pequenos Campos de Jogos, com 92 espaços, correspondentes a mais de metade do total de equipamentos disponível (55%). Seguem-se as Salas de Desporto, com 24 equipamentos (cerca de 14%) e os Pavilhões com 18 equipamentos (cerca de 11%).

Avaliando a sua distribuição por freguesia, observa-se que mais de 50% se localiza na freguesia de Ovar, seguindo-se Esmoriz, com cerca de 20% e Válega, com 9%.

Por outro lado, segundo a Carta Desportiva de Ovar, a quase totalidade dos equipamentos desportivos existentes no concelho encontra-se em razoável estado de conservação, registando-se, no entanto, quatro em mau estado. Verifica-se ainda que cerca de 48% não tem iluminação, 40% não tem balneários e cerca de 90% não tem bancadas.



Equipamentos	Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de				Válega
				Ovar	S. João	Arada	S.V. Pereira	
Grandes Campos de Jogos	1	2	0	4	0	1	1	1
Pequenos Campos de Jogos	5	19	5	41	5	4	2	11
Pavilhões	2	4	1	7	0	1	1	1
Salas de Desporto	1	4	0	17	0	0	1	0
Piscinas Cobertas	0	2	0	2	0	0	0	0
Piscinas Descobertas	0	0	0	6	0	0	0	0
Pistas de atletismo	0	0	0	0	0	1	1	0
Skate park	0	0	0	1	0	0	0	0
Picadeiros	0	0	0	1	0	0	0	0
Pista de canoagem e vela	0	0	0	1	0	0	0	0
Pistas de bowling	0	0	0	2	0	0	0	0
Pistas de karting	0	0	0	1	0	0	0	0
Circuitos de manutenção	0	0	0	3	0	0	0	0
Campos de ténis								
Campos de tiro								

Fonte: Câmara Municipal de Ovar, Juntas de Freguesia e Coletividades concelhias

### 1.2. Os Recursos Humanos nas Associações, Grupos e Coletividades no Concelho

A totalidade das associações concelhias estão alicerçadas no voluntariado, sobretudo ao nível dos órgãos diretivos. São inúmeras as pessoas que no concelho trabalham voluntariamente em prol das comunidades locais, dinamizando atividades de índole cultural, recreativa, desportiva e social.

Assim, estima-se que no concelho de Ovar exista cerca de mil e quinhentos voluntários a dinamizar e executar as atividades por si planeadas anualmente, entre membros das Assembleias Gerais, Direções e Conselhos Fiscais.

### 1.3. Os Recursos Físicos e Financeiros das Associações

Apenas um número reduzido das associações concelhias dispõe de sede social e instalações para desenvolverem as suas ações. A maioria encontra-se a funcionar em espaços cedidos por entidades privadas ou públicas, apresentando-se esta como a sua principal necessidade.

Em termos financeiros, as associações concelhias, para além das receitas próprias e do mecenato recorrem a subsídios das autarquias e outras entidades locais, regionais e nacionais.

A Câmara Municipal de Ovar tem sido um importante parceiro destas organizações, quer através de apoios ordinários para as atividades regulares, após celebração de protocolos, quer através de apoios para as atividades pontuais, quer subsídios ao investimento, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

### 1.4. Património concelhio

#### Património Natural

- Parque Urbano da Cidade de Ovar
- Parque Ambiental do Buçaquinho, Esmoriz
- Parque da Senhora de Entreáguas, Válega
- Parque do Cruzeiro da Virgem, Válega
- Barrinha de Esmoriz (considerada uma IBA – Important Bird Area)
- Ria de Aveiro (considerada uma ZPE - Zona de Proteção Especial para Aves), com as suas praias, canais, esteiros e cais:
  - Praia Fluvial do Areíno, Ovar
  - Praia Fluvial da Azurreira, Ovar
  - Marina do Carregal, Ovar
  - Cais do Carregal, Ovar
  - Cais da Pedra, Ovar
  - Cais da Ribeira, Ovar



- Cais da Tijosa, Ovar
- Caias do Puchadouro, Válega
- Cais do Torrão (Bico do Torrão), Válega
- Foz do Rio Cáster, Ovar
- Praias
  - Praia de Esmoriz
  - Praia de Cortegaça
  - Praia de Maceda
  - Praia do Furadouro
  - Praia do Torrão do Lameiro
- Zona Florestal

### Património Cultural

- Azulejo
  - ACRA – Ateliês de Conservação e Restauro do Azulejo
  - ELA – Espaço Lúdico do Azulejo
  - Iniciativa “Maio do Azulejo”
- Museus
  - Museu de Ovar
  - Museu Júlio Dinis – Uma Casa Ovarense
  - Casa - Museu de Arte Sacra da Ordem Franciscana Secular
  - Núcleo Museológico de Arada
  - Núcleo Museológico do Grupo Folclórico “As Tricanas de Ovar”
  - Museu Etnográfico de Válega
  - Museu Escolar de Válega
  - Museu Náutico do Centro Náutico da Ria de Ovar (CENARIO)
  - Núcleo Museológico da Tanoaria Ramalho
  - Núcleo Museológico da Tanoaria “Farramenta”
  - Núcleo Museológico da Ouriversaria Carvalho
- Monumentos/Locais de Interesse
  - Mercado Municipal de Ovar, Ovar
  - Largo Mouzinho de Albuquerque (Praça das Galinhas), Ovar
  - Largo Família Soares Pinto e Chafariz Neptuno, Ovar
  - Palácio da Justiça, Ovar
  - Praça da República, Ovar
  - Casa e Capela da Família Nunes da Silva, Ovar
  - Conjunto de Palheiros de Esmoriz e Cortegaça
  - Casa e Capela do Bom Sucesso (Casa do Povo de Válega), Válega
  - Centro Histórico de Pereira Jusã, Válega
  - Conjunto Aron Hakodesh, S. Vicente de Pereira Jusã

### Património Religioso

- Igrejas
  - Igreja Matriz de Esmoriz
  - Igreja Matriz de Cortegaça
  - Igreja Matriz de Maceda
  - Igreja Matriz de Arada
  - Igreja Matriz de Ovar
  - Igreja Matriz de S. Vicente de Pereira
  - Igreja Matriz de Válega
- Capelas dos Passos
  - Capela do Passo do Pretório (Interior da Igreja Matriz de Ovar)
  - Capela do Passo da Queda (Rua Alexandre Herculano)
  - Capela do Passo do Encontro (Rua Alexandre Herculano)
  - Capela do Passo do Cirineu (Rua Cândido dos Reis)
  - Capela do Passo da Vitória (Praça da República)



- Capela do Passo das Filhas de Jerusalém (Largo Mouzinho de Albuquerque)
- Capela do Calvário (Largo dos Combatentes)
- Outras Capelas (distribuídas pelas freguesias do concelho)
- Túmulo Medieval em S. João de Ovar
- Alminhas
- Cruzeiros

**1. Avaliação Estratégica**

Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Malha associativa forte e variada;</li> <li>✚ Rede de Bibliotecas de Ovar, que integra a Biblioteca Municipal e os seus 4 Polos e as Bibliotecas Escolares;</li> <li>✚ Atividades culturais, recreativas e desportivas variadas durante todo o ano, destacando-se o Cantar dos Reis, o Carnaval de Ovar, as Procissões Quaresmais, o Festa – Festival Internacional de Artes de Rua, o Animar as Praias, as Festas do Mar, o FIMO – Festival Internacional de Marionetas de Ovar, Festivais de Teatro como o Festovar e o Festival de Teatro de Esmoriz, o Festival de Gastronomia do Furadouro, os Encontros de Coletividades, as Festas religiosas e arraiais das Freguesias;</li> <li>✚ Grupos de teatro dinâmicos;</li> <li>✚ Existência de equipamentos culturais e desportivos em todas as freguesias;</li> <li>✚ Grande extensão de circuitos pedonais e ciclovias;</li> <li>✚ Passadiços nas Praias do Furadouro, Marretas/Torrão do Lameiro e na Barrinha de Esmoriz;</li> <li>✚ Património natural: Praias, Ria de Aveiro, Barrinha de Esmoriz, Zona Florestal;</li> <li>✚ Património religioso: Igrejas, Capelas dos Passos, outras Capelas, Alminhas e Cruzeiros;</li> <li>✚ Património cultural: Azulejo, Museus, Monumentos e Locais de Interesse;</li> <li>✚ Infraestruturas adaptadas para provas internacionais no Clube de Caça e Pesca, no Centro Cultural e Recreativo de Válega (Patinagem), na Piscina Municipal (Natação Sincronizada);</li> <li>✚ Protocolo de Colaboração da MOVIOJEM com a CMO (possibilidade de estadias para atletas concelhios em alojamentos da MOVIOJEM, sobretudo jovens, entre outras ações);</li> <li>✚ Zonas de Observação da flora e fauna, como as Zonas de Observação de Aves na Barrinha de Esmoriz, no Parque Ambiental do Buçaquinho e na Moita/Tijosa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Inexistência de pólo da Biblioteca em todas as freguesias;</li> <li>✚ Falta de instalações para servir de sedes sociais e realização de atividades;</li> <li>✚ Más condições de alguns equipamentos culturais e desportivos;</li> <li>✚ Escassos recursos humanos e financeiros das associações e coletividades concelhias;</li> <li>✚ Más condições para a prática de algumas atividades desportivas, como o Atletismo, a Canoagem, a Vela, entre outras.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários como o PRODEP;</li> <li>✚ Programas Operacionais do Portugal 2020;</li> <li>✚ Federações e Associações Regionais e Nacionais;</li> <li>✚ Aumento do número de turistas;</li> <li>✚ Plano Estratégico Nacional para o Turismo;</li> <li>✚ Possibilidade de realização de eventos desportivos e culturais de índole internacional;</li> <li>✚ Federação das Coletividades do Distrito de Aveiro;</li> <li>✚ POLIS da Ria de Aveiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Insuficiência de apoios financeiros estatais.</li> </ul>



## **2. Prioridades de Intervenção**

### **Elevada**

- ✚ Relançar o projeto “A Escola e as Raízes” e alargá-lo a todo o concelho, com vista à criação de um elo de ligação entre os alunos e as suas raízes, transportando-os ao passado e fazendo-os conviver diretamente com os ofícios tradicionais. Poderão ser abordados temas como a carpintaria, trabalhos em vime, bonecas de trapos, saquitel de ervas, reciclagem de tecidos, tecelagem, trabalhos em “tábua”, gastronomia, tanoaria, cordoaria, miniaturas de barcos, redes de pesca, entre outras. Para além do trabalho prático, estes ateliês têm também uma vertente teórica, em que se explica a importância do material usado e a sua função ou finalidade;
- ✚ Dotar as associações desportivas do concelho com espaços e infraestruturas condignos para a prática das suas modalidades e espaços de formação, salientando-se as pistas de atletismo e as pistas de canoagem e vela;
- ✚ Criar uma Pista de Atletismo moderna no concelho de Ovar;
- ✚ Requalificar o Pavilhão Gimnodesportivo de Válega;
- ✚ Reabilitar o edifício do Esmoriztur, afirmando-o como espaço cultural do Município de Ovar;
- ✚ Construir equipamentos polidesportivos descobertos de acesso livre e gratuito que promovam a prática do desporto e ocupação dos tempos livres das nossas crianças e jovens designadamente com skateparques e outros;
- ✚ Criar o interface cultural de Esmoriz no Palacete dos Castanheiros, reabilitando toda a propriedade;
- ✚ Apoiar todas as iniciativas que promovam o Surf no Município de Ovar, implementando um plano que potencie as iniciativas já existentes;
- ✚ Criar uma dinâmica cultural regular continuada, com programação de teatro, dança, música e artes visuais, potenciando os equipamentos já existentes para que o Município de Ovar se afirme como uma referência cultural na região e no País;
- ✚ Criar um serviço educativo integrado que contemple as várias instituições culturais do concelho, num trabalho concertado com escolas e instituições educativas, associações e famílias, para a oferta regular de uma programação cultural abrangente e de qualidade, através de espetáculos, oficinas e *workshops*, visitas guiadas e formação artística não formal;
- ✚ Pugnar pela continuidade do FESTIM – Festival de Músicas do Mundo, com grande impacto regional e que já se tornou uma das marcas da região;
- ✚ Criar um festival internacional de cinema de novos formatos/tecnologias;
- ✚ Redefinir a vocação do Centro de Arte de Ovar, com abertura da sua utilização para as associações e coletividades do Município de Ovar;
- ✚ Instituir o Prémio Anual de Cultura nas áreas de produção fotográfica, pintura, literatura (prosa/poesia), vídeo e música;
- ✚ Pugnar pela criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo;
- ✚ Desenvolver formação direcionada aos dirigentes associativos, em áreas como: “Gestão Associativa”, “Organização Administrativa e Financeira das Associações”, “Liderança e Gestão de Equipas”, “Gestão estratégica”, “Contabilidade e Fiscalidade”, “Desenvolvimento de Parcerias e Sustentabilidade”, Legislação e Programas de Apoio às Associações”, “Marketing Associativo”, Captação de recursos e angariações de fundos”, “Conceção, gestão e avaliação de projetos”.



**CAPÍTULO III – HABITAÇÃO**



**III – Habitação**

Dispor de uma habitação condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano e, por tal, está consagrada como um direito fundamental. Todas as pessoas têm direito a um alojamento, independentemente da raça, cor, origem nacional ou étnica. Ter um local seguro para viver é indispensável para a dignidade, a saúde física e mental e a qualidade geral de vida das pessoas.

A noção de habitação condigna compreende: intimidade suficiente, espaço adequado, segurança adequada, iluminação e ventilação suficientes, infra-estruturas básicas adequadas e localização adequada relativamente ao local de trabalho e aos serviços essenciais – tudo isto a um custo razoável para os beneficiários.

A habitação deve propiciar o espaço adequado para o agregado familiar e proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento ou outros perigos para a saúde, dos riscos devidos a problemas estruturais e de vetores de doença. A segurança física dos ocupantes deve ser igualmente garantida.

Ao mesmo tempo, ter acesso a uma habitação condigna, salubre e segura, aumenta substancialmente a possibilidade das pessoas gozarem outros direitos, uma vez que a habitação constitui a base de outros benefícios de natureza jurídica. Por exemplo, habitação e condições de vida adequadas estão estreitamente ligadas ao grau de realização efetiva do direito à higiene ambiental e do direito ao mais elevado nível possível de saúde mental e física.

**1. Parque Habitacional: Caracterização Geral dos Edifícios e Alojamentos**

As nossas cidades vão assistindo à degradação progressiva das suas estruturas urbanas, dos seus edifícios, dos seus espaços exteriores. Uma degradação decorrente do envelhecimento próprio, da sobrecarga de usos, ou ainda do seu desajustamento a novos modos de vida.

Segundo os dados definitivos dos Censos 2011, dos 19.089 edifícios existentes no concelho de Ovar, cerca de 16% tinham mais de 65 anos (mais 2% que no País e 4% que no Baixo Vouga), dos quais 43% foram construídos antes de 1919 (mais 3% que no País e 4% que no Baixo Vouga).

Área Geográfica		Época de Construção					Total	
		Antes de 1919	1919- 1945	1946- 1970	1971- 1990	1991-2011		
País	2011	206 343	305 696	796 171	1 167 703	1 068 476	3 544 389	
	2001	253 880	344 936	752 304	1 202 279	606 644	3 160 043	
Região Centro	2011	57 408	100 388	264 198	368 429	321 529	1 111 952	
	2001	76 659	111 409	244 837	373 968	185 448	992 321	
Baixo Vouga	2011	7 163	11 158	33 915	52 508	45 177	149 921	
	2001	7 957	12 853	32 912	52 486	26 834	133 042	
Concelho de Ovar	2011	1 297	1 689	3 683	6 246	6 174	19 089	
	2001	1 473	1 808	3 730	6 619	3 854	17 484	
Cortegaça	2011	57	101	279	535	359	1 331	
	2001	129	180	328	421	302	1 360	
Esmoriz	2011	142	209	610	1 097	1 368	3 426	
	2001	166	228	569	1 413	687	3 063	
Maceda	2011	63	101	277	479	418	1 338	
	2001	65	65	250	519	333	1 232	
União das Freguesias de	Ovar	2011	366	628	1 062	2 039	1 783	5 878
		2001	486	647	1 161	1 969	1 116	5 379
	S. João	2011	158	247	581	720	672	2 378
		2001	139	250	587	816	421	2 213
	Arada	2011	50	111	306	385	430	1 282
		2001	66	120	265	409	326	1 186
	S. V. de Pereira Jusã	2011	57	81	120	305	303	866
		2001	67	132	170	255	181	805
	Válega	2011	404	211	448	686	841	2 590
		2001	355	186	400	817	488	2 246

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



No concelho de Ovar, 1.4% dos edifícios existentes estão muito degradados, valor que sobe para os 3.8% se lhes juntarmos os edifícios a necessitar de grandes reparações.

No entanto, a idade do parque habitacional não é o único fator determinante para a degradação dos edifícios, pois, conforme podemos observar na tabela abaixo exposta, Válega, apesar de ser a freguesia com a maior percentagem de edifícios antigos (31.1% do total dos edifícios anteriores a 1919 existentes no concelho de Ovar), não é a freguesia com a maior percentagem de edifícios muito degradados, cabendo esse papel a Esmoriz, por ter cerca de 23% dos edifícios mais degradados do concelho, para além de 22% dos edifícios a necessitar de grandes reparações.

De salientar, ainda, que, se atentarmos na proporção de edifícios clássicos existentes segundo o seu estado de conservação, constata-se que S. Vicente de Pereira Jusã é a freguesia com a maior percentagem de edifícios degradados, por ter 9.5% do seu parque habitacional ou muito degradado ou a necessitar de grandes reparações, seguido de Arada, com 6.6% de edifícios muito degradados ou a necessitar de grandes reparações. Por outro lado, Arada e Maceda são as únicas freguesias que registaram aumento de edifícios muito degradados, na última década.

Área Geográfica	Sem necessidade de reparação	Pequenas reparações	Reparações médias	Grandes reparações	Muito degradados	Total
País	2 519 452	624 322	244 303	97 157	59 155	3 544 389
Região Centro	794 248	189 916	77 129	31 312	19 347	1 111 952
Baixo Vouga	111 362	24 093	9 256	3 354	1 856	149 921
Concelho de Ovar	14 115	3 163	1 086	451	274	19 089
Cortegaça	950	237	86	33	25	1 331
Esmoriz	2 226	803	236	97	64	3 426
Maceda	1 105	130	59	18	26	1 338
Ovar	4 538	983	229	101	27	5 878
S. João	1 761	419	126	43	29	2 378
Arada	956	156	85	43	42	1 282
S. V. P. Jusã	589	119	76	57	25	866
Válega	1 990	316	189	59	36	2 590

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas das Obras Concluídas

Do total de edifícios existentes no concelho de Ovar, em 2011, sobressai que 94% são exclusivamente residenciais, enquanto que no País esse valor era de 93%.

Área Geográfica	Tipo de Utilização			Total
	Exclusivamente residenciais	Principalmente residenciais	Principalmente não residenciais	
Portugal	3 305 062	213 090	26 237	3 544 389
Região Centro	1 046 903	57 875	7 174	1 111 952
Baixo Vouga	139 949	8 845	1 127	149 921
Concelho de Ovar	17 999	976	114	19 089

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas das Obras Concluídas

Fazendo uma análise por freguesia, verifica-se uma maior proporção de edifícios exclusivamente residenciais por relação ao total de edifícios clássicos existentes, nas freguesias de S. Vicente de Pereira Jusã e Válega (97%), situando-se o valor mais baixo em Ovar (92%).



Área Geográfica	Tipo de Utilização			Total	
	Exclusivamente residenciais	Principalmente residenciais	Principalmente não residenciais		
Cortegaça	1 256	67	8	1 331	
Esmoriz	3 201	206	19	3 426	
Maceda	1 285	51	2	1 338	
União das Freg. de	Ovar	5 390	435	53	5 878
	S. João	2 285	88	5	2 378
	Arada	1 225	45	12	1 282
	S. Vicente de Pereira Jusã	840	21	5	866
Válega	2 517	63	10	2 590	

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Ao nível do tipo de estrutura usada na construção dos edifícios clássicos existentes no concelho de Ovar (Quadro 106), constata-se que:

- Em 41% foi usada uma estrutura de betão (menos 7% que no País e 3% que no Baixo Vouga);
- Em 5% foi usada uma estrutura de adobe/pedra (o mesmo que no País e menos 5% que no Baixo Vouga);
- Em 1.3% foi usada outro tipo de estrutura (0.5% a mais que no País e 0.7% que no Baixo Vouga).

Área Geográfica	Tipo de Estrutura					Total	
	Estrutura de betão	Estrutura com placa	Estrutura sem placa	Estrutura de adobe/ pedra	Outra		
Portugal	1 721 109	1 123 774	481 115	189 072	29 319	3 544 389	
Região Centro	472 353	396 783	155 741	75 101	11 974	1 111 952	
Baixo Vouga	65 964	54 716	13 271	15 092	878	149 921	
Concelho de Ovar	7 831	7 064	2 965	974	255	19 089	
Cortegaça	290	692	279	34	36	1 331	
Esmoriz	1 870	1 018	421	40	77	3 426	
Maceda	410	662	244	11	11	1 338	
União das Freg. de	Ovar	2 961	1 654	970	207	86	5 878
	S. João	551	1 203	405	205	14	2 378
	Arada	288	789	163	40	2	1 282
	S. V. Per. Jusã	202	428	206	22	8	866
	Válega	1 259	618	277	415	21	2 590

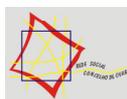
Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Mais de 90% do parque habitacional concelho de Ovar tem entre 1 e 2 pisos, dos quais cerca de metade tem apenas 1 piso. De facto, da análise do Quadro 107, constata-se que, em 2011:

- Cerca de 49% tinham apenas 1 piso (mais 10% que no País e 4% que no Baixo Vouga);
- Cerca de 42% tinham 2 pisos (menos 3% que no País e menos 4% que no Baixo Vouga);
- Apenas 1.5% tinham 5 pisos ou mais (menos 1.4% no País e o mesmo que no Baixo Vouga).

Fazendo uma análise por freguesias, observa-se que:

- Apenas em Cortegaça, Esmoriz, Ovar, S. João e Válega existem edifícios com 5 pisos ou mais (com maior percentagem em Esmoriz e Ovar);
- Com exceção de Ovar e Esmoriz, nas restantes freguesias cerca de metade do seu parque habitacional tem apenas 1 piso.



Área Geográfica		N.º de Pisos							
		1 piso	2 pisos	3 pisos	4 pisos	5 pisos	6 pisos	7 ou + pisos	
Portugal	2011	1 395 703	1 611 913	336 787	95 973	46 283	22 750	34 980	
Região Centro	2011	441 104	521 850	114 069	19 526	7 674	3 863	3 866	
Baixo Vouga	2011	67 545	68 589	9 177	2 306	1 265	538	501	
Concelho de Ovar	2011	9 428	8 093	824	462	200	44	38	
	Cortegaça	2011	671	563	58	27	11	0	1
	Esmoriz	2011	1 536	1 509	157	134	64	17	9
	Maceda	2011	722	596	19	1	0	0	0
União das Freguesias de	Ovar	2011	2 457	2 554	442	266	109	22	28
	S. João	2011	1 366	919	66	19	8	0	0
	Arada	2011	667	592	20	3	0	0	0
	S. V. P. Jusã	2011	387	451	28	0	0	0	0
	Válega	2011	1 622	909	34	12	8	5	0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Por outro lado, é de salientar que cerca de 94% dos edifícios existentes no concelho de Ovar têm entre 1 e 2 alojamentos. Com efeito, da apreciação da tabela abaixo exposta, verifica-se que, em 2011:

- Cerca de 89% tinham apenas 1 alojamento (mais 2% que no País e menos 2% que no Baixo Vouga);
- Cerca de 5% tinham 2 alojamentos (o mesmo que no País e mais 2% que no Baixo Vouga);
- Cerca de 4% tinham 5 ou mais alojamentos (menos 2% que no País e o mesmo que no Baixo Vouga).

Fazendo uma avaliação por freguesias, observa-se que, em 2011:

- Em Arada, S. João, S. Vicente de Pereira Jusã e Válega cerca de 95% dos edifícios clássicos tinham apenas 1 piso, encontrando-se o valor mais baixo nas freguesias de Esmoriz e Ovar, com 84% e em Cortegaça, com 88%;
- As freguesias onde se localiza o maior número de edifícios clássicos com 10 ou mais alojamentos eram Esmoriz e Ovar, numa proporção, por relação ao total de edifícios existentes em cada freguesia, de 2.7% e 2%, respetivamente.

Área Geográfica		Dimensão do Alojamento						Total	
		1 alojam.	2 alojam.	3 alojam.	4 alojam.	5 a 9 alojam.	10 ou + alojam.		
Portugal	2011	3 089 935	173 538	42 261	37 623	121 585	79 447	3 544 389	
Região Centro	2011	1 029 542	35 835	8 026	7 540	21 325	9 684	1 111 952	
Baixo Vouga	2011	137 415	4 582	1 057	1 330	3 821	1 446	149 921	
Concelho de Ovar	2011	17 045	868	178	176	584	238	19 089	
	Cortegaça	2011	1 174	82	18	24	9	6	1 331
	Esmoriz	2011	2 906	196	31	32	169	92	3 426
	Maceda	2011	1 246	72	10	6	3	1	1 338
União das Freguesias de	Ovar	2011	4 965	261	104	94	333	118	5 878
	S. João	2011	2 248	78	7	11	29	5	2 378
	Arada	2011	1 214	58	2	7	1	0	1 282
	S. V. P. Jusã	2011	825	36	3	2	0	0	866
	Válega	2011	2 467	85	3	6	25	4	2 590

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Habitar um edifício servido por sistemas de recolha de resíduos urbanos é condição para se ter uma melhor qualidade de vida. No entanto, no concelho de Ovar, em 2011, cerca de 6% dos edifícios não dispunham de qualquer tipo de sistemas do género (menos 1% que no País e mais 1% que no Baixo Vouga).

Em termos de freguesias, contata-se que, em 2011 (quadro abaixo representada):

- Válega era a freguesia com a maior percentagem de edifícios clássicos sem sistemas de recolha de resíduos urbanos, com 17%, seguida de S. João, com cerca de 10%;
- Em S. Vicente de Pereira Jusã, a totalidade de edifícios era servida por sistemas de recolha de resíduos urbanos.



Área Geográfica		Com recolha de resíduos urbanos	Sem recolha de resíduos urbanos	Total
Portugal		3 297 364	247 025	3 544 389
Região Centro		1 045 160	66 792	1 111 952
Baixo Vouga		142 335	7 586	149 921
Concelho de Ovar		17 997	1 092	19 089
Cortegaça		1 324	7	1 331
Esmoriz		3 311	115	3 426
Maceda		1 327	11	1 338
União das Freguesias de	Ovar	5 613	265	5 878
	S. João	2 145	233	2 378
	Arada	1 264	18	1 282
	S. V. de Pereira Jusã	866	0	866
Válega		2 147	443	2 590

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

No que concerne ao número de edifícios de habitação familiar clássicos e ao número de alojamentos familiares clássicos, verifica-se o seu aumento nos últimos quatro anos, tanto no concelho de Ovar, como no País e na Região de Aveiro (Quadros 120 e 121).

Área Geográfica	N.º de edifícios de habitação familiar clássica por ano			
	2017	2016	2015	2014
Portugal	3 596 827	3 590 694	3 586 218	3 581 612
Região Centro	1 127 693	1 125 915	1 124 578	1 123 225
Região de Aveiro	143 987	143 682	143 459	143 217
Concelho de Ovar	19 415	19 384	19 346	19 312

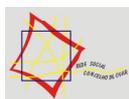
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Ano de referência	País	Região Centro	Região Aveiro	Concelho de Ovar
2017	5 942 131	1 466 848	195 490	28 268
2016	5 933 114	1 464 301	195 081	28 233
2015	5 926 030	1 462 213	194 806	28 187
2014	5 919 299	1 460 388	194 393	28 130

Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Relativamente ao tipo de alojamentos não clássicos (Quadro 122), é de salientar a existência, no concelho de Ovar, em 2011, de:

- 18 barracas e casas rudimentares de madeira;
- 2 alojamentos móveis;
- 24 alojamentos improvisados.



**Quadro 112 - Número de alojamentos existentes, em 2011, segundo o tipo de alojamento**

Tipo de Alojamento		País	Região Centro	Baixo Vouga	Ovar	
Alojam. Familiares	Total	5 866 152	1 445 343	202 111	27 765	
	Alojamentos clássicos	5 859 540	1 443 886	201 757	27 718	
	Alojam. não clássicos	Total	6 612	1 457	354	47
		Barracas e casas rudimentares madeira	2 052	474	153	18
		Móveis	445	123	30	2
		Improvísados	3 969	823	158	24
	Outros	146	37	13	3	
Alojam. coletivos	Total	12 604	3 301	360	34	
	Hotéis e similares	6 811	1 498	134	12	
	Convivência	Total	5 793	1 803	226	22
		Apoio Social	3 314	1 086	120	11
		Educação	444	192	34	0
		Militar	247	60	9	2
		Prisional	75	15	1	0
		Religiosa	676	214	35	4
		Saúde	460	101	12	1
		Trabalho	213	45	4	1
		Outras	364	90	11	3

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

No total dos alojamentos não clássicos existentes no concelho de Ovar, em 2011, residiam 47 famílias clássicas, num total de 154 pessoas (tabela abaixo exposta), das quais a maioria reside em Ovar (21), Esmoriz (20) e Cortegaça (14), conforme se pode observar no Quadro 123.

**Quadro 113 - Alojamentos, Famílias e Pessoas Residentes, em 2011, segundo o tipo de alojamento**

Tipo de alojamentos		País	Região Centro	Baixo Vouga	Ovar	
Alojamentos	Alojamentos	5 878 756	1 448 644	202 471	27 799	
	Famílias Clássicas	4 043 372	904 770	145 258	19 510	
	Famílias Institucionais	4 833	1 477	167	12	
	Pessoas Residentes	1 0 560 760	2 327 689	390 810	55 396	
Alojamentos Familiares Clássicos	Alojamentos	5 859 540	1 443 886	201 757	27 718	
	Famílias Clássicas	4 033 121	902 643	144 792	19 547	
	Pessoas Residentes	10 413 100	2 285 256	385 994	54 915	
Alojamentos Familiares Não Clássicos	Barracas e casas rudim. de madeira	Alojamentos	2 052	474	153	18
		Famílias Clássicas	2 103	487	160	18
		Pessoas Residentes	6 690	1 533	536	74
	Móveis	Alojamentos	445	123	30	2
		Famílias Clássicas	460	126	32	2
		Pessoas Residentes	991	251	61	2
	Improvísados	Alojamentos	3 969	823	158	24
		Famílias Clássicas	4 162	861	162	24
		Pessoas Residentes	9 472	1 874	390	74
	Outros	Alojamentos	146	37	13	3
		Famílias Clássicas	153	42	17	3
		Pessoas Residentes	295	70	30	4
Alojamentos Coletivos	Estabelec. Hoteleiros e similares	Alojamentos	6 811	1 498	134	12
		Famílias Clássicas	2 021	350	51	0
		Famílias Institucionais	65	45	2	0
		Pessoas Residentes	8 033	2 010	92	0
	Alojamentos de convivência	Alojamentos	5 793	1 803	226	22
		Famílias Clássicas	1 352	261	44	6
		Famílias Institucionais	4 588	1 412	165	12
		Pessoas Residentes	122179			

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



**Quadro 114 - Alojamentos, Famílias e Pessoas Residentes no concelho de Ovar, em 2011, segundo o tipo de alojamento**

Tipo de alojamentos		Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de				Válega	
					Ovar	S. João	Arada	S.V.P. Jusã		
Alojamentos	Alojamentos	1 844	6 133	1 482	10 423	2 752	1 369	915	2 881	
	Famílias Clás.	1 336	4 143	1 172	6 587	2 191	1 085	730	2 266	
	Famílias Inst.	1	1	1	5	0	0	4	0	
	Residentes	3 837	11 447	3 521	17 854	6 276	3 318	2 316	6 827	
Alojamentos Familiares Clássicos	Alojamentos	1 834	6 115	1 477	10 389	2 748	1 367	910	2 878	
	Famílias Clás.	1 326	4 131	1 169	6 567	2 187	1 085	729	2 263	
	Residentes	3 775	11 409	3 478	17 601	6 263	3 318	2 249	6 822	
Alojam. Familiares Não Clássicos	Barracas e casas rudim. de madeira	Alojamentos	1	1	0	14	0	0	1	1
		Famílias Clás.	1	1	0	14	0	0	1	1
		Residentes	1	3	0	68	0	0	1	1
	Móveis	Alojamentos	2	0	0	0	0	0	0	0
		Famílias Clás.	2	0	0	0	0	0	0	0
		Residentes	2	0	0	0	0	0	0	0
	Improvisados	Alojamentos	4	7	1	6	4	0	0	2
		Famílias Clás.	4	7	1	6	4	0	0	2
		Residentes	14	20	2	21	13	0	0	4
	Outros	Alojamentos	0	1	2	0	0	0	0	0
		Famílias Clás.	0	1	2	0	0	0	0	0
		Residentes	0	2	2	0	0	0	0	0
Alojam. Coletivos	Estabelec. Hoteleiros e similares	Alojamentos	1	2	0	7	0	2	0	0
		Famílias Clás.	0	0	0	0	0	0	0	0
		Famílias Inst.	0	0	0	0	0	0	0	0
		Residentes	0	0	0	0	0	0	0	0
	Alojamentos de convivência	Alojamentos	2	7	2	7	0	0	4	0
		Famílias Clás.	3	3	0	0	0	0	0	0
		Famílias Inst.	1	1	1	5	0	0	4	0
		Residentes	45	13	39	164	0	0	66	0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Do total de alojamentos familiares clássicos existentes no concelho de Ovar, em 2011 (Quadro 125), constata-se que:

- 70% eram de residência habitual (mais 2% que no País e menos 1% que no Baixo Vouga);
- 19% eram residências secundárias (o mesmo que no País e mais 2% que no Baixo Vouga);
- 11% encontravam-se vagos (menos 2% que no País e 1% que no Baixo Vouga);
- A freguesia de Ovar era a que detinha mais de metade dos alojamentos de residência secundária existentes no concelho, seguida de Esmoriz, com um total de 25%;
- A maior percentagem de alojamentos vagos existentes no concelho de Ovar, regista-se nas freguesias de Ovar (37%) e Esmoriz (22%).

**Quadro 115 - Número de alojamentos familiares clássicos, existentes em 2011, segundo a forma de ocupação**

Área Geográfica	Forma de Ocupação							Total	
	Residência Habitual	Residência Secundária	Vagos						
			Para venda	Para alugar	Para demolir	Outros	Total		
País	3 991 112	1 133 300	164 745	110 221	28 388	431 774	735 128	5 859 540	
Região Centro	893 857	353 055	38 244	22 245	10 040	126 445	196 974	1 443 886	
Baixo Vouga	143 345	34 283	4 825	2 852	1 222	15 230	24 129	201 757	
Concelho de Ovar	19 396	5 318	727	269	132	1 876	3 004	27 718	
	Cortegaça	1 325	313	66	31	13	86	196	1 834
	Esmoriz	4 110	1 353	167	52	44	389	652	6 115
	Maceda	1 166	43	9	20	22	217	268	1 477
União das Freguesias de Ovar	Ovar	6 546	2 718	366	100	22	637	1 125	10 389
	S. João	2 178	327	56	24	17	146	243	2 748
	Arada	1 085	108	8	9	10	147	174	1 367
	S.V.P. Jusã	728	85	13	14	0	70	97	910
Válega	2 258	371	42	19	4	184	249	2 878	

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Por sua vez, analisando a tabela abaixo apresentada, dos 19.396 alojamentos familiares clássicos de residência habitual existentes no concelho de Ovar, em 2011, sobressai que:



- 34% tinham 5 divisões (mais 1% que no País e 3% que no Baixo Vouga);
- 33% tinham 6 ou mais divisões (mais 6% que no País e menos 7% que no Baixo Vouga);
- O número de alojamentos com apenas uma divisão ou com duas, diminuiu cerca de 46%, na última década (menos 53% que no País e 12% que no Baixo Vouga).

**Quadro 116 - Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, existentes em 2011, por número de divisões**

Área Geográfica	Número de divisões						Total
	1 divisão	2 divisões	3 divisões	4 divisões	5 divisões	6 divisões ou +	
País	18 557	73 763	354 530	1 176 987	1 301 963	1 065 312	3 991 112
Região Centro	2 769	11 180	51 855	199 973	309 805	318 275	893 857
Baixo Vouga	444	1 684	8 639	30 961	44 777	56 840	143 345
Concelho de Ovar	65	281	1 358	4 843	6 540	6 309	19 396

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

O abastecimento de água potável, o saneamento e as instalações de banho ou duche são necessidades básicas, diretamente ligadas à habitação. No entanto, segundo os Censos 2011, constata-se que, no concelho de Ovar, existiam:

- 502 alojamentos familiares sem instalações de banho ou duche, num total de 1.209 pessoas residentes;
- 162 alojamentos familiares sem água canalizada, num total de 367 pessoas residentes;
- 232 alojamentos familiares sem instalações sanitárias, num total de 540 pessoas residentes;
- 1.835 alojamentos familiares sem sistema de aquecimento, num total de 4.710 pessoas residentes.

**Quadro 117 - Número de alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações não existentes no alojamento, em 2011**

Instalações Existentes		País	Região Centro	Baixo Vouga	Ovar
Sem instalações de banho ou duche	2011	79 269	19 724	2 810	502
Sem água canalizada	2011	25 998	6 921	1 139	195
Sem sistema de drenagem de águas residuais	2011	20 257	5 533	939	159
Sem instalações sanitárias	2011	36 209	9 915	1 454	232
Sem sistema de aquecimento	2011	560 046	51 569	9 574	1 835

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Segundo os Censos 2011, apenas 16% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual existentes no concelho eram arrendados ou subarrendados (menos 4% que no País e mais 2.5% que no Baixo Vouga).

Por sua vez, as freguesias com a maior proporção de alojamentos arrendados, em 2011, eram Ovar, com 20%, S. João, com 17% e Cortegaça e Esmoriz, ambas com 16%.



**Quadro 118 - Número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, existentes em 2011, segundo o regime de propriedade e forma de arrendamento**

Área Geográfica		Proprietário ou coproprietário	Proprietário em regime de prop. coletiva de coop. de habitação	Arrendatário ou subarrendatário	Outra situação
País		2 891 811	31 460	794 465	273 376
Região Centro		721 991	5 100	111 946	54 820
Baixo Vouga		113 380	883	19 365	9 717
Concelho de Ovar		14 444	191	3 093	1 668
Cortegaça		950	14	216	145
Esmoriz		3 040	49	649	372
Maceda		874	10	160	122
União das Freg. de	Ovar	4 593	79	1 332	542
	S. João	1 637	7	368	166
	Arada	874	9	121	81
	S. V. Pereira Jusã	571	4	95	58
	Válega	1 905	19	152	182

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Uma habitação condigna deve propiciar o espaço adequado para o agregado familiar. No entanto, no concelho de Ovar 2.320 alojamentos familiares clássicos de residência habitual estavam sobrelotados. De facto, da análise do Quadro 118, verifica-se que, em 2011:

- 12% dos alojamentos estavam sobrelotados, dos quais a maioria se localizava em Ovar e Esmoriz;
- As freguesias com maior proporção de alojamentos sobrelotados eram Maceda, com 15% e Arada e S. Vicente de Pereira Jusã, ambas com 14%.

**Quadro 119 – Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, existentes em 2011, segundo a lotação dos alojamentos**

Indicadores	Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de				Válega
				Ovar	S. João	Arada	S.V.P. Jusã	
Alojamentos sublotados com 3 ou + divisões em excesso	261	688	207	1167	421	208	177	459
Alojamentos sublotados com 2 divisões em excesso	260	761	212	1301	482	214	138	462
Alojamentos sublotados com 1 divisão em excesso	362	1137	326	1850	598	284	175	592
Alojamentos sem divisões em excesso ou em falta	274	1036	243	1486	451	232	136	476
Alojamentos sobrelotados com 1 divisão em falta	132	388	140	596	174	102	77	195
Alojamentos sobrelotados com 2 divisões em falta	29	80	30	114	43	33	20	52
Alojamentos sobrelotados com 3 ou + divisões em falta	7	20	8	32	9	12	5	22

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



**Quadro 120 – Indicadores de Construção, entre 2014 e 2017**

Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região Aveiro	Concelho de Ovar
Média de pavimentos por edifício concluído em onstruções novas para habitação	2017	2.0	2.0	1.7	1.4
	2016	2.1	2.0	1.7	1.7
	2015	2.1	2.0	1.9	1.9
	2014	2.1	2.1	2.0	2.0
Média de Fogos por Pavimento em cada edifício concluído (Construções novas para habitação)	2017	0.8	0.7	0.9	0.9
	2016	0.8	0.7	0.8	0.8
	2015	0.7	0.7	0.8	0.7
	2014	0.7	0.6	0.8	0.7
Média de Divisões por Fogo em cada edifício concluído (Construções nova para habitação)	2017	5.1	5.1	4.8	5.3
	2016	5.0	4.9	5.0	5.0
	2015	5.1	5.2	4.8	4.8
	2014	5.1	5.1	4.9	4.9
Área Média de Superfície habitável das divisões por edifício concluído (Construções Novas para Habitação) - m <sup>2</sup>	2017	20.4	20.0	21.4	22.5
	2016	20.2	20.2	21.2	21.3
	2015	20.8	20.7	21.1	19.7
	2014	20.8	21.0	21.3	19.2
Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	2017	4.2	4.1	1.8	-
	2016	5.5	5.5	3.0	-
	2015	5.9	5.3	2.3	1.9
	2014	7.5	6.1	3.1	-

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

## 2. Dinâmica de Construção

Pela primeira vez desde 2011, o setor da construção civil está a crescer e a reabilitação, sobretudo em Lisboa e no Porto, é uma saída, graças ao turismo e ao investimento privado, sobretudo estrangeiro (proveniente de franceses, americanos, brasileiros e chineses). A reabilitação é hoje uma dinâmica que está instituída em pleno no mercado e que se irá prolongar durante, pelo menos, mais três ou quatro anos, garantem alguns especialistas, embora depois dê lugar à renovação, sobretudo do edificado nos anos 60 a 80 do século passado. A renovação será o futuro da construção em Portugal.

Segundo um estudo recente da Consultora Prime Yield Portugal, só nos últimos 5 anos, o investimento privado em reabilitação em Lisboa ascendeu aos 600 milhões de euros e no Porto foi superior a 1100 milhões de euros.

Também a construção nova, um pouco por todo o País, contribuiu para a recuperação do setor. Os últimos dados do INE mostram uma subida de cerca 15% nos edifícios licenciados para construções novas ou para ampliações, alterações ou reconstruções, em 2017 (Quadro 131), mas a atividade continua muito longe de volume de há 10 anos (menos 63% face aos 45.900 edifícios licenciados em 2007). Ainda de acordo com o INE, no último trimestre de 2017 os edifícios licenciados aumentaram 16.2% face ao período homólogo, corresponderam a 4,4 mil edifícios. Nos edifícios licenciados para construções novas houve um acréscimo de 18.8%, enquanto no licenciamento para reabilitação se registou uma subida de 12.1%.

Da análise do Quadro 131, verifica-se que, nos últimos anos, têm aumentado os pedidos de licenciamento de construções novas para habitação familiar (cerca de 22% no País versus 12% na Região de Aveiro e 51% no concelho de Ovar, entre 2016 e 2017), mas têm diminuído os pedidos de licenciamento de obras de ampliação, alteração e reconstrução de edifícios de habitação familiar.



Quadro 121 – Edifícios licenciados para habitação familiar entre 2014 e 2017, por tipo de obra								
Área Geográfica	Obras de Edificação							
	Construções novas				Ampliação, alteração, reconstrução			
	2017	2016	2015	2014	2017	2016	2015	2014
Portugal	12 654	10 396	9 719	9 155	4 609	4 635	4 311	5 288
Região Centro	3 643	3 265	3 087	3 161	1 329	1 365	1 313	1 820
Região de Aveiro	662	545	515	443	184	168	178	195
Concelho de Ovar	95	63	52	56	7	11	13	29

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos - maio de 2018

Ao nível da conclusão de edifícios, verificou-se um aumento bastante significativa, entre 2016 e 2017, tanto de construções de habitação familiar, como de ampliações, alterações e reconstruções de edifícios de habitação familiar (cerca 26% no País, 21% na Região de Aveiro e 13% no concelho de Ovar).

Quadro 122 – Edifícios concluídos para habitação familiar, entre 2014 e 2017, por tipo de obra								
Área Geográfica	Obras de Edificação							
	Construções novas				Ampliação, alteração, reconstrução			
	2017	2016	2015	2014	2017	2016	2015	2014
Portugal	9 045	7 207	7 592	8 589	3 822	3 331	3 760	4 378
Região Centro	2 794	2 264	2 434	2 843	1 114	1 069	1 297	1 622
Região de Aveiro	469	334	385	352	107	141	127	142
Concelho de Ovar	62	55	46	39	8	15	14	24

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos - maio de 2018

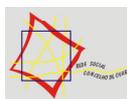
O concelho de Ovar não é exceção, conforme se pode observar pelas tabelas abaixo expostas. De facto, tem-se verificado, nos últimos anos, um aumento do número de requerimentos e processos de obras entrados no Município de Ovar, bem como nas licenças concedidas e nos alvarás de loteamento.

Quadro 123 - Requerimentos de obras entrados na Câmara Municipal de Ovar, entre 2014 e 2017				
Freguesia	N.º de requerimentos de obras por ano			
	2017	2016	2015	2014
Cortegaça	254	206	172	191
Esmoriz	791	618	503	457
Maceda	255	262	197	198
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã	1 839	1 623	1 535	1 734
Válega	402	349	328	366
<b>Total</b>	<b>3 541</b>	<b>3 058</b>	<b>2 735</b>	<b>2 946</b>

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/ Divisão de Urbanismo e Planeamento - 2018

Quadro 124 - Processos de obras entrados na Câmara Municipal de Ovar, entre 2014 e 2017				
Freguesia	N.º de processos de obras por ano			
	2017	2016	2015	2014
Cortegaça	63	46	30	49
Esmoriz	157	144	87	83
Maceda	53	56	39	47
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã	387	318	311	325
Válega	91	67	58	73
<b>Total</b>	<b>751</b>	<b>631</b>	<b>525</b>	<b>577</b>

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/ Divisão de Urbanismo e Planeamento – 2018



<b>Quadro 125 - Licenças concedidas pela Câmara Municipal de Ovar, entre 2014 e 2017</b>				
Freguesia	N.º de licenças concedidas por ano			
	2017	2016	2015	2014
Cortegaça	23	17	22	19
Esmoriz	66	41	27	37
Maceda	25	21	20	17
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã	146	130	163	141
Válega	51	42	42	43
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>251</b>	<b>274</b>	<b>257</b>

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/ Divisão de Urbanismo e Planeamento - 2018

<b>Quadro 126 - Licenças para habitação concedidas pela Câmara Municipal de Ovar, entre 2014 e 2017</b>				
Freguesia	N.º de licenças para habitação concedidas por ano			
	2017	2016	2015	2014
Cortegaça	16	10	22	11
Esmoriz	31	53	26	23
Maceda	18	7	5	14
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã	78	78	75	91
Válega	19	12	21	29
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>160</b>	<b>149</b>	<b>168</b>

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/ Divisão de Urbanismo e Planeamento - 2018

<b>Quadro 127 - Alvarás de loteamento e lotes concedidos pela Câmara Municipal de Ovar, entre 2014 e 2017</b>								
Freguesia	N.º de Alvarás de loteamento por ano				N.º de lotes concedidos por ano			
	2017	2016	2015	2014	2017	2016	2015	2014
Cortegaça	-	-	-	-	-	-	-	-
Esmoriz	-	-	-	-	-	-	-	-
Maceda	-	-	-	-	-	-	-	-
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã	-	-	1	1	-	-	1	2
Válega	-	-	-	-	-	-	-	-
Total pedido de alterações em Alvará de loteamentos existentes	28	26	13	9	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>26</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/ Divisão de Urbanismo e Planeamento - 2018

## 2.1. Habitação Social

Não obstante a importância que para todos assume o direito a uma habitação adequada, sabe-se que, na realidade, tal não acontece. São inúmeras as pessoas que não têm uma habitação ou que têm um alojamento não adequado ao seu agregado familiar ou sem as condições mínimas de habitabilidade e salubridade ou que não conseguem sustentar o valor da renda.

Segundo o INE, do cruzamento de dados dos Censos 2011 com o Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2011, o peso dos fogos de habitação social arrendados no total de alojamentos arrendados era de cerca de 14,3%, enquanto que o peso dos fogos de habitação social nos alojamentos familiares era de cerca de 2%.

O Parque de Habitação Social do Município de Ovar é constituído por 178 fogos atribuídos em regime de arrendamento social, no qual habitam 588 pessoas carenciadas. Trata-se de privilegiar o direito a uma habitação condigna a famílias com vulnerabilidade económica.

Têm acesso a este programa, os agregados familiares com residência permanente no concelho há mais de 2 anos e residentes em construções com graves deficiências de solidez, segurança e/ou salubridade ou em casos de manifesta



sobreocupação da habitação, bem como as situações de necessidade urgente de alojamento no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana.

Poderão acrescer outros indicadores e que passam pela destruição da habitação por catástrofe natural ou acidente; perigo de eminente derrocada; falta de qualquer tipo de habitação; inadequação da habitação em face a situações de incapacidade física ou doença, com carácter permanente e situações de despejo, desde a desocupação não tenha sido determinada por ato ilícito ou criminoso.

No entanto, no concelho de Ovar existem outros alojamentos de habitação social, que são propriedade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) ou dos próprios residentes que, entretanto, adquiriram os fogos, como é o caso do Conjunto Habitacional do Alto de Saboga, em Ovar e do Conjunto Habitacional Esmoriz I e II (propriedade do IHRU e/ou residentes) e o Agrupamento de Casas Pré-fabricadas de Maceda, de Esmoriz, do Furadouro/Ovar, de Ovar e de Válega (propriedade da Autarquia e/ou residentes).

A política de habitação social, também, é visível ao nível do investimento que foi efetuado na construção de habitação ao abrigo da medida CDH – habitação a custos controlados – que enquadra a celebração de contratos entre empresas privadas de construção civil e o IHRU ou qualquer instituição de crédito legalmente autorizada para o efeito, com vista ao financiamento da construção de habitação de custos controlados, nos termos do Decreto-Lei n.º 165/93, de 7 de maio.

As habitações construídas através de CDH podem destinar-se a venda para habitação própria permanente, para arrendamento habitacional em regime de renda condicionada ou para venda a municípios ou a Instituições Particulares de Solidariedade Social, para arrendamento em regime de renda apoiada.

Considerando a mudança de paradigma que certamente se irá verificar no sector da habitação, é nossa opinião que estes resultados, merecem um olhar atento, por parte dos diversos intervenientes na área da habitação e da construção.

### 2.1.1. Habitações Sociais do Município de Ovar Arrendadas

Relativamente ao Parque de Habitação Social do Município de Ovar, da análise da tabela abaixo apresentada, verifica-se que a maioria (64.5%) se localiza na freguesia de Ovar, seguida de Esmoriz, com 19.5%.

Quadro 128 - Fogos municipais arrendados			
Freguesia	Identificação do Bairro	N.º de Fogos	N.º de Residentes
Arada	Conjunto Habitacional Olho Marinho	2	5
Cortegaça	Conjunto Habitacional da Praia de Cortegaça I	14	56
	Conjunto Habitacional Rodelo/Boavista	1	4
Esmoriz	Conjunto Habitacional Esmoriz II	2	4
	Conjunto Habitacional de Gondezende	2	4
	Agrupamento de Casas Pré-Fabricadas de Esmoriz	1	1
	Conjunto Habitacional da Boa Esperança	30	100
Maceda	Agrupamento de Casas Pré-Fabricadas dos Lamareiros	1	1
Ovar	Conjunto Habitacional Alto de Saboga	4	12
	Conjunto Habitacional do Furadouro I e II	50	156
	Conjunto Habitacional Júlio Dinis	20	56
	Cooperativa S. Cristóvão	20	72
	Conjunto Habitacional da Marinha	9	32
	Agrupamento de Casas Pré- Fabricadas Alto de Saboga	2	5
	Agrupamento de Casas Pré- Fabricadas do Furadouro	4	10
	Bairro dos Pescadores do Furadouro	6	10
S. João	Conjunto Habitacional da Ponte Nova	4	5
Válega	Conjunto Habitacional do Sargaçal	6	55
<b>Total</b>		<b>178</b>	<b>588</b>

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – dezembro de 2017



Freguesia	Identificação do Bairro	N.º de Fogos	N.º de Residentes
Esmoriz	Praia de Esmoriz	19	49
Ovar	Alto Saboga	49	98
<b>Total</b>		<b>68</b>	<b>147</b>

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) – dezembro de 2017

## 2.2. Procura de Habitação Social

Como já foi referido anteriormente, são inúmeras as pessoas que não têm uma habitação ou que têm um alojamento não adequado ao seu agregado familiar ou sem as condições mínimas de habitabilidade e salubridade e que têm recorrido à Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde (DDSS) do Município de Ovar para efetuarem o seu registo no Ficheiro Organizado de Procura de Habitação Social.

A procura de habitação social registou uma diminuição entre 2013 e 2017, não só por inexistência de resposta a este nível, uma vez que os 178 fogos que constituem propriedade da Câmara Municipal de Ovar estão todos ocupados e só vagam, ou por óbito dos arrendatários e/ou porque decidem integrar-se no mercado de habitação privado por sua iniciativa ou por ação de despejo ou por processos de emigração, mas também devido à ativação pelo Município da medida de Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais.

Em 2017, o maior número de pedidos de habitação social recaía nas freguesias de Válega (42) e de Esmoriz (28).

Freguesia	N.º famílias com carência habitacional		
	2017*	2013	
Cortegaça	13	29	
Esmoriz	28	119	
Maceda	5	20	
União das Freg. de	Ovar	24	121
	S. João	0	38
	Arada	24	32
	S.V.P. Jusã	9	10
Válega	42	40	
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>409</b>	

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Ação Social e Saúde – Ficheiro Organizado de Procura de Habitação Social

\* Processos sinalizados no âmbito do Levantamento Nacional de Realojamento do IHRU, em janeiro de 2018

## 2.3. Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais (Regulamento de Ação Social do Município de Ovar)

A Medida Municipal para Apoio ao Arrendamento Urbano Para Fins Habitacionais destina-se a determinar a atribuição de apoio económico, com o objetivo de facilitar o acesso ao arrendamento para habitação para residência permanente, quando não seja possível garantir resposta de alojamento em habitação social por parte da Câmara Municipal de Ovar, visando também atenuar as despesas económicas de indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar mais desprovidos de recursos financeiros, promovendo a melhoria das condições de habitabilidade daqueles.

Pretende também promover a dinamização do mercado de arrendamento e evitar o desalojamento devido a ações de despejo.

Na sua génese, consiste na atribuição de uma comparticipação/apoio de 50% do valor da renda, até ao limite máximo de €125 por mês (podendo o valor ser ajustável anualmente).

Aplicando-se a toda a área geográfica do Município de Ovar, é atribuído pelo período de doze meses, após a aprovação da candidatura, renovável por igual período, caso se mantenham as condições de carência económica, não podendo ultrapassar o limite dos 60 meses consecutivos ou intercalados, excetuando-se situações devidamente fundamentadas.



Os munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, ou com idade inferior, portadores de deficiência ou incapacidade permanente e definitiva (invalidez absoluta), não estão sujeitos ao limite máximo de 60 meses, desde que se enquadrem dentro dos critérios definidos no Regulamento.

Os potenciais candidatos terão que respeitar as condições de acesso, nomeadamente:

- Ser cidadão nacional ou equiparado em termos legais;
- Residir no concelho de Ovar há, pelo menos 2 anos, em regime de permanência, a não ser que se trate de vítima de violência doméstica oriunda de outros concelhos que procure proteção no concelho de Ovar, devendo apresentar meios de prova legais que comprovem o seu estatuto de vítima;
- Estar recenseado no Município de Ovar;
- Aceitar a assunção de um contrato social para integrar ações que sejam promovidos com vista à inserção social, quando aplicável;
- Enquadrar-se em situação de comprovada carência económica;
- Fornecer todos os meios legais de prova que sejam solicitados, com vista ao apuramento da situação económica e social de todos os elementos que integram o agregado familiar;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode usufruir de qualquer apoio para habitação concedido por outras entidades, excetuando-se situações devidamente fundamentadas e comprovadas pela Divisão de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode ser beneficiário de habitação municipal;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode ser titular de outro contrato de arrendamento para além daquele sobre o qual incide o pedido do apoio;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode ser proprietário de bem imóvel, destinado à habitação no património do candidato ou de outro membro do agregado familiar ou da titularidade do direito de uso e habitação de qualquer outro prédio urbano ou fração habitacional;
- O candidato deve possuir um contrato de arrendamento celebrado em conformidade com a legislação em vigor;
- O candidato não pode ter débitos de renda à data da candidatura;
- Ficam excluídos da atribuição deste apoio os arrendatários cujo senhorio seja seu familiar;
- O valor da renda não pode exceder os valores médios/baixos do praticado no mercado de arrendamento urbano;
- A tipologia da habitação tem que estar ajustada às necessidades do agregado familiar.

Tipologia do Agregado Familiar do Candidato	Coefficiente de Capitação
Isolado (1 elemento)	RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida (vulgo Salário Mínimo Nacional) fixada para o ano civil a que se reporta a candidatura
2 elementos	0,9 x RMMG
3 elementos	0,8 x RMMG
4 elementos	0,7 x RMMG
5 elementos	0,6 x RMMG
Mais de 5 elementos	0,5 x RMMG

O concurso para atribuição do subsídio poderá ter carácter anual, em períodos a definir anualmente pela Câmara Municipal de Ovar e, em termos de resultado, as candidaturas serão seriadas pela menor capitação média mensal.

Da leitura do Quadro 141, é possível observar que este instrumento de política social municipal tem vindo a ter uma procura exponencial e consequente aumento do número de subsídios a atribuir por ano, sobressaindo os anos civis de 2017, com 198 apoios e de 2016, com 158.



<b>Quadro 131 - Apoios pecuniários concedidos no âmbito da Medida Municipal para Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais</b>	
<b>Ano</b>	<b>N.º de apoios pecuniários concedidos</b>
2018 (abril)	98
2017	198
2016	158
2015	141
2014	121
2013	100
2012	75
2011	155
2010	75

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – 2018

### 3. Avaliação Estratégica

<b>Potencialidades</b>	<b>Fragilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Apoio à Recuperação e Melhoria das Condições Habitacionais (incluído no Regulamento de Ação Social do Município de Ovar - RASMO);</li> <li>✚ Existência de duas cooperativas de habitação (Habitovar e Cooperativa S. Cristóvão);</li> <li>✚ Isenção das taxas de construção a carenciados a residir no concelho;</li> <li>✚ Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais (incluído no RASMO);</li> <li>✚ Atribuição, Gestão e Transferência de Habitação Social (incluído no RASMO);</li> <li>✚ Apoio na Fatura de Abastecimento de Água (incluído no RASMO);</li> <li>✚ Fundo de Emergência Social para situações atípicas não enquadráveis nas restantes medidas do RASMO e sujeito a concertação com a Segurança Social para evitar sobreposição de apoios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Significativa percentagem de edifícios antigos (em 2011, 16% tinham mais de 65 anos, dos quais 43% tinham mais de 90 anos);</li> <li>✚ Em 2011, cerca de 4% dos edifícios existentes necessitavam de beneficiações (dos quais 1.274 estavam muito degradados 451 necessitavam de grandes reparações);</li> <li>✚ Em 2011 existiam 47 alojamentos não clássicos (barracas e outros), menos 99 que em 2001 (num total 154 pessoas);</li> <li>✚ Elevado número de alojamentos familiares vagos (3.004 em 2011, mais 40% que em 2001);</li> <li>✚ Existência, em 2011, de 502 edifícios sem instalações de banho ou duche; 191 sem água canalizada; 232 sem instalações sanitárias; 1.835 sem sistema de aquecimento e 159 sem sistema de drenagem de águas residuais;</li> <li>✚ Número significativo de pedidos de habitação social (145, em 2017), entre habitações muito degradadas/sem condições de habitabilidade, em sobreocupação e situações de rendas elevadas;</li> <li>✚ 12% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual estão sobrelotados.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas de Reabilitação Urbana: SOLARH e RECRIA;</li> <li>✚ Programa de Habitação PROHABITA;</li> <li>✚ Programa Porta 65 – Jovem;</li> <li>✚ 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;</li> <li>✚ Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente;</li> <li>✚ Retoma do setor da construção civil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Baixos rendimentos das famílias;</li> <li>✚ Significativa taxa de endividamento das famílias;</li> <li>✚ Suspensão temporária dos Programas de Reabilitação Urbana: SOLARH e RECRIA;</li> <li>✚ Suspensão do Programa de Habitação PROHABITA.</li> </ul>

### 4. Prioridades de Intervenção

<b>Elevada</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Assegurar a responsabilização dos senhorios no que respeita aos seus deveres para com a habitação de que são proprietários;</li> <li>✚ Promover a construção e/ou aquisição de habitação social, em articulação com outras políticas sociais e com um maior envolvimento das entidades, privadas e do setor cooperativo e social;</li> <li>✚ Concluir os programas de realojamento já contratualizados e estudar novos;</li> <li>✚ Desenvolver a Estratégia Local de Habitação (ELH) ao abrigo do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;</li> <li>✚ Promover a criação de alojamento temporário e/ou residência permanente, a agregados habitacionais que ficam privados das</li> </ul>



suas habitações, ou que estão em risco iminente de ficar nessa situação, em virtude de factos imprevisíveis ou excepcionais, nomeadamente desastres naturais (inundações, sismos, incêndios) ou fenómenos de migrações coletivas, visando criar as condições para a reconstrução dos seus percursos residenciais, ao abrigo do Porta de Entrada – Programa de Apoio ao Alojamento Urgente;

- ✚ Promover uma maior divulgação e sensibilização para a conservação e beneficiação dos edifícios, nomeadamente através da medida de Apoio à Recuperação e Melhoria das Condições Habitacionais (incluído no Regulamento de Ação Social do Município de Ovar - RASMO).



**CAPÍTULO IV – AÇÃO SOCIAL**



### IV – Ação Social

#### 1. As Respostas Sociais Concelhias

“A ação social é um sistema que tem como objetivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades” (ISS, 2005).

Para o processo de planeamento e tomada de decisão em matéria de política de ação social, com vista à inserção e bem-estar de todos quantos se encontram afastados do progresso e do desenvolvimento, importa não só promover a elaboração de um diagnóstico rigoroso dos problemas e necessidades de índole social que a população concelhia enfrenta, mas também a identificação dos diferentes equipamentos e respostas sociais desenvolvidas pelas instituições de carácter social disseminadas pelo concelho.

Neste sentido, estão identificadas 16 entidades gestoras de equipamentos sociais, classificadas como entidades não lucrativas, compreendendo as Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por IPSS e outras entidades sem fins lucrativos equiparadas. Foram, ainda, identificadas 2 entidades proprietárias ou gestoras de equipamentos sociais lucrativos.

Em Ovar, existem, no total, 182 equipamentos e/ou outras respostas, distribuídos pelas seguintes áreas de intervenção: infância e juventude, população idosa, população portadora de deficiência ou incapacidades, família e comunidade, emprego, população com comportamentos aditivos e dependências, pessoas em situação de sem-abrigo e minorias étnicas, das quais 173 em instituições sem fins lucrativos e 7 em instituições com fins lucrativos.

A área da **família e comunidade** é a que regista o maior número de equipamentos ou respostas sociais, num total de 72: 4 Centros Comunitários, 8 Gabinetes de Atendimento e Acompanhamento Social, 1 Rede Local de Inserção Social (RLIS), 9 respostas de Atendimento e Acompanhamento Psicológico, 3 cantinas Sociais, 18 respostas de Ajuda Alimentar (inclui o Projeto “Mãos Solidárias”), 15 Bancos de Roupas e Calçado/Lojas Sociais ou Lojas Solidárias, 6 ateliês de competências pessoais, sociais e familiares/parentais e 6 ateliês ocupacionais para adultos e/ou mulheres. Existe, ainda, o Projeto Psicoeducacional e Social em Comunidade - PES. Também está em funcionamento no concelho, desde 2011, a Campanha Nacional para o Direito à Alimentação.

No que concerne à **infância e juventude**, regista-se um total de 44 equipamentos ou respostas sociais, distribuídos por 13 Creches (das quais 2 em instituições com fins lucrativos), 12 Estabelecimentos de Pré-escolar (das quais 2 em instituições com fins lucrativos), 9 Centros de Atividades de Tempos Livres – CATL (um dos quais em entidade com fins lucrativos), 5 Ateliês/Espaços Juvenil, um CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, o Projeto EPIS – Empresários para a Inclusão e os Programas “À Descoberta com o Zé e a Maria” – Programa de Educação Sexual, “EMOJI – O Detetive de Emoções” – Programa Educativo para o Desenvolvimento Emocional (pré-escolas) e o “Cândido, o Aumentador de Asas” – Programa Educativo para a Promoção da Cidadania e Voluntariado (pré-escolas).

A área da **população idosa** regista 30 equipamentos e respostas sociais: 10 de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) (um dos quais em instituição com fins lucrativos), 5 Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (inclui a Casa de S. Thomé), 4 Centros de Convívio, 8 Centros de Dia (um dos quais em instituições com fins lucrativos) e 2 universidades séniores. De salientar também a existência de um projeto concelhio de voluntariado de proximidade para apoio a idosos e/ou pessoas em situação de dependência – Projeto “Menos Sós...Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado”.

Na área da **deficiência, incapacidades ou doenças incapacitantes** existem 28 equipamentos ou respostas sociais: 1 Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), 1 Lar Residencial para Pessoas com Deficiência, 3 Residências Autónomas, 1 Centro de Formação Profissional, 1 Centro de Recursos para a Inclusão, 1 Estabelecimento de Ensino Especial, 1 Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), 2 respostas para apoio a doentes com sequelas de AVC, 1 resposta para apoio a crianças com disfunções motoras, 1 resposta para doentes com espondilite anquilosante, 10 Bancos de Produtos de Apoio e 4 respostas para apoio aos doentes diabéticos: Consulta do Pé Diabético, Serviços de Enfermagem, Consulta de Podologia e Consulta de Clínica Geral.

Na área dos **Comportamentos Aditivos e Dependências** está em curso o PRI de Ovar que engloba 3 projetos: Projeto “Dá a Volta” no Eixo da Redução de Riscos e Minimização de Danos, Projeto “IntegraOvar” no Eixo da Reinserção e Projeto “Abispa-te” no Eixo da Prevenção.

Na área das **pessoas em situação de sem-abrigo** existe o projeto “Mãos Solidárias”.

Na área **do Emprego** existem 2 Gabinetes de Inserção Profissional.

Na área das **minorias étnicas** existe o Projeto “Agitana-te”.



De salientar ainda a existência de uma Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

No que concerne à distribuição dos equipamentos sociais, verifica-se a inexistência de qualquer equipamento na freguesia de Arada, apesar da existência de uma IPSS (existe uma resposta similar a Centro de Convívio da gestão da Junta de Freguesia, sem acordo com a Segurança Social) e uma maior concentração na freguesia de Ovar.

As IPSS que registam o maior número de respostas são o Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira, a Santa Casa da Misericórdia de Ovar e o Centro Comunitário de Esmoriz. Com o menor volume de respostas regista-se a Associação de Pais do Infantário e Jardim de Infância da Escola Preparatória de Ovar e o Centro Social Jesus Maria e José.

**1.1. Infância e Juventude**

<b>Quadro 132 - Respostas Sociais na área da Infância e Juventude – Capacidade e Frequência</b>									
Instituição		Creche		Pré-escolar		CATL 1.º Ciclo		CATL 2.º Ciclo	
		Cap.	Freq.	Cap.	Freq.	Cap.	Freq.	Cap.	Freq.
A Nossa Casa	2017	23	15	20	15	-	-	-	-
	2016	23	16	20	20	-	-	-	-
	2015	23	21	20	17	-	-	-	-
Academia Palmo e Meio	2017	33	26	40	34	20	16	-	-
	2016	33	33	40	24	20	12	-	-
	2015	33	28	40	26	20	7	-	-
Associação de Pais do Infantário e Jardim de Infância da Escola Preparatória de Ovar	2017	33	27	-	-	30	30	-	-
	2016	33	33	-	-	30	30	-	-
	2015	33	33	-	-	30	30	-	-
Centro Social da Habitovar	2017	33	33	50	50	40	30	0	0
	2016	33	33	50	50	40	35	20	14
	2015	33	33	50	48	40	20	20	13
Centro Comunitário de Esmoriz	2017	-	-	-	-	-	-	-	12
	2016	-	-	-	-	-	-	-	21
	2015	-	-	-	-	-	-	-	28
Centro Assistência Social de Esmoriz	2017	56	56	62	50	40	40	-	-
	2016	56	56	62	50	40	40	-	-
	2015	56	56	62	50	40	40	-	-
Centro Promoção Social Furadouro	2017	50	50	66	66	20	20	-	-
	2016	50	50	66	66	20	20	-	-
	2015	50	50	66	66	20	20	-	-
Centro Social Cortegacense	2017	52	46	66	58	20	16	-	-
	2016	52	46	66	58	20	16	-	-
	2015	52	45	66	64	20	18	-	-
Centro Social Jesus Maria e José	2017	44	44	42	42	40	40	-	-
	2016	44	44	42	42	40	40	-	-
	2015	44	44	42	42	40	40	-	-
Centro Social Paroquial S. João	2017	51	51	35	50	22	40	-	-
	2016	48	51	49	50	19	40	-	-
	2015	48	51	51	61	37	40	-	-
Centro Social P. S. Pedro - Maceda	2017	42	42	44	44	-	-	-	-
	2016	42	42	44	44	-	-	-	-
	2015	42	42	44	44	-	-	-	-
Grupo Acção Social S. V. Pereira	2017	26	20	22	22	-	-	-	-
	2016	26	19	22	22	-	-	-	-
	2015	26	19	22	22	-	-	-	-
Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã	2017	39	40	44	41	20	17	-	-
	2016	39	39	44	42	20	20	-	-
	2015	39	30	44	43	20	19	-	-
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	2017	80	62	125	94	-	-	-	-
	2016	80	69	125	98	-	-	-	-
	2015	80	65	100	96	-	-	-	-
<b>Total</b>	2017	562	512	616	566	252	249	0	12
	2016	559	531	630	566	249	253	20	35
	2015	559	517	607	579	267	234	20	41



De registar, ainda, a frequência dos seguintes espaços:

- CCE - Ateliês para crianças – com a frequência de 10 crianças;
- Crecor – Centro de Estudos com a participação de 47 crianças e Ateliês para crianças com a participação de 35 crianças;
- Centro Social da Habitovar - Centro de Estudos de 1.º ciclo com a frequência de 25 crianças;
- Ateliês para crianças da Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa, denominados por FuturoLa e Colorir o Sábado, com 28 crianças e/ou adolescentes.

**Quadro 133 - Taxa de Cobertura de Equipamentos e Respostas Sociais para a Infância e Juventude**

Zona Geográfica	Tx de Cobertura, por Equipamentos e Respostas Sociais					Tx de Cobertura Infância e Juventude
	Creche		Pré- Escolar	ATL		
	IPSS c/ Acordo Inserção	Estabelec. lucrativos		IPSS c/ Acordo Inserção	Estabelec. lucrativos	
Distrito de Aveiro	38.8%	2%	79.4%	9.4%	0.6%	29.7%
Ovar	25.9%	3%	68.2%	3.5%	0.3%	21.8%

Fonte: CD de Aveiro do ISS, IP – julho de 2018

A taxa de cobertura nos equipamentos e respostas sociais para a Infância e Juventude diminuiu por relação a 2013, no concelho de Ovar, tendo passado de 22.4% para 21.8%. No Distrito diminuiu de 29.8% para 29.7%. Contudo, a taxa do concelho de Ovar continua a ser inferior à do Distrito de Aveiro, correspondendo a menos cerca de 8 pontos percentuais. A diferença mais acentuada regista-se na Creche, seguida do Pré-escolar.

### 1.1.1. Crianças e Jovens em Risco

A problemática das crianças e jovens em risco tem tido uma projeção muito grande, nos últimos anos, ao nível da comunicação social, sobretudo no que se refere à pedofilia, abusos sexuais e maus tratos, mas também da delinquência juvenil. É uma área preocupante e de abrangência nacional.

Muito se fala sobre factos ocorridos, mas raramente se questionam as causas por detrás dos acontecimentos: causas sociais e económicas da exclusão, marginalização e pobreza, as carências destas crianças e jovens e as disfunções das suas famílias, o absentismo e abandono escolares, exploração do trabalho infantil, as condições de vida dos bairros onde vivem, entre outras.

O debate sobre os direitos humanos tem-se centrado, nos últimos anos, na penalização daqueles que atentam contra os princípios desses direitos e também na emergência de um novo tipo de política, mais policial/penal e menos caritativo.

O direito das crianças e jovens apresenta-se como um direito protetor, mas, atualmente, a nível mundial, ouvem-se algumas vozes a pedir que os mesmos não sejam protegidos, mas submetidos ao regime penal ordinário, não a um regime especial. Cada vez mais se agrava o discurso da (re)penalização de crianças e jovens delinquentes e a consequente exigência de institucionalização. Contudo, ainda são muitas as vozes contrárias a esta exigência, apoiadas por um sem número de argumentos. Se atentarmos apenas no económico, há a referir que a manutenção de instituições é reconhecidamente mais onerosa para os cofres públicos do que programas de apoio à família para o cuidado dos filhos.

Segundo o relatório da Caracterização Anual da Situação de Acolhimento (CASA), relativo a 2016, das crianças e jovens em situação de acolhimento em lares e centros ou com famílias de acolhimento, da autoria do Instituto de Segurança Social, existiam, em 2016, 8.175 crianças e jovens institucionalizados ou inseridos em famílias de acolhimento (menos 425 que as acolhidas em 2015). Das crianças e jovens que se encontram acolhidos, 2.396 iniciaram o acolhimento em 2016 (mais 8.8% que no ano anterior).

No ano em referência saíram do sistema de acolhimento 2.513 crianças e jovens, o que representa um decréscimo de saídas de 3.8% face a 2015. De destacar, que o número de entradas no sistema de acolhimento (2.396), foi, em 2016, inferior ao número de crianças e jovens que saíram deste sistema (2.513), num diferencial de 4.9%.

Segundo o referido documento cerca de 87.4% das crianças e jovens (7.149) viviam em Lares de Infância e de Juventude (LIJ) ou Centros de Acolhimento Temporário (CAT). Em Famílias de Acolhimento estavam 261 (3.2%), em



Comunidades Terapéuticas 192, em Centros de Apoio à Vida 103 e em Lares Residenciais 100. Os restantes encontravam-se em Lares de Infância e Juventude Especializados, Colégios de Ensino Especial, Apartamentos/Lares de Autonomização, Lares de Apoio, Acolhimentos de Emergência, Comunidades de Inserção e Casas Abrigo.

Tal como nos anos anteriores, no sistema de acolhimento, mantém-se uma ligeira prevalência de crianças e jovens do sexo masculino (4.307, ou seja, 52.7%) relativamente às do sexo feminino (3.868, ou seja, 47.3%).

Mantém-se, também, a tendência de prevalência dos adolescentes na faixa etária dos 17-17 anos, num total de 2.914 (35.6%), ligeiramente superior que no ano anterior (35.4%), seguido dos escalões etários dos 12-14 anos, num total de 1.588 (19.4%) e dos 18-20 anos, com 1.174 (14.4%). A faixa etária dos 0 aos 11 anos registava um total de 2.499 crianças e jovens (30.5%), menor que em 2015 (com 31%).

Das 8.175 crianças e jovens em situação de acolhimento, a grande maioria (64.5%) não teve experiências de acolhimento noutros locais anteriores ao atual, 28% foram transferidas pelo menos uma vez e 7% foram transferida pelo menos duas ou mais vezes.

Ainda segundo o referido documento, 763 crianças e jovens não tinham projeto de vida definido, menos 150 que em 2015. Com efeito, em 2016 foram definidos os projetos de vida de 90.6% das crianças e jovens em situação de acolhimento, face 89.4%, em 2015. De realçar que os projetos de vida mais definidos foram:

- “Autonomização” para 2.690 (33.6%) das crianças e jovens;
- “Reintegração na família nuclear” para 2.672 (36%);
- “Adoção” para 830 (11.2%).

O relatório analisa, ainda, as situações de perigo/motivos que originaram a abertura dos processos de promoção e proteção da crianças e jovens em situação de acolhimento, destacando-se a negligência (72%), o mau trato psicológico (8.5%), os maus tratos físicos (3.4%) e os abusos sexuais (2.8%).

Nas situações de negligência sobressai a falta de supervisão e acompanhamento familiar, a exposição a modelos parentais desviantes, a negligência quer dos cuidados de educação, quer dos cuidados de saúde. Ao nível do mau trato psicológico, o mais relevante é a exposição a situações de violência doméstica, seguido da rejeição ativa e do exercício abusivo de autoridade.

Segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, artigo 3.º, ponto 2), uma criança ou jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade ou situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal, ou quem tenha a guarda de facto, se lhes oponha de modo adequado a remover essa situação.”

**A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ovar (CPCJ)**, que é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional, visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (artigo 12.º - Lei n.º 147/99), desde que haja autorização dos pais ou dos representantes legais da criança, ou a não oposição da criança com mais de 12 anos.

Esta Comissão desenvolve a sua atividade no Concelho desde 1993. É constituída, quer na comissão restrita, quer na alargada, por representantes de várias entidades, de serviços públicos e privados com alguma responsabilidade no acompanhamento e proteção da criança ou do jovem e abrange todo o Concelho de Ovar.

São consideradas situações de risco e prioridades de intervenção da CPCJ todos os casos reportados a esta entidade que diga respeito a menores em quaisquer das seguintes circunstâncias: maus tratos físicos ou psicológicos, abuso sexual, abandono, prostituição infantil, abuso emocional, exercício abusivo da autoridade, negligência, mendicidade, problemas de saúde física e psíquica, trabalho infantil, uso de estupefacientes, ingestão de bebidas alcoólicas, atos de pré-delinquência e abandono escolar.



Qualquer uma destas situações pode chegar à CPCJ por diversas vias: escrita, telefónica ou presencial. O pedido de intervenção pode ser solicitado por serviços, entidades, instituições, técnicos, a família (nuclear ou alargada), o próprio menor, vizinhos ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de situações de risco para os menores.

Da análise dos Relatórios de Avaliação da CPCJ de Ovar, verifica-se que, do total de processos acompanhados pela CPCJ, em 2017:

- 57.7% correspondem a processos transitados de ano;
- 11% são reaberturas de processos;
- cerca de 44% das crianças e jovens abrangidos tinha até 10 anos de idade (das quais 20% tinham até 2 anos), enquanto que 27% tinham entre os 15 e os 17 anos;
- A negligência, a exposição a modelos de comportamento desviante e os maus tratos são transversais a todos os escalões etários, enquanto o abandono e absentismo escolar são a principal problemática a partir dos 15 anos, bem como as situações de crianças que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada.

Da referida análise, constata-se, também:

- a comunicação tardia à CPCJ, uma vez que 49% das sinalizações se referem a crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos (22% no grupo etário dos 11 aos 14 anos e 27% no grupo dos 15 aos 17 anos);
- que 8.6% (35) são crianças sinalizadas com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos;
- que foram ou estão em acompanhamento 20 crianças ou jovens com deficiência (14 do sexo masculino e 6 do sexo feminino), com maior prevalência para os grupos etários dos 11-14 anos e 15-17 anos (12 em 24 PPP)

Quadro 134 - Volume processual da CPCJ de Ovar, entre 2015 e 2017									
Entrada de Processos		2017	2016	2015	Saída de Processos		2017	2016	2015
Processos transitados do ano anterior		219	184	147	Processos arquivados fase preliminar		29	20	64
Processos instaurados	Novos processos	140	140	160	Processos arquivados fase pós-preliminar		146	153	186
	Recebidos de outras CPCJ	3	11	6	Processos enviados para outras CPCJ		10	7	2
Processos reabertos		46	65	72					
<b>Total</b>		<b>408</b>	<b>400</b>	<b>385</b>	<b>Total</b>		<b>185</b>	<b>180</b>	<b>249</b>
<b>Total de Processos ativos</b>		<b>223</b>	<b>220</b>	<b>186</b>					

Fonte: Relatórios de Avaliação da CPCJ

Quadro 135 - Total de processos instaurados por freguesia, entre 2011 e 2017						
Ano	Corteg.	Esmoriz	Maceda	União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira	Válega	Total
2017	11	29	12	71	21	144
2016	8	27	11	93	12	151
2015	10	22	10	98	25	165
2014	7	34	6	103	16	166
2013	10	29	14	99	13	165
2012	7	36	11	79	24	157
2011	6	17	11	79	20	133

Fonte: Relatórios de Avaliação da CPCJ



**Quadro 136 - Crianças e jovens acompanhadas entre 2015 e 2017, por escalão etário e sexo**

Idade	2017		2016		2015	
	M	F	M	F	M	F
0-2 anos	19	16	20	14	26	20
3-5 anos	26	22	20	21	25	20
6-8 anos	32	29	34	21	21	21
9-10 anos	24	11	24	18	21	16
11-14 anos	50	40	47	40	42	34
15-17 anos	52	58	61	49	72	47
18-21 anos	18	11	18	11	14	6
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>187</b>	<b>224</b>	<b>174</b>	<b>221</b>	<b>164</b>

Fonte: Relatórios de Avaliação da CPCJ

Da apreciação do quadro abaixo exposto, verifica-se que:

- Podem haver crianças ou jovens com mais do que uma problemática sinalizada;
- Prevalência das sinalizações por Negligência (155 casos), seguida da exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e das situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação, ambos com 103 casos.

Também informa que as entidades com maior número de sinalizações de perigo são as autoridades policiais (58) e os estabelecimentos de ensino (42).

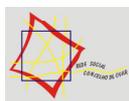
**Quadro 137 - Processos instaurados na CPCJ entre 2015 e 2017, segundo as problemáticas sinalizadas**

Problemáticas	2017	2016	2015
Abuso sexual	4	4	6
Criança abandonada ou entregue a si própria	12	23	21
Criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	81	44	35
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	103	79	70
Exploração do trabalho infantil	0	0	0
Mendicidade	0	0	0
Mau trato físico	6	11	9
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	8	6	8
Negligência	155	149	120
Prática de facto qualificado pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos	0	0	0
Situação de perigo em que esteja em causa o direito à educação	103	82	60
Outras situações de perigo	9	4	2
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>402</b>	<b>331</b>

Fonte: Relatórios de Avaliação da CPCJ

Observando o Quadro 148, é de ressaltar:

- a descida da medida de apoio junto dos pais (71% para 67.5%), apesar de continuar a ser a medida de promoção e proteção mais aplicada;
- o aumento das medidas de apoio junto de outro familiar (13.4% para 14.4%) e de acolhimento institucional (de 11.3% para 13%).



Medida de Promoção e Proteção		0 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 21 anos	Total
Apoio junto dos pais	2017	12	20	28	22	41	67	8	198
	2016	12	14	17	17	29	49	12	150
	2015	15	20	13	10	24	36	8	126
Apoio junto de outro familiar	2017	0	2	2	0	7	7	1	19
	2016	4	2	3	1	4	10	2	26
	2015	3	6	3	2	3	9	1	27
Confiança a pessoa idónea	2017	0	1	0	0	1	8	1	11
	2016	1	0	2	0	1	5	0	9
	2015	0	1	0	0	0	3	2	6
Apoio para autonomia de vida	2017	0	0	0	0	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0
Acolhimento familiar	2017	0	0	0	0	1	0	0	1
	2016	0	0	0	0	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0
Acolhimento residencial	2017	0	0	0	0	1	5	4	10
	2016	1	0	2	2	3	12	4	24
	2015	1	4	2	1	1	12	1	22
<b>Total</b>	2017	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>30</b>	<b>22</b>	<b>51</b>	<b>87</b>	<b>14</b>	<b>239</b>
	2016	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>20</b>	<b>37</b>	<b>76</b>	<b>18</b>	<b>209</b>
	2015	<b>19</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>28</b>	<b>60</b>	<b>12</b>	<b>181</b>

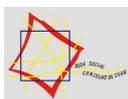
Fonte: Relatórios de Avaliação da CPCJ

No que respeita aos equipamentos de apoio social a crianças e jovens, o Concelho de Ovar, apesar da existência de 39 equipamentos do género, ainda apresenta fortes carências ao nível de espaços para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens em alguns pontos do território ou de centros de acolhimento temporário de crianças e jovens em risco (situação generalizada em todo o País). Ainda que a institucionalização de crianças e jovens deva ser encarada como um período transitório, existem determinadas situações em que o bem-estar do menor depende da sua retirada do meio familiar ou, outras ainda, em que o menor se encontra sem apoio familiar, por abandono afetivo ou físico.

A falta generalizada de equipamentos para acolhimento temporário de menores faz com que haja uma lotação total dos existentes, com a agravante de que a procura é tal que, não havendo respostas no próprio concelho de residência da família e do menor, este é muitas vezes encaminhado para equipamentos sediados a quilómetros do seu meio social. Este facto, ao mesmo tempo que provoca o corte total com o meio social do menor se, por um lado, o afasta de uma situação de risco, também pode ser traumático, por afastá-lo de todas as suas referências quotidianas. A tudo isto acresce o problema da idade, uma vez que a partir dos 12 anos, apesar de existirem instituições para acolhimento temporário, torna-se mais difícil arranjar colocação. No caso das crianças com deficiências, as dificuldades são ainda maiores.

Atualmente, para além dos equipamentos para crianças e jovens e da CPCJ, existem ainda no concelho entidades que prestam apoio psicossocial ou dinamizam ateliês para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens nas férias escolares e outros projetos ou programas na área da infância e juventude, nomeadamente:

- ✓ **Santa Casa da Misericórdia de Ovar**, através do projeto “GAJO – Gabinete de Atendimento Juvenil de Ovar”, que presta apoio social, psicológico a crianças e jovens do concelho de Ovar;
- ✓ **Projeto “Ren(Ovar)”** do Centro Social e Paroquial de S. João de Ovar, que presta apoio social e psicológico a crianças e jovens do concelho;
- ✓ **Centro de Saúde de Ovar**, que dinamiza o projeto “Na Medida Certa” e disponibiliza consultas de nutrição em grupo e individual a alunos integrados no referido projeto;
- ✓ **Câmara Municipal de Ovar**, que disponibiliza consultas de psicologia a crianças e jovens do concelho e dinamiza ateliês para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens nas férias escolares da Páscoa, Verão e Natal na Biblioteca Municipal, para além do programa “Faz-te às Férias” na Páscoa, Verão, Regresso às Aulas e Natal, do Projeto EPIS – Empresários pela Inclusão Social, em parceria com o Centro Social e Paroquial de S. João de Ovar” e do Projeto PES – Projeto Psicoeducacional e Social em Comunidade, que inclui, entre outras, consultas de psicologia/accompanhamento social descentralizadas e a dinamização do Programa de Educação Sexual “À Descoberta com o Zé e a Maria” (em parceria com o Centro Comunitário de Esmoriz), a alunos do



- 4.º ano dos Agrupamentos de Escolas de Ovar e Ovar Sul e do Programa de Combate à Indisciplina Escolar “Uma Aventura na Escola...”, para alunos do 1.º ciclo;
- ✓ **Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa**, que dinamiza os ateliês “Colorir o Sábado” e “Futurola – o teu futuro na Escola”;
  - ✓ **Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar**, que disponibiliza consultas de psicologia a crianças e jovens do concelho em articulação com a Consulta Externa de Pediatria;
  - ✓ **Centro Comunitário de Esmoriz**, que dinamiza ateliês para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens durante todo o ano e ateliês nas férias escolares da Páscoa, Verão e Natal, bem como dinamiza os Programas Educativos: “À Descoberta com o Zé e a Maria” – Programa de Educação Sexual para alunos do 4.º ano; o “EMOJI – Detetive de Emoções” e Programa “Cândido – o Aumentador de Asas”, ambos para crianças do ensino pre-escolar do Agrupamento de Escolas de Esmoriz/ Ovar Norte. Dispõe, ainda, da resposta de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP);
  - ✓ **Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira**, que disponibiliza consultas de psicologia a crianças e jovens da freguesia de S. Vicente de Pereira Jusã e dinamiza ateliês para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens nas férias escolares da Páscoa, Verão e Natal;
  - ✓ **Centro de Promoção Social do Furadouro**, que dinamiza ateliês para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens na férias escolares da Páscoa, Verão e Natal;
  - ✓ **ADO Basquetebol, Esmoriz Ginásio Clube e Centro Cultural e Recreativo de Maceda**, que dinamizam ateliês para ocupação dos tempos livres de crianças e jovens nas férias escolares da Páscoa e Verão;
  - ✓ **Ações de promoção da aquisição e/ou o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e/ou parentais** que permitam a melhoria do desempenho da função parental, desenvolvidas pelo Centro Comunitário de Esmoriz, Centro de Promoção Social do Furadouro, Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira, Santa Casa da Misericórdia de Ovar e Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa.

De referir, também, a atuação da **Equipa de Intervenção Precoce de Ovar** (para crianças dos 0 aos 6 anos, privilegiando as dos 0 aos 3), cuja atuação, tal como é preconizada pelo Despacho Conjunto n.º 891/99 dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, vem exigir um maior envolvimento da família em todo o processo de intervenção, o estabelecimento de relações de confiança entre profissionais e famílias, a criação de novas dinâmicas de trabalho em equipa e a racionalização de recursos já existentes, no âmbito de uma coordenação eficaz aos diversos níveis de atuação. Este programa dirige-se exclusivamente à função habilitativa e/ou reabilitativa dos défices ao nível do desenvolvimento.

A natureza deste tipo de intervenção é absolutamente complementar da atuação das outras entidades com responsabilidades em matéria de infância e juventude e, conseqüentemente, em casos específicos de risco social. Ao nível do Concelho, existe a Equipa Concelhia, constituída por uma variedade de técnicos de diversos serviços/entidades e com competência para selecionar as situações para apoio em Intervenção Precoce, em função dos critérios de elegibilidade criados pelo Despacho.

Quando o problema detetado põe a criança em risco de atraso grave de desenvolvimento, a orientação destas equipas vai no sentido de proporcionar apoio sistemático à família, intervindo com o objetivo de capacitar os responsáveis pela criança a contribuir para o seu desenvolvimento equilibrado e a evitar eventuais atrasos, que são suscetíveis de ocorrer quando, nos períodos críticos do desenvolvimento da criança, não há o estímulo necessário. Vários estudos de investigação provam que as crianças sujeitas a situações de privação grave nos primeiros anos de vida (nomeadamente a falta de estimulação, a privação de uma alimentação adequada, a negligência no que se refere a cuidados de saúde e de higiene, entre outros) podem originar deficiências mentais, devido à diminuição das capacidades cognitivas que tais situações provocam.

Indicador	2017	2016	2015	2014
Crianças até aos 3 anos	8	18	12	11
Crianças com mais de > 3 anos	54	60	64	37
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>78</b>	<b>76</b>	<b>48</b>

Fonte: Equipa de Intervenção Precoce de Ovar



Outra estrutura, igualmente importante, é o **Instituto de Reinserção Social (IRS)**, que, segundo a **Lei Orgânica do IRS, artigo 3.º n.º 1.b – Decreto Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho**, tem a competência de “assegurar, nos termos da lei, o apoio técnico aos Tribunais na tomada de decisões no âmbito dos processos penal e tutelar educativo e dos processos tutelares cíveis”. Intervém, assim, nos casos de regulação das responsabilidades parentais e em situações de crianças e jovens, entre os 12 e os 16 anos, aos quais esteja imputada a prática de ato qualificado pela lei como crime, os quais poderão ser enviados para Centros Educativos.

Nos Centros Educativos, a reinserção social é promovida através de:

- Formação escolar;
- Formação pré-profissional e despiste vocacional;
- Educação para a saúde e apoios terapêuticos;
- Desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Animação sócio-cultural;
- Atividades lúdicas e desportivas.

Estes Centros aplicam as seguintes medidas, em regime aberto, semiaberto ou fechado:

- Medida tutelar de internamento;
- Medida cautelar de guarda em Centro Educativo;
- Internamento para realização de perícia sobre a personalidade;
- Cumprimento da detenção;
- Internamento em fins-de-semana.

A panóplia de situações que afetam as crianças e jovens é muito variada e vasta, sendo de destacar, entre outras:

- Toxicodependência;
- Alcoolismo;
- Prostituição;
- Violência Doméstica;
- Pais ausentes;
- Figura maternal deprimida;
- Baixo nível de escolaridade e de realização profissional;
- Dificuldades económicas;
- Demissão dos papéis de familiares;
- Abandono afetivo e de facto;
- Dificuldade familiar na gestão da economia familiar;
- Perpetuação das histórias de vidas.

Qualquer uma destas situações, transversais a todos os estratos sócioeconómicos, é passível de ser encontrada no Concelho pelos técnicos que trabalham no terreno.

Por um lado, na grande maioria dos casos são histórias de vida que se vão repetindo e os pais, tendo sido crianças negligenciadas e maltratadas, tendem a transmitir os padrões de comportamento a que foram sujeitos, pelo que as situações de risco vão sendo perpetuadas transgeracionalmente.

A ausência total de regras e rotinas, quer ao nível da higiene, quer da alimentação e educação, entre outros factores, faz com que muitos menores entrem num sistema de autogestão e conseqüente degradação. Assim, surgem os primeiros delitos, o consumo de substâncias ilícitas, o desenvolvimento de comportamentos agressivos, o distúrbio emocional e uma série de problemas do foro psiquiátrico, para grande parte dos quais não há respostas específicas sequer a nível nacional.

### 1.2. População Idosa

O envelhecimento da população é uma característica dos países desenvolvidos, sobretudo da Europa e que tende a estender-se a todas as sociedades. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002), haverá um aumento do número de idosos nos países em desenvolvimento, onde a população com mais de 65 anos aumentará mais de nove vezes até ao ano de 2050. Em 2006 existiam no mundo 600 milhões de pessoas idosas. Prevê-se que esse número aumente para 2.000 milhões no ano de 2050, o que superará o número da população infantil, pela primeira vez na História da Humanidade.



De facto, verifica-se que em Portugal o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos aumentou cerca de 10.1%, entre 2011 e 2017, das quais 43.5% têm 75 ou mais anos. Por sua vez, em 2017, **o índice de envelhecimento era de 155.4% (mais 26.8 pontos percentuais que em 2011).**

Associado ao aumento do índice de envelhecimento está o agravamento do grau de dependência, em especial problemas relacionados com a demência. **O índice de dependência dos idosos** sofreu, entre 2011 e 2017, um aumento de 4.3 pontos percentuais, passando de 29.0%, em 2011, **para 33.3%, em 2011.**

**A maioria das pessoas com 65 anos ou mais tem pelo menos uma doença crónica do foro médico e muitas delas têm vários problemas concomitantes.** As pessoas idosas são afetadas mais frequentemente por artrite, problemas ortopédicos, hipertensão, problemas cardíacos e défice auditivo ou visual. Cada um destes estados pode limitar a autonomia e diminuir a qualidade de vida. **As pessoas doentes têm maior propensão para desenvolverem patologias mentais como a depressão, perturbações da ansiedade, défice cognitivo e demências.**

As perturbações mentais constituem um subgrupo significativo da população da terceira idade. Pelo menos 12% dos idosos têm perturbações mentais diagnosticáveis. As estimativas são muito mais elevadas entre os doentes idosos vistos em cuidados primários ou hospitalizados por doença do foro médico, pois 30% a 50% dos quais têm problemas psiquiátricos. Em instituições de cuidados de longo prazo, verificou-se que 70% ou mais dos residentes têm perturbações mentais.

Segundo informações da EUROCODE – European Collaboration on Dementia – 7,3 milhões de cidadãos sofrem de uma das várias formas de demência. Anualmente 1,4 milhões de cidadãos europeus desenvolvem demência o que significa que a cada 24 segundos é diagnosticado um novo caso de demência. Em Portugal este número é estimado em 90.000.

A maioria das famílias dos idosos dependentes têm poucos recursos para prestarem os cuidados necessários ao seu bem-estar e segurança. Por esse motivo recorrem à institucionalização dos mais velhos. A dependência dos mais velhos exige cuidados cada vez mais especializados. As instituições têm novos desafios e exigências que representam um grande investimento, na formação e reestruturação do quadro de pessoal, na adaptação ou criação de novos espaços, no acompanhamento dado às famílias, no alargamento de horários, etc.

É importante identificar fontes de apoio social, por forma a facilitar contactos plenos de sentido para os que carecem de redes sociais e sempre que possível, promover a reciprocidade na ajuda. A terapia/mediação familiar intergeracional pode ser útil, especialmente se reforçar a aptidão dos idosos para dar e para receber.

Ser necessário aos outros e contribuir para a família ou para a sociedade como um todo são fatores importantes para se manter o sentimento de auto valor. Contribuir para que os idosos identifiquem formas significativas de permanecerem envolvidos, apesar do declínio das capacidades físicas ou mentais, pode ser tão importante como dar oportunidade para lamentar a perda de antigas aptidões e papéis sociais.

As pessoas com idade igual ou superior a 65 anos de idade representam cerca de 19% da população total residente em Ovar (menos 2.6% que no País e menos 2.1% que na Região de Aveiro), segundo dados do INE. Da análise do quadro abaixo exposto, mais de 50% destas pessoas residem em alojamentos familiares sem outras pessoas menores de 65 anos.

Confirma-se, assim, a perda de população nos escalões etários mais jovens (até aos 34 anos) e acréscimo nos restantes, comportamento que traduz taxas de natalidade reduzidas acompanhadas de taxas de mortalidade também reduzidas e inferiores. A evolução ocorrida reflete, assim, **um cenário marcado pelo envelhecimento da população, embora abaixo da média nacional.**

De salientar, ainda, que o Índice de Envelhecimento e o Índice de Dependência dos Idosos aumentou significativamente entre 2011 e 2017, tendo passado de 103.1% para 147.4% e 23.3% para 27.7%, respetivamente.

Da análise do quadro abaixo exposto, constata-se que existiam no concelho de Ovar, em 2011, **2.882 alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos**, dos quais **1.315 são de idosos que residem sós** (cerca de 15% dos idosos que residiam no concelho, à data).

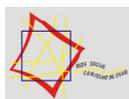


Área Geográfica	População com 65 ou mais anos de idade		Alojamentos familiares de residência habitual nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas menores de 65 anos	Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
Arada	523	251	162	77	85
Cortegaça	697	334	210	90	120
Esmoriz	1 543	801	511	234	277
Maceda	568	264	167	74	93
Ovar	2 850	1 537	996	475	521
S. V. Pereira Jusã	437	174	111	51	60
Válega	1 081	522	333	149	184
São João	1 109	627	392	165	227
<b>Concelho de Ovar</b>	<b>8 808</b>	<b>4 510</b>	<b>2 882</b>	<b>1 315</b>	<b>1 567</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Da análise do Quadro 151, verifica-se que, em 2017, cerca de 3% dos idosos que residiam em Ovar, encontravam-se em Centros de Dias ou Centros de Convívio, a mesma percentagem dos que se encontravam em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e 2.7% eram acompanhados pelos Serviços de Apoio Domiciliário existentes nas instituições concelhias.

Instituição		Centro de Dia		ERPI		Apoio Domiciliário		Centro de Convívio	
		Cap.	Freq.	Cap.	Freq.	Cap.	Freq.	Cap.	Freq.
A Nossa Casa	2017	26	18	-	-	24	7	-	-
	2016	26	11	-	-	24	4	-	-
	2015	26	14	-	-	24	6	-	-
Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar	2017	-	-	-	-	-	-	25	25
	2016	-	-	-	-	-	-	25	25
	2015	-	-	-	-	-	-	25	25
Centro Comunitário de Esmoriz	2017	-	-	-	-	-	-	-	48
	2016	-	-	-	-	-	-	-	57
	2015	-	-	-	-	-	-	-	46
Centro de Assistência Social de Esmoriz	2017	15	15	-	-	10	10	-	-
	2016	15	15	-	-	10	10	-	-
	2015	15	15	-	-	10	10	-	-
Centro de Promoção Social do Furadouro	2017	-	-	-	-	25	25	-	30
	2016	-	-	-	-	25	25	-	25
	2015	-	-	-	-	25	25	-	31
Centro Social Cortegacense	2017	30	18	49	49	25	18	-	-
	2016	30	17	49	46	25	17	-	-
	2015	30	21	49	44	25	20	-	-
Centro Social da Habitovar	2017	48	35	-	-	-	-	-	-
	2016	48	35	-	-	-	-	-	-
	2015	48	35	-	-	-	-	-	-
Centro Social e Paroquial de S. João de Ovar	2017	-	-	-	-	20	20	-	-
	2016	-	-	-	-	20	20	-	-
	2015	-	-	-	-	20	20	-	-
Centro Social e Paroquial S. Pedro de Maceda	2017	30	30	59	59	40	39	-	-
	2016	30	30	59	59	40	40	-	-
	2015	30	30	59	59	40	40	-	-
Cercivar	2017	-	-	-	-	30	24	-	-
	2016	-	-	-	-	30	25	-	-
	2015	-	-	-	-	30	24	-	-



<b>Quadro 141 - Respostas Sociais na área da população sénior – Capacidade e Frequência</b>									
Instituição		Centro de Dia		ERPI		Apoio Domiciliário		Centro de Convívio	
		Cap.	Freq.	Cap.	Freq.	Cap.	Freq.	Cap.	Freq.
Grupo de Acção Social de S. Vicente Pereira	2017	20	13	34	34	30	30	12	9
	2016	20	16	34	34	30	28	12	9
	2015	20	17	34	34	30	16	12	12
Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã	2017	26	27	-	-	40	38	-	-
	2016	26	24	-	-	40	37	-	-
	2015	30	20	-	-	40	38	-	-
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	2017	60	55	170	158	90	67	-	-
	2016	60	49	170	157	90	63	-	-
	2015	60	52	170	158	90	58	-	-
<b>Total</b>	2017	255	211	312	300	334	278	37	112
	2016	255	197	312	296	334	269	37	116
	2015	259	204	312	295	334	257	37	114

Fonte: Instituições concelhias - 2018

As questões económicas e a solidão são os dois problemas mais graves apontados pela população mais idosa. Por outro lado, os casos de violência sobre idosos também estão a aumentar, tendo a APAV registado, entre 2013 e 2016, um total de 4.475 processos de apoio a pessoas idosas, das quais 3.612 foram vítimas de crime e de violência (774 em 2013, 852 em 2014, 977 em 2015 e 1.009 em 2016).

Das 3.612 vítimas de crime e de violência, registadas entre 2013 e 2016:

- 79.5% eram mulheres e 20.5% eram homens;
- 39.6% eram pais/mães dos autores/as dos crimes e 26.5% eram cônjuges;
- Cerca de 27% tinham entre 65 e 69 anos e 23% tinham entre 70 e 74 anos;
- 42.8% eram casadas e 31.7% pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos.

De salientar, ainda, que em 79% das situações prevalece o tipo de vitimação continuada, com uma duração média entre os 2 e os 6 anos, sendo a residência comum o local mais escolhido para a ocorrência dos crimes, em mais de 48% das situações.

O tipo de crime mais registado são os maus tratos psíquicos (cerca de 30% das situações), seguido dos maus tratos físicos (19%) e das ameaças/coação (12%).

Segundo a DGEEP – Direção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Instituto de Segurança Social, Ovar pertence à lista de concelhos cuja taxa de cobertura, em termos de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, é inferior à média do Distrito de Aveiro.

Segundo dados do Centro Distrital de Aveiro do ISS,IP, a taxa de cobertura das respostas sociais para idosos aumentou, de 2013 para 2018, tanto no Distrito de Aveiro como concelho de Ovar, tendo passado de 12% para 13.2% e de 11% para 11.3%, respetivamente. No entanto, a taxa do concelho continua a ser inferior à Distrito em cerca de 2 pontos percentuais.

<b>Quadro 142 – Taxa de Cobertura de Equipamentos e Respostas Sociais para a População Idosa</b>										
Zona Geográfica	Tx de Cobertura por Equipamentos e Respostas Sociais									Tx. Cobertura Pop. Idosa
	Centro Convívio	Centro de Dia		ERPI			Serviço Apoio Domiciliário			
		IPSS c/ Acordo	Est. lucrativos	IPSS c/ Acordo	Est. lucrativos	Total	IPSS c/ Acordo	Est. lucrativos	Total	
Distrito de Aveiro	0.5%	3.5%	0.0%	3.6%	0.6%	4.2%	4.6%	0.4%	5.0%	13.2%
Ovar	0.6%	2.8%	0.3%	3.0%	0.6%	3.5%	3.8%	0.3%	4.1%	11.3%

Fonte: CD de Aveiro do ISS, IP – julho de 2018

Legenda: ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



### 1.3. Família e Comunidade

A família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições e cujos comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros.

Algumas famílias encontram-se em situação de privação ou carência de rendimentos e/ou enfrentam dificuldades que as tornam vulneráveis, colocando-as em situação de risco. São as chamadas famílias multidesafiadas, que enfrentam, assim, múltiplos desafios e múltiplas necessidades de mudança, a que é preciso dar resposta.

Com efeito, em 2017 foram acompanhadas 643 famílias no âmbito de RSI (menos 76 que em 2016) e 1.536 em Ação Social (menos 332 que em 2016).

Por outro lado, em 2017, registou-se um total de 642 indivíduos em acompanhamento psicológico nas instituições concelhias (menos 8 que em 2016).

**Quadro 143 - Acompanhamentos Psicológicos efetuados por instituições públicas ou privadas de cariz não lucrativo concelhias, entre 2015 e 2017**

Indicador	2017	2016	2015
N.º de utentes acompanhados	642	650	626
N.º de altas	263	225	175
N.º de processos ativos no final do ano	343	435	401

Fonte: instituições concelhias - 2018

Nota: No ano de 2017, duas instituições deixaram de poder fazer acompanhamentos psicológicos. Por outro lado, no quadro apresentado, também não estão registados os n.º do Centro de Saúde de Ovar, por não ter sido possível a comunicação dos dados referentes a 2016 e 2017.

O número de beneficiários de RSI, residentes no concelho de Ovar diminuiu entre 2015 e 2017. Os territórios com o maior número de beneficiários eram Ovar, Esmoriz e Válega.

De facto, observando os quadros infra expostos, constata-se que, em 2017:

- As freguesias com o maior n.º de agregados familiares beneficiários de RSI eram a União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vicente de Pereira Jusã e Esmoriz, com 55.2% e 20.2%, respetivamente;
- Cerca de 23% dos agregados familiares beneficiários de RSI correspondiam a famílias nucleares com filhos, a mesma percentagem das famílias isoladas;
- Cerca de 15% eram famílias monoparentais.

**Quadro 144 -Evolução do número de famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção (RSI), entre 2015 e 2017, por freguesia**

Freguesia	2017	2016	2015
Cortegaça	35	41	40
Esmoriz	130	145	162
Maceda	38	41	40
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vic. de Pereira Jusã	355	402	419
Válega	85	90	97
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>719</b>	<b>758</b>

Fonte: Relatórios de atividades do NLI de 2015, 2016 e 2017

**Quadro 145 - Evolução do número de beneficiários de RSI, entre 2015 e 2017, por freguesia**

Freguesia	2017	2016	2015
Cortegaça	75	82	93
Esmoriz	249	285	319
Maceda	87	91	94
União das Freguesias de Ovar, S. João, Arada e S. Vic. de Pereira Jusã	760	827	872
Válega	223	247	269
<b>Total</b>	<b>1 394</b>	<b>1 532</b>	<b>1 647</b>

Fonte: Relatórios de atividades do NLI de 2015, 2016 e 2017



Tipo de Família	2017	2016	2015
Alargada + Extensa	55	62	77
Isolada	146	164	166
Monoparental	93	113	116
Nuclear com Filhos	148	164	178
Nuclear sem Filhos	47	53	56
Outro	154	163	165
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>719</b>	<b>758</b>

Fonte: Relatórios de atividades do NLI de 2015, 2016 e 2017

Dimensão da Família	2017	2016	2015
1 pessoa	301	328	328
2 pessoas	127	144	146
3 pessoas	89	106	119
4 pessoas	61	70	75
5 e + pessoas	65	71	90
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>719</b>	<b>758</b>

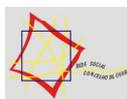
Fonte: Relatórios de atividades do NLI de 2015, 2016 e 2017

Serviço de Atendimento e Ação Social	2017	2016	2015	
Centro Comunitário de Ovar	Ação Social	134	118	222
	RLIS	333	107	--
Centro de Promoção Social do Furadouro	163	133	141	
Grupo de Ação Social de S. Vicente de Pereira	66	72	59	
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	185	196	180	
Serviço Local de Ovar	655	1 242	1 094	
<b>Total</b>	<b>1 536</b>	<b>1 868</b>	<b>1 696</b>	

Fonte: Serviço Local de Ovar da Segurança Social e instituições sociais concelhias

Instituição	N.º de Indivíduos		
	2017	2016	2015
Centro de Assistência Social de Esmoriz	40	47	50
Grupo de Ação Social de S. Vicente de Pereira	40	38	60
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	60	70	70

Fonte: Instituições sociais concelhias



Freguesia	Instituição	Banco Alimentar e/ou POAPMC					
		Famílias			Indivíduos		
		2017	2016	2015	2017	2016	2015
Arada	Conferência Vicentina de Arada	27	26	23	82	75	69
Cortegaça	Conferência Vicentina de Cortegaça	15	15	15	45	45	45
	Crecor	75	66	67	196	235	230
	Centro Comunitário de Esmoriz	164	165	165	453	481	481
	Centro de Assistência Social Esmoriz	43	40	40	93	80	80
	Conferência Vicentina de Esmoriz	49	46	41	130	129	122
Ovar	Associação de Diabéticos de Ovar	0	0	12	0	0	29
	Cercivar	35	16	30	80	22	80
	Centro Promoção Social Furadouro	43	44	47	95	89	98
	Conferência de S. Cristóvão de Ovar	30	26	31	83	69	84
	Conferência Vicentina do Furadouro	23	25	27	87	87	81
	Cruz Vermelha Portuguesa	120	136	131	295	355	360
	Projeto “Mãos Solidárias”	4	8	13	7	15	98
	Santa Casa da Misericórdia	38	0	42	285	0	117
S. João	Centro Social Paroquial S. João Ovar	44	52	60	112	136	206
	Conferência Vicentina S. João	56	56	55	175	150	151
S.V. Pereira	Conferência Vicentina de S. V. Pereira	62	42	51	82	78	85
	Grupo de Acção Social S.V. Pereira	56	61	63	138	160	188
Válega	Conferência Vicentina de Válega	70	73	67	310	312	299
<b>Total</b>		<b>954</b>	<b>897</b>	<b>980</b>	<b>2 616</b>	<b>2 518</b>	<b>2 903</b>

Fonte: Instituições sociais concelhias - 2018

No concelho de Ovar existem quatro respostas diferenciadas em termos de apoio alimentar: o Programa Operacional de Ajuda Alimentar às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e Banco Alimentar, o Projeto “Mãos Solidárias”, a Campanha Nacional para o Direito à Alimentação e a Cantina Social.

Relativamente ao Banco Alimentar e/ou POAPMC, distribuído por 18 instituições concelhias, constata-se que, em 2017, foram apoiadas 954 famílias, a que corresponde um total de 2.616 indivíduos (mais 57 famílias e 98 indivíduos que em 2016).

O Projeto “Mãos Solidárias”, em funcionamento desde setembro de 2009, é promovido por um grupo de voluntários que, em parceria com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Ovar, disponibiliza um serviço semelhante a “Cantina Social”, onde, de segunda a sexta feira, é distribuída uma sopa diária e um suplemento alimentar a pessoas ou agregados familiares mais carenciados. No início prestava apoio a cerca de 20 utentes. Em 2017, o projeto prestava apoio alimentar a 145 indivíduos, mais 10 que em 2016 e mais 50 que em 2015.

Para além do apoio alimentar, este projeto dispõe, ainda, sobretudo para a população sem-abrigo, de um Balneário Comunitário, de Banco de Roupas e de apoio na higienização de roupas. Disponibiliza também informações sobre instituições e organizações que possam acolher e/ou apoiar estas pessoas, quer em termos de saúde, como sociais, jurídicos, de educação e formação profissional, de emprego ou outros.

No âmbito do apoio alimentar, regista-se também a entrada em funcionamento no concelho, desde março de 2011, da Campanha Nacional para o Direito à Alimentação, que contava, em dezembro de 2017, com a adesão de 5 restaurantes doadores, nas freguesias de Cortegaça, Ovar e Válega, disponibilizando 27 refeições semanais, a um total de 4 indivíduos.

Em termos de Cantina Social, em dezembro de 2017, estavam a funcionar três no concelho: uma no Centro de Assistência Social de Esmoriz que disponibilizava refeições diárias a 40 pessoas; outra no Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira que fornecia refeições diárias a 40 pessoas e outra na Santa Casa da Misericórdia de Ovar que apoiava 60 pessoas.

**Por conseguinte, no final de 2017, estavam a ser apoiadas, em termos alimentares, 2.905 pessoas** (2.616 pelo POAPMC e Banco Alimentar, 145 pelo Projeto “Mãos Solidárias”, 140 pelas Cantinas Sociais e 4 pela Campanha Nacional para o Direito à Alimentação), o que correspondia a cerca de 5% da população residente no concelho.

Para além disso, há, ainda, a registar as atividades para adultos expressas no Quadro abaixo exposto.



Quadro 151 - Outras Respostas para Adultos – Frequência						
Instituição		Atividades Ocupacionais	Grupos de Alfabetização	Ateliês de competências	Ateliês para Mulheres ou Espaço Mulher	Outras. Quais?
Centro Comunitário de Esmoriz	2017	70	7	-	-	Formação parental: 14 Oficina do Emprego: 29 Sessões de Informação: 86
	2016	72	7	-	-	
Centro de Promoção Social do Furadouro	2017	-	-	-	12	
	2016	-	10	13	11	
Centro Social e Paroquial de S. João de Ovar	2017	-	-	-	101	At. Desportiva: 55 Oficina Estilo: 18
	2016	-	-	-	89	At. Desportiva: 85 Oficina Estilo: 60
Delegação de Ovar da CVP	2017	35	12	-	25	
	2016	38	12	-	25	
Grupo de Acção Social de SVP	2017	20	0	0	38	
	2016	20	0	0	48	
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	2017	-	Grupos de 15 a 20 pessoas – bissemanal	Grupos de 15 a 20 pessoas – mensal	Grupos de 15 a 20 pessoas – semanal	Grupo “Encontros Animados” – 15 idosos
	2016	-	Grupos de 15 a 20 pessoas – bissemanal	Grupos de 15 a 20 pessoas – semanal	Grupos de 15 a 20 pessoas – mensal	Grupo “Encontros Animados” – 15 idosos

Fonte: instituições sociais concelhias - 2018

De ressaltar, ainda, que, da análise do relatório da EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, denominado “Poverty Watch Portugal 2017”, sobressaem os seguintes indicadores:

- Segundo o INE, a **taxa de risco de pobreza e exclusão social** tem vindo a diminuir desde 2013, altura em que registava 27.5%, o mesmo valor de 2014. Em 2015 atingiu os 26.6%, em 2016, os 25.1% e, **em 2017, diminuiu para os 23.3%**. Assim, em 2017, 2 399 milhões de pessoas encontrava-se e, risco de pobreza ou exclusão social;
- **As crianças continuam a ser o grupo mais afetado pela pobreza**, embora se tenha verificado, também, uma diminuição entre 2015 e 2016, tendo passado de 22.4% para **20.7%**;
- No caso das **pessoas idosas, também, se verificou uma diminuição na taxa de risco de pobreza** de 18.3%, em 2015, **para 17.0%, em 2016**;
- **As mulheres continuam, desde 2003, a ser o grupo com maior impacto**, verificando-se que, em 2016, o risco de pobreza atingia 18.7% de mulheres face a 17.8% de homens;
- A **taxa de risco de pobreza é mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes** (crianças manores de 18 anos e pessoas entre os 18 e 24 anos economicamente dependentes). Em 2016, 19.7% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza (em 2015 afetava 21.0%), enquanto esta taxa era de 16.9% para agregados sem crianças dependentes (ligeiramente superior a 2015 – 16.8%);
- **As famílias monoparentais** (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) continuam a apresentar taxas mais elevadas de risco de pobreza (33.1% w 41.4%, respetivamente, em 2016, face a 31.6% e 42.7%, em 2015);
- Também é significativa a situação dos trabalhadores pobres. **Em 2016, 10.8% dos trabalhadores encontrava-se em situação e vulnerabilidade à pobreza**, valor ligeiramente inferior a 2015, altura em que atingia 10.8% dos trabalhadores. De salientar que, em 2016, 44.8% dos desempregados estavam em risco de pobreza, percentagem superior a 2015 (42%);
- No que **concerne à população reformada**, assistiu-se a um aumento do risco de pobreza entre 2012 e 2015, passando de 12.8% para 16.0%, respetivamente, mas em **2016, verificou-se uma descida para 15.1%**;
- **Portugal é, também, um dos países mais desiguais da UE**. Com efeito, em 2016, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.7 vezes o rendimento dos 20% da população com o



rendimento mais baixo (em 2015 era de 5.9). Esta desigualdade é, ainda, maior quando se verifica que 10% da população mais rica aufer 10 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre.

Observando o quadro abaixo exposto, verifica-se que, em 2011, 16% dos residentes no concelho de Ovar, com 15 ou mais anos, vivia a cargo da família, 5% era beneficiária de subsídio de desemprego e 1.3% era beneficiária de RSI. Cerca de metade vivia do produto do seu trabalho.

Principal Meio de Vida	País		Região Centro		Baixo Vouga		Concelho de Ovar	
	2011*	2001	2011*	2001	2011*	2001	2011*	2001
Trabalho	4 335 856	4 579 640	930 727	990 763	166 657	177 498	23 281	26 348
Subs. temp. por acidente/doença	18 986	36 779	4 087	6 944	791	1 528	109	230
Subsídio de desemprego	299 147	190 463	53 592	31 637	9 862	5 666	2 149	1 314
Outros Subsídios Temporários	51 207	19 851	10 077	4 090	1 850	546	292	612
Rendimento Social de Inserção	105 911	46 357	14 413	7 384	2 477	1 183	612	124
Pensão/Reforma	2 459 338	2 074 443	621 714	541 898	87 335	69 362	11 293	8 553
Rendim. de propriet. ou empresa	40 733	55 328	8 261	10 976	1 469	1 878	186	178
Apoio social	39 622	25 631	8 211	5 923	1 383	802	185	102
A cargo da família	1 382 836	3 192 677	303 206	718 282	52 606	122 495	7 452	17620
Outra situação	256 213	134 948	54 209	30 500	9 064	4 766	1 256	668
<b>Total</b>	<b>8 989 849</b>	<b>10 356 117</b>	<b>2 008 497</b>	<b>2 348 397</b>	<b>333 494</b>	<b>385 724</b>	<b>46 815</b>	<b>55 198</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

\*População residente com 15 ou anos de idade

#### **1.4. População Portadora de Deficiência**

A esperança média de vida das pessoas portadoras de deficiência é cada vez maior, tendo passado dos 40/50 anos para os 60/70 anos. Para este aumento têm contribuído a melhoria das condições sociais e de saúde, constatando-se que nalguns casos o portador de deficiência ultrapassa mesmo a idade dos seus progenitores.

São-nos, assim, colocados novos desafios para os quais temos de nos preparar, nomeadamente no que se refere à criação de novas estruturas que se ajustem à população envelhecida com que os Centros de Atividades Ocupacionais se vão confrontando.

Importa adaptar as respostas não só às necessidades das pessoas idosas que se tornam portadoras de deficiência, mas também das pessoas portadoras de deficiência que se tornam idosas. Deverá haver uma articulação entre Serviços Sociais e Serviços de Saúde, por forma a melhorar a satisfação das necessidades individuais de cada pessoa.

Neste sentido, deve-se continuar a apostar no aumento do número de vagas em Centros de Atividades Ocupacionais ou na construção de Centros de Dias com programas como a promoção da autonomia, do lazer e recreação, da reabilitação física, da ocupação terapêutica e da saúde. Ou apostar em Unidades Residenciais, com programas como: bem-estar, higiene pessoal e ambiental, sócio culturais, saúde e reabilitação.

Importa, ainda, apostar no Serviço de Apoio Domiciliário com programas como: manutenção dos cuidados básicos; cuidados de enfermagem; ocupacionais e reabilitação física.

Envelhecer com qualidade é um direito que assiste a todos, com ou sem deficiência. Todos têm direito ao desenvolvimento social, à participação, à assistência e à melhoria da qualidade de vida.

Importa, igualmente, não descurar as questões dos afetos e da sexualidade, reforçando a informação e formação de pais, técnicos e das próprias pessoas portadoras de deficiência sobre esta matéria. O processo educativo é relevante para que cada pessoa possa conhecer-se, aprender a ser autónoma e a saber assumir as respetivas responsabilidades quanto à Família, à Escola, à Comunidade e aos Outros. Qualquer ser humano, com ou sem deficiência, procura naturalmente o prazer, a felicidade e o seu corpo através da sexualidade. Por isso, há que ser ensinado a tomar consciência que tem um corpo que é seu e sobre o qual tem direitos. Assim, sem preconceitos, tem de ser ensinado a fugir da manipulação do seu corpo por terceiros, a identificar barreiras entre o público e o privado e a aprender que existem manifestações de afeto que nada têm a ver com as relações sexuais.

Para que tal seja possível, assume particular importância, a formação contínua dos técnicos e das famílias que lidam com as pessoas portadoras de deficiência. Deve ser desenvolvido um programa de educação sexual adaptado à cultura, contextos, género e a cada pessoa.



A deficiência, a incapacidade e a desvantagem são desvios em relação à norma, devendo enfatizar-se, em vez das perdas, o potencial de funcionalidade das pessoas, assim como a promoção das suas restantes capacidades. O número de pessoas portadoras de deficiência, incapacidades e desvantagens está a aumentar, tornando-se um desafio para o sistema de saúde e para a sociedade.

Compensar, reabilitar e reintegrar a pessoa portadora de deficiência, realçando o seu potencial de autonomia, é uma tarefa que implica um enorme esforço de articulação transversal e de ação integrada não apenas dos setores da saúde e da área social, mas também de outros setores da sociedade, começando pelo núcleo familiar, pois não afeta apenas o indivíduo mas todo o sistema familiar que, perante esta situação, necessita de passar por um período de adaptação e reestruturação.

A prescrição e dispensa de produtos de apoio carecem, ainda, de organização, financiamento e preparação técnica, que as tornem eficazes como instrumento muitas vezes indispensável para a efetiva autonomia da pessoa portadora de deficiência.

Em 2011, cerca de 8.2% das pessoas residentes no concelho, com 5 ou mais anos, tinha dificuldades de visão (dos quais 129 eram invisuais), 4.5% tinha problemas de audição, 9% tinha dificuldades em andar ou subir degraus, 6.6% tinha problemas de memória ou concentração, 4.6% tinha dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho e 4.2% tinha dificuldades em compreender os outros ou fazer-se compreender, embora abaixo da média nacional.

**Quadro 153 - População residente em 2011, com 5 ou mais anos, segundo o tipo e grau de dificuldade**

Tipo de Dificuldade	Grau de Dificuldade	País	Região Centro	Baixo Vouga	Concelho de Ovar
Ver	Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9 159 012	1 997 842	341 207	48 592
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	892 860	228 108	31 184	4 209
	Não consegue efetuar a ação	27 659	6 730	1 034	129
Ouvir	Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9 546 329	2 089 290	354 595	50 526
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	506 342	136 841	17 956	2 284
	Não consegue efetuar a ação	26 860	6 549	874	120
Andar ou subir degraus	Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9 099 531	1 971 363	335 110	48 098
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	875 129	231 782	33 624	4 285
	Não consegue efetuar a ação	104 871	29 535	4 691	547
Memória ou concentração	Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9 424 154	2 060 561	348 662	49 431
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	552 937	146 291	20 776	2 940
	Não consegue efetuar a ação	102 440	25 828	3 987	559
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9 607 974	2 105 534	355 179	50 496
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	323 451	86 026	12 128	1 737
	Não consegue efetuar a ação	148 106	41 120	6 118	697
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	9 679 642	2 124 801	357 953	50 692
	Tem muita dificuldade em efetuar a ação	331 860	90 049	12 775	1 844
	Não consegue efetuar a ação	68 029	17 830	2 697	394

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

**Quadro 154 - População residente no concelho de Ovar, em 2011, com 5 ou mais anos, segundo o tipo e grau de dificuldade**

Grupo Etário		Arada	Corteg.	Esmoriz	Maceda	Ovar	S. João	S.V. Pereira	Válega	Total
Ver	TMDEA	295	313	838	306	1 167	509	240	541	4 209
	NCEA	12	9	23	13	38	10	5	19	129
Ouvir	TMDEA	155	159	438	177	699	276	123	257	2 284
	NCEA	10	15	31	4	35	5	3	17	120
Andar ou subir escadas	TMDEA	283	335	827	311	1 217	551	230	531	4 285
	NCEA	37	50	98	47	161	57	29	68	547
Memória ou concentração	TMDEA	225	229	572	216	832	357	182	327	2 940
	NCEA	36	50	102	37	186	43	34	71	559
Tomar banho ou vestir-se sozinho	TMDEA	132	129	328	128	486	214	93	227	1 737
	NCEA	40	75	111	51	200	74	49	97	697
Compreender ou fazer-se compreender	TMDEA	153	130	340	135	511	222	114	239	1 844
	NCEA	26	39	69	29	121	34	32	44	394

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

**Legenda:**

TMDEA – Tem muita dificuldade em efetuar a ação

NCEA – Não consegue efetuar a ação



Da apreciação do quadro infra apresentado, sobressai que cerca de 51% dos indivíduos com dificuldades de visão tinha 65 ou mais anos, o mesmo acontecendo com 66.5% dos que tinham problemas de audição, com 67.6% dos que tinham dificuldades em andar ou subir degraus, com 54% dos que tinham dificuldades de memória ou concentração, com 76% dos que tinham problemas em tomar banho ou vestir-se sozinhos e com 51.8% dos que tinham dificuldades em compreender os outros ou fazer-se compreender.

**Quadro 155 - População residente no Concelho de Ovar em 2011, com 5 ou mais anos, segundo o tipo e grau de dificuldade, por grupo etário**

Grupo Etário	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	TMDEA	NCEA	TMDEA	NCEA	TMDEA	NCEA	TMDEA	NCEA	TMDEA	NCEA	TMDEA	NCEA
5-9	30	0	10	1	15	2	64	13	28	15	36	4
10-14	63	0	18	1	10	6	108	22	14	5	53	7
15-19	69	2	14	3	11	7	60	12	11	6	34	4
20-24	53	3	19	1	15	11	32	16	10	7	17	3
25-29	64	3	19	3	16	7	41	11	12	7	33	3
30-34	93	2	24	5	31	9	59	19	19	12	41	8
35-39	125	5	29	6	60	16	87	25	30	13	51	7
40-44	146	4	50	12	98	8	117	20	37	8	63	11
45-49	268	6	67	14	153	14	152	33	41	18	95	15
50-54	378	5	115	7	256	15	188	25	62	20	91	15
55-59	391	6	158	9	343	15	222	20	69	15	105	6
60-64	414	10	213	7	426	20	229	32	108	18	132	12
65-69	395	13	196	7	439	35	222	38	124	39	127	15
70-74	445	15	274	9	588	55	290	35	209	58	184	9
75-79	457	13	338	7	673	66	381	56	299	96	243	16
80-84	373	11	330	9	577	86	336	58	309	117	233	12
85-89	295	11	248	7	392	90	232	66	238	125	203	7
≥ 90	150	20	162	12	182	85	120	58	117	118	103	8
<b>Total</b>	<b>4 209</b>	<b>129</b>	<b>2 284</b>	<b>120</b>	<b>4 285</b>	<b>547</b>	<b>2 940</b>	<b>559</b>	<b>1 737</b>	<b>697</b>	<b>1 844</b>	<b>394</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Legenda:

TMDEA – Tem muita dificuldade em efetuar a ação

NCEA – Não consegue efetuar a ação

A Cercivar é a instituição que no concelho de Ovar presta apoio a pessoas portadoras de deficiência, contando, em 2017, com 321 utentes (menos 14 que no ano anterior), dos quais 59% eram do sexo masculino.

Fazendo uma análise por valências (Quadro 165), verifica-se que a maioria dos utentes (45%) são apoiados pelo Centro de Recursos para a Inclusão e 27% estão integrados em Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

Relativamente ao CAO (Quadro 155), constata-se que:

- Cerca de 27% tem deficiência grave;
- Cerca de 55% tem deficiência moderada;
- Cerca de 18% tem multideficiência.

**Quadro 156 - Número de utentes da CERCIVAR por valência, sexo e ano letivo**

Valências	Capacidade em 2017	Frequência					
		2017		2016		2015	
		M	F	M	F	M	F
Ensino Especial	4	2	1	1	1	2	1
Centro de Atividades Ocupacionais	88	50	38	50	38	50	38
Centro de Formação Profissional	53	22	19	30	23	31	23
Serviço de Apoio Domiciliário	30	8	16	7	18	7	17
Lar Residencial para Deficientes	6	1	5	1	5	1	5
Centro de Recursos para a Inclusão	168	97	47	98	49	79	38
Residências Autónomas	15	9	6	8	6	8	6
<b>Total</b>	<b>364</b>	<b>189</b>	<b>132</b>	<b>195</b>	<b>140</b>	<b>178</b>	<b>128</b>

Fonte: CERCIVAR



**Quadro 157 - Caracterização dos utentes da CERCIVAR, por tipo de deficiência, sexo e local de residência**

Área Geográfica	Sexo	N.º de utentes									
		Deficiência mental						Defic. motora		Multideficiência	
		Ligeira		Moderada		Grave		2017	2016	2017	2016
		2017	2016	2017	2016	2017	2016				
Arada	M	1	3	2	2	1	1	0	0	0	0
	F	2	2	2	2	0	0	1	1	0	0
Cortegaça	M	0	0	2	3	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0
Esmoriz	M	4	4	15	14	5	4	0	0	21	18
	F	0	1	5	4	3	3	1	1	9	8
Maceda	M	1	1	2	2	3	1	0	0	2	2
	F	0	0	6	3	1	1	0	0	0	0
Ovar	M	21	18	29	29	6	6	0	0	14	14
	F	13	13	13	12	4	4	5	4	1	1
S. João	M	2	2	4	4	0	0	0	0	0	0
	F	3	3	1	1	2	2	0	0	0	0
S. V. Pereira	M	1	2	1	2	1	1	0	0	0	0
	F	4	4	1	2	0	0	0	0	1	1
Válega	M	4	5	21	19	8	7	0	0	2	2
	F	6	7	10	8	1	1	0	0	0	0
De outros concelhos Distrito Aveiro	M	4	4	5	5	0	0	0	0	1	1
	F	2	2	4	4	2	2	0	0	3	3

Fonte: CERCIVAR

**Quadro 158 - Caracterização dos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais da Cercivar, por tipo de deficiência, sexo e grupo etário**

Grupo Etário	Sexo	N.º de utentes					
		Deficiência mental				Multideficiência	
		Moderada		Grave		2017*	2016
		2017	2016	2017*	2016		
20 - 24 anos	M	1	1	0	0	1	1
	F	3	3	0	0	1	1
25 - 29 anos	M	0	0	2	2	1	1
	F	1	1	1	1	0	0
30 - 34 anos	M	3	3	0	0	2	2
	F	1	1	1	1	0	0
35 - 39 anos	M	4	4	1	1	2	2
	F	1	1	0	0	0	0
40 - 44 anos	M	2	2	3	3	0	0
	F	1	1	2	2	1	1
> 45 anos	M	5	5	2	2	1	1
	F	6	6	3	3	1	1

Fonte: CERCIVAR

**Quadro 159 - Outras Respostas na área da deficiência ou incapacidades e número de clientes**

Instituição	Respostas	N.º de Clientes		
		2017	2016	2015
AFPA – Associação Fraternal de Prevenção e Ajuda	Oficina de Movimento, Arte e Bem-Estar	4	3	0
	Hidroterapia Individual	5	6	5
	Natação adaptada	9	8	8
Associação Nacional de Espondilite Anquilosante – Núcleo regional de Ovar	Hidroterapia	70	44	42
Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar	Consulta do Pé Diabético	207	266	317
	Consulta de Enfermagem	744	155	173
	Consulta de Psicologia	34	49	39
	Consulta de Podologia	951	914	564
	Consulta de Clínica Geral	51	50	75

Fonte: CERCIVAR



Segundo dados do Centro Distrital de Aveiro do ISS,IP, (Quadro 169) a taxa de cobertura das respostas sociais para a população adulta com deficiência aumentou, de 2013 para 2018, tanto no Distrito de Aveiro como concelho de Ovar, tendo passado de 8.5% para 10.7% e de 6.1% para 8.9%, respetivamente. No entanto, a taxa do concelho continua a ser inferior à Distrito em cerca de 2 pontos percentuais, apesar de ser superior à do Distrito no que concerne às Residências Autónomas.

Zona Geográfica	Tx de Cobertura por Equipamentos e Respostas Sociais				Tx Cobertura Pop. Adulta c/ Deficiência
	CAO	Lar Residencial	Residência Autónoma	Serviço Apoio Domiciliário	
Distrito de Aveiro	7.4%	2.7%	0.3%	0.3%	10.7%
Ovar	7.2%	0.5%	1.2%	0.0%	8.9%

Fonte: CD de Aveiro do ISS, IP – julho de 2018

### Instituições concelhias com Bancos de Produtos de Apoio:

- Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar
- Centro Comunitário de Esmoriz
- Cercivar
- Conferência de S. Vicente de Paulo de Santa Marinha de Cortegaça
- Conferência de S. Vicente de Paulo de Santa Maria de Esmoriz
- Conferência de S. Vicente de Paulo de S. Vicente de Pereira Jusã
- Conferência de S. Vicente de Paulo Nossa Senhora do Amparo (Válega)
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Ovar
- Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira
- Liga dos Amigos do Hospital de Ovar
- Santa Casa da Misericórdia de Ovar

### 1.5. População Sem-Abrigo

Segundo a Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo 2017-2023, considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo em espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

O acesso à habitação é uma das maiores dificuldades com que os cidadãos têm sido confrontados. Conseguir uma habitação adequada e condigna é condição necessária para usufruir de um conjunto de direitos, como o direito à educação, ao trabalho, à proteção social, aos cuidados de saúde e à vida em família.

Importa, pois, criar condições para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas e, sobretudo, assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia, através da mobilização de todos os recursos disponíveis, com vista ao exercício pleno da cidadania.

No concelho de Ovar, estão registadas **15 pessoas em situação de sem-abrigo**, 7 a residir temporariamente com familiares ou amigos e 36 a residir na Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Maus Tratos, como se constata no quadro abaixo apresentado:



**Quadro 161 – Número de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, a residir no concelho de Ovar, em março de 2018, por tipologia**

Tipologia	Total
Pessoas a viver na rua ou em espaços públicos	9
Pessoas a viver em centros de alojamento temporário/albergue	2
Pessoas a viver em Casa Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica	36
Pessoas a viver em instituição de saúde (ex. Unidade de Cuidados Continuados, Comunidades Terapêuticas)	4
Pessoas a viver temporariamente em alojamento convencional com família ou pessoas amigas, como situação de recuso	7
<b>Total</b>	<b>58</b>

Fonte: instituições concelhias/equipas de acompanhamento – março de 2018 (Levantamento da ENIPSA)

São pessoas que estão a ser acompanhadas pela Equipa de Rua do Projeto “Dá a Volta”; pelos técnicos do Projeto “Mãos Solidárias” e do Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira e pelos técnicos de RSI do Centro Comunitário de Esmoriz, Santa Casa da Misericórdia de Ovar, Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa e Serviço Local da Segurança Social.

Existe ainda um número indeterminado de pessoas vítimas de exclusão habitacional, **estimando-se cerca de 160 agregados** (500 pessoas) a residir em habitação precária ou habitação inadequada, segundo dados da DDSS – Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde da Câmara Municipal de Ovar.

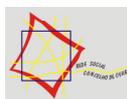
O conhecimento permanentemente atualizado do fenómeno permite, além de uma maior adequação das respostas e tomada de decisões fundamentadas, reforçar o combate à discriminação e promover a alteração de preconceitos e estereótipos.

Este objetivo implica, não só o diagnóstico e caracterização aprofundada do fenómeno sem-abrigo, mas também dos grupos de risco face à situação sem-abrigo, que incluem:

- Pessoas que não têm suporte familiar à saída de um processo de desinstitucionalização:
  - Os ex-reclusos sem suporte familiar
  - Jovens que deixam lares de infância e juventude sem suporte familiar
  - Doentes mentais que saem dos hospitais psiquiátricos
  - Pessoas que se encontram em respostas institucionais (equipamentos sociais) de permanência temporária
- Pessoas que sofrem risco de despejo, por falta de pagamento de rendas ou encargos aos bancos
- Vítimas de desalojamentos – pessoas que, por efeito de calamidades, perderam as suas habitações
- Pessoas com baixos rendimentos e doenças crónicas que implicam gastos elevados em saúde
- Pessoas desempregadas
- Pessoas com dívidas (que recorrem sistematicamente aos serviços sociais com pedido de ajuda para pagamento de dívidas ou serviços)
- Imigrantes

Implica, também, a necessidade de criação de respostas e/ou estruturas de suporte à inserção/autonomização das pessoas sem-abrigo, fundamentadas em diagnósticos que avaliem as competências, capacidades e necessidades da pessoa aos mais diversos níveis (ex: alojamento, redes de suporte, recursos financeiros, saúde, orientação vocacional e integração profissional); a adoção de estratégias e procedimentos comuns; a promoção efetiva da participação das pessoas sem-abrigo no seu processo de inserção, a requalificação/readaptação de equipamentos e/ou serviços; a definição de orientações específicas com vista a uma articulação efetiva das diferentes respostas; a clarificação de competências e responsabilidades dos técnicos de referência responsáveis pelo acompanhamento das pessoas em situação de sem-abrigo, no âmbito de um modelo de intervenção integrada a implementar localmente com as especificidades necessárias.

A qualidade da intervenção está diretamente relacionada com a formação dos agentes envolvidos na mesma. A multidimensionalidade, em termos de problemas associados à situação de sem-abrigo, requer um domínio de conhecimentos específicos e um tipo de abordagem próprio. Por outro lado, as metodologias de intervenção integrada não têm sido uma prática muito utilizada, sendo necessário que os agentes que intervenham nesta área, com enquadramento institucional público ou privado, nomeadamente os que desenvolvam atividade em



equipamentos de apoio específico e serviços públicos de atendimento, sejam alvo de qualificação privilegiada quanto a esta matéria e de supervisão externa qualificada, de caráter regular.

### 1.6. Imigração e Minorias Étnicas

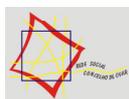
No universo da imigração e das minorias étnicas, a proximidade do abismo é por demais evidente. A fraca rede social de apoio, a precariedade de emprego, a exploração no arrendamento de habitação, o baixo nível de poupança ou a maior exposição a contextos desfavoráveis, faz com que alguns (muitos) imigrantes fiquem em situação muito desprotegida. Esta vulnerabilidade deve ser contrariada através de uma resposta de proteção e de defesa da dignidade humana, até porque entre os que sofrem as consequências desta vulnerabilidade se encontram as crianças e jovens descendentes.

Segundo o INE, em 2011, residiam em Portugal 359.969 estrangeiros, constituindo a comunidade brasileira a maior comunidade estrangeira a residir no País, com um total 101.991 indivíduos. Para além destes, continuam a chegar a Portugal cidadãos dos Países Africanos de Língua Portuguesa, mas a imigração de Leste diminuiu. Os que continuam a chegar fazem-no através do reagrupamento familiar.

Da análise do quadro abaixo exposto, constata-se ainda que a segunda maior comunidade estrangeira em Portugal era oriunda de Cabo Verde, seguida de Angola e Guiné Bissau. Também a comunidade chinesa apresenta um peso significativo.

<b>Quadro 162 - População residente, em 2011, segundo a nacionalidade</b>					
<b>Nacionalidade</b>		<b>Portugal</b>	<b>Região Centro</b>	<b>Baixo Vouga</b>	<b>Concelho de Ovar</b>
Total de residentes portugueses		9 956 911	2 229 634	370 543	53 677
Residentes Estrangeiros	<b>Total</b>	<b>359 969</b>	<b>48 626</b>	<b>7 762</b>	<b>626</b>
	Europa				
	União Europeia 27	82 289	11 750	1 347	174
	Outros Países	48 730	11 579	2 011	136
	África				
	África do Sul	723	128	21	2
	Angola	24 723	2 311	428	38
	Cabo Verde	37 081	1 474	166	12
	Guiné-Bissau	15 632	621	206	0
	Moçambique	3 515	596	103	3
	São Tomé e Príncipe	9 764	733	200	2
	Outros Países	4 980	512	82	5
	América				
	Argentina	397	58	8	0
	Brasil	101 991	14 071	1 899	147
	Canadá	1 118	332	69	5
	E.U.A.	2 230	503	143	10
	Venezuela	2 448	618	487	31
	Outros Países	2 585	325	76	9
	Ásia				
	China	11 017	1 510	237	31
	Índia	3 019	241	30	1
	Japão	244	30	5	0
Macau	21	2	0	0	
Paquistão	1 613	93	4	0	
Timor-Leste	146	35	3	0	
Outros Países	5 327	1 024	213	19	
Oceania					
Austrália	314	70	22	0	
Outros Países	58	9	2	1	
Outros Países	4	1	0	0	
Dupla Nacionalidade		244 745	49 424	12 510	1 095
Apátrida		553	71	1	0
<b>Total de residentes em Portugal</b>		<b>10 562 178</b>	<b>2 327 755</b>	<b>390 822</b>	<b>55 398</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



Em trinta anos, Portugal passou a ter que gerir uma diversidade étnico-cultural dentro das suas fronteiras. Para que tal situação não seja um problema, os imigrantes deverão respeitar o núcleo central de valores da sociedade de acolhimento e esta deverá respeitar, preservar e promover a identidade cultural daqueles.

Pela especificidade da sua situação, da qual sobressai o isolamento e a fraca rede social de apoio, o baixo nível de poupança, ou a maior exposição a contextos desfavoráveis (atraso de salários, por exemplo), alguns imigrantes legais ficam, involuntariamente, em situação muito desprotegida.

Por tal, o acesso a uma plena cidadania, a uma habitação condigna, a cuidados de saúde, a inserção numa escola inclusiva e o combate às desigualdades de oportunidades deverá estar garantido. Há que criar as condições para que tal aconteça.

Outra prioridade de intervenção é a sensibilização da opinião pública para o acolhimento, tolerância e outras questões relacionados com as minorias étnicas e imigrantes.

Estes são desafios que também Ovar terá que apostar, atendendo que no concelho residem 626 estrangeiros, correspondentes a 1.1% do total da população.

Da análise do quadro abaixo apresentado, resulta que a população estrangeira residente no concelho de Ovar, aumentou cerca de 8%, na última década, apesar de terem diminuído algumas comunidades, pois regista-se a fixação no concelho de pessoas oriundas de novos países, como é o caso da China.

Se refletirmos na nacionalidade da população residente no concelho de Ovar (Quadro 172), constata-se que, em 2011, **1.858 dos residentes (3.4%), ou têm nacionalidade estrangeira (41%) ou têm dupla nacionalidade (59%)**. Verifica-se, assim, um aumento relativamente a 2001 (2.5%).

As freguesias que registaram o maior número de estrangeiros foram Ovar (280), Esmoriz (244) e S. João (80). Relativamente à população com dupla nacionalidade, cerca de 41% residiam em Ovar, 15% em Válega e cerca de 12% em S. João, a mesma percentagem que em Esmoriz.

Dos 763 estrangeiros residentes em Ovar, em 2011, a maioria era oriunda de países da Europa (cerca de 40%), seguido de países da América (26%). No entanto, **a maior comunidade estrangeira representada em Ovar é a brasileira**, correspondendo a **19%** do total de estrangeiros.

**Quadro 163 - População residente no concelho de Ovar, em 2001 e 2011, segundo a nacionalidade**

Nacionalidade		Arada	Corteg	Esmoriz	Maceda	Ovar	S. João	S.V. Pereira	Válega	Total		
Total		2011	3 318	3 837	11 448	3 521	17 855	6 276	2 316	6 827	55 398	
		2001	3 430	4 066	10 993	3 687	17 185	6 695	2 400	6 742	55 198	
Portuguesa		2011	3 218	3 750	11 128	3 454	17 178	6 080	2 271	6 598	53 677	
		2001	3 345	3 991	10 781	3 630	16 659	6 529	2 345	6 565	53 845	
População Estrangeira	Europa	União Europeia	2011	9	12	39	6	53	16	6	33	174
			2001	2	4	33	12	50	10	7	26	144
		Outros Países	2011	3	2	57	6	48	19	1	0	136
	2001		5	1	27	0	14	17	2	1	67	
	África		2011	2	3	28	3	18	5	0	3	62
			2001	2	13	21	9	18	18	3	6	90
	América	Brasil	2011	11	10	27	1	68	13	2	15	147
			2001	14	6	8	7	89	20	2	16	162
		Outros Países	2011	1	4	14	4	21	3	0	8	55
			2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ásia	China	2011	0	0	14	0	15	2	0	0	31
			2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Outros Países	2011	0	0	6	2	9	3	0	0	20
			2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Oceânia		2011	0	0	1	0	0	0	0	0	1
			2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra Nacionalidade		2011	3	2	58	6	48	19	1	0	137	
		2001	7	6	17	4	47	7	8	16	112	
População Residente com Dupla Nacionalidade		2011	74	56	134	45	445	135	36	170	1 095	
		2001	55	45	106	25	308	94	33	112	778	

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



Relativamente às minorias étnicas, a comunidade cigana é, no nosso país, a única que se assume simultaneamente como cigana e como portuguesa. Sendo um grupo de risco, a população de etnia cigana é um grupo a analisar, atendendo à sua vulnerabilidade face à pobreza e exclusão social, estando inserida numa cultura de marginalização, de difícil integração social.

É importante fomentar um melhor conhecimento destas comunidades cujos valores, tradições e modos de vida, apesar de tão enraizados no nosso país, permanecem desconhecidos por uma grande parte dos portugueses.

Estima-se que existam entre 12 a 13 milhões de ciganos no território da União Europeia. Só em Portugal, a comunidade cigana tem cerca de 50 mil membros.

No Concelho de Ovar existem doze comunidades de etnia cigana, três em Ovar, no lugar da Marinha, na Rua Coronel Leite e no Conjunto Habitacional Júlio Dinis, sete em Válega - Portinho, Rua das Manas, Travessa da Carvalheira de Cima, Portadona, Senhora de Entreáguas, Pintim e Rua do Bairro, uma em S. João, na Rua de Guilhovai e outra em S. Vicente de Pereira Jusã. Regista-se um total de 322 indivíduos, divididos por 97 agregados familiares.

À semelhança do que acontece na grande generalidade das comunidades ciganas, trata-se de uma população muito jovem, registando-se 161 indivíduos com 18 anos ou menos (50% da população de etnia cigana residente no concelho de Ovar).

Não têm trabalhos estáveis, nem contínuos, vivem o “dia-a-dia”, e os trabalhos que lhes são característicos, são cada vez mais difíceis, tais como: recolha de sucata e venda ambulante não regulada (venda nas feiras).

O nível de instrução é muito baixo, rondando a taxa de analfabetismo os 40% que, juntando ao número de pessoas que sabem ler e escrever mas não têm qualquer nível de escolaridade, ultrapassa os 50%. Apenas uma percentagem ainda baixa detém o 1.º ciclo, sendo mais baixa ainda a percentagem dos que têm o 2.º e o 3.º ciclos. No entanto, é visível o aumento da escolarização dos mais novos.

O absentismo escolar e o abandono escolar precoce também são uma realidade visível nestas comunidades, embora se tenham desenvolvido esforços para o combater, sobretudo por parte dos Agrupamentos de Escolas de Ovar e Ovar Sul.

Para os ciganos a família é a chave de transmissão de valores e educação dos filhos e não alcançam, ainda, a importância da escola. Em geral, delega-se pouco na escola, pois a educação é entendida como algo que se realiza fundamentalmente na família que, à partida, já não coloca expectativas na escolarização, ou, quando aceita integrar um processo educativo fá-lo numa perspetiva minimalista, apenas de dotar as crianças dos elementos mínimos – aprender a ler, a contar e a escrever.

A escola também é muitas vezes considerada como um espaço alheio e adverso à sua cultura. Por outro lado, as rotinas escolares não são percebidas pelas crianças ciganas que são socializadas em contextos de liberdade, espontaneidade e de improviso, criando depois dificuldades na aceitação do professor como figura de autoridade, porque só respeitam a hierarquia familiar. Tal facto infere na necessidade de repensar a “escola para todos”, a escola multicultural, capaz de conhecer e reconhecer as diferenças culturais dos seus alunos e dotada dos meios necessários para cumprir estes objetivos.

Quadro 164 - Caracterização das comunidades ciganas do concelho de Ovar, relativamente à frequência escolar				
Indicadores		Comunidades de Ovar	Comunidades de Válega	Comunidade de S. Vicente de Pereira
N.º de crianças a frequentar o ensino, no ano letivo de 2016/2017, por grau de ensino	Pré-escolar	5	17	5
	1.º Ciclo	8	24	7
	2.º Ciclo	4	12	3
	3.º Ciclo	0	11	4
	Secundário	0	0	1
N.º de crianças a frequentar o ensino, no ano letivo de 2017/2018, por grau de ensino	Pré-escolar	6	12	3
	1.º Ciclo	6	27	7
	2.º Ciclo	6	13	2
	3.º Ciclo	0	13	4
	Secundário	0	1	1

Fonte: Agrupamentos de Escolas de Ovar e Ovar Sul e instituições concelhias



Relativamente à formação profissional, 14 indivíduos da comunidade cigana do Portinho frequentaram um curso EFA (Eletricidade das Instalações), que lhes conferiu um certificado escolar ao nível do 9.º ano de escolaridade e um certificado profissional de nível II.

No que concerne à relação das comunidades ciganas com a saúde e a doença, constata-se que a saúde não é, para os ciganos, um assunto que os preocupe desde que não produzam manifestações de doença. Têm muito medo da doença e da morte e pouca consciência que estas se podem evitar.

As comunidades ciganas são endógenas quanto ao casamento, manifestando-se diversas situações de consanguinidade e, conseqüentemente, um aumento de casos de doenças graves e abortos conhecidos.

Constata-se, ainda, que a maioria das mulheres em idade fecunda admite não fazer qualquer tipo de contraceção, embora grande parte assuma não querer mais filhos. Parece-nos que a falta de informação, algum constrangimento em falar do assunto, certos mitos que ainda persistem relativamente à consequência do uso de contraceptivos e também alguma repulsa em “tomar comprimidos” e falta de organização para o cumprimento de horários, são fatores que concorrem para essa situação.

No entanto, é de ressaltar que os cuidados de saúde, tais como as vacinas, o acompanhamento médico e a realização dos partos em meio hospitalar têm sofrido uma clara evolução. Com efeito, a preocupação com a saúde é muito mais evidente nas famílias mais jovens.

Esta população continua a viver sem as condições mínimas de habitabilidade, salubridade e higiene (sem eletricidade, água potável e uma rede de esgotos, entre outros) e encontram-se em bairros sociais periféricos e em barracas, o que acentua ainda mais a sua situação de marginalização e, conseqüentemente, de exclusão social.

Como conclusão, resta-nos assinalar que os ciganos são encarados como um grupo problemático e conflituoso, a comunidade não cigana não compreende o seu modo de vida, pois, vivem na dependência, não trabalham, considerando, a maioria das pessoas, que “eles vivem assim porque querem”. Por outro lado, os ciganos vivem caracteristicamente em comunidades muito fechadas, com regras muito próprias, e uma cultura que choca muitas vezes com a cultura dominante, principalmente na forma como o trabalho é entendido.

Para os ciganos, o trabalho é uma necessidade e não um fim em si mesmo. A forma de entender o trabalho transcende o âmbito laboral e tem reflexos na sua forma de entender a vida. Preferem ocupações que lhes permitam um controle sobre a organização do seu trabalho e uma certa independência, pois, necessitam de dispor de tempo livre para se ocuparem dos assuntos sociais que, para eles, são vitais. A sua filosofia de trabalho alia muitos valores da sua anterior vida nómada: liberdade, trabalho em família, conceito de riqueza não cumulativo, polivalência, etc. É-lhes difícil cumprir horários e aceitar regras impostas por outras pessoas que não a sua hierarquia familiar.

Quadro 165 - Caracterização das comunidades de etnia cigana residentes no concelho de Ovar, em 2017							
Freguesia	Comunidade	População Residente		N.º de Agregados Familiares		Tipo de Habitações	
		≤ 18 anos	> 18 anos	Total	Com RSI	Habitações/ Fogos Sociais	Barracas ou Const. abarracadas
Ovar	Marinha	36	40	22	22	9	13
	Conj. Hab. Júlio Dinis	6	6	3	3	3	0
	Rua Coronel Leite	4	2	1	1	1	0
S. Vicente Pereira Jusã		19	16	8	8	0	8
Válega	Portinho	51	48	40	40	0	40
	Rua das Manas	9	12	4	4	0	4
	Entreáguas	13	10	5	5	0	5
	Carvalheira	6	8	3	3	0	3
	Rua do Bairro	3	2	1	1	1	0
	Portadona	3	6	4	3	0	4
S. João	Pintim	7	6	3	1	0	3
	Sande	4	5	3	3	1	0

Fonte: Câmara Municipal de Ovar e instituições concelhias - 2018



**2. Os Recursos Humanos dos Organismos de Ação Social do Concelho**

Quadro 166 - Técnicos das instituições de carácter social do Concelho em 2018								
Instituição	Técnicos							
	Serviço Social	Psicólogo	Educ. Social	Animador	Educador Infância	Professor	Técnicos Saúde	Outros
A Mutualidade Santa Maria – Assoc. Mut.	0	1	0	1	3	30	15	8
AFPA – Associação Fraternal Prev. Ajuda	0	0	0	0	0	0	2	0
Associação Diabéticos Concelho de Ovar	0	0	0	0	0	0	2	1
Assoc. Pais Enc. Ed. J.I. Esc. Prep. Ovar	0	0	0	0	4	0	0	9
Câmara Municipal de Ovar	4	1	0	0	0	0	0	1
Centro Social da Habitovar	0	0	2	1	4	1	0	0
Centro Comunitário de Esmoriz	5	8	4	3	0	0	1	4
Centro de Assistência Social de Esmoriz	1	0	0	0	0	0	0	0
Centro de Promoção Social do Furadouro	2	0	0	2	5	0	0	0
Centro Social Cortegacense	1	0	1	0	6	2	4	1
Centro Social Jesus Maria e José	0	0	0	0	4	1	0	0
Centro Social Paroquial S. João de Ovar	1	1	0	0	5	0	1	0
Centro Social Paroq. S. Pedro Maceda	1	1	0	1	4	1	6	0
Cercivar	2	5	1	0	0	1	6	0
Crecor	0	0	0	0	0	2	0	10
Cruz Verm. Portug. – Delegação de Ovar	1	2	0	1	0	0	0	4
Fundação P. Manuel Pereira Pinho e Irmã	1	0	0	0	4	0	0	1
Fundação Pepolim	0	0	0	0	0	0	0	2
Grupo Acção Social S. Vicente de Pereira	3	2	0	3	2	0	1	0
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	4	2	0	1	11	14	24	4
Segurança Social	4	0	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>								

Fonte: Instituições concelhias – 2013

**3. Os Recursos Físicos dos Organismos de Ação Social do Concelho**

Quadro 167 - Tipo de Propriedade das Instalações das Instituições de Carácter Social do Concelho						
Instituição	Tipo de Propriedade					
	Próprias	Arrend.	Cedidas			
			Câmara Municipal	Junta de Freguesia	Privados	Igreja
AFPA		X				
A Mutualidade de Santa Maria- Esmoriz	X					
Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar	X					
Associação de Pais do Infantário e Jardim de Infância da Escola Preparatória de Ovar		X				
Centro Social da Habitovar	X					
Centro Comunitário de Esmoriz		X	X	X		
Centro de Assistência Social de Esmoriz	X					
Centro de Promoção Social do Furadouro	X					
Centro Social Cortegacense	X					
Centro Social e Paroquial São João de Ovar			X			X
Centro Social Jesus Maria e José	X					
Cercivar	X					
Confer. de S. V. de Paulo de S. Martinho					X	
Confer. de S. V. de Paulo de Santa Maria						X
Confer. de S. V. de Paulo de Santa Marinha					X	
Confer. de S. V. de Paulo de São Vicente Diácono						X
Confer. de S. V. de Paulo de Senhor da Piedade					X	
Confer. de S. V. de Paulo N. Senhora do Amparo						X
Confer. de São Cristóvão de Ovar						X
Confer. São João – Sociedade de S. V. Paulo					X	
Crecor	X		X	X		
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Ovar		X				
Fundação Pepolim	X					
Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã	X					
Grupo de Acção Social São Vicente de Pereira	X	X	X			
Liga dos Amigos do Hospital de Ovar					X (Hospital)	
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	X					

Fonte: Instituições concelhias



**4. Os Projetos das Instituições Concelhias**

**Quadro 168 - Projetos sociais existentes no Concelho de Ovar em 2017**

Entidade Promotora	Identificação do Projeto	Data Início	Data Fim	Tipo de População Abrangida	Zona Abrangência
A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista de Esmoriz	Formação Profissional	Todo o ano		Jovens e adultos desempregados e população desfavorecida	Distrito de Aveiro, em especial Ovar e Santa Maria da Feira
	Farmácia Social – Farmácia Mutualidade	Todo o ano		Associados e seus familiares	Terras Santa Maria
	Clínica Social – Clínica Santa Maria	Todo o ano		Associados, seus familiares e população em geral	Terras Santa Maria
	GEEP – Gabinete de Estudos Eventos e Projetos	Todo o ano		Associados, seus familiares e população em geral	Terras Santa Maria
	GAOESS – Gabinete de Apoio a Organizações da Economia Social e Solidária	Todo o ano		Entidades da Economia Social e Solidária	Nacional
Associação Diabéticos de Ovar	Projeto “Laços” – apoio especializado no domicílio	2014	Sem data de terminus	Idosos diabéticos	Ovar e concelhos limítrofes
Associação Fraternal de Prevenção e Ajuda	Oficina de Movimento, Arte e Bem-Estar	Todo o ano (Outubro a Junho)		Doentes com sequelas de AVC	Concelho de Ovar
	Hidroterapia individual	Todo o ano (Setembro a Junho)		Doentes com sequelas de AVC	Concelho de Ovar
	Natação adaptada	Todo o ano (Setembro a Junho)		Crianças com disfunções motoras	Concelho de Ovar
Associação Nacional de Espondilite Anquilosante (ANEA) – Delegação Regional	Hidroterapia	Todo o ano		Doentes com espondilite anquilosante	Distrito de Aveiro
Câmara Municipal de Ovar	Projeto Psicoeducacional e Social em Comunidade - PES	2016	Sem data de terminus	Alunos dos agrupamentos de escolas concelhios, arrendatários da Câmara e comunidade em geral	Concelho de Ovar
	Projeto EPIS	Ano letivo 2016/2017	Contínuo	Alunos do 5.º ano	Agrupamentos de Escolas concelhios
	Projeto “À Descoberta com o Zé e a Maria”*	Ano letivo 2017/2018	Sem data de terminus	Alunos do 4.º ano	Agrupamentos de Escolas de Ovar e Ovar Sul
Centro Comunitário de Esmoriz	Projeto “Dá a Volta” – Equipa de Rua, no âmbito do PRI de Ovar	10/11/2008	10/02/2019	Pessoas com comportamentos aditivos e dependências e trabalhadoras sexuais e sem-abrigo	Concelho de Ovar
	Projeto “Integra Ovar”, no âmbito do PRI de Ovar	6/01/2014	Janeiro de 2020	Pessoas com comportamentos aditivos e dependências, em tratamento	Concelho de Ovar
	Projeto Abispa-te	1/11/2018	29/02/2020	Prevenção universal, seletiva e indicada junto de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias	Concelho de Ovar
	Programa de Educação Sexual “À Descoberta com o Zé e a Maria”	Ano letivo 2014/2015	Ano letivo 2018/2019	Alunos do 4.º ano	9 EB1 do Agrup. de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte
	Programa EMOJI – Detetive de Emoções	Ano letivo 2017/2018	Ano letivo 2018/2019	Alunos do pré-escolar (4 e 5 anos)	9 pré-escolas do Agrupamento de Esmoriz
	Programa Cándido, o Aumentador de Asas	Ano letivo 2016/2017	Ano letivo 2018/2019	Alunos do pré-escolar (4 e 5 anos)	8 pré-escolas do Agrupamento de Esmoriz
	RLIS – Rede Local de Intervenção Social de Ovar	22/11/2016	21/11/2019	Comunidade em geral	Concelho de Ovar
	Grupos de alfabetização	Todo o ano		Comunidade em geral	Esmoriz e Cortegaça
	Grupos de competências pessoais, sociais e familiares	Todo o ano		Comunidade em geral	Esmoriz e Cortegaça



Quadro 168 - Projetos sociais existentes no Concelho de Ovar em 2017						
Entidade Promotora	Identificação do Projeto	Data Início	Data Fim	Tipo de População Abrangida	Zona Abrangência	
	Ateliês Ocupacionais para crianças e jovens	Todo o ano		Crianças e Jovens	Esmoriz e Cortegaça	
	Espaço Emoji – o Explorador de Emoções: projeto piloto a desenvolver em meio escolar	A partir de janeiro de 2018		Crianças dos 3 aos 5 anos	Esmoriz e Cortegaça	
	Ateliês Ocupacionais para adultos: Horta Comunitária, Malhas e Crochet, Restauro, Informática, Artes Plásticas, Yoga	Todo o ano		Adultos	Esmoriz e Cortegaça	
	Oficina de Emprego	Todo o ano		Jovens e adultos	Esmoriz e Cortegaça	
	Projeto de Promoção da Cidadania e Voluntariado	Novembro de 2017 (5 sessões)		Alunos de pré-escolar: 5 anos	Agrupamento de Escolas Ovar Norte ou Jardim de Infância privado	
	Loja Solidária/Banco de Recursos	Todo o ano		Comunidade em geral	Esmoriz e Cortegaça	
Centro de Promoção Social do Furadouro	Férias Animadas	Páscoa, Verão e Natal		Jovens (10-14 anos)	Concelho de Ovar	
	Clube “Cientistas de Palmo e Meio”	Todo ao ano		Crianças e jovens	Concelho de Ovar	
	Ateliê para Mulheres	Todo o ano		Mulheres	Concelho de Ovar	
	Grupos de Alfabetização	Todo o ano		Adultos	Concelho de Ovar	
	Grupos de competências pessoais, sociais e familiares	Todo o ano		Beneficiários de RSI e AS	Concelho de Ovar	
	Sala de Convívio com ateliês ocupacionais	Todo o ano		Mais de 50 anos	Concelho de Ovar	
Centro Social e Paroquial de S. João de Ovar	Ren(Ovar)	Gabinete de Psicologia “Ser Menor”	Todo o ano		Crianças, jovens e suas famílias	Concelho de Ovar
		Gabinete de Psicologia “Novos Olhares”	Todo o ano		Famílias multidesafiadas	Concelho de Ovar
		Ateliê “Recriar Retalhos”	Todo o ano		Mulheres desempregadas ou sem ocupação ou ativas	Concelho de Ovar
		Ateliê de Desporto	Todo o ano		Jovens e Adultos	Concelho de Ovar
		Oficinas de Estilo	Todo o ano		Adultos do sexo feminino beneficiários de apoios sociais	Concelho de Ovar
		Cantinho dos Donativos	Todo o ano		Famílias vulneráveis	S. João
Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa	Jogo da Alimentação Saudável		Durante o ano letivo		Crianças do 1.º Ciclo (principalmente 3.º e 4.º ano)	Concelho de Ovar
	Campanha Solar		Época balnear		Crianças (etnia cigana também participou), adolescentes, jovens adultos	Furadouro - Ovar
	Ateliês para Mulheres (Ponto de Fadas e Estética)		Todo o ano		Beneficiárias de RSI	Concelho de Ovar
	Ateliês para Crianças (Sala de Estudo “Futurola”)		Ano letivo 2018/2019		Alunos do 2.º 3.º ciclo	Concelho de Ovar
	Colorir o Sábado		No ano letivo 2018/2019		Crianças do 1.º Ciclo (principalmente 3.º e 4.º ano)	Concelho de Ovar
	Grupos de Alfabetização		Durante o ano		Mulheres de etnia cigana	Válega
	Projeto Agítana-te EGG	Qualifica +	Todo o ano		Crianças e jovens de etnia cigana, dos 6 aos 24 anos, e suas famílias	Concelho de Ovar
		Atelier de dança	Todo o ano			
		Atelier de férias	Pausas letivas			
		Espaço Ser Cidadão	Todo o ano			
Gabinete de Apoio Psicossocial		Todo o ano				
Mediação Intercultural	Todo o ano					

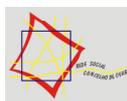


Quadro 168 - Projetos sociais existentes no Concelho de Ovar em 2017						
Entidade Promotora	Identificação do Projeto		Data Início	Data Fim	Tipo de População Abrangida	Zona Abrangência
		Acesso livre às TIC	Todo o ano			
		Formação Certificada	Todo o ano			
		Formação não qualificada	Todo o ano			
		Gamming	Pausas letivas			
Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Ovar	Projeto “Mãos Solidárias”		2009	Sem data de terminus	Comunidade em geral	Freguesias de Ovar e São João
	Horta Social		2014	Sem data de terminus	Comunidade em geral	Freguesias de Ovar e São João
	Balneário Social		2010	Sem data de terminus		
	Boutique Social		2010	Sem data de terminus		
Fundação Padre Manuel Pereira Pinho e Irmã	Banco de Apoio à Comunidade**	Loja Solidária	Todo o ano		Comunidade em geral	Prioridade: freguesia de Válega Concelho de Ovar
		Banco de Produtos de Apoio	Todo o ano		Famílias vulneráveis (320 indivíduos)	Concelho de Ovar
	Entidade Coordenadora POAMC		2017	2019		
Grupo de Acção Social S. V. Pereira	Ocupação dos Tempos Livres nas Férias Escolares		Páscoa, Verão e Natal		Crianças e Jovens	S. Vicente de Pereira
	Espaço Mulher		Todo o ano		Mulheres da comunidade, beneficiárias da Acção Social e RSI	S. Vicente de Pereira
	A Escola Vai à Casa Abrigo		Ano letivo		Utentes da Casa Abrigo	S. Vicente de Pereira
	Grupos de competências pessoais, sociais e familiares		Todo o ano		Mulheres beneficiárias de RSI e comunidade em Geral	S. Vicente de Pereira
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	Grupos de competências pessoais, sociais e familiares		Todo o ano		Mulheres beneficiárias de RSI e comunidade em geral	União das Freguesias
	GAJO – Gabinete de Atendimento Juvenil		Todo o ano		Crianças e jovens	Concelho de Ovar
	Gabinete de Atendimento a Idosos Vítimas de Maus Tratos		Todo o ano		Idosos	Concelho de Ovar
	Espaço Mulher		Todo o ano		Mulheres beneficiárias de RSI e comunidade em geral	União das Freguesias
	Grupos de Alfabetização		Todo o ano		Beneficiários de RSI com baixa escolaridade	União das Freguesias
	Atelier de Férias Animadas		Período de férias escolares		Crianças	União das Freguesias
	Atelier de Estudo Orientado “É Fixe”		Setembro de 2017	Junho de 2018	Crianças dos 6 aos 10 anos	União das Freguesias
	Apoio a familiares cuidadores		Todo o ano		Cuidadores	União das Freguesias
	Liga dos Amigos do Hospital de Ovar	Apoios eventuais a doentes carenciados na aquisição de medicação prescrita por médico, em 50% e 100%		2009	Contínua	população em geral, mas prioritariamente utentes do Hospital

\* em parceria com o Centro Comunitário de Esmoriz

## 5. Voluntariado

Segundo o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, o trabalho de voluntariado corresponde ao conjunto de ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não são abrangidas as atuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.



No concelho de Ovar são 15 as entidades que desenvolvem, de forma organizada e regular este tipo de ações, correspondendo a 404 voluntários, nomeadamente:

Quadr 169 - Voluntariado no concelho de Ovar	
Entidade	N.º de voluntários
Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar	13
Conferência de S. Vicente de Paulo de S. Martinho de Arada	16
Conferência de S. Vicente de Paulo de Santa Marinha de Cortegaça	9
Conferência de S. Vicente de Paulo de Santa Maria de Esmoriz	9
Conferência de S. Cristóvão de Ovar	12
Conferência de S. João – Sociedade de S. Vicente de Paulo	20
Conferência Vicentina Senhor da Piedade – Furadouro	9
Conferência de S. Vicente de Paulo de S. Vicente de Pereira	16
Conferência de S. Vicente de Paulo Nossa Senhora do Amparo	28
Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa	95
Fábrica da Igreja Paroquial de S. Cristóvão de Ovar, com o Projeto “Mãos Solidárias”	22
Liga dos Amigos do Hospital de Ovar	90
Projeto “Menos Sós...Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado”/CMO	17
Rede de Voluntariado do Centro Comunitário de Esmoriz	14 regulares/semanais; 22 pontuais para atividades não regulares
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	12
<b>Total</b>	<b>382/404</b>

Fonte: instituições concelhias – novembro de 2017

Para além destes, existem voluntários que, de forma desinteressada, colaboram com as IPSS's concelhias em algumas das suas valências ou iniciativas.

Cerca de 20% destes voluntários são jovens, mas a sua maioria tem idade superior a 50 anos. Do total dos voluntários registados, cerca de 40% não estão certificados com a formação geral sobre voluntariado.

### Voluntariado na Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Ovar

Voluntário da Cruz Vermelha Portuguesa é aquele que se disponibiliza voluntariamente a colaborar nos serviços da Instituição, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra e que acata os Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho e demais normas que regem a Cruz Vermelha Portuguesa, aos níveis do desenvolvimento, do planeamento, da coordenação e da execução.

De acordo com os Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa, os membros associados ativos são pessoas singulares que, voluntariamente, tenham aceite prestar serviços de uma forma solidária e desinteressada (Capítulo I, artigo. 3º, nº2).

O Voluntariado está confrontado com mudanças imparáveis em curso. Mudanças a nível da diversificação das necessidades e interesses que são objeto da criação de novos campos de intervenção do cidadão.

A Cruz Vermelha Portuguesa promove o Voluntariado Jovem, fomentando, através da Juventude Cruz Vermelha, a participação de crianças e jovens na atividade da instituição, e a difusão dos Princípios Fundamentais do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

Os voluntários, depois de devidamente selecionados, formados e enquadrados, podem responder a:

- Assistência às vítimas de conflitos armados em coordenação e colaboração com o Comité Internacional da Cruz Vermelha;
- Assistência às vítimas de desastres naturais ou outras emergências em coordenação com entidades nacionais e colaboração com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho;
- Situações de emergência: a nível da prevenção e apoio em missões de auxílio, assistência e tratamento de doentes e feridos, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra - informação, apoio na sobrevivência – alimentação, cuidados sanitários básicos, cuidados de enfermagem, apoio psicológico;
- Mitigação das consequências e preparação ao retorno da vida normal;



- Socorro e transporte de pessoas em situação de vulnerabilidade, primeiros socorros, apoio aos mais vulneráveis, como idosos e crianças em risco;
- Socorrismo de proximidade - rede de atuação rápida com socorristas de proximidade e disponibilidade de equipamento e material de socorro, de acordo com as necessidades;
- Ações de apoio e prevenção junto de jovens em risco, imigrantes, idosos em situação de solidão, recuperação e reintegração de pessoas vítimas de acidentes de trabalho, de viação ou de doenças incapacitantes;
- Apoio a Idosos e Dependentes - promovendo academias e clubes seniores, numa perspetiva de resposta diferenciadora e geradora de um envelhecimento saudável. O lema adoptado: “Viver a Vida em todas as idades e em todas as circunstâncias”;
- Angariação de fundos, organização de eventos;
- Atividades de gestão, órgãos sociais, etc;
- Difusão dos princípios e ideais do Movimento;
- Difusão do Direito Internacional Humanitário;
- Intervenção em várias áreas/grupos vulneráveis: população prisional e famílias, vítimas de violência, jovens em risco, imigrantes, segurança rodoviária, prevenção do alcoolismo e toxicod dependência, pandemias, educação ambiental e de saúde, promoção dos hábitos alimentares saudáveis, combate ao insucesso escolar, rastreios, entre outros.

**Projeto “Mão Solidárias” – ver pág. 122**

### **Voluntariado na Liga dos Amigos do Hospital de Ovar**

A Liga dos Amigos do Hospital de Ovar (LAHDO) é uma instituição de solidariedade social e de utilidade pública, sem fins lucrativos, legalizada desde 1986, que exerce a sua ação em favor dos utentes do Hospital de Ovar.

Tem como objetivos:

- Prestar apoio aos utentes e esclarecê-los na defesa dos seus direitos
- Colaborar com os profissionais para a qualidade dos cuidados a prestar
- Contribuir para o prestígio do hospital e para a procura dos seus serviços
- Dinamizar e desenvolver o voluntariado hospitalar.

As tarefas específicas do Voluntariado são as seguintes:

- Distribuir um suplemento alimentar simples, reconfortante e gratuito, aos utentes à espera de atendimento e proporcionar-lhes companhia e apoio;
- Visitar doentes em internamento;
- Apoiar as refeições de doentes com dificuldades na sua autonomia;
- Apoiar doentes com dificuldade a nível familiar;
- Disponibilizar meios de informação e de ocupação de tempos livres aos doentes (jornais, revistas, livros);
- Disponibilizar roupa de emergência;
- Oferecer artigos de higiene pessoal aos acidentados ou doentes mais carenciados.

### **Projeto “Menos Sós...Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado**

É uma iniciativa do Núcleo Executivo do CLAS – Conselho Local de Ação Social do Município de Ovar, inserida no Ano Europeu do Voluntariado para uma Cidadania Ativa e visa envolver todos os parceiros do CLAS. Tem como finalidade principal combater a solidão dos idosos e/ou pessoas em situação de dependência do concelho de Ovar.

Tem como objetivos:

- Combater o isolamento social/ solidão da população idosa e/ou pessoas em situação de dependência do concelho, respondendo aos seus anseios em meio ambiente residencial;
- Proporcionar maior qualidade de vida, bem-estar e (re)integração social dos idosos e/ou pessoas em situação de dependência;
- Promover a qualidade de vida dos cuidadores (in)formais.

Podem ser desenvolvidas, pelos voluntários, as seguintes atividades:

- Conversar/ Escutar;



- Ler/ Ajudar na interpretação de correspondência ou documentos;
- Acompanhar nas idas ao médico, fazer análises, etc.;
- Fazer companhia
- Apoiar em pequenas tarefas do quotidiano;
- Animar/ Jogar (xadrez, damas, cartas ou outros jogos);
- Passear (pela cidade/vila, ir ao teatro ou ao cinema, dinâmicas socioculturais, ir ao cabeleireiro, etc.);
- Organizar/administrar medicação;
- Requisitar ambulância ou outros serviços;
- Educação para a saúde (por exemplo, incentivo a beber mais água quando faz calor);
- Educação para a segurança pessoal (por exemplo, burlas, quedas e outras normas de segurança)
- Auxiliar nas idas às compras (supermercados, mercado/feira, farmácia, shopping, etc.);
- Sinalização, aos coordenadores/mediadores, de casos de negligência (dos técnicos sociais/ de saúde, dos familiares, etc.); maus-tratos; abusos de confiança e outras problemáticas sociais;
- Aconselhamento nutricional e esclarecimento de dúvidas (sobretudo no caso dos voluntários que são profissionais da área da saúde).

Desde o seu início, em dezembro de 2011, até dezembro de 2017 inscreveram-se no projeto 68 pessoas, das quais 33 ou não têm perfil para este tipo de projeto ou tiveram que desistir ou suspender por questões de saúde ou profissionais. Do total de inscritos, foi proporcionada a certificação geral sobre voluntariado a 39, dos quais 25 assinaram o programa de voluntariado, estando no ativo 17. Estão a ser apoiados 17 idosos.

### 6. A Segurança Social

A Lei nº 4/2007 de 16 de Janeiro, alterada pela Lei nº 83-A/2013, de 30 de dezembro, define as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, que tem como objetivos prioritários:

- a) Garantir a concretização do direito à segurança social;
- b) Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade;
- c) Promover a eficácia do sistema e a eficiência da sua gestão.

O Sistema de Segurança Social abrange o Sistema de Proteção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar.

O Sistema de Proteção Social de Cidadania engloba 3 Subsistemas:

- 1) O Subsistema de Solidariedade que se destina “ a assegurar direitos essenciais por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no sistema previdencial, podendo ainda cobrir situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdencial”;
- 2) O Subsistema de Proteção Familiar que “visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram as eventualidades legalmente previstas(...); nomeadamente, os encargos familiares, os encargos no domínio da deficiência e os encargos no domínio da dependência”;
- 3) O Subsistema de Ação Social que tem por objetivos fundamentais “a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades”; e ainda “assegura especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social”, e “ a ação social deve ainda ser conjugada com outras políticas sociais públicas, bem como ser articulada com a atividade de instituições não públicas”.

Os objetivos do Subsistema de Ação Social concretizam-se através de:

- a) Serviços e equipamentos sociais;
- b) Programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão social;
- c) Prestações pecuniárias, de carácter eventual e em condições de exceção;
- d) Prestações em espécie.



### 6.1. Áreas de Intervenção do Serviço Local de Ovar

**A Unidade de Apoio à Direção (UAD)** é o serviço responsável por assegurar o atendimento ao público, que se traduz nas seguintes ações:

- Prestação de informações aos clientes sobre os produtos disponibilizados pelo ISS; enquadramento legal e condições de atribuição;
- Receção dos respetivos requerimentos de candidatura e restante documentação necessária à correta instrução dos processos;
- Receção no serviço de tesouraria, de contribuições e de restituição de prestações eventualmente pagas indevidamente.

**A Unidade de Desenvolvimento Social (UDS) - Núcleo de Intervenção Social (NIS)** é o serviço responsável pelas seguintes atribuições, a maioria assumida pelo Setor de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS 1), nomeadamente:

- Serviço de Atendimento/ Acompanhamento social a indivíduos e famílias em situação de risco, mesmo que potencial, e/ou emergência social;
- Atribuição de Prestações pecuniárias, de caráter eventual e em condições de excecionalidade; que têm por objetivo minorar ou suprir a carência económica de indivíduos/ famílias, prevenir o agravamento da situação de risco social e favorecer o percurso de inclusão;
- Rendimento Social de Inserção/RSI: Coordenação através do Núcleo Local de Inserção de Ovar e acompanhamento do percurso de inserção;
- Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) para pessoas com deficiência ou incapacidade temporária;
- Acolhimento Familiar a Pessoas Idosas e Adultas com Deficiência: integração, temporária ou permanente, em famílias idóneas, pessoas idosas ou adultas com deficiência;
- Acesso à Rede Nacional de Serviços e Equipamentos Sociais para crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas adultas com deficiência ou dependência, pessoas sem-abrigo, pessoas vítimas de violência doméstica, família e comunidade em geral;
- Apoio a Tribunais em matérias relacionadas com a Interdição/inabilitação, Alimentos a filhos maiores e emancipados, avaliação de situações de risco social, entre outros;
- Garantir o acesso a Outros Apoios e Programas de Combate à Pobreza e Exclusão Social;
- Representação do Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P: no Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Educação, Comissão Municipal de Proteção Civil, CPCJ de Ovar e Núcleo Executivo do CLAS;
- Elaboração de Informações Sociais para efeitos de atribuição de pensões sociais;
- Elaboração de Informações Sociais solicitadas pela CPCJ;
- Elaboração de parecer social para efeitos de registo de IPSS's e equiparadas no âmbito da Segurança Social;
- Participação na elaboração de parecer para efeitos de criação ou alargamento de respostas sociais;
- Rede Solidária de Cantins Sociais;
- Linha Nacional de Emergência (receção de boletins de crise e emergência e sua resolução);
- Apoio técnico aos Acordos de Cooperação/Centros Comunitários com Atendimento e Acompanhamento Social;
- Colocação de idosos em risco ou perigo em vagas geridas pela Segurança Social;
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados: prestação de cuidados de saúde e apoio social a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

**Quadro 170 – Beneficiários Ativos da Segurança Social**

Zona Geográfica	Total de Beneficiários Ativos				Percentagem sobre a população residente com 15 ou mais anos			
	2011	2010	2009	2001	2011	2010	2009	2001
País	4 396 307	4 463 856	4 465 057	4 541 044	48.9%	49.6%	49.5%	52.5%
Região Centro	925 889	941 307	940 777	974 135	46.1%	46.3%	45.8%	49.1%
Baixo Vouga	169 293	171 840	171 072	178 964	50.8%	50.9%	50.2%	56.0%
Ovar	24 557	24 977	24 837	26 577	52.4%	52.1%	50.8%	59.2%

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



## 6.2. Os Pensionistas

O número de pensionistas, residentes no concelho de Ovar cresceu, entre 2015 e 2017, cerca de 0.3%, por oposição ao País e à Região de Aveiro que registaram uma descida. Do total de pensionistas existentes em 2017:

- 7% eram pensionistas por invalidez;
- 69% eram pensionistas por velhice (correspondente a cerca de 18% da população residente no concelho);
- 24% tinham pensão de sobrevivência (correspondente a 6.5% do total da população residente no concelho).

Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Total de Pensionistas	2017	2 987 136	701 400	100 417	14 903
	2016	2 994 711	706 650	100 585	14 864
	2015	2 992 512	708 910	100 140	14 705
Pensionistas por Invalidez	2017	228 697	54 231	5 977	1 002
	2016	238 433	57 010	6 274	1 047
	2015	248 347	59 205	6 564	1 101
Pensionistas por Velhice	2017	2 040 578	478 165	70 029	10 307
	2016	2 036 116	479 341	69 844	10 228
	2015	2 022 849	478 606	69 144	10 041
Pensionistas de Sobrevivência	2017	717 861	169 004	24 411	3 594
	2016	720 162	170 299	24 467	3 589
	2015	721 316	171 099	24 432	3 563

Fonte: Pordata

Analisando o quadro abaixo exposto, verifica-se que, entre 2015 e 2017, se registou uma diminuição no número de beneficiários de prestações de desemprego. Em 2017, 53% dos beneficiários eram mulheres.

Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Beneficiários com Prestações de Desemprego - Homens	2017	69 860	11 433	1 867	372
	2016	85 502	14 477	2 212	440
	2015	102 573	18 470	2 799	537
Beneficiários com Prestações de Desemprego - Mulheres	2017	80 946	14 279	2 322	481
	2016	90 729	16 663	2 787	580
	2015	101 797	19 092	3 391	758

Fonte: Pordata

## 6.3. Rendimento Social de Inserção

O número de beneficiários de RSI tem vindo a diminuir nos últimos anos, a que não é alheio o aumento do valor mínimo de rendimento fixado para acesso à medida, bem como à contabilização de apoios que as pessoas recebem de outras entidades e/ou de familiares para o apuramento final do rendimento da família. Em 2017:

- Cerca de 41% tinha idade igual ou inferior a 24 anos;
- Cerca de 17% tinha idade igual ou superior a 55 anos.



Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Beneficiários do RSI - Homens	2017	141 780	22 192	3 618	761
	2016	142 394	22 058	3 758	780
	2015	146 164	22 536	3 821	830
Beneficiários do RSI - Mulheres	2017	146 332	21 519	3 653	724
	2016	145 079	21 295	3 765	756
	2015	149 504	21 931	3 902	840
Beneficiários do RSI – ≤ 24 anos	2017	119 600	16 856	3 053	605
	2016	120 404	16 964	3 211	627
	2015	127 360	18 135	3 400	732
Beneficiários do RSI – 25-39 anos	2017	48 930	7 382	1 198	240
	2016	51 106	7 720	1 328	271
	2015	54 762	8 250	1 414	306
Beneficiários do RMG – 40-54 anos	2017	70 745	11 171	1 719	392
	2016	71 809	11 208	1 786	407
	2015	72 837	11 261	1 781	417
Beneficiários do RSI - ≥ 55 anos	2017	48 837	8 302	1 301	248
	2016	44 154	7 435	1 198	231
	2011	47 057	7 333	973	180

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

## **7. Respostas Sociais da Câmara Municipal de Ovar**

A inserção social e a melhoria das condições de vida das pessoas e famílias com comprovada carência social do Concelho de Ovar passa por uma política de incentivos sociais que o Município tem vindo a prosseguir, disponibilizando vários apoios como a seguir se descrevem.

### **7.1. Bolsas de Estudo**

Nenhum desenvolvimento nacional, regional ou local poderá ter sustentação sem uma base cultural e sem pessoas preparadas para as cada vez maiores exigências do mundo de hoje. Na verdade, as diferenças económicas e sociais não devem ser factores impeditivos do acesso à educação e formação. Por isso, e tendo em conta este princípio, a Autarquia tem um papel extremamente importante no apoio àqueles que, apesar de revelarem capacidade, por meras razões económicas se vejam impossibilitados de prosseguir os seus estudos ou enveredarem pela área de habilitações académicas condizente com a sua vocação.

Preocupado com o desenvolvimento sustentado do Concelho, que também passa pela qualificação académica e profissional dos seus cidadãos – o Município de Ovar instituiu, em 1996, a atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes que frequentam o Ensino Superior.

A atribuição de Bolsas de Estudo constitui, assim, um meio apropriado de incentivar a frequência de cursos superiores, promovendo-se, deste modo, a melhoria da qualificação profissional dos jovens, sendo que o suporte humano qualificado é indispensável ao desenvolvimento socioeconómico do Concelho de Ovar, o qual contribuirá para a melhoria das condições de vida da generalidade dos municípios.

Em 2015 o Município de Ovar passou a atribuir mais do dobro das Bolsas de Estudo do Ensino Superior que atribuiu até então.



<b>Quadro 174 – Número de Bolsas de Estudo atribuídas pela Autarquia, entre 2014 e 2018</b>	
<b>Ano Letivo</b>	<b>N.º de Bolsas Estudo atribuídas</b>
2018 (maio)	42
2017	42
2016	42
2015	40
2014	18

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – 2018

### **7.2. Cartão Sénior Municipal**

Trata-se de uma Medida municipal que tem como objetivo minorar as dificuldades económicas da população sénior residente no concelho de Ovar.

Destina-se a indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, ou reformados por invalidez, se de idade inferior, recenseados e com residência permanente no concelho, desde que, vivendo sozinhos, tenham rendimentos iguais ou inferiores ao Salário Mínimo Nacional ou que, integrando um agregado familiar, a média dos rendimentos não ultrapasse aquele valor.

Os portadores do cartão municipal do idoso têm os seguintes benefícios:

- a) concessão de subsídio de valor igual à factura da água e saneamento, nas facturas da AdRA, de valor igual ou inferior ao primeiro escalão;
- b) desconto de 50% na taxa de Resíduos Sólidos Urbanos;
- c) desconto de 50% nas tarifas de utilização da Piscina Municipal;
- d) desconto de 25% no acesso a iniciativas culturais, recreativas e desportivas promovidas pelo Município de Ovar;
- e) participação gratuita no Convívio Sénior Municipal, a organizar anualmente ou não, em obediência a regulamento aplicável.

<b>Quadro 175 - Processos de Cartão Sénior Municipal ativos, entre 2015 e 2018</b>	
<b>Ano</b>	<b>N.º Cartões Ativos</b>
2018 (maio)	1
2017	8
2016	1
2015	10

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – 2018

### **7.3. Apoio ao Arrendamento Urbano Para Fins Habitacionais**

A Medida Municipal para Apoio ao Arrendamento Urbano Para Fins Habitacionais destina-se a determinar a atribuição de apoio económico, com o objetivo de facilitar o acesso ao arrendamento para habitação para residência permanente, quando não seja possível garantir resposta de alojamento em habitação social por parte da Câmara Municipal de Ovar, visando também atenuar as despesas económicas de indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar mais desprovidos de recursos financeiros, promovendo a melhoria das condições de habitabilidade daqueles.

Pretende também promover a dinamização do mercado de arrendamento e evitar o desalojamento devido a ações de despejo.

Na sua génese, consiste na atribuição de uma comparticipação/apoio de 50% do valor da renda, até ao limite máximo de €125 por mês (para o ano civil de 2018, tratando-se de valor ajustável anualmente).

Aplicando-se a toda a área geográfica do Município de Ovar, é atribuído pelo período de doze meses, após a aprovação da candidatura, renovável por igual período, caso se mantenham as condições de carência económica, não podendo ultrapassar o limite dos 60 meses consecutivos ou intercalados, excetuando-se situações devidamente fundamentadas.



Os munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, ou com idade inferior, portadores de deficiência de incapacidade permanente e definitiva (invalidez absoluta), não estão sujeitos ao limite máximo de 60 meses, desde que se enquadrem dentro dos critérios definidos no Regulamento.

Os potenciais candidatos terão que respeitar as condições de acesso, nomeadamente:

- Ser cidadão nacional ou equiparado em termos legais;
- Residir no concelho de Ovar há, pelo menos 2 anos, em regime de permanência, a não ser que se trate de vítima de violência doméstica oriunda de outros concelhos que procure proteção no concelho de Ovar, devendo apresentar meios de prova legais que comprovem o seu estatuto de vítima;
- Estar recenseado no Município de Ovar;
- Aceitar a assunção de um contrato social para integrar ações que sejam promovidos com vista à inserção social, quando aplicável;
- Enquadrar-se em situação de comprovada carência económica;
- Fornecer todos os meios legais de prova que sejam solicitados, com vista ao apuramento da situação económica e social de todos os elementos que integram o agregado familiar;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode usufruir de qualquer apoio para habitação concedido por outras entidades, excetuando-se situações devidamente fundamentadas e comprovadas pela Divisão de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode ser beneficiário de habitação municipal;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode ser titular de outro contrato de arrendamento para além daquele sobre o qual incide o pedido do apoio;
- O candidato ou qualquer elemento do agregado familiar não pode ser proprietário de bem imóvel, destinado à habitação no património do candidato ou de outro membro do agregado familiar ou da titularidade do direito de uso e habitação de qualquer outro prédio urbano ou fração habitacional;
- O candidato deve possuir um contrato de arrendamento celebrado em conformidade com a legislação em vigor;
- O candidato não pode ter débitos de renda à data da candidatura;
- Ficam excluídos da atribuição deste apoio os arrendatários cujo senhorio seja seu familiar;
- O valor da renda não pode exceder os valores médios/baixos do praticado no mercado de arrendamento urbano;
- A tipologia da habitação tem que estar ajustada às necessidades do agregado familiar.

Tipologia do Agregado Familiar do Candidato	Coefficiente de Capitação
Isolado (1 elemento)	RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida (vulgo Salário Mínimo Nacional) fixada para o ano civil a que se reporta a candidatura
2 elementos	0,9 x RMMG
3 elementos	0,8 x RMMG
4 elementos	0,7 x RMMG
5 elementos	0,6 x RMMG
Mais de 5 elementos	0,5 x RMMG

O concurso para atribuição do subsídio poderá ter carácter anual, em períodos a definir anualmente pela Câmara Municipal de Ovar e, em termos de resultado, as candidaturas serão seriadas pela menor capitação média mensal.

Da leitura do Quadro 185, é possível observar que este instrumento de política social municipal tem vindo a ter uma procura exponencial e conseqüente aumento do número de subsídios a atribuir por ano, sobressaindo os anos civis de 2017, com 198 apoios e de 2016, com 158.



<b>Quadro 176 - Apoios pecuniários concedidos no âmbito da Medida Municipal para Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais</b>	
<b>Ano</b>	<b>N.º de apoios concedidos</b>
2018 (abril)	98
2017	198
2016	158
2015	141
2014	121
2013	100
2012	75
2011	155
2010	75

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – 2018

#### **7.4. Apoio na Fatura de Abastecimento de Água**

Trata-se de uma Medida Municipal que consiste na atribuição de um subsídio mensal de valor variável, em função da tipologia do agregado familiar, para apoio no pagamento da fatura de consumo de água. Tem a duração de 12 meses, podendo ser renovável por iguais períodos, caso se mantenham as condições de acesso, obrigando sempre à apresentação de nova candidatura e documentação atualizada.

Destina-se aos munícipes residentes no concelho de Ovar há pelo menos 2 anos, comprovadamente carenciados e desde que não usufruam de outro tipo de apoios para o mesmo fim. A atribuição deste apoio é condicionada à prova mensal da regularização da fatura de água do candidato.

Desde 2015, data da entrada em vigor da Medida, foram concedidos 281 apoios, a maioria dos quais em 2017.

<b>Quadro 177 – Apoio na Fatura de Abastecimento de Água</b>	
<b>Ano</b>	<b>N.º apoios concedidos</b>
2018	51
2017	99
2016	91
2015	40

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – 2018

#### **7.5. Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas do Município de Ovar**

Trata-se de uma Medida Municipal que se traduz numa comparticipação a fundo perdido, até ao máximo de 5.000,00€ por agregado familiar.

Destina-se a agregados familiares residentes no concelho de Ovar que, pretendendo fazer obras de conservação e/ou alteração das suas habitações, não possuam capacidade financeira para fazê-lo, e preencham cumulativamente os requisitos previstos em Regulamento.

Podem também candidatar-se os idosos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso, que residam em habitações que necessitem de pequenas obras de beneficiação.

Desde a entrada em vigor da Medida, em 2015, deram entrada 19 processos, dos quais 8 foram admitidos para pagamento. Ainda se encontra um processo em avaliação.



### 7.6. Fundo de Emergência Social (FES)

O Fundo de Emergência Social foi criado de raiz no âmbito do RASMO, e visa fazer face a situações de vulnerabilidade não previstas nas restantes medidas do aludido Regulamento, e que necessitem de intervenção imediata, ou seja, trata-se de uma medida municipal criada para dar resposta a situações urgentes que ponham em causa a saúde ou subsistência do potencial beneficiário.

Os apoios a conceder são do tipo de auxílio financeiro ou outro, com carácter pontual e temporário, para fazer face às seguintes despesas:

1. Insuficiência económica inesperada que ponha em causa a saúde ou subsistência do indivíduo isolado e/ou inserido em agregado familiar;
2. Agravamento de fatores de fragilidade social que impliquem redução extraordinária de rendimentos;
3. Situações relativas a calamidades ambientais, realojamentos urgentes e outros não previstos no RASMO;
4. Outras situações de emergência social atendíveis e justificadas.

Este apoios a atribuir no âmbito do Fundo de Emergência Social não acumulam com os demais benefícios atribuídos no âmbito do RASMO, sem prejuízo de apoio destinado a eventual complemento do processo de inclusão social do indivíduo isolado e/ou inserido em agregado familiar.

Desde o início da Medida, em 2015, já foram concedidos 385 apoios, a maioria dos quais em 2017.

<b>Quadro 178 – Fundo de Emergência Social (FES)</b>		
<b>Ano</b>	<b>N.º apoios concedidos</b>	<b>N.º de pessoas apoiadas</b>
2018	89	241
2017	153	424
2016	126	409
2015	14	65

Fonte: Câmara Municipal de Ovar/Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde – 2018

### 7.7. Apoio para Vacinação/Despesas de Saúde

O Apoio à Vacinação consiste na comparticipação até 50%, na parte que cabe ao utente, na aquisição mediante receita médica de vacinação não integrada no Plano Nacional de Vacinação dirigida a crianças com idade igual ou inferior a 24 meses, com o limite máximo por vacina e por município carenciado, a definir anualmente pela Câmara Municipal.

Para ter acesso à Medida é preciso cumprir as condições previstas no artigo 11.º do RASMO, aquando da formalização da candidatura pela pessoa responsável pela criança, designadamente:

- a) Ser cidadão nacional ou equiparado em termos legais;
- b) Residir no município há pelo menos dois anos, em regime de permanência;
- c) Estar recenseado no Município de Ovar;
- d) Existência de situação de carência económica do candidato/agregado familiar, nos termos da alínea e), do artigo 3º (o rendimento mensal per-capita terá que ser inferior ou igual a 75% da Retribuição Mínima Mensal Garantida que, para o ano civil de 2018, corresponde a 435,00€);
- e) Inexistência de benefícios concedidos por outras entidades destinados ao mesmo fim, salvo se for dado conhecimento aos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal, para que seja ponderada a existência de justificação para acumulação dos apoios.

Desde a entrada em vigor da Medida, em 2015, foram concedidos quatro apoios para vacinação.



## 8. Problemas Sociais

Cruzando os problemas sociais mais identificados pelas 17 instituições sociais que responderam ao inquérito remetido pela Rede Social (Quadro 177), com os indicadores do desemprego registado no concelho, com o número de famílias beneficiárias de RSI, com o número de famílias com apoio alimentar e com o número de famílias com acompanhamento social, apurou-se o seguinte escalonamento dos problemas sociais que mais afetam o concelho:

- Os **Baixos Rendimentos das Famílias/ Pobreza e Exclusão Social** correspondem ao principal problema, apontando-se como causas prováveis o desemprego e/ou emprego precário, o endividamento, a disfuncionalidade e desagregação familiar, a má gestão doméstica, as baixas competências pessoais e sociais das famílias, as condições habitacionais precárias e os problemas de saúde, físicos e mentais;
- Em segundo lugar surge o **Desemprego e/ou Emprego Precário**, identificando-se as seguintes causas: encerramento, deslocalização e reestruturação de empresas, os despedimentos por mútuo acordo, as baixas qualificações escolares e profissionais, a reconversão tecnológica, a insuficiente reconversão profissional, o tecido produtivo marcado pela pequena e média empresa ou empresa familiar;
- De seguida surge, em exequo, o **envelhecimento demográfico**, os **idosos isolados e/ou sem retaguarda familiar** e as **pessoas em situação de dependência isoladas e/ou sem retaguarda familiar**, apontando-se como principais causas prováveis o aumento da esperança média de vida, a diminuição da taxa de mortalidade e da taxa de natalidade, a desestruturação e desagregação familiar, os baixos rendimentos dos idosos para requisição de serviços de apoio e/ou integração em equipamentos sociais de apoio aos séniores. Associada a esta problemática regista-se, também, o **aumento dos índices de demências e doenças mentais**.
- No patamar seguinte regista-se a **falta de habitação social**, devido aos baixos rendimentos das famílias para arrendar habitação no mercado privado, associada ao desemprego e disfuncionalidade e desagregação familiar.
- Em quinto lugar, em exequo, surge a **Violência Doméstica**, a **Negligência e Maus Tratos Infantis** e os **Maus Tratos sobre Idosos**, registando-se como causas prováveis, o desemprego, os baixos rendimentos das famílias, o alcoolismo e outras dependências, a disfuncionalidade e desagregação familiar e as baixas competências pessoais, sociais e parentais.

Problemas Sociais	Assinale a sua resposta com uma cruz		
	Muito grave	Grave	Pouco Grave
Tráfico de droga	1	9	3
Comportamentos Aditivos e Dependências	2	8	4
Alcoolismo	6	9	3
Sida/ HIV	1	5	5
Baixos rendimentos/ Pobreza e Exclusão Social	12	7	1
Desemprego	11	8	2
Precariedade do emprego	10	4	1
Prostituição	1	7	7
Violência doméstica	4	9	1
Negligência/ Maus tratos infantis	4	5	2
Jovens em risco e/ou em situação de (pré-) delinquência	3	8	2
Maus tratos sobre idosos	4	6	3
Envelhecimento demográfico	8	8	3
Idosos isolados e/ou sem retaguarda familiar	8	6	4
Pessoas dependentes isoladas e/ou sem retaguarda familiar	8	4	3
Roubos/Assaltos	1	4	7
Furtos	1	4	7
Vandalismo	0	5	5
Absentismo Escolar	2	8	1
Insucesso escolar	3	9	1
Vulnerabilidade/ discriminação das minorias étnicas	2	6	3
Falta de habitação social	6	5	2



Quadro 179 - Problemas sociais mais identificados pelas Instituições de Solidariedade Social do Concelho			
Problemas Sociais	Assinale a sua resposta com uma cruz		
	Muito grave	Grave	Pouco Grave
Sobrelocação habitacional	3	5	2
Degradação do parque habitacional	3	6	2

**Problemas sociais associados aos Bairros Sociais que pertencem à CMO ou com fogos pertencentes à CMO:**

- 1. Conjunto Habitacional do Alto Saboga – Ovar (4 fogos arrendados):**
  - Baixos rendimentos/pobreza; desemprego; desestruturação familiar; degradação do parque habitacional; sobreocupação e sentimentos de estigma social por parte da restante população relativamente a este empreendimento que tem associado a si uma conotação negativa;
- 2. Agrupamento de Pré-Fabricados do Alto Saboga (2 fogos arrendados):**
  - Nada a salientar;
- 3. Agrupamento de Pré-Fabricados do Furadouro (4 fogos arrendados):**
  - Parque habitacional de degradado;
- 4. Conjunto Habitacional do Furadouro I e II (50 fogos arrendados):**
  - Os seus ocupantes mantêm fortes vínculos às atividades piscatórias, evidenciando problemas sociais que passam pelo desemprego/emprego precário; má gestão doméstica; dependência dos apoios das instituições sociais locais; desestruturação familiar; diminutas competências parentais; consumo de álcool; registam-se algumas situações pontuais de consumo de substâncias ilícitas; sinalizações na CPCJ de Ovar e processos de violência doméstica;
- 5. Conjunto Habitacional da Marinha (9 fogos arrendados):**
  - Fogos ocupados por famílias de etnia cigana; a partir do realojamento o núcleo habitacional cresceu de forma descontrolada, tendo proliferado barracas e construções abarracadas; os núcleos familiares dedicam-se, na sua maioria, à venda ambulante; trata-se de uma comunidade muito fechada e pouco recetiva a respostas de intervenção social e parque habitacional degradado;
- 6. Cooperativa de S. Cristóvão de Ovar (20 fogos arrendados):**
  - Dificuldades económicas; sobreocupação dos fogos e parque habitacional degradado (alguns fogos) por anomalias de construção;
- 7. Conjunto Habitacional Júlio Dinis (20 fogos arrendados)**
  - Emprego precário; diminutas competências profissionais; baixos níveis de qualificação escolar; desestruturação familiar;
- 8. Conjunto Habitacional da Ponte Nova (4 fogos arrendados):**
  - Dificuldades económicas;
- 9. Conjunto Habitacional do Sargaçal (6 fogos para arrendar):**
  - Baixos rendimentos e conflitos de vizinhança;
- 10. Conjunto Habitacional da Praia de Cortegaça I (14 fogos arrendados):**
  - Os seus ocupantes mantêm fortes vínculos às atividades piscatórias, evidenciando problemas sociais que passam pelo desemprego/emprego precário; baixos rendimentos/pobreza; diminutas competências profissionais; baixos níveis de qualificação escolar e dependência de subsídios sociais;
- 11. Esmoriz II (2 fogos arrendados):**
  - Nada a salientar
- 12. Conjunto Habitacional de Gondezende - Esmoriz (2 fogos arrendados):**
  - Nada a salientar
- 13. Conjunto Habitacional Boa Esperança – Esmoriz (30 fogos arrendados):**



- Baixos rendimentos; emprego precário e algumas famílias, sem expressividade, com com baixas competências pessoais e sociais;
14. Conjunto Habitacional de Olho Marinho - Arada (2 fogos sociais):
- Baixos rendimentos/pobreza;
15. Conjunto Habitacional dos Lamareiros - Maceda (1 fogo arrendado):
- Nada a salientar
16. Conjunto Habitacional Rodelo- Boavista - Cortegaça (1 fogo arrendado):
- Nada a salientar
17. Agrupamento de Pré-Fabricados de Esmoriz (1 fogo arrendado):
- Baixos rendimentos e parque habitacional degradado;
18. Bairro dos Pescadores - Furadouro (6 fogos arrendados):
- Baixos rendimentos e parque habitacional degradado (4 fogos);
19. Bairro SAAL – Praia de Cortegaça (13 fogos)\*:
- Parque habitacional extremamente degradado, marcado pela segregação e pela guetização; desemprego/emprego precário; baixos rendimentos/pobreza; diminutas competências profissionais, pessoais e sociais; baixos níveis de qualificação escolar; alcoolismo; dependência de subsídios sociais;
- \* Apesar de não pertencer à Câmara Municipal, é um bairro fortemente acompanhado pela DDSS

**9. Problemas de Ordem Física**

Problemas de ordem física		Assinale a sua resposta com uma cruz		
		Muito Grave	Grave	Pouco Grave
Habitação	Em ruínas	5	8	1
	Degradada	8	8	0
	Habitação devoluta ou vaga	5	7	0
Barreiras Arquitetónicas	Nas instituições	0	8	5
	Na via pública	7	10	1
	Nos espaços verdes	1	11	3
	Nos espaços privados	2	10	1
Espaços verdes	Insuficientes	1	6	9
	Inexistentes	1	3	7
	Em más condições	0	4	7
Parques Infantis e/ou de lazer	Insuficientes	2	9	5
	Desadequados	2	4	8
	Degradados	2	4	7
Acessibilidades (estradas, arruamentos...)	Insuficientes	2	5	8
	Inexistentes	1	6	5
	Degradadas	4	10	0
Transportes Públicos	Insuficientes	9	6	2
	Inadequados	8	5	1
	Inexistentes	9	3	1



**10. Avaliação Estratégica**

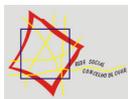
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Dinamismo das Instituições sociais concelhias, sempre atentas e abertas a novos desafios, bem como dos projetos existentes no concelho;</li> <li>✚ Apoios financeiros da CMO às instituições sociais concelhias – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;</li> <li>✚ Medidas sociais do RASMO – Regulamento da Ação Social do Município de Ovar:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais;</li> <li>- Apoios na Fatura de Abastecimento de Água;</li> <li>- Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas do Município de Ovar;</li> <li>- Apoio para Vacinação/Medicamentos;</li> <li>- Bolsas de Estudo para o Ensino Superior;</li> <li>- Fundo de Emergência Social;</li> <li>- Cartão Sénior Municipal.</li> </ul> </li> <li>✚ Abertura das instituições para a concertação de ações e estratégias;</li> <li>✚ Concelho dinâmico;</li> <li>✚ Oportunidades de Inovação Social;</li> <li>✚ Equipamentos sociais com Acordo de Cooperação com a Segurança Social e com respostas de apoio a vários grupos da população;</li> <li>✚ Apoios económicos da Segurança Social às famílias em situação de carência;</li> <li>✚ Resposta Social ao nível do Atendimento e Acompanhamento Social e de Centros Comunitários de IPSS's locais;</li> <li>✚ CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental;</li> <li>✚ Rede Local de Intervenção Social (RLIS);</li> <li>✚ Programa de Educação Sexual “À Descolberta com o Zé e a Maria”;</li> <li>✚ Projeto EPIS – Empresários para a Inclusão Social;</li> <li>✚ Projeto Psicoeducacional e Social em Comunidade – PES;</li> <li>✚ Projetos na área dos comportamentos aditivos e dependências: “Dá a Volta”, “IntegraOvar” e “Abispa-te”;</li> <li>✚ Projeto para apoio às minorias étnicas - “Agitana-te E6G”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Elevado número de famílias com o apoio alimentar Banco Alimentar Contra a Fome e/ou do POAPMC, do Projeto “Mãos Solidárias”, da Campanha Nacional para o Direito à Alimentação e das Cantinas Sociais (2.905 indivíduos, em 2017, correspondente a cerca de 5% da população residente);</li> <li>✚ 853 pessoas auferiam, em 2017, subsídio de desemprego (2% do total da população residente no concelho com mais de 18 anos), na sua maioria do sexo feminino;</li> <li>✚ Aumento das representações sociais negativas relativamente a determinados grupos da população que já se encontram numa grande situação de vulnerabilidade social, como por exemplo imigrantes, comunidades de etnia cigana, beneficiários de rendimento social de inserção, entre outros;</li> <li>✚ Aumento da pobreza infantil (estima-se que 1 em cada 3 crianças, em Portugal, esteja em risco de pobreza);</li> <li>✚ Grupos mais afetados pelos baixos rendimentos: crianças, jovens e idosos, beneficiários de RSI e famílias monoparentais com filhos;</li> <li>✚ Elevado número de processos acompanhados pela CPCJ, em 2017, (408, dos quais 219 transitaram do ano anterior, 143 foram instaurados em 2017 e 46 foram reabertos), o que resultou no final do ano em 223 processos ativos;</li> <li>✚ Elevado número de processos instaurados pela CPCJ por negligência (155 em 2017), à qual se adita a exposição a modelos de comportamento que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (103 casos em 2017), situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação (103 casos em 2017) e crianças e jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais de oponham de forma adequada (81 casos em 2017);</li> <li>✚ Em 2017 foram acompanhadas pela Equipa de Intervenção Precoce de Ovar 62 crianças;</li> <li>✚ Aumento da taxa de envelhecimento demográfico (que passou de 103.1%, em 2011, para 147.4%, em 2017);</li> <li>✚ Elevado número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos a residir sós, em 2011 (1.315, a que corresponde mais de 15% do total de residentes no concelho de Ovar com 65 ou mais anos);</li> <li>✚ Elevado número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos a residir em alojamentos familiares sem outras pessoas menores de 65 anos, em 2011 (4.510, a que corresponde mais de 50% do total de residentes no concelho de Ovar com 65 ou mais anos);</li> <li>✚ Baixa taxa de cobertura de equipamentos e respostas sociais para a População Idosa, em julho de 2018 (0.5% em Centro de Convívio, 3.1% em Centro de Dia, 3.5% em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e 4.1% em Serviço de Apoio Domiciliário), comparativamente à do Distrito;</li> <li>✚ Aumento dos casos de violência sobre os idosos;</li> <li>✚ Elevada taxa de população residente, em 2011, com 5 ou mais anos, com dificuldades (8.2% com dificuldades de visão, 4.5% com problemas de audição, 9% com dificuldades em andar ou subir degraus, 6.6% com problemas de memória ou concentração, 4.6% com dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho e 4.2% com dificuldades em compreender os outros ou fazer-se compreender), embora abaixo da média nacional;</li> <li>✚ Insuficiência de respostas para apoio aos</li> </ul>



	<p>familiares/cuidadores informais;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✚ Baixa taxa de cobertura de Equipamentos e Respostas Sociais para a população adulta com deficiência motora, mental ou paralisia cerebral (8.9% em julho de 2018);</li><li>✚ Em 2017, 1.394 indivíduos eram beneficiários de RSI (2.6% do total da população residente no concelho), correspondendo a 643 famílias;</li><li>✚ Significativo n.º de famílias que recorrem à Medida Municipal para Apoio ao Arrendamento Urbano para Fins Habitacionais (98 em abril de 2018 e 198 em 2017);</li><li>✚ Insuficiência de vagas nos Centros de Acolhimento Temporário de crianças e jovens em risco do Distrito de Aveiro, sobretudo para maiores de 12 anos;</li><li>✚ Baixo acompanhamento dos jovens por parte das famílias;</li><li>✚ Significativo número de crianças e jovens que entram num sistema de auto-gestão e conseqüente degradação, atendendo à ausência total de regras e rotinas, quer ao nível da higiene, quer da alimentação e educação, entre outros fatores, o que está na origem dos primeiros delitos, consumo de substâncias ilícitas, desenvolvimnto de comportamentos agressivos, distúrbio emocional e de uma série de problemas do foro psiquiátrico;</li><li>✚ Existência de um número significativo de pessoas sem-abrigo, em 2017 (58, entre pessoas a residir em alojamentos temporários e pessoas a residir em habitação precária, como casa de familiares ou amigos ou em ocupação ilegal) e elevado n.º de pessoas vítimas de exclusão habitacional, estimando a DDSS/CMO que cerca de 160 agregados residam em habitações precárias ou habitações inadequadas;</li><li>✚ Significativo n.º de estrangeiros a residir no concelho, em 2011 (1.858 dos residentes (3.4%), ou têm nacionalidade estrangeira (41%) ou têm dupla nacionalidade (59%));</li><li>✚ Existência de 12 comunidades de etnia cigana, num total de 322 indivíduos e 97 agregados), a grande maioria, com baixo nível de instrução, baixas qualificações profissionais, a viver sem as condições mínimas de habitabilidade, salubridade e higiene e com diminuta capacidade de adaptação ao mercado de trabalho;</li><li>✚ Elevado índice de absentismo escolar e abandono escolar precoce das crianças e jovens oriundas das comunidades de etnia cigana;</li><li>✚ Aumento do n.º de casos de Violência Doméstica e maus-tratos infantis;</li><li>✚ Existência de um significativo n.º de famílias multidesafiadas, com fracas competências pessoais, sociais e familiares/parentais (estima-se mais de 1.000 famílias);</li><li>✚ Sobreendividamento das famílias e dependência de subsídios sociais;</li><li>✚ Insuficiente n.º de técnicos de intervenção social para o número de famílias com necessidade de acompanhamento e apoio, nomeadamente económico, social e psicológico;</li><li>✚ Elevado n.º de pessoas com comportamentos aditivos e dependências: em 2017 foram acompanhados pelo Projeto “Dá a Volta” 15 alcoólicos, 54 indivíduos com comportamentos aditivos e dependências e 51 trabalhadoras do sexo; foram acompanhados pelo Projeto “Integra Ovar” 131 indivíduos com comportamentos aditivos e dependências em tratamento e 31 famílias;</li><li>✚ Processo de certificação da qualidade dos equipamentos sociais muito rigoroso, complexo e burocrático, exigindo demasiado tempo aos colaboradores e o dispêndio de recursos económicos para a reposição de situações irregulares ou não conformes à Lei (verbas ques as</li></ul>
--	--



	<p>instituições não dispõem);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Edifícios e infra-estruturas a necessitar de obras de conservação e/ou remodelação/adaptação às novas exigências de qualidade;</li> <li>✚ Falta de medidas/programas de financiamento para as referidas obras, quando elas não implicam o alargamento de lugares (as que vão surgindo têm como condição o aumento do número de lugares).</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Programas e medidas de financiamento comunitários, nacionais e regionais, como: Programas Operacionais do Portugal 2020, Programa Escolhas, Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e PARES;</li> <li>✚ Banco Alimentar Contra a Fome;</li> <li>✚ Campanha Nacional para o Direito à Alimentação;</li> <li>✚ Programa Emprego Protegido;</li> <li>✚ Apadrinhamento Civil – portaria;</li> <li>✚ ACM – Alto Comissariado para Migrações;</li> <li>✚ Medidas de financiamento da Calouste Gulbenkian;</li> <li>✚ Programa de Emergência Social do ISS, IP;</li> <li>✚ BIS – Banco de Inovação Social;</li> <li>✚ BPI Sénior;</li> <li>✚ BPI Capacitar;</li> <li>✚ EDP Solidária;</li> <li>✚ Prémio Agir da REN;</li> <li>✚ Prémio Montepio;</li> <li>✚ Prémio Manuel António da Mota;</li> <li>✚ Acredita Portugal;</li> <li>✚ Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P.;</li> <li>✚ PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social, da Fundação Calouste Gulbenkian;</li> <li>✚ Unidades de Cuidados Continuados na área da Saúde Mental, criada pelo Decreto Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, alterado pelo Decreto Lei n.º 22/2011, de 10 de fevereiro e regulamentada pela Portaria n.º 149/2011, de 8 de abril e Portaria n.º 183/2011, de 5 de maio;</li> <li>✚ Estruturas físicas e organizativas de apoio a pessoas com deficiência e incapacidade, como estabelecimentos residenciais e Centros de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD), no âmbito da Portaria n.º 59/2015 e Portaria n.º 60/2015, de 2 de março;</li> <li>✚ Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;</li> <li>✚ Estratégia nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030;</li> <li>✚ Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022;</li> <li>✚ Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023;</li> <li>✚ Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2023;</li> <li>✚ Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Fim de programas e medidas de financiamento;</li> <li>✚ Exigências e encargos financeiros que estão a ser colocados às instituições no âmbito do Sistema de Certificação da Qualidade e do HACCP;</li> <li>✚ Envelhecimento da população e baixa taxa de natalidade;</li> <li>✚ Taxa de incidência de doenças (derivadas do estilo de vida da população) em constante crescimento;</li> <li>✚ Inexistência de programas/medidas de financiamento para obras de conservação e/ou remodelação/adaptação de edifícios e infraestruturas dos equipamentos sociais que não impliquem o aumento do número de vagas.</li> </ul>



## **11. Prioridades de intervenção**

### **Elevada**

#### Crianças e jovens em risco:

- ✚ Reforçar as competências pessoais, sociais e parentais das famílias, em especial das que têm processos de RSI, Ação Social e na CPCJ, estruturadas com componentes práticas (direitos e deveres de cidadania, gestão doméstica, cuidados de higiene pessoal e habitacional, cuidados de saúde, Saúde Reprodutiva, alimentação saudável, Educação Parental, entre outras;
- ✚ Promover ações de mobilização das crianças e jovens, em especial as que pertencem a agregados de baixos rendimentos, promovendo estilos de vida saudáveis e a integração na comunidade, nomeadamente através da participação em ações nos domínios da saúde, desporto, cultura e da educação para uma cidadania plena;
- ✚ Criar respostas na área do aconselhamento em situações de crise, Terapia Familiar e/ou de Casal, Mediação Familiar;
- ✚ Criar espaços e atividades de ocupação dos tempos livres para adolescentes e jovens;
- ✚ Promover o recrutamento de mais técnicos para acompanhamento integrado das famílias;
- ✚ Desenvolver ações e políticas locais que aumentem a participação das crianças e jovens;
- ✚ Pugnar pelo reforço do âmbito de intervenção do CAFAP, incluindo as modalidades de Reunificação e Ponto de Encontro;
- ✚ Criar a resposta Centro de Acolhimento Temporário, por forma a que as situações de perigo eminente possam ter o devido acompanhamento sem que as crianças/jovens sejam retiradas do seu local de residência;
- ✚ Elaborar e implementar o Plano de Ação Local (PAL) no âmbito do Programa Cidades Amigas das Crianças.

#### População Idosa:

- ✚ Alargar o número de vagas em ERPI e outras respostas na área dos idosos;
- ✚ Adaptar Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e/ou Centros de Dia para receberem e apoiarem os idosos com demência (em termos arquitetónicos, ambientais e de competências profissionais/técnicas);
- ✚ Implementar um serviço de apoio a idosos ou pessoas dependentes a residir sós na área de pequenas reparações (canalizações, electricidade, pequenas pinturas, etc ...), através da constituição de uma Equipa de Voluntários preparada para esse efeito;
- ✚ Incrementar a formação dos cuidadores (familiares, profissionais, vizinhos e voluntários);
- ✚ Alargar os cuidados de saúde e de apoio social às 24 horas, todos os dias da semana, incluindo fins-de-semana e feriados;
- ✚ Reforçar os cuidados de reabilitação;
- ✚ Garantir uma maior acessibilidade a produtos de apoio;
- ✚ Promover a eliminação de barreiras arquitectónicas;
- ✚ Maior disponibilização de internamentos temporários;
- ✚ Apostar na formação dos colaboradores dos Centros de Dia e ERPI para intervenção com idosos dependentes ou dementes;
- ✚ Pugnar pela construção de um Centro de Tratamento de Doenças Neurodegenerativas no concelho;
- ✚ Implementar uma Rede de Cuidadores;
- ✚ Criar ou reforçar respostas para apoio aos idosos a residir sós, nomeadamente reforçar a ação do Projeto “Menos Sós...Mais Nós” e outras;
- ✚ Apoiar a difusão de Universidades Séniores em todas as freguesias do Município de Ovar;
- ✚ Reforçar, melhorar e qualificar as respostas sociais dirigidas à população sénior, estimular o envelhecimento ativo, as atividades intergeracionais e ações de cooperação interinstitucional;
- ✚ Implementar no concelho uma resposta tipo Comissão de Proteção de Idosos;
- ✚ Criar um programa regular de atividades lúdico-pedagógicas, culturais, recreativas, desportivas e de lazer para séniores.

#### População Portadora de Deficiência ou Incapacidade:

- ✚ Definir e implementar um Plano de Melhoria da Mobilidade/Acessibilidade da população Portadora de Deficiência;
- ✚ Promover/incentivar a formação profissional das pessoas portadoras de deficiência e sensibilizar o tecido económico para a sua integração no mercado de trabalho;
- ✚ Promover a divulgação dos incentivos à contratação de pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade por parte do tecido económico e institucional;
- ✚ Apostar no aumento de vagas no Centro de Atividades Ocupacionais ou na construção de Centros de Dias com programas como a promoção da autonomia, do lazer e recreação, da reabilitação física, da ocupação terapêutica e da saúde;
- ✚ Apostar no aumento de vagas em Unidades Residenciais e em programas como: bem-estar, higiene pessoal e ambiental, socioculturais, saúde e reabilitação;
- ✚ Implementar no concelho um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD), no âmbito da Portaria n.º 60/2015, de 2 de março;
- ✚ Reforçar o Serviço de Apoio Domiciliário, com programas como: manutenção dos cuidados básicos, cuidados de enfermagem, ocupacionais e de reabilitação física;
- ✚ Reforçar a formação de pais, técnicos e da comunidade em geral sobre questões relacionadas com a deficiência, sem esquecer as questões sobre os afetos e sexualidade na deficiência.

#### População Portadora de Doença Mental

- ✚ Criar respostas na área da Saúde Mental (Infantil e Juvenil, Adultos e Idosos), em articulação com os Cuidados de Saúde Primários e com os Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM), como: unidades de cuidados continuados para a Saúde Mental; apoio ambulatorio dos doentes mentais; intervir junto da família; reintegração social dos doentes; distribuição,



redefinição e valorização de recursos humanos, para a diversidade de cuidados inerentes à saúde mental, com formação programada, contínua e atualizada; reforço de consultas de psicologia e psiquiatria.

### População Sem-Abrigo

- ✚ Promover o conhecimento (diagnóstico e caracterização) aprofundado da população sem-abrigo residente no concelho e dos grupos de risco face à situação de sem-abrigo;
- ✚ Promover respostas e/ou estruturas de suporte à inserção/autonomização das pessoas sem-abrigo: alojamento, redes de suporte, saúde, orientação vocacional, programas ocupacionais, integração profissional;
- ✚ Promover a qualificação/formação dos agentes sociais para as questões dos sem-abrigo;
- ✚ Definir um plano de ação, constituindo equipas rotativas (tipo piquetes) para atuar nas vagas de frio e em outras situações de emergência que se verifiquem, indo ao encontro destas pessoas.

### Famílias:

- ✚ Desenvolver ações junto de famílias multidessafiadas: formação de competências pessoais, sociais e parentais; workshops/tertúlias temáticas;
- ✚ Criar um espaço para recolha, recuperação e disponibilização de mobiliário diverso, eletrodomésticos e outros
- ✚ Desenvolver ações de qualificação, com dupla certificação (escolar e profissional).

### Comportamentos Aditivos e Dependências:

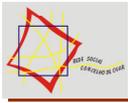
- ✚ Aumentar os conhecimentos sobre SPA's e riscos associados, bem como os factores de proteção;
- ✚ Promover a dinamização de ações de sensibilização/ informação dirigidas a crianças, adolescentes e jovens, com vista à diminuição de factores de risco e à adoção de estilos de vida saudáveis;
- ✚ Pugnar pela continuidade e reforço dos projetos de respostas integradas existentes no concelho: “Dá a Volta”, “IntegraOvar” e “Abispa-te”, por forma a conseguirem amplificar a resposta que dão, bem como abrangerem outras problemáticas (como o alcoolismo) e outros contextos de intervenção (recreativos e laboral, por exemplo);
- ✚ Desenvolver formação/qualificação direcionada aos agentes sociais e educativos concelhios na área dos comportamentos aditivos e dependências.

### Imigração e Minoria Étnicas:

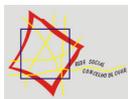
- ✚ Promover o conhecimento (diagnóstico e caracterização) aprofundado das comunidades de etnia cigana residentes no concelho;
- ✚ Criar ateliês temáticos para jovens com vista à (re)descoberta de potencialidades e autonomia, com vista à sua inserção pessoal, social e profissional, assim como ações sócio-educativas, estimulando diferentes competências e desenvolvendo motivações profissionais mediante as diferentes formas e modos de ser e de estar;
- ✚ Repensar a “escola para todos”, a escola multicultural, capaz de conhecer e reconhecer as diferenças culturais dos seus alunos e dotada dos meios necessários para cumprir estes objetivos;
- ✚ Pugnar pela continuidade do projeto Agitana-te, de apoio às comunidades de etnia ciganas existentes no concelho, condição vital para que se sintam parte integrante e ativa de uma comunidade, tendo em vista a participação das famílias e da comunidade em geral na procura de soluções adequadas a uma mudança na relação educacional, com particular relevância na promoção e integração de crianças e jovens pertencentes a grupos minoritários;
- ✚ Promover a inclusão destas comunidades no mercado de emprego, através da formação profissional, do acompanhamento da integração no mercado de trabalho e de medidas que incentivem as entidades empregadoras para a contratação de ciganos;
- ✚ Criar espaços e tempos para transmissão de conhecimentos na área da higiene pessoal e doméstica, motivar e ajudar na gestão racional dos recursos financeiros, sensibilizar para hábitos de trabalho, escolaridade, planeamento familiar e cuidados de saúde e discussão e intercâmbio cultural, entre outros (criação de ateliers temáticos para mulheres, por exemplo).

### Equipamentos e Respostas Sociais

- ✚ Alertar para a necessidade de se criarem programas/medidas de financiamento para obras de conservação e/ou remodelação/adaptação de edifícios e infraestruturas dos equipamentos sociais que não impliquem o aumento do número de vagas;
- ✚ Reforçar a cultura de rede por forma a possibilitar um planeamento estratégico e uma intervenção concertada na criação, otimização de respostas e serviços sociais;
- ✚ Motivar a realização de fóruns de partilha de boas práticas entre profissionais das diversas instituições do concelho e de outros concelhos vizinhos;
- ✚ Criar Grupos de Trabalho para concertação de estratégias e ações a implementar no concelho;
- ✚ Criar um Banco Local de Voluntariado;
- ✚ Promover a divulgação da intervenção social que se desenvolve no concelho, através de Mostras Sociais, atualização/melhoria do Site da Rede Social e/ou da criação de uma espécie de Agenda Social, entre outras formas de divulgação.



**CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**



### V – Educação e Formação Profissional

A educação e a formação são fatores insubstituíveis de desenvolvimento económico e tecnológico, da coesão social, do desenvolvimento pessoal e do exercício pleno da cidadania.

O reforço da qualificação dos portugueses é o principal desafio estratégico que orienta as prioridades definidas em matéria de política educativa.

Apesar da aposta na melhoria da qualidade do ensino público e do esforço de qualificação escolar da população, que se tem registado nos últimos anos, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e qualificação, persistindo problemas como insucesso e abandono escolares e baixas qualificações da população.

A superação destes problemas só é possível através da concretização de medidas que coloquem a escola no centro da política educativa, qualificando-a, melhorando o seu funcionamento e organização e os resultados escolares dos alunos.

#### 1. Sistema Educativo Português

O Sistema Educativo Português compreende a educação pré-escolar e os ensinos básicos, secundário e superior.

A educação pré-escolar é de frequência facultativa e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a entrada na escolaridade obrigatória. É promovida pelo Estado, por entidades privadas e cooperativas, por instituições particulares de solidariedade social e por instituições sem fins lucrativos.

A rede pública é totalmente financiada pelo Estado que também cobre os custos da componente educativa da rede privada social e sem fins lucrativos.

O ensino básico tem a duração de nove anos, dos 6 aos 15 anos de idade e está estruturado em três ciclos sequenciais, com uma duração de 4, 2 e 3 anos, respetivamente. Visa assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses, proporcionando a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos e compreende:

- Ensino básico geral;
- Ensino básico na modalidade de ensino recorrente;
- Cursos de ensino vocacional;
- Cursos do ensino artístico especializado (EAE).

Para além destas ofertas existem outras específicas, devidamente autorizadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, que permitem igualmente a conclusão do nível básico de educação e o prosseguimento de estudos, nomeadamente:

- Percursos curriculares alternativos (PCA);
- Programa integrado de educação e formação (PIEF).

No âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), a qualificação pode ser obtida através dos Cursos de Educação e Formação (CEF), dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), estando os cursos EFA e o RVCC inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Ainda neste âmbito podem ser realizadas formações, também inseridas no CNQ, nomeadamente formações modulares certificadas, cursos de português para falantes de outras línguas e o programa de formação em competências básicas, as quais são apenas comprovadas através de um certificado de qualificações.

O ensino secundário, que corresponde à escolaridade mínima obrigatória para os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, sem prejuízo do disposto no n.º 2, do artigo 8.º, da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, tem um referencial de três anos letivos e encontra-se organizado segundo formas diferenciadas, com cursos permeáveis entre si, orientados quer para o prosseguimento de estudos, quer para o mundo do trabalho, compreendendo:

- Cursos científico-humanísticos (ciências e tecnologias; ciências socioeconómicas; línguas e humanidades; artes visuais);
- Cursos com planos próprios;
- Cursos do ensino artístico especializado (nas áreas das Artes Visuais, Audiovisuais, Dança e Música);
- Cursos profissionais;



- Ensino secundário na modalidade de ensino recorrente;
- Cursos de ensino vocacional.

No quadro da diversificação da oferta formativa, podem ser criadas outras ofertas de educação e formação profissionalmente qualificantes, devidamente autorizadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, nomeadamente, os cursos de educação e formação de adultos (EFA).

No âmbito do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) a qualificação pode ser obtida através dos Cursos Profissionais, Cursos de Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Ainda neste âmbito podem ser realizadas formações modulares certificadas, inseridas nos referenciais de qualificação do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), as quais são apenas comprovadas através de um certificado de qualificações.

Os cursos com planos próprios são, na sua quase totalidade, de dupla certificação, apresentam uma sólida formação científica e tecnológica, integrando formação em contexto de trabalho e a realização de uma prova de aptidão tecnológica.

Os programas das disciplinas da componente de formação geral e da componente de formação científica são os estabelecidos para os cursos científico-humanísticos de oferta nacional.

Os programas das disciplinas da formação tecnológica constituem uma oferta própria, são elaborados por cada estabelecimento de ensino, respondendo às necessidades do meio em que se inserem e valorizando as parcerias com o tecido empresarial e institucional local e regional. São propostos à DGE para apreciação pedagógica e para homologação.

Os Cursos Profissionais estão vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho, embora também permitam o prosseguimento de estudos.

Estes cursos, integrados no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), fazem parte das ofertas formativas do nível secundário de educação e formação e permitem uma dupla certificação, escolar e profissional.

Os Cursos Profissionais destinam-se a jovens que concluíram o 9.º ano de escolaridade ou formação equivalente, funcionando em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação e em escolas profissionais.

O ensino secundário na modalidade de ensino recorrente permite a conciliação da frequência de estudos com obrigações pessoais ou profissionais. Os planos de estudo destes cursos integram as componentes de formação geral e de formação específica, bem como o número de módulos capitalizáveis por disciplina e respetiva carga horária semanal. Os cursos organizam-se por disciplina, em regime modular, com um referencial de três anos.

É atribuído um diploma aos alunos que completam o ensino secundário. Os cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais permitem, ainda, o prosseguimento de estudos no ensino pós-secundário não superior e no ensino superior e conferem, também, um certificado de qualificação profissional de nível 3. Os serviços de psicologia e de orientação possuem atribuições no âmbito da orientação escolar e profissional dos jovens e no estabelecimento de medidas de apoio educativo a alunos que demonstrem dificuldades na aprendizagem.

No âmbito da escolaridade obrigatória, o ensino é universal e gratuito, traduzindo-se na oferta de ensino público com inexistência de propinas e na isenção total de taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, inscrição, frequência escolar e certificação, dispondo ainda os alunos de apoios no âmbito da ação social escolar, caso sejam cumpridos os prazos determinados, conforme previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto.

O ensino pós-secundário não superior encontra-se organizado em Cursos de Especialização Tecnológica (CET), visando a inserção qualificada no mundo do trabalho e a aquisição do nível 4 de formação profissional. Uma das suas metas incide na expansão dos cursos, pois permitem uma formação técnica altamente qualificada.

Os CET possibilitam percursos de formação especializada em diferentes áreas tecnológicas, desenvolvendo capacidades e competências profissionais. Permitem a inserção no mundo do trabalho ou o prosseguimento de estudos de nível superior, podendo a formação neles realizada ser creditada no curso superior a frequentar pelo estudante.



A conclusão com aproveitamento de um CET confere um diploma de especialização tecnológica e um certificado de qualificação profissional de nível 4, podendo ainda dar acesso a um Certificado de Aptidão Profissional (CAP), emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional.

Os CET funcionam em diversas instituições de formação, designadamente em estabelecimentos de ensino secundário, centros de formação profissional e estabelecimentos de ensino superior.

O ensino superior é estruturado ao abrigo dos princípios da Declaração de Bolonha e é ministrado em institutos politécnicos e universidades, de natureza pública, privada, cooperativa e concordatária. Compreende, assim, o ensino universitário e o ensino politécnico.

As universidades conferem os graus académicos de licenciado, de mestre e de doutor. Os institutos politécnicos conferem o grau de licenciado e de mestre.

A política para o ensino superior definiu como prioridades: garantir a qualificação dos portugueses no espaço europeu, concretizando o processo de Bolonha; reforçar o sistema de ensino superior com instituições autónomas, facilitando a reforma do sistema de governo das instituições; fomentar um sistema nacional de garantia de qualidade reconhecido internacionalmente; promover o acesso e a igualdade de oportunidades. Este processo visa alargar o acesso a novos públicos e estimular o desenvolvimento de atividades científicas e técnicas, promovendo a equidade e reduzindo o abandono escolar.

No quadro da Declaração de Bolonha, o ensino superior foi organizado em três ciclos. Esta alteração é paradigmática da transição de um sistema de ensino fundado na ideia da transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências e na adoção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS - European Credit Transfer and Accumulation System).

Para garantir o reconhecimento internacional da qualidade do ensino superior português foi criada a Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior, condizente com os princípios formulados pela European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA) e adotados pelos ministros dos Estados signatários da Declaração de Bolonha.

Para a prossecução das suas competências, esta Agência, deve realizar a avaliação e a acreditação dos estabelecimentos e cursos de ensino superior e assegurar a integração de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

Foi, também, aprovado o regime que simplifica e flexibiliza o acesso ao ensino superior a maiores de 23 anos com formação e com experiência adequadas, promovendo a igualdade de oportunidades, melhorando os níveis de frequência e de conclusão dos cursos, atraindo novos públicos e diversificando a oferta de formações.

Foram, igualmente, definidas as condições de acesso ao ensino superior, designadamente: obter aprovação num curso de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente; ter realizado as provas de ingresso com a classificação mínima de 95 pontos; satisfazer os pré-requisitos quando exigidos.

Da análise do Quadro 255, constata-se que, em 2011, a população residente no concelho de Ovar se distribuía pelos seguintes níveis de escolaridade:

- **7% não tinha escolaridade** (menos cerca de 6 pontos percentuais que em 2001), face a 7.2% no Baixo Vouga (em 2001 era de 12.7%) e a 8.5% em Portugal (em 2001 era 14.3%);
- **30% tinha o 1.º ciclo** (menos 6.5 pontos percentuais que em 2001), face a 31.3% no Baixo Vouga (em 2001 era 37.5%) e 29.8% em Portugal (em 2001 era 35.1%);
- **12.6% tinha o 2.º ciclo** (menos 2.4 pontos percentuais que em 2001), face a 11.7% no Baixo Vouga (em 2001 era 14.2%) e 10.4% em Portugal (em 2001 era 12.6%);
- **17.1% tinha o 3.º ciclo** (mais 5 pontos percentuais que em 2001), face a 15.8% no Baixo Vouga (em 2001 era 11.3%) e 15.7% em Portugal (em 2001 era 10.9%);
- **16.5% tinha o ensino secundário** (mais 2.3 pontos percentuais que em 2001), face a 15.9% no Baixo Vouga (em 2001 era 14%) e 16.8% em Portugal (em 2001 era 15.7%);
- **13.4% tinha o ensino superior** (mais 4.7 pontos percentuais que em 2001), face a 14.6% no Baixo Vouga (em 2001 era 9.7%) e 15.4% em Portugal (em 2001 era 10.8%).



**Quadro 181 - População residente, em 2001 e 2011, segundo o sexo, por nível de escolaridade atingido**

Nível de Escolaridade atingido		Portugal		Região Centro		Região de Aveiro		Ovar		
		H	M	H	M	H	M	H	M	
Nenhum	2011	358 413	536 727	77 861	130 976	10 980	17 213	1 556	2 297	
	2001	610 172	865 640	142 385	220 917	19 660	29 269	3 059	3 979	
Ensino Pré-escolar	2011	134 526	127 279	28 527	27 467	4 972	4 785	731	666	
	2001	--	--	--	--	--	--	--	--	
Ensino Básico	1.º Ciclo	2011	1 466 001	1 686 777	357 479	406 613	56 581	65 900	7 627	9 005
		2001	1 746 773	1 891 952	432 978	461 488	69 062	75 650	9 416	10 705
	2.º Ciclo	2011	592 331	506 325	126 526	105 258	24 212	21 648	3 644	3 315
		2001	690 132	610 018	155 020	144 623	28 225	26 388	4 381	4 102
	3.º Ciclo	2011	880 828	780 136	190 667	159 998	33 337	28 434	5 092	4 398
		2001	600 220	526 769	136 279	110 005	24 048	19 675	3 640	2 971
Ensino Secundário	2011	876 305	894 019	185 813	184 254	31 371	30 709	4 708	4 449	
	2001	821 941	798 875	166 984	157 152	28 229	25 687	4 160	3 660	
Ensino Pós-Secundário	2011	49 613	42 998	10 881	9 414	1 949	1 519	265	201	
	2001	41 755	38 418	6 781	6 729	1 324	1 110	183	140	
Ensino Superior	2011	688 583	941 317	133 509	192 512	23 676	33 536	3 048	4 396	
	2001	489 148	624 304	91 393	125 664	16 026	21 371	2 032	2 770	

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011

Pela análise dos indicadores de escolarização, verifica-se a diminuição acentuada na taxa de analfabetismo. No entanto, a taxa do concelho de Ovar, que é significativamente inferior à da Região de Aveiro e do País, diminuiu menos que na Região de Aveiro e em Portugal (2.6 pontos percentuais versus 2.9 e 3.8, respetivamente).

Por sua vez, a taxa bruta de pré-escolarização do concelho de Ovar (97.3%), que tem vindo a aumentar nos últimos anos, é superior à taxa nacional, pois no ano letivo 2016/2017 situava-se em 95.1% e 94.5%, respetivamente e é inferior à da Região de Aveiro que registava 99.3%.

No que concerne à taxa bruta de escolarização, verifica-se que a do concelho de Ovar é inferior à do País e da Região de Aveiro, quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário. Nesta situação a diferença é bastante acentuada, registando-se 79,5% em Ovar, 115.4% na Região de Aveiro e 118.4% no País.

**Quadro 182 – Indicadores de Escolarização**

Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar	
Taxa de Analfabetismo HM	2011	5.2%	6.4%	4.2%	3.7%	
	2001	9%	10.9%	7.1%	6.3%	
Taxa bruta de pré-escolarização	2016/2017	94.5%	97.7%	99.3%	95.1%	
	2015/2016	91.1%	95.3%	95.6%	97.3%	
	2014/2015	90.9%	96.5%	96.5%	94.8%	
	2013/2014	89.8%	96.2%	94.2%	90.8%	
Taxa bruta de escolarização	Ensino Básico - Geral	2016/2017	108.9%	107.9%	109.4%	102.1%
		2015/2016	109.6%	108.3%	109.8%	103.9%
		2014/2015	110.3%	108.7%	110.4%	104.0%
		2013/2014	110.3%	108.5%	110.6%	104.4%
	Ensino Secundário	2016/2017	118.4%	116.4%	115.4%	79.5%
		2015/2016	114.7%	112.7%	111.6%	78.1%
		2014/2015	117.4%	115.2%	116.4%	80.5%
		2013/2014	116.3%	114.2%	111.5%	83.8%

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



**2. Rede Educativa do Concelho**

Em consonância com a legislação existente, o concelho de Ovar tem a sua rede educativa pública organizada em 3 Agrupamentos:

- **Agrupamento de Escolas de Ovar**, que integra as escolas: EB de Combatentes, EB e JI de Furadouro, EB e JI de Oliveirinha, EB do Carregal, EB de Torrão do Lameiro, EB de Habitovar, EB de Cabanões, EB de S. João, EB de S. Donato e EB de Ponte Nova; EB António Dias Simões e a Escola Secundária Dr. José Macedo Fragateiro.
- **Agrupamento de Escolas Ovar Sul**, que contempla as escolas: EB Regedoura; JI de Carvalho; JI de Pereira; EB Monsenhor Miguel Oliveira; EB de S. Vicente de Pereira e a Escola Secundária Júlio Dinis.
- **Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte**, que é constituído pelas seguintes escolas: EB e JI da Praia; EB e JI de Matosinhos; EB e JI de Campo Grande, EB e JI de Gondesende; EB e JI da Relva; EB e JI da Torre; EB e JI da Vinha; EB da Estrada; EB e JI do Gavinho; EB e JI da Murteira; EB e JI do Outeiral; EB de Maceda; EB Florbela Espanca; Escola Secundária de Esmoriz.

Na rede privada, para além dos Jardins de Infância das IPSS's, A Nossa Casa, em Esmoriz, e da Academia Palma e Meio, em Ovar, funcionam também o Externato de S. Miguel - A Escolinha, que disponibiliza ensino pré-escolar e 1.º Ciclo e o Externato Luís de Camões, com ensino secundário.

Da análise do quadro abaixo exposto, verifica-se a diminuição do número de alunos, nos últimos anos letivos, a que não é alheia a diminuição da taxa de natalidade.

**Quadro 183 - Alunos Matriculados no Concelho de Ovar, por nível de ensino e natureza dos estabelecimentos, nos anos letivos de 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018**

Nível Ensino		Alunos matriculados por tipo de ensino e ano letivo					
		Ensino Público			Ensino Privado		
		2017/2018	2016/2017	2015/2016	2017/2018	2016/2017	2015/2016
Pré-Escolar		659	653	751	591	598	596
1.º Ciclo Ensino Básico	1.º ano	412	475	437	14	13	12
	2.º ano	523	475	496	15	14	7
	3.º ano	444	463	449	14	11	11
	4.º ano	467	435	494	14	12	13
<b>Sub-Total</b>		<b>1 846</b>	<b>1 848</b>	<b>1 876</b>	<b>57</b>	<b>50</b>	<b>43</b>
2.º Ciclo Ensino Básico	5.º ano	453	512	518	0	0	0
	6.º ano	513	505	543	0	0	0
<b>Sub-Total</b>		<b>966</b>	<b>1 017</b>	<b>1 061</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
3.º Ciclo Ensino Básico	7.º ano	545	561	609	0	0	0
	8.º ano	504	561	542	0	0	0
	9.º ano	542	511	519	0	0	0
Cursos Vocacionais	8.º ano	0	0	48	34	44	0
	9.º ano	0	45	44	10	0	47
CEF	8.º ano	19	17	0	0	0	0
	9.º ano	14	0	0	0	0	0
<b>Sub-Total</b>		<b>1 624</b>	<b>1 695</b>	<b>1 762</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>47</b>
Ensino Secundário	10.º ano	321	294	325	0	0	0
	11.º ano	268	295	301	0	0	0
	12.º ano	275	289	273	0	0	0
Cursos Profissionais	10.º ano	116	125	120	41	53	0
	11.º ano	112	120	71	36	37	0
	12.º ano	116	95	63	30	30	106
Cursos Vocacionais	12.º ano	0	0	0	0	40	81
<b>Sub-Total</b>		<b>1 208</b>	<b>1 218</b>	<b>1 153</b>	<b>107</b>	<b>160</b>	<b>187</b>
<b>Total</b>		<b>6 303</b>	<b>6 431</b>	<b>6 603</b>	<b>799</b>	<b>852</b>	<b>873</b>

Fonte: Divisão de Educação da Câmara Municipal de Ovar - 2018

Nota: Faltam os dados do Externato Luís de Camões



## 2.1. Ação Social Escolar

Tal como na maioria dos municípios portugueses, o Município de Ovar, com o objetivo de concorrer para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino de todos os alunos, disponibiliza um conjunto de auxílios económicos aos alunos, economicamente, mais desfavorecidos e que passa pela oferta dos livros de fichas a todos os alunos do 1.º CEB, a comparticipação na alimentação, material escolar e transporte escolar.

No que concerne à Ação Social Escolar, no ano letivo de 2017/2018, foi concedido apoio a 737 alunos do 1.º CEB, para material escolar, correspondendo a menos 63 alunos que no ano letivo de 2016/2017. Em livros foram apoiados 1.336 alunos do 1.º CEB (mais 14 que no ano letivo 2016/2017). Desta forma, foram apoiados cerca de 70% do total de alunos matriculados no 1.º CEB, entre apoio para livros e material escolar.

No período em referência foram, ainda, concedidos apoios para livros a 1.244 do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico (47% do total de alunos matriculados) e a 294 do Ensino Secundário (22% do total de alunos matriculados). Em material escolar foram apoiados 1.018 alunos do 2.º e 3.º Ciclos e 259 do Secundário, correspondendo a 39% do total de alunos matriculados no 2.º e 3.º CEB e a 21% do total de alunos matriculados no Secundário.

Grau de Escolaridade		N.º de alunos com ação social escolar segundo o tipo de apoio			
		Livros		Material escolar	
		2017/2018	2016/2017	2017/2018	2016/2017
Pré-escolar		0	0	0	0
1.º Ciclo do Ensino Básico	1.º ano	272	337	168	198
	2.º ano	401	340	230	217
	3.º ano	325	326	162	189
	4.º ano	338	319	177	196
2.º Ciclo do Ensino Básico	5.º ano	231	221	195	224
	6.º ano	261	205	205	222
3.º Ciclo do Ensino Básico	7.º ano	270	247	217	257
	8.º ano	247	231	202	242
	9.º ano	235	211	199	220
Secundário	10.º ano	120	93	98	126
	11.º ano	81	83	88	96
	12.º ano	93	70	73	89

Fonte: Agrupamentos de Escolas concelhios - 2018

## 2.2. Insucesso, Absentismo e Abandono Escolares

Os Agrupamentos de Escolas têm que adotar medidas de promoção do sucesso escolar, estabelecendo a definição, sempre que necessário, de planos de atividades de acompanhamento pedagógico orientados para a turma ou individualizados, com medidas adequadas à resolução das dificuldades dos alunos, que se podem concretizar designadamente através de:

- Medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento mais eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas;
- Apoio ao Estudo, no 1.º ciclo, tendo por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática;
- Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes, tendo em atenção os recursos da escola e a pertinência das situações;
- Coadjuvação em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino;
- Adoção, em condições excecionais devidamente justificadas pela escola e aprovadas pelos serviços competentes da administração educativa, de percursos específicos, designadamente percursos curriculares alternativos e programas integrados de educação e formação, adaptados ao perfil e especificidades dos alunos;



- Encaminhamento para um percurso vocacional de ensino após redefinição do seu percurso escolar, resultante do parecer de psicólogos escolares e com o empenhamento e a concordância do encarregado de educação;
- Acompanhamento extraordinário dos alunos nos 1.º e 2.º ciclos, conforme estabelecido no calendário escolar;
- Acompanhamento a alunos que progridam ao 2.º ou ao 3.º ciclos com classificação final inferior a 3 a Português ou a Matemática no ano escolar anterior.

Aos alunos que revelem em qualquer momento do seu percurso dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina é aplicado um plano de acompanhamento pedagógico, elaborado pelo professor titular de turma, no 1.º ciclo, ou pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, contendo estratégias de recuperação que contribuam para colmatar as insuficiências detetadas.

O plano de acompanhamento pedagógico de turma ou individual é traçado, realizado e avaliado, sempre que necessário, em articulação com outros técnicos de educação e em contacto regular com os encarregados de educação.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, compete também aos Agrupamentos de Escolas:

- conceber, propor e gerir medidas específicas de diversificação da oferta curricular;
- Promover, através dos serviços de psicologia e orientação, ações de orientação escolar e profissional e de apoio ao desenvolvimento psicológico individual dos alunos;
- Desenvolver, através da ação social escolar, medidas destinadas a compensar os alunos economicamente mais vulneráveis, mediante critérios objetivos e de discriminação positiva, previstos na lei;
- Desenvolver ações de apoio ao crescimento e ao desenvolvimento pessoal e social dos alunos, visando igualmente a promoção da saúde e a prevenção de comportamentos de risco.

Nos últimos anos letivos o concelho de Ovar tem registado, de forma geral, uma descida das taxas de retenção, que, no entanto, são superiores às nacionais e da Região de Aveiro, ao nível do 1.º e 3.º Ciclo, registando-se o oposto no 2.º Ciclo.

Tendo por base o ano letivo de 2016/2017 (Quadro 195), o município apresentava as seguintes taxas de retenção:

- ao nível do 1.º ciclo, a taxa é superior à nacional e da Região de Aveiro (3.6% versus 3.0% e 2.4%, respetivamente);
- relativamente ao 2.º ciclo, a taxa é inferior à nacional (4.2% versus 5.8%) e superior à da Região de Aveiro (3.9%);
- no que respeita ao 3.º ciclo, a taxa é superior à nacional e da Região de Aveiro (8.8% versus 8.5% e 7.5%, respetivamente).

Grau de Escolaridade	Ano Letivo	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
1.º Ciclo	2016/2017	3.0%	2.7%	2.4%	3.6%
	2015/2016	3.7%	3.5%	3.4%	4.1%
	2014/2015	4.1%	3.8%	4.0%	4.4%
	2013/2014	5.0%	4.4%	4.7%	5.5%
2.º Ciclo	2016/2017	5.8%	4.7%	3.9%	4.2%
	2015/2016	6.7%	5.5%	4.6%	4.8%
	2014/2015	8.6%	7.2%	6.6%	8.3%
	2013/2014	11.4%	9.9%	9.2%	8.4%
3.º Ciclo	2016/2017	8.5%	7.4%	7.5%	8.8%
	2015/2016	10.0%	8.2%	7.4%	10.1%
	2014/2015	12.3%	10.7%	10.6%	11.8%
	2013/2014	15.1%	13.2%	13.0%	11.3%

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



Relativamente à taxa de transição/conclusão no ensino secundário, verifica-se;

- Uma diminuição, no concelho de Ovar, de cerca de três pontos percentuais entre o ano letivo de 2016/2017 e o ano letivo de 2015/2016, por oposição ao País, que registou uma subida, ainda que ligira;
- Os cursos tecnológicos/profissionais têm uma maior taxa de transição/conclusão que os Cursos Gerais/Científico-humanísticos.

**Quadro 186 - Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário, entre os anos letivos de 2013/2014 e 2016/2017**

Grau de Escolaridade		Ano Letivo	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Ensino Secundário	Geral	2016/2017	84.9%	86.5%	84.7%	84.6%
		2015/2016	84.3%	86.0%	86.9%	85.1%
		2014/2015	83.4%	84.7%	85.6%	83.3%
		2013/2014	81.5%	82.6%	83.1%	79.3%
	Cursos Gerais/ Científico Humanísticos	2016/2017	82.5%	84.1%	84.7%	82.0%
		2015/2016	82.0%	83.8%	84.3%	84.1%
		2014/2015	81.6%	83.3%	83.5%	83.9%
		2013/2014	78.9%	80.3%	79.5%	77.3%
	Cursos Tecnológicos/ Profissionais	2016/2017	89.1%	90.3%	89.6%	89.7%
		2015/2016	88.4%	89.4%	90.6%	87.5%
		2014/2015	86.5%	86.7%	88.6%	82.1%
		2013/2014	85.8%	86.2%	87.7%	84.1%

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Anuários Estatísticos

Portugal tem vindo a reduzir a taxa de abandono escolar, tendo atingido, em 2017, 12.6% (menos 1.6 pontos percentuais do que em 2016). À semelhança dos anos anteriores, as mulheres apresentavam uma taxa mais baixa de abandono (9.7%) do que os homens (15.3%).

Segundo o relatório do Eurostat, referente a 2017, Portugal destaca-se ao conseguir um decréscimo tão acentuado no número de jovens entre os 18 e os 24 anos que não concluíram o ensino secundário. Os dados indicam que, entre 2005 e 2017, o país conseguiu reduzir essa taxa de 38,8% para 12,6%.

A formação inicial de jovens, de que são exemplo os cursos de educação-formação, os cursos profissionais e os cursos de aprendizagem, contribuiu intensamente para este objetivo, refletido também na elevada afetação de recursos públicos (nacionais e do Fundo Social Europeu) às políticas de qualificação de jovens.

A evolução muito positiva da taxa de abandono escolar precoce dos sistemas de educação e formação nos últimos anos surge fortemente associada à expansão da oferta das vias profissionalizantes e à implementação dos TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, de projetos como o Escolhas (ACM), dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS e outros na área da inclusão de crianças e jovens. Só entre 2007 e 2012 a taxa decresceu 16,1 pontos percentuais, quase o quádruplo do decréscimo verificado entre 2000 e 2006 (redução de 4,5 pontos percentuais).

Atendendo aos progressos registados nos últimos anos, Portugal está no caminho certo para conseguir atingir a meta nacional de 10% de taxa de abandono do secundário pretendida para 2020.

A União Europeia acordou com os Estados Membros a **Estratégia Europa 2020**, traduzida em cinco objetivos ambiciosos em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia, que deverão ser alcançados até 2020 para reforçar a competitividade e coesão. Cada Estado Membro tem metas específicas acordadas de acordo com a sua realidade. Ao nível do abandono escolar precoce, a meta fixada para Portugal situa-se nos 10%.

Segundo dados dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Ovar (Quadro 198), constata-se um número bastante reduzido de alunos que abandonaram o ensino, o que contraria a taxa alta registada pelo INE, tanto para o País como para a Região Centro.



Período de Referência	2017	2016	2015	2014
País	12.6	14.0	16.4	17.4
Região Centro	10.5	12.5	12.5	14.0

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatísticas – Anuários Estatísticos

Grau de Escolaridade		N.º de alunos	
		2016/2017	2015/2016
1.º Ciclo do Ensino Básico	1.º ano	0	0
	2.º ano	1	0
	3.º ano	1	0
	4.º ano	0	0
2.º Ciclo do Ensino Básico	5.º ano	0	0
	6.º ano	0	0
3.º Ciclo do Ensino Básico	7.º ano	1	0
	8.º ano	4	0
	9.º ano	1	4
Secundário	10.º ano	10	13
	11.º ano	7	6
	12.º ano	5	4

Fonte: Agrupamentos de Escolas concelhios - 2018

### **2.3. Atividades de Enriquecimento Curricular e Atividades Extracurriculares**

No desenvolvimento do seu projeto educativo e no âmbito do 1.º ciclo, as escolas têm proporcionado aos alunos atividades de enriquecimento do currículo de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural incidindo na aprendizagem da língua inglesa ou de outras línguas estrangeiras e nos domínios desportivo, artístico, científico, técnico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio e de educação para a cidadania. Estas atividades têm uma duração semanal de entre 5 a 7,5 horas.

No caso das escolas ou Agrupamentos de Escolas serem as entidades promotoras das Atividades de Enriquecimento Curricular, a definição da oferta deve ser adaptada ao seu contexto, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre os interesses dos alunos e a formação e perfil do seu corpo docente disponível para as assegurar.

A oferta da componente semanal das Atividades de Enriquecimento Curricular só pode ser superior a 5 horas quando a carga horária semanal do currículo for inferior a 25 horas, sendo o somatório de ambas igual a 30 horas semanais. Quando estas atividades forem oferecidas por entidades exteriores à UO, o que carece sempre de contratualização, é necessária a confirmação explícita do MEC para que a sua duração exceda as 5 horas.

Devendo constituir-se como um espaço aberto, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, a escola deve assegurar a interação com o meio local – Município, comunidade, família e demais atores sócio-económicos. Neste sentido, foram instituídas as atividades de enriquecimento curricular que se inserem nas atividades de ocupação dos tempos livres e no desporto escolar.

Estas atividades assumem modalidades diferentes consoante o nível de Ensino. Assim, no 1º Ciclo desenvolvem-se em horário curricular, enquanto que no 2º Ciclo, 3º Ciclo e Ensino Secundário desenvolvem-se, para além do semanário-horário dos alunos, atividades extracurriculares.

Lançado no ano letivo de 2005/2006, o programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) tem como objetivos, para o 1.º ciclo: proporcionar novas oportunidades de aprendizagem aos alunos e adaptar os horários das escolas às necessidades das famílias.

As AEC significam um passo decisivo para preparar a escola básica para os desafios da competitividade e da qualidade educativa. Este programa é desenvolvido em conjunto com as autarquias, associações de pais, IPSS e agrupamentos de escolas.



No ano letivo de 2017/2018, as atividades de enriquecimento curricular no concelho de Ovar, abrangiam a totalidade dos estabelecimentos de ensino do 1.º CEB, sendo as mais frequentadas “Atividade Física” e “Música”, com 789 e 646 alunos, respetivamente. As menos frequentadas foram “Clube da Informática”, “Atividade lúdico-expressiva e musical”, “Xadrez” e “Aprender a Estudar”, com 57 alunos cada.

<b>Atividades</b>	<b>Total de Alunos</b>
Atividade Física	789
Música	646
Inglês	170
Informática Divertida	236
Expressão Plástica	426
Expressão Dramática	327
Apoio ao Estudo	293
Música e Movimento	103
Educação Artística e Educação Física	61
Matemática Divertida	61
OC – Programar para Aprender	61
Clube da Informática	57
Atividade lúdico-expressiva e musical	57
Xadrez	57
Aprender a estudar	57

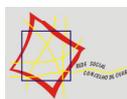
Fonte: Agrupamentos de Escolas concelhios - 2018

No que respeita ao 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, no ano letivo de 2017/2018, todos os estabelecimentos de ensino do concelho desenvolviam atividades extra-curriculares, com maior ou menor expressão consoante os estabelecimentos, sendo as mais participadas o Eco-Escolas e o Desporto Escolar (Quadro 200).

No ensino secundário, as atividades com o maior número de participantes eram o Desporto Escolar (429) e o Clube das Ciências (346).

<b>Atividades nos estabelecimentos de ensino do 2.º e 3.º CEB</b>	<b>Total de Alunos</b>	<b>Atividades nos estabelecimentos de ensino do Secundário</b>	<b>Total de Alunos</b>
Desporto Escolar	435	Desporto Escolar	429
Eco-Escolas	475	Clube Europeu	122
Rádio Escolar	18	Clube das Ciências	346
Música	100	Artes	20
Eco-clube	40	Eco-clube	7
Rádio Escolar	14	Clube de Voluntariado	30
Clube da Matemática	40	Clube da Matemática	25
Clube Europeu	26	Clube de Robótica e Programação	15
Clube de Robótica e Programação	21		

Fonte: Agrupamentos de Escolas concelhios - 2018



## 2.4. Recursos Humanos

No que concerne ao pessoal docente, verifica-se, no geral, o seu aumento nos últimos anos, com exceção do número de educadores de infância, que registou uma diminuição no País, em 2016, de cerca de 0.5% por relação ao ano anterior. Por seu lado, no concelho de Ovar verifica-se uma diminuição no número de educadores de infância e de professores do 2.º ciclo.

O pessoal docente ao serviço dos estabelecimentos de ensino do concelho, em 2016, correspondia a 10% do número de alunos matriculados nos mesmos.

Período de Referência		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Educação pré-escolar	2016	16 002	3 386	523	72
	2015	16 079	3 439	527	74
	2014	16 143	3 483	539	77
1.º ciclo do ensino básico	2016	28 806	5 758	872	130
	2015	28 095	5 713	883	125
	2014	28 214	5 842	920	136
2.º ciclo do ensino básico	2016	23 757	4 776	740	117
	2015	23 747	4 902	765	121
	2014	24 384	5 094	795	130
3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário	2016	74 348	15 211	2 413	332
	2015	73 353	15 215	2 389	330
	2014	72 509	15 311	2 449	334
<b>Total</b>	<b>2016</b>	<b>142 923</b>	<b>20 131</b>	<b>4 548</b>	<b>638</b>
	<b>2015</b>	<b>141 274</b>	<b>29 269</b>	<b>4 564</b>	<b>646</b>
	<b>2014</b>	<b>141 250</b>	<b>29 730</b>	<b>4 703</b>	<b>668</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatísticas – Anuários Estatísticos

## 2.5. Relação Escola/ Família

A escola, especialmente ao longo do Ensino Básico e Secundário, deixou de visar apenas a transmissão de conhecimentos para privilegiar o desenvolvimento de capacidades e aptidões dos alunos, atitudes de autonomia pessoal e de solidariedade. Mas, para que essa finalidade se cumpra, é necessário aproximar a escola do meio familiar e social em que a criança e o adolescente vivem, já que aos pais e encarregados de educação cabe um papel decisivo nesse desenvolvimento.

Os pais e encarregados de educação, bem como os alunos, têm o direito de participar na vida dos Agrupamentos de Escolas, de acordo com o artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Este direito, para os pais e encarregados de educação, processa-se de acordo com o previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de setembro, e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que a republicou e numerou – e no Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de março, e pela Lei n.º 29/2006, de 4 de junho. No que diz respeito aos alunos, a sua participação processa-se de acordo a LBSE, nomeadamente pelos delegados de turma, pelo conselho de delegados de turma e das assembleias de alunos, definido de acordo com o Regulamento Interno. Formalmente, os pais e encarregados de educação, bem como os alunos, desde que maiores de 16 anos de idade, têm assento no conselho geral.

A relação das Famílias com a Escola pode ser articulada através das Associações de Pais e Encarregados de Educação. As principais atividades desenvolvidas pelas Associações de Pais e Encarregados de Educação são: participação nas Assembleias de Escola/Conselho Geral Transitório/Conselho Geral; participação no Conselho Pedagógico; representação dos Pais/Encarregados de Educação nas reuniões de Conselhos de Turma; apoio em algumas atividades definidas no Plano Anual de Atividades das Escolas, como por exemplo, ações de sensibilização, ações de informação/formação, colóquios/palestras, convívios.

Os pais e encarregados de educação podem e devem ter uma relação privilegiada com a escola desde o primeiro momento como forma de transmitir ao aluno que se trata de um local em que os pais confiam e participam deixando uma marca da sua presença, mesmo quando lá não estão fisicamente.



### 3. Educação Especial

O Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e respetivas alterações, define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

A referenciação de uma criança/aluno para beneficiar do disposto no Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, e respetivas alterações, pode ser feita por qualquer interveniente no processo educativo da criança/aluno e determina a sua avaliação por uma equipa especializada que termina com a elaboração do relatório técnico-pedagógico, no prazo de 60 dias. Caso a criança/aluno seja considerado/a elegível para as medidas educativas do supra referido Decreto, o relatório técnico-pedagógico servirá de base à elaboração do Programa Educativo Individual (PEI).

O PEI, documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação, é um instrumento dinâmico, pelo que pode e deve ser alvo de permanente revisão/atualização, em função da evolução que o/a criança/aluno/a vai demonstrando, sendo as medidas, nele previstas, devidamente ajustadas ao processo de ensino-aprendizagem. A implementação do PEI exige a colaboração de todos os intervenientes no processo educativo e carece de autorização expressa do encarregado de educação.

O número 2 do artigo 16.º do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, na sua redação atual, prevê as medidas educativas seguintes:

- Apoio pedagógico personalizado;
- Adequações curriculares individuais;
- Adequações no processo de matrícula;
- Adequações no processo de avaliação;
- Currículo específico individual;
- Tecnologias de apoio.

Os alunos que não são elegíveis para beneficiar das medidas previstas no Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, e respetivas alterações, mas que apresentam dificuldades de aprendizagem, poderão ser alvo de outras respostas educativas, designadamente Ensino Vocacional, Percursos Curriculares Alternativos (PCA), Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), CEF, entre outras, competindo aos Agrupamentos de Escolas a implementação das mesmas.

#### Cursos de Ensino Vocacional

Os cursos de ensino vocacional têm como público-alvo os alunos a partir dos 13 anos de idade que manifestem constrangimentos com os estudos do ensino regular e procurem uma alternativa a este tipo de ensino, designadamente aqueles que tiveram duas retenções no mesmo ciclo ou três em ciclos diferentes.

Estes cursos privilegiam tanto a aquisição de conhecimentos em disciplinas estruturantes - Português, Matemática e Inglês - como o primeiro contacto com diferentes atividades vocacionais, e permitem o prosseguimento de estudos no ensino secundário. Vieram substituir os Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF's), existentes até ao ano letivo 2013/2014.

#### Percursos Curriculares Alternativos

O Ministério da Educação, através da publicação de normativos legais, no que diz respeito ao currículo e avaliação, tem vindo a intensificar estratégias com o objetivo de potenciar a diversificação e a adaptação da matriz curricular à diversidade de públicos que frequentam a escola básica. Assim, importa que os Agrupamentos de Escolas promovam ofertas formativas adequadas e dirigidas a alunos que, encontrando-se dentro da escolaridade obrigatória, apresentem insucesso escolar repetido ou risco de abandono escolar.

Na Secção VI – Medidas de promoção do sucesso escolar e situações especiais de avaliação, dos artigos 20.º a 24.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro, encontram-se plasmadas medidas de promoção do sucesso escolar a desenvolver pelos Agrupamentos de Escolas, no âmbito da sua autonomia, tendo em vista a resolução das dificuldades identificadas nos alunos. Na alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º, os PCA são considerados medidas de promoção do sucesso escolar a adotar em condições excecionais devidamente justificadas pelo Agrupamento de Escolas, adaptados ao perfil e especificidades dos alunos e aprovadas pelos serviços competentes da



administração educativa. De acordo com o artigo 24.º, os PCA são ainda considerados medidas de reorientação do percurso escolar sempre que se verifiquem retenções e sempre que sejam considerados como medida mais adequada ao seu percurso escolar. Nos n.º 14 e n.º 15 do artigo 10.º deste Despacho, os alunos de PCA são dispensados das provas de final de ciclo, exceto se pretendam prosseguir estudos no ensino regular ou nos cursos científico-humanísticos do nível secundário.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 176/2012, de 12 de agosto, que regulamenta o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares, é elencado, no seu artigo 4.º, um conjunto de medidas a aplicar obrigatoriamente aos alunos sempre que forem detetadas dificuldades na aprendizagem, por forma a prevenir o insucesso e o abandono escolares, das quais se destacam:

- No 1.º ciclo do ensino básico, através do reforço das medidas de apoio ao estudo;
- Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes;
- Adoção, em condições excecionais devidamente justificadas pela escola, de percursos diferentes, designadamente, percursos curriculares alternativos.

Os PCA são uma medida de carácter temporário e excepcional depois de esgotada a possibilidade de encontrar outro tipo de respostas, incluindo os cursos vocacionais, a aplicar aos alunos, quando estes não demonstrem progressos nos resultados escolares, mesmo após a adoção de outras medidas de promoção do sucesso escolar, conforme o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro.

Estas turmas destinam-se a grupos específicos de alunos até aos 18 anos de idade, inclusive, que se encontrem nas seguintes condições:

- Alunos com pelo menos 2 retenções por ciclo;
- Alunos com idade mínima de 13 anos no 2.º ciclo do ensino básico ou de 15 anos no 3.º ciclo do ensino básico;
- Alunos em risco de abandono escolar devidamente comprovado pelo Conselho de Turma e confirmado pelo Conselho Pedagógico;
- Existência de problemas de integração na comunidade escolar;
- Ameaça de risco de marginalização e de exclusão social.

É permitida a constituição de turmas com percursos curriculares alternativos nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, tendo como número mínimo 15 alunos e o máximo 20 alunos por turma.

Para efeito de prosseguimento de estudos no ensino regular no ciclo subsequente ao que frequentam, os alunos terão que realizar obrigatoriamente as provas finais de 2.º e/ou 3.º ciclo do ensino básico, nos termos regulamentados no n.º 15 do artigo 10.º do Despacho-Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro.

Os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente não integram turmas de PCA, salvo casos excecionais devidamente autorizados, uma vez que dispõem de outras medidas e apoios especializados adaptados às suas necessidades educativas, nomeadamente, o Programa Educativo Individual, o Plano Individual de Transição (PIT), bem como outras medidas educativas de adequação do processo de ensino-aprendizagem definidas no Capítulo 4.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e respetivas alterações.

No concelho de Ovar, não existem turmas com Percursos Curriculares Alternativos desde o ano letivo 2012/2013, ano em funcionou uma turma de 7º ano (18 alunos) e uma de 8º ano (15 alunos), num total de duas turmas (33 alunos).

### Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)

O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) tem-se constituído como medida de combate ao abandono escolar precoce, numa lógica de promoção da inclusão e cidadania das crianças e jovens. Favorece o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional de jovens com 15 anos ou mais, com pelo menos três retenções e graves problemas de integração escolar. A criação e a validação de turmas são da responsabilidade de estruturas de coordenação regional onde o MEC é representado pela DGEstE.

### Currículo Específico Individual (CEI)

É a única medida do sistema educativo que compromete a obtenção de habilitação académica e/ou profissional, pelo que só deverá ser aplicada quando esgotadas as medidas menos restritivas do Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e respetivas alterações.



Sendo a escolaridade obrigatória de 12 anos, o CEI, quando aplicado, determinará o percurso escolar do aluno indubitavelmente, pode ser implementado ao longo do percurso educativo do aluno, incluindo o secundário.

Os alunos com um CEI, ainda que possam matricular-se em turmas de CEF ou de PCA, e mesmo que eventualmente possam frequentar algumas disciplinas comuns, não seguem o mesmo currículo que os seus pares, pelo que obterão, no final do percurso, um certificado de competências.

A Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de setembro, aplica-se aos alunos com necessidades educativas especiais que frequentaram o ensino básico com currículo específico individual e regula o ensino destes alunos. Inicia-se nos três anos antes do limite da escolaridade obrigatória e visa assegurar o processo de transição destes alunos para a vida pós-escolar, mediante a implementação do Plano Individual de Transição (PIT).

A matriz curricular em causa, que se pretende estruturante de modo a garantir que os currículos individuais integrem as áreas curriculares consideradas fundamentais é, simultaneamente, dotada da flexibilidade necessária a uma abordagem individualizada capaz de respeitar e responder às especificidades de cada aluno.

A aplicação da matriz curricular assenta em dois princípios fundamentais:

- flexibilidade na definição dos conteúdos curriculares no âmbito da construção de cada CEI, bem como na gestão da carga horária de cada disciplina;
- funcionalidade na abordagem dos conteúdos curriculares atendendo aos contextos de vida do aluno.

O alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, determinado pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, é também aplicável, sem exceção, aos alunos abrangidos pelo Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, e respetivas alterações.

Nenhum estabelecimento de ensino pode rejeitar a matrícula ou inscrição de uma criança ou jovem com base na sua incapacidade ou nas suas necessidades educativas especiais. O incumprimento desta obrigatoriedade, que configura situação de discriminação, dá lugar a procedimento disciplinar, no caso dos Agrupamentos de Escolas da rede pública, ou à retirada do paralelismo pedagógico e à cessação do cofinanciamento, caso se trate de escolas de ensino particular e cooperativo.

Nesta perspetiva, há, também, a considerar a atuação da **Equipa de Intervenção Precoce de Ovar** (para crianças dos 0 aos 6 anos, privilegiando as dos 0 aos 3), cuja atuação, tal como é preconizada pelo Despacho Conjunto n.º 891/99 dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, vem exigir um maior envolvimento da família em todo o processo de intervenção, o estabelecimento de relações de confiança entre profissionais e famílias, a criação de novas dinâmicas de trabalho em equipa e a racionalização de recursos já existentes, no âmbito de uma coordenação eficaz aos diversos níveis de atuação. Este programa dirige-se exclusivamente à função habilitativa e/ou reabilitativa dos défices ao nível do desenvolvimento.

A natureza deste tipo de intervenção é absolutamente complementar da atuação das outras entidades com responsabilidades em matéria de infância e juventude e, conseqüentemente, em casos específicos de risco social. Ao nível do Concelho, existe a Equipa Concelhia, constituída por uma variedade de técnicos de diversos serviços/entidades e com competência para selecionar as situações para apoio em Intervenção Precoce, em função dos critérios de elegibilidade criados pelo Despacho.

Quadro 192 - Crianças acompanhadas pela Equipa de Intervenção Precoce de Ovar, entre 2014 e 2017				
Indicador	2017	2016	2015	2014
Crianças até aos 3 anos	8	18	12	11
Crianças com mais de > 3 anos	54	60	64	37
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>78</b>	<b>76</b>	<b>48</b>

Fonte: Centro de saúde de Ovar - 2018

Das 659 crianças inscritas no ensino público, no ano letivo de 2017/2018, na educação pré-escolar, foram sinalizadas 10 com necessidades educativas especiais (1.5%).

No que respeita ao 1.º CEB, no período em referência, dos 1.846 alunos matriculados, 88 apresentavam necessidades educativas especiais (4.8%).



No que concerne ao 2.º CEB, dos 966 alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino concelhios, 65 foram sinalizados como tendo necessidades educativas especiais (6.7%).

Dos 1.624 alunos a frequentar o 3.º ciclo, 110 foram sinalizados como tendo necessidades educativas especiais (6.8%).

Finalmente e relativamente ao Ensino Secundário, dos 1.208 alunos matriculados, 42 estavam registados como tendo necessidades educativas especiais (3.5%):

Do exposto se conclui, que o 2.º e 3.º CEB apresentavam, no ano letivo 2017/2018, a maior percentagem de alunos com necessidades educativas especiais (com 6.7% e 6.8%, respetivamente).

<b>Quadro 193 - Número de alunos com necessidades educativas especiais segundo o grau de escolaridade</b>			
<b>Grau de Escolaridade</b>		<b>N.º de alunos</b>	
		<b>2017/2018</b>	<b>2016/2017</b>
Pré-escolar		10	13
1.º Ciclo	1.º ano	16	12
	2.º ano	18	24
	3.º ano	27	23
	4.º ano	27	28
2.º Ciclo	5.º ano	28	37
	6.º ano	37	35
3.º Ciclo	7.º ano	31	43
	8.º ano	40	40
	9.º ano	39	22
Secundário	10.º ano	14	24
	11.º ano	17	10
	12.º ano	11	9
<b>Total</b>		<b>306</b>	<b>317</b>

Fonte: Agrupamentos de Escolas concelhios - 2018

Para o pré-escolar a unidade de referência que assegura a prestação de serviços de intervenção precoce na infância está sediada na Escola Básica da Ponte Nova.

Ao nível do 1.º ciclo, existem duas unidades de apoio especializado para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais: uma na Escola Básica da Vinha, em Esmoriz, que se destina ao apoio especializado a alunos com multideficiência e surdo-cegueira congénita e outra na Escola Básica de S. Donato, em S. João, para apoio à educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

Para os alunos do 2.º e 3.º ciclos com necessidades educativas especiais, a unidade de referência para apoio a crianças e jovens com multideficiência, está sediada na Escola Básica Florbela Espanca, em Esmoriz.

No entanto, é de salientar que, em 2018, saiu o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que revoga o Decreto-Lei n.º 3/2018, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio e a Portaria n.º 201-C/2015, de 10 de julho. Este decreto produz efeitos a partir do ano letivo 2018/2019.

Este decreto estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa (n.º 1 do Art.º 1.º).

Assumindo uma perspetiva claramente inclusiva, este decreto-lei, assim como os normativos relativos ao currículo do ensino básico e secundário e o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, constitui-se, simultaneamente, como impulsionador e como suporte à implementação de mudança a nível organizacional, bem como do próprio processo educativo.

O Decreto-Lei n.º 54/2018: (i) Abandona os sistemas de categorização de alunos, incluindo a “categoria” necessidades educativas especiais; (ii) abandona o modelo de legislação especial para alunos especiais; (iii) estabelece um continuum de respostas para todos os alunos; (iv) coloca o enfoque nas respostas educativas e não em categorias de alunos; (v) perspetiva a mobilização, de forma complementar, sempre que necessário e adequado, de recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social.



### 4. Ensino Profissional

#### 4.1. Formação de Jovens

A oferta de formação profissional, no concelho de Ovar, sem considerar as formações não sistemáticas que pontualmente são desenvolvidas por empresas de formação ou outras entidades, está centrada nos três Agrupamentos de Escolas públicas do concelho e na única escola profissional do concelho, a Escola Profissional de Cortegaça (Eprofor).

No ano letivo 2013/2014 iniciaram os Cursos Vocacionais, alternativos ao ensino básico regular, mas com menor ênfase profissionalizante e que não conferem qualquer certificação profissional, permitindo apenas um primeiro contacto com as áreas profissionais.

A oferta formativa das três escolas secundárias existentes no concelho e da escola profissional, comporta uma diversidade de cursos de diferentes áreas de formação, subsistindo, contudo, algumas sobreposições de ofertas em escolas próximas entre si, como é o caso dos cursos “audiovisuais e produção dos medias” e de “hotelaria e restauração”.

No ano letivo 2017/2018, a oferta formativa nos Agrupamentos de Escolas concelhios e na EprofCor foi a seguinte:

##### Cursos de Educação e Formação de Jovens:

- Operador/a de Logística;
- Empregado/a de Andares;
- Cabeleireiro de Senhora.

##### Cursos Profissionais:

- Técnico/a de Multimédia;
- Técnico/a de Apoio Psicossocial;
- Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva;
- Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural;
- Técnico/a Auxiliar de Saúde;
- Técnico/a de Informática – Sistemas;
- Técnico/a de Desporto;
- Hotelaria e Restauração.

Apesar da oferta existente, ela é insuficiente, em termos de áreas de formação, para os alunos que procuram alternativas ao ensino secundário regular, existindo, por isso, muitos que frequentam as duas escolas profissionais de Aveiro e a Escola Profissional de Espinho, que funcionam, assim, como pólos de atração para alunos que residem em Ovar.

#### 4.2. Formação de Adultos

O direito à formação inicial e contínua é um vetor importante da igualdade de oportunidades e da luta contra o desemprego e a exclusão social. Pode significar a melhor via para a manutenção do emprego ou para a progressão na carreira.

Apesar do investimento em formação apresentar custos iniciais elevados é, contudo, largamente compensatório a médio e a longo prazo, apresentando até taxas de retorno mais elevadas do que as oferecidas pelo investimento em capital físico e pela grande maioria dos ativos financeiros.

Neste sentido, a programação de ações ou cursos de formação profissional deverá ser guiada pelo critério essencial da empregabilidade (probabilidade de encontrar um primeiro ou um novo emprego), o que implica uma grande atenção aos dinamismos da economia e à necessidade de transformar a formação em qualificação relevante e utilizável, a chamada formação estratégica.

A Educação e Formação de Adultos (EFA) tem registado elevadas taxas de certificação de adultos em ofertas públicas de educação (e formação) de base inovadoras em termos de finalidades e em termos pedagógicos. Para tal, contribuiu a atividade da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos, da Direção-Geral de Formação Vocacional e, mais recentemente, da Agência Nacional para a Qualificação e da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional.



Fortemente apoiada pela União Europeia e pelas orientações relativas à aprendizagem ao longo da vida, a política pública de educação e formação de adultos adotada, na última década, aproximou-se de políticas de outros países europeus, amplamente centradas no aumento da empregabilidade, produtividade e flexibilidade dos adultos-ativos.

Apesar de mais reduzida, devido essencialmente à extinção da Iniciativa Novas Oportunidades, a oferta de oportunidades na área da Educação e Formação de Adultos opera-se através das seguintes modalidades:

- Cursos de Educação de Formação de Adultos;
- Formações Modulares Certificadas;
- Cursos de Português para Falantes de Outra Língua;
- Programa de Formação em Competências Básicas;
- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

### Cursos de Educação e Formação de Adultos

Os Cursos EFA são uma oferta de educação e formação destinada a adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos obedecem aos referenciais de competências e de formação associados às respetivas qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) e desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar. No caso dos adultos que já concluíram o ensino básico é ainda possível realizar apenas o percurso conducente à certificação profissional.

Têm acesso a estes cursos pessoas que tenham idade igual ou superior a 18 anos e que pretendam completar o 1.º, 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico, ou ainda que desejem obter uma qualificação de nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

Os Cursos EFA organizam-se numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, sendo os percursos de formação dos adultos definidos a partir de um diagnóstico inicial avaliativo, efetuado pela entidade formadora do curso, ou de um processo de reconhecimento e validação das competências (RVCC).

Estes percursos formativos podem ser desenvolvidos de forma articulada, integrando uma formação de base e uma formação tecnológica ou apenas uma destas, tendo por base os referenciais de formação que integram o CNQ.

Os Cursos EFA podem ser promovidos por entidades de natureza pública, particular ou cooperativa, designadamente estabelecimentos de ensino, centros de formação profissional, autarquias, empresas ou associações empresariais, sindicatos e associações de âmbito local, regional ou nacional. Podem também ser desenvolvidos pelas entidades promotoras ou por entidades formadoras integradas no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).

Os Cursos EFA de habilitação apenas escolar são desenvolvidos exclusivamente por estabelecimentos de ensino público ou privado ou cooperativo com paralelismo pedagógico e por centros de formação profissional de gestão direta ou protocolares sob coordenação do Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P. (IEFP, IP).

O desenvolvimento destes cursos está dependente de uma autorização de funcionamento. Assim, os estabelecimentos de ensino tutelados pelo MEC devem submeter as candidaturas à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE); os centros de formação profissional à Delegação Regional do IEFP, IP territorialmente competente e as restantes entidades formadoras podem submetê-las à DGEstE ou à Delegação Regional do IEFP, IP da região onde se ministra o curso.

### Formações Modulares Certificadas

As Formações Modulares Certificadas obedecem aos referenciais de competências e de formação associados às respetivas qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). São capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais qualificações constantes no CNQ, correspondentes ao nível 2 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada, caracterizados pela adaptação a diferentes modalidades de formação, públicos-alvo, metodologias, contextos formativos e formas de validação.

As Formações Modulares Certificadas destinam-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho.

A frequência de unidades de formação de curta duração inseridas em percursos de nível básico dirige-se, prioritariamente, a adultos com níveis de habilitação escolar inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico.

As formações modulares, integradas no âmbito da formação contínua de ativos, dão aos adultos a possibilidade de adquirir mais competências no sentido de obter mais habilitações escolares e qualificações profissionais, com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho.



As formações modulares podem ser promovidas por entidades de natureza pública, privada ou cooperativa, designadamente, estabelecimentos de ensino, centros de formação profissional, autarquias, empresas ou associações empresariais, sindicatos e associações de âmbito local, regional ou nacional, desde que integrem a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).

### Cursos de Português para Falantes de Outra Língua

Estes cursos destinam-se a adultos estrangeiros a residir em Portugal, independentemente da habilitação que lhes é reconhecida (níveis de ensino básico ou secundário). Pretendem responder às exigências dos regimes jurídicos para aquisição da nacionalidade portuguesa e para a concessão de autorização de residência permanente e estatuto de residente de longa duração, no que diz respeito ao requisito do conhecimento da língua portuguesa.

O Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) integrou um conjunto de 11 unidades de formação de curta duração (UFCD) para os diferentes níveis de proficiência linguística. As UFCD destinadas ao utilizador elementar compreendem os níveis A1 e A2, enquanto que as UFCD destinadas ao utilizador independente compreendem dois níveis de proficiência linguística: B1 e B2.

Estes cursos são promovidos pelos estabelecimentos de ensino da rede pública e pelos centros de formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP).

### Programa de Formação em Competências Básicas

O programa de Formação em Competências Básicas visa a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso das tecnologias de informação e comunicação e a sua posterior integração em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) de nível básico, de nível B1 ou B1+B2 ou em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de nível básico.

Este Programa destina-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham frequentado o 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente ou que, tendo frequentado, não demonstrem possuir as competências básicas de leitura, escrita e cálculo.

As ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Formação em Competências Básicas são promovidas por estabelecimentos de ensino da rede pública, tutelados pelo MEC, e por centros de formação profissional do IEFP, IP de gestão participada.

### Reconhecimento Validação e Certificação de Competências

O processo RVCC é uma das modalidades do SNQ que será desenvolvida nos Centros Qualifica. Este processo consiste na valorização, reconhecimento e validação das competências adquiridas ao longo da vida em contextos formais, não formais e informais, através do desenvolvimento de atividades específicas e da aplicação de um conjunto de instrumentos de avaliação com vista à construção de um portefólio, instrumento onde se explicitam e organizam as evidências e/ou provas das competências detidas pelos adultos face a um determinado referencial.

O encaminhamento para processos RVCC, de adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos, inclusive, depende de estes possuírem pelo menos três anos de experiência profissional.

Os processos RVCC têm uma duração variável em função das competências evidenciadas pelos candidatos e do nível de qualificação proposto. Podem iniciar-se em qualquer altura do ano e não se regem pelo calendário escolar. O horário é ajustável e flexível, sendo acordado entre o adulto e o Centro Qualifica de forma a facilitar o acesso ao mesmo por parte de adultos empregados.

O processo RVCC desenvolve-se em três etapas: reconhecimento, validação e certificação de competências, podendo o adulto efetuar um RVCC escolar, ou um RVCC profissional, ou ainda a dupla certificação.

Este processo baseia-se em referenciais integrados no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) - Referencial de Competências-Chave de nível básico e Referenciais de Competências Profissionais, sendo que o RVCC escolar está organizado por áreas de competências-chave e o RVCC profissional por unidades de competência.

O acesso ao processo de **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)** é efetuado a partir da inscrição num **Centro Qualifica**. A inscrição dos adultos é seguida de várias etapas de intervenção, nomeadamente, o diagnóstico que consiste na análise do perfil de expectativas e necessidades, atividades de informação e orientação e o encaminhamento para um processo de RVCC ou para uma das ofertas formativas de acordo com o perfil traçado e as necessidades de qualificação dos adultos.



A mão-de-obra que detém um elevado grau educacional e que se encontra em aprendizagem permanente, aumenta não só a produtividade como também a capacidade de se desenvolver e de se adaptar a novos desafios, utilizando novos processos produtivos, nomeadamente os que derivam da introdução de inovações ao nível da tecnologia de informação e comunicação. Para além disso, a aprendizagem ao longo da vida permite uma maior motivação e inserção da força de trabalho, evitando a exclusão social e potenciando o aumento da produtividade.

Atualmente, no concelho de Ovar, a oferta de oportunidades de educação e formação de adultos, é disponibilizada, essencialmente, por entidades como: Centro de Formação Profissional de Aveiro, Escola Profissional de Cortegaça, empresas de formação com sede no concelho de Ovar e outras extra-concelhias e IPSS em parceria com empresas de formação.

<b>Quadro 194 - Formação de Adultos desenvolvida no concelho de Ovar, entre 2016 e 2018</b>			
<b>Modalidade de Formação</b>	<b>N.º de Formandos</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Formação Modular Certificada	537	417	522
Educação e Formação de Adultos – EFA B2	0	0	0
Educação e Formação de Adultos – EFA B3	0	20	0
Educação e Formação de Adultos – EFA NS (Secundário)	0	40	60
Formação para a Inclusão	71	0	26

Fonte: IIEFP/Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro e A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista - 2018

## **5. Universidade Sénior**

As Universidades Séniores, as Academias, os Clubes Universitários, os Institutos e as Associações para as pessoas mais idosas surgem da necessidade de se incrementar uma formação “contínua”, “acessível”, democratizada, continuada no tempo para todos. Dirigem-se às idades mais avançadas, integrando saberes e experiências vividas e criando pontes intergeracionais, não exigindo pré-requisitos para a seleção de conteúdos curriculares nem recursos económicos elevados.

Surgem com o objetivo de preencher alguma solidão numa dinâmica baseada numa interação cultural, desportiva e recreativa, com atividades diversificadas num ambiente de bem-estar.

No que se refere ao Instituto Sénior da Misericórdia de Ovar, verifica-se o aumento do número de alunos ao longo dos anos (Quadro 205), com maior expressividade no último ano letivo (2017/2018). As disciplinas ministradas são multifacetadas, embora as Línguas, a Informática e o Grupo Coral sejam as mais frequentadas.

Também entrou em funcionamento, a 24 de Abril de 2013, a Universidade Sénior de Esmoriz, criada pela Junta de Freguesia local. Começou as suas atividades com 11 alunos, mas durante o ano letivo 2013/2014 envolveu 52 alunos e 10 professores voluntários. No ano letivo 2017/2018 inscreveram-se 83 alunos. Este projeto permite corresponder às necessidades e expectativas dos seniores, aumentar as suas competências, tornando-os mais ativos e incluídos na sociedade. As disciplinas que estão a ser lecionadas são: informática; ginástica; inglês; português; saúde e bem estar; expressão plástica; grupo musical; iniciação ao cavaquinho e à guitarra; filosofia; história de Portugal e suas Estórias, Portugal na Europa e no Mundo; problemas económicos; políticos e sociais e Saúde e Bem-Estar.

<b>Quadro 195 – Número de Alunos inscritos nas Universidades Séniores do concelho</b>			
<b>Entidade</b>	<b>2017/2018</b>	<b>2016/2017</b>	<b>2015/2016</b>
Instituto Sénior da Misericórdia de Ovar	<b>257</b>	<b>248</b>	<b>225</b>
Santa Casa da Misericórdia de Ovar	<b>83</b>	<b>76</b>	<b>74</b>
<b>Total</b>	<b>340</b>	<b>324</b>	<b>299</b>

Fonte: Universidades Séniores do concelho - 2018



## 6. Investigação e Desenvolvimento (I&D)

Portugal tem apresentado uma reduzida aplicação de fundos na área da investigação e desenvolvimento. Nos últimos anos, a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação, com o objetivo de aumentar a participação empresarial no esforço global de I&D tem sido uma constante, verificando-se um apoio a um número crescente de projetos de investigação em consórcio entre empresas e instituições científicas.

Paralelamente, foi lançado um programa específico de apoio ao emprego científico nas empresas e criado um sistema coerente e internacionalmente competitivo de incentivos fiscais à atividade de I&D nas empresas, sendo ainda estimulada a participação empresarial em programas internacionais de investigação e inovação tecnológica, como o Eureka, Iberoeka e outros.

A internacionalização da comunidade científica portuguesa é um vetor essencial do progresso de Portugal em matéria científica. Este facto, leva a que muitos jovens portugueses se tenham especializado em centros científicos de outros países, passando anos em formação no estrangeiro, antes ou depois do doutoramento.

Muitos dos projetos de investigação são desenvolvidos em parceria com instituições nacionais e estrangeiras, verificando-se que, atualmente, há já um número significativo de cientistas estrangeiros que vêm trabalhar para Portugal, em centros de investigação de qualidade internacional.

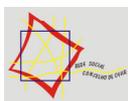
A evolução da situação portuguesa nesta matéria tem vindo a melhorar, embora lentamente, devido essencialmente à baixa escolarização da população adulta e à tradicional baixa oferta de oportunidades de socialização à ciência, especialmente fora do sistema de ensino (museus e centros de ciência, divulgação científica nos media, etc.) mas também no próprio sistema de ensino (experimentação reduzida na educação científica de base).

A criação do Programa Ciência Viva em Portugal visa colmatar estes condicionalismos e tem vindo a ser seguido, diversificado e emulado em muitos outros países europeus. Através deste Programa pretende-se desenvolver uma ação de promoção da cultura científica e tecnológica, em especial através da melhoria da educação científica experimental nas escolas do ensino básico e secundário e do estímulo à iniciativa nesta área, da articulação entre o sistema científico e o sistema de ensino, e do desenvolvimento de ações de sensibilização, divulgação e de educação científica não-formal.

Com este programa pretende-se a colaboração organizada entre escolas e institutos de investigação, a sensibilização do grande público à ciência, o estímulo à participação da população nas práticas e nos debates da ciência, assim como a criação de centros de divulgação científica interativos, centros de ciência ou Centros de Ciência Viva em vários pontos do País. São já exemplos destes centros, o Pavilhão do Conhecimento em Lisboa, o Centro de Ciência Viva do Algarve e o Exploratório de Coimbra.

No concelho de Ovar, algumas escolas concelhias têm desenvolvido projetos, sobretudo no domínio ambiental, destacando-se, o PES em todos os níveis de escolaridade (Quadro 206).

<b>Quadro 196 - Projetos vários, no âmbito da Ciência Viva, Ciência e Investigação, Educação Ambiental, entre outros, por nível de escolaridade, no ano letivo 2017/2018</b>		
<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Designação do projeto</b>	<b>Número de alunos</b>
1.º Ciclo	Eco Escolas	238
	Cientistas em Ação	1 000
	PES	1 118
	Ciência na Escola – Ilídio Pinho	20
	Rato da Biblioteca	238
	Autonomia e Flexibilidade Curricular	123
	Leituras e Travessuras	203
	Ciências Experimentais	57
	NEPSO	238
2.º e 3.º CEB	Eco-clube	40
	Clube da Matemática	40
	Ciência na Escola – Ilídio Pinho	20
	Mil Escolas	60
	Projeto Rios	20
	PES	2 419



<b>Quadro 196 - Projetos vários, no âmbito da Ciência Viva, Ciência e Investigação, Educação Ambiental, entre outros, por nível de escolaridade, no ano letivo 2017/2018</b>		
<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Designação do projeto</b>	<b>Número de alunos</b>
Secundário	Eco-clube	7
	Clube das Ciências	35
	Etwinning	60
	PES	1 200

Fonte: Agrupamentos de Escolas concelhios - 2018

## **7. Educação para a Saúde**

### **7.1. Saúde na Escola**

A diminuição ou erradicação dos factores que possam comprometer a plenitude das capacidades das crianças e dos jovens promoverá elevado sucesso educativo.

As necessidades e os problemas de saúde das crianças e dos jovens estão relacionados com comportamentos desviantes (alimentação, comportamentos aditivos e dependências, sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis, acidentes). Alguns desses problemas decorrem da publicidade, das técnicas de marketing, do consumismo a que as crianças e os jovens são expostos e que, muitas vezes, se sobrepõem às orientações curriculares e ao exercício de cidadania que se procura desenvolver nas escolas. A promoção de estilos de vida saudáveis junto das crianças e dos jovens é também uma preocupação da escola que, no âmbito do seu Plano Anual de Atividades, contempla, geralmente, ações relacionadas com Alimentação e Desporto, Informação/Formação sobre Sexualidade e Doenças Sexualmente Transmissíveis, Defesa do Consumidor, Violência em meio escolar, Programa de Competências Sociais, Cursos de Primeiros Socorros, Ambiente, entre outros.

A promoção da “Saúde na Escola” passa pelo estabelecimento de parcerias com entidades ligadas à Saúde, como, por exemplo, os Centros de Saúde que, em conjunto, podem desenvolver atividades como: cumprimento do PNV; evicção escolar; apoio à inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais; Formação em “Higiene, Saúde e Segurança” nos estabelecimentos de educação e ensino; Programa de Promoção da Saúde Oral nas Crianças e Adolescentes; Programa de Prevenção de Acidentes em Meio Escolar.

No concelho de Ovar existe total cobertura dos alunos pelo Programa de Saúde Escolar. Para garantir a manutenção do Programa da Saúde Escolar a este nível e a sustentabilidade da parceria, com a qualidade das prestações que as escolas exigem, é necessário garantir a disponibilidade de técnicos de saúde para investir na promoção da saúde em meio escolar.

A Rede Nacional das Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS) contribui para uma abordagem conjunta da Educação e da Saúde com o objetivo de melhorar as condições de crescimento/ desenvolvimento das crianças e dos jovens, apetrechando-os com meios que lhes permitam interferir nos determinantes da sua saúde.

Hoje é reconhecida a importância do ambiente e das condições socio-económicas na qualidade de vida, em que as crianças, os jovens e os adultos sejam considerados não só alvo das ações, mas também sejam um recurso, com capacidade de intervenção, no exercício da sua cidadania.

Por outro lado, dar prioridade à promoção da saúde nas escolas implica partilhar, em articulação, áreas de formação muito diversificadas (técnicos do serviço social, professores, nutricionistas, enfermeiros e médicos, técnicos de saúde oral, psicólogos, entre outros). É igualmente necessário articular os serviços de saúde entre si.

Ao abrigo do **Programa de Promoção da Educação para a Saúde**, os estabelecimentos de ensino do concelho de Ovar têm desenvolvido atividades muito válidas, salientando-se as seguintes: ações de formação no âmbito do Programa “Escola Segura” da PSP e da GNR; rastreios oftalmológicos e auditivos; saneamento básico e recolha de lixos; água de consumo; Saúde Oral; Violência doméstica e violência em meio escolar; importância da vacinação; cuidados a ter com o Sol; higiene pessoal; consumo de substâncias lícitas e ilícitas; educação alimentar; cuidados primários; comportamentos de risco; direitos e deveres cívicos, entre outras.



## 7.2. Desporto Escolar

O regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro. O Desporto Escolar tem como missão proporcionar o acesso à prática desportiva regular de qualidade, contribuindo para a promoção do sucesso escolar dos alunos, dos estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa.

O Desporto Escolar é uma das atividades de complemento curricular criadas com o intuito de proporcionar e facilitar a formação integral e a realização pessoal dos alunos.

No caso de alunos com necessidades educativas especiais, os Agrupamentos de Escolas devem, isolada ou conjuntamente, desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outras, com vista à realização de programas específicos de atividades físicas e a prática de desporto adaptado.

O Desporto Escolar, regulado pelo Dec-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro, é uma atividade de complemento curricular, de carácter voluntário, que tem como principais objetivos a promoção da saúde, o desenvolvimento da cidadania e a formação de desportistas/atletas.

Constitui-se como um instrumento de combate ao insucesso escolar e de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, bem como de promoção de estilos de vida saudáveis que contribuam para a formação equilibrada dos alunos e permitam o desenvolvimento da prática desportiva em Portugal.

No concelho de Ovar, o Desporto Escolar é uma realidade em todos os estabelecimentos de ensino com 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, destacando-se as seguintes modalidades: Atletismo, Futsal, Futebol de Praia, Voleibol, Basquetebol, Andebol, Ténis de Mesa, Badminton, Ginástica Artística, entre outras. O Futsal e o Atletismo são as modalidades que registam o maior número de participantes.

## 8. Avaliação Estratégica

Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Oferta Educativa diversificada e concertada ao nível das escolas concelhias;</li><li>✚ Boa cobertura da Rede de Escolas;</li><li>✚ Fácil acesso às escolas para quem circula de automóvel;</li><li>✚ Comparticipação da CMO nos transportes a partir dos 3Km;</li><li>✚ Participação das Associações de Pais e das Juntas de Freguesia no transporte de crianças;</li><li>✚ Associações de Pais que apoiam as escolas;</li><li>✚ Parcerias das escolas com as instituições locais: CMO, CPCJ, PSP, USF, instituições concelhias,...;</li><li>✚ Elevada taxa de cobertura no pré-escolar;</li><li>✚ Existência de unidades de referência para apoio a alunos com necessidades educativas especiais;</li><li>✚ Estabelecimento de parcerias e envolvimento da escola e da comunidade em atividades escolares e formativas;</li><li>✚ Disponibilidade de formação modular certificada e cursos de educação e formação de adultos;</li><li>✚ Existência de dois Centros Qualifica no concelho: o do Centro de Emprego e Formação Profissional e o da EprofCor;</li><li>✚ Existência de protocolos para fornecimento de refeições e promoção de atividades de enriquecimento curricular nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1º ciclo;</li><li>✚ Forte envolvimento das autoridades locais no apoio ao desenvolvimento dos Projetos Educativos das escolas dos diferentes níveis de ensino;</li><li>✚ Programa Municipal de cedência gratuita dos livros de fichas do 1.º ciclo;</li><li>✚ Taxa de pré-escolarização elevada;</li><li>✚ Vontade política da Autarquia para a definição de estratégias de desenvolvimento conjunto entre freguesias;</li><li>✚ Existência de uma escola profissional (Eprofcor);</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Carências estruturais de algumas escolas no que se refere a condições ambientais;</li><li>✚ Falta de alguns meios tecnológicos nas escolas;</li><li>✚ Falta de uma rede de transportes escolares no concelho;</li><li>✚ Baixas qualificações escolares da população residente: de facto, em 2011, 7% não tinha escolaridade; 30% tinha o 1.º ciclo; 12.6% tinha o 2.º ciclo; 17.1% tinha o 3.º ciclo; 16.5% tinha o ensino secundário; 13.4% tinha o ensino superior;</li><li>✚ Consequentemente, a escolaridade da população empregada também era baixa. De facto, em 2011, 32% tinha até o 2.º Ciclo (1% não tinha escolaridade, 16% tinha o 1.º ciclo e 15% o 2.º ciclo), acima da média nacional (30%). Com o ensino superior registava-se 22%, abaixo da média nacional (26%);</li><li>✚ 3.7% de taxa de analfabetismo, em 2011 (apesar de inferior à nacional e à da Região de Aveiro);</li><li>✚ Nos últimos anos letivos, o concelho de Ovar tem registado uma descida das taxas de retenção e desistência, à semelhança do País e da Região de Aveiro. Tendo por base o ano letivo de 2016/2017, o município apresentava as seguintes taxas de retenção: ao nível do 1.º ciclo, a taxa era superior à nacional e à da Região de Aveiro (3.6% versus 3.0% e 2.7%, respetivamente); relativamente ao 2.º ciclo, a era inferior à nacional (4.2% versus 5.8%) e superior à da Região de Aveiro (4.2% versus 3.9%); no que respeita ao 3.º ciclo, a taxa era superior à nacional e da Região de Aveiro (8.8% versus 8.5% e 7.5%, respetivamente);</li><li>✚ Taxa bruta de pré-escolarização no do concelho de Ovar tem vindo a aumentar nos últimos anos, é superior à nacional, registando, no ano letivo 2016/2017, 95.1% versus 94.5% e inferior à da Região de Aveiro que registava 99.3%;</li><li>✚ As taxas brutas de escolarização no Ensino Básico e no Ensino</li></ul>



<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Boa integração de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (segundo dados dos Agrupamentos de Escolas, no ano letivo de 2017/2018 registavam-se 306 alunos: 10 no Pré-escolar, 88 no 1.º Ciclo, 65 no 2.º ciclo, 110 no 3.º Ciclo e 42 no Secundário);</li> <li>✚ Projetos educativos e programas de Educação para a Saúde existentes nos Agrupamentos de Escolas;</li> <li>✚ Projetos de intervenção comunitária em desenvolvimento nas Escolas, como:             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto Psicoeducacional e Social em Comunidade – PES;</li> <li>- Projeto EPIS – Empresários para a Inclusão Social;</li> <li>- Programa de Educação Sexual “À Descoberta com o Zé e a Maria”;</li> <li>- Projeto “Abispa-te”, na área da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências;</li> <li>- Projeto “Agitana-te” – intervenção com as comunidades de etnia cigana;</li> </ul> </li> <li>✚ Flexibilização curricular aplicada no Agrupamento de Escolas Ovar Sul;</li> </ul>	<p>Secundário eram inferiores à nacional e à da Região de Aveiro (no ano letivo de 2016/2017, a taxa do Ensino Básico correspondia a 102.1% versus 108.9% e 109.4%, respetivamente, enquanto que no Secundário correspondia a 79.5% versus 118.4% e 115.4%, respetivamente);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Elevado número de alunos com Necessidades Educativas Especiais (segundo dados dos Agrupamentos de Escolas, no ano letivo de 2017/2018 registavam-se 306 alunos: 10 no Pré-escolar, 88 no 1.º Ciclo, 65 no 2.º ciclo, 110 no 3.º Ciclo e 42 no Secundário)</li> <li>✚ Baixos rendimentos das famílias: no ano letivo 2017/2018, receberam apoio para material escolar e livros cerca de 70% dos alunos matriculados no 1.º Ciclo; 47% dos alunos matriculados no 2.º e 3.º Ciclos foram apoiados em livros e 39% em material escolar; 22% dos alunos matriculados no Secundário foram apoiados em livros e 21% em material escolar;</li> <li>✚ Necessidade de reforço de recursos no apoio à Saúde Escolar;</li> <li>✚ Escolas ainda bastante fechadas à comunidade;</li> <li>✚ Insuficiência de pessoal não docente nas escolas;</li> <li>✚ Instabilidade/indisciplina nas escolas;</li> <li>✚ Débil oferta de formação profissionalizante ao nível do secundário, o que origina a saída de crianças e jovens estudantes para escolas de municípios próximos, especialmente Espinho e Aveiro.</li> <li>✚ Falta de equipas multidisciplinares nos Agrupamentos.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Projetos educativos em desenvolvimento;</li> <li>✚ Fundos comunitários - Programas Operacionais do Portugal 2020;</li> <li>✚ Programas e medidas de financiamento nacionais e regionais, como: Programa Escolhas;</li> <li>✚ Envolvimento positivo do tecido empresarial, nomeadamente o Setor do Turismo em atividades escolares e formativas;</li> <li>✚ Oferta dos manuais escolares do 1.º e 2.º Ciclo, por parte do Estado;</li> <li>✚ Flexibilização curricular;</li> <li>✚ Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;</li> <li>✚ Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Diminuição da taxa de natalidade, entre 2016 e 2017 e aumento do índice de envelhecimento da população;</li> <li>✚ Abandono escolar precoce;</li> <li>✚ Problemas levantados pela atual divisão administrativa das freguesias;</li> <li>✚ Falta de interesse pelo ensino por parte dos jovens que ameaça a renovação da carreira dos professores;</li> <li>✚ Dificuldades criadas pela diminuição de fluxos financeiros do Orçamento Geral do Estado para as escolas;</li> <li>✚ Fragilidades na qualificação da população ativa com uma taxa elevada de adultos que não concluíram nem o secundário nem o ensino básico, com consequências para si e para os seus educandos.</li> </ul>

### 9. Prioridades de Intervenção

<p><b>Elevada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Implementar projetos alternativos ao ensino regular, adequados às necessidades de cada aluno ou grupo de alunos;</li> <li>✚ Promover um levantamento das reais fragilidades e potencialidades do ensino no concelho, junto de toda a comunidade educativa, perspetivando uma intervenção mais adequada e concertada;</li> <li>✚ Promover o projeto Empresários pela Inclusão Social (EPIS), desenvolvendo ações baseadas na figura do mediador escolar para combater o insucesso e o abandono escolar dos jovens;</li> <li>✚ Reforçar a oferta de formação profissionalizante nas escolas do concelho;</li> <li>✚ Desenvolver Cursos de Educação e Formação de Adultos guiados pelo critério da empregabilidade;</li> <li>✚ Definir Projetos Educativos de carácter territorial, participados pela comunidade educativa (alunos, pais, encarregados de educação, docentes, pessoal não docente, empresas, associações, etc.);</li> <li>✚ Desenvolver competências sociais, pessoais e profissionais nos agentes educativos (formais e informais);</li> <li>✚ Potenciar as expectativas e competências das famílias na socialização dos filhos, na ótica da cidadania;</li> <li>✚ Sensibilizar os Pais e/ ou Encarregados de Educação para um maior envolvimento na educação dos filhos e/ ou educandos;</li> <li>✚ Reforçar a oferta de Ensino Artístico.</li> </ul>
---



**CAPÍTULO VI – JUSTIÇA E SEGURANÇA**

**VI – Justiça e Segurança Pública****1. Justiça**

No que concerne aos Tribunais de 1.ª Instância, da análise do quadro abaixo apresentado, constata-se:

- A diminuição do número de processos entrados, findos e pendentes, nos últimos três anos, na Justiça Cível, Penal, Tutelar, Militar, Laboral e Laboral Penal;
- A existência de mais processos pendentes do que findos na Justiça Cível (cerca de 53%), registando-se o oposto nas restantes;
- Os processos de natureza cível corresponderam, em 2017, a 63% do total de processos entrados. Os penais e tutelares representaram, respetivamente 15% e 11%;
- Relativamente aos processos findos, 69% correspondiam a processos de natureza cível, 13% a penais e 10% a tutelares.

**Quadro 197 – Movimentos dos processos judiciais nos tribunais judiciais de 1.ª instância do País, entre 2015 e 2017**

Área processual	Ano	Entrados	Findos	Pendentes
Justiça Cível	2017	336 174	467 115	877 709
	2016	354 343	514 211	1 008 650
	2015	407 347	514 927	1 168 518
Justiça Penal	2017	78 175	86 969	46 805
	2016	87 820	93 465	55 599
	2015	88 479	96 182	61 244
Justiça Laboral	2017	54 597	57 189	28 637
	2016	50 807	53 120	31 229
	2015	44 219	52 155	33 542
Justiça Laboral Penal	2017	1 915	2 215	801
	2016	2 495	3 003	1 101
	2015	2 998	2 618	1 609
Justiça Tutelar	2017	58 775	65 604	29 617
	2016	61 855	72 027	36 446
	2015	63 994	77 580	46 618
Justiça Militar	2017	40	49	41
	2016	57	55	50
	2015	59	74	48

Fonte: Ministério da Justiça- Direção Geral da Política da Justiça – maio de 2018

**2. Forças de Segurança Pública**

No Concelho de Ovar existe a PSP – Polícia de Segurança Pública, que atua nas freguesias de Ovar e S. João, com exceção dos lugares da Marinha, Torrão do Lameiro, Furadouro e Zona Industrial de Ovar e a GNR – Guarda Nacional Republicana, que atua nas freguesias de Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, S. Vicente de Pereira e Válega e nos lugares da Marinha, Torrão do Lameiro, Furadouro e Zona Industrial de Ovar.

A Guarda Nacional Republicana dispõe de dois quartéis: um na freguesia de Ovar e outro na freguesia de Esmoriz. A esquadra da PSP localiza-se na freguesia de Ovar.

A fonte de financiamento destas forças é o Ministério da Administração Interna, dependendo a PSP da Divisão de Espinho do Comando Distrital de Aveiro e a GNR do Comando Territorial de Aveiro.

O Comando Local de Aveiro da Polícia Marítima dispõe de uma estrutura na Praia do Furadouro, cuja área de atuação vai desde a Praia de S. Pedro – Maceda até à Praia do Furadouro. A sua fonte de financiamento é o Ministério da Defesa Nacional.



**2.1. Serviços Prestados**

<b>Quadro 198 - Serviços prestados pela PSP, GNR e Polícia Marítima para e com a comunidade</b>	
<b>Forças de Segurança</b>	<b>Serviços Prestados</b>
PSP	Prevenção da criminalidade
	Investigação criminal
	Manutenção da ordem pública
	Promoção da tranquilidade e qualidade de vida da população em colaboração com a autarquia, tribunais, escolas e outras entidades
	Prevenção rodoviária
	Participação em diversos organismos municipais como a Rede Social, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Conselho Municipal de Segurança
	Colaboração com IPSS's e ONG's
	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
GNR	Prevenção da criminalidade
	Investigação criminal
	Manutenção da ordem pública
	Promoção da tranquilidade e qualidade de vida da população em colaboração com a autarquia, tribunais, escolas e outras entidades
	Prevenção rodoviária
	Participação em diversos organismos municipais como a Rede Social, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Conselho Municipal de Segurança, Conselho Municipal de Educação, Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Polícia Marítima	Prevenção da criminalidade
	Investigação criminal
	Manutenção da ordem pública
	Promoção da tranquilidade e qualidade de vida da população em colaboração com a autarquia, tribunais, escolas e outras entidades
	Socorros a náufragos
	Segurança a banhistas
	Segurança marítima

Fonte: Legislação e Site das Forças de Segurança

**2.2. Projectos Existentes no Concelho**

<b>Quadro 199 - Projectos existentes nas Forças de Segurança do Concelho de Ovar</b>			
<b>Entidade Promotora</b>	<b>Identificação do Projecto</b>	<b>Tipo de População Abrangida</b>	<b>Zona de Abrangência</b>
PSP	EPES – Equipa de Policiamento Escola Segura	População escolar	Área de intervenção da PSP
	EPAV – Equipa de Policiamento de de Proximidade e Apoio à Vítima	Comunidade em geral	
GNR	Escola Segura	População escolar	Concelho de Ovar
	Idosos em Segurança	Idosos	

Fonte: Site das duas Forças de Segurança

Tanto a PSP como a GNR de Ovar têm projetos específicos para a população escolar e idosa. Apenas a PSP tem um projeto específico para os comerciantes.



### 3. Criminalidade

Os números nacionais relativos a 2017 refletem uma diminuição da criminalidade participada na ordem dos 7.6%. Entre os crimes de violência mais grave, confirmam-se, no ano de 2017, em Portugal:

- 76 casos de homicídio voluntário consumado (menos 26 que em 2016);
- 584 relativos à ofensa à integridade física de forma grave (mais 63 que em 2017);
- 335 de violação (menos 40 que em 2016);
- 292 referentes a raptos, sequestros e tomada de reféns (mais 4 que em 2016);
- 13.879 furtos por carteirista (menos 564 que em 2016).

Observando o quadro abaixo transposto, conclui-se que, em 2017:

- ✓ Dos 1.493 crimes registados pelas autoridades policiais em Ovar, 30% eram crimes contra as pessoas (média nacional = 24% e média do Distrito de Aveiro = 27%), 51% contra o património (média nacional = 50% e média do Distrito de Aveiro = 46%), 10% contra a vida em sociedade (média nacional = 15% e média do Distrito de Aveiro = 18%) e 7% referiam-se a legislação penal avulsa (média nacional = 8% e média do Distrito de Aveiro = 7%) e 1.4% contra o Estado (média nacional e do Distrito de Aveiro = 1.7%);
- ✓ Cerca de 8% dos crimes registados no Distrito de Aveiro ocorreram no concelho de Ovar;
- ✓ De um modo geral, o n.º de crimes registados no concelho de Ovar cresceu no último ano, apesar da diminuição ligeira dos crimes contra as pessoas e dos crimes contra a sociedade.

Segundo o Relatório do Ministério da Justiça, em 2017:

- dos 454 crimes contra as pessoas perpetrados em Ovar (menos 5 que em 2016), 297 são crimes contra a integridade física (menos 4 que em 2016), de entre os quais 142 de violência doméstica contra cônjuge ou análogo (mais 12 que em 2016) e 16 de outros crimes de violência doméstica (menos 13 que em 2016);
- dos 756 crimes contra o património (mais 25 que em 2016), 59 referem-se a furto de veículos motorizados (menos 23 que em 2016), 108 a furtos em veículos motorizados (mais 10 que em 2016) e 98 a furtos em residências (mais 13 que em 2016);
- dos 153 crimes contra a vida em sociedade (menos 13 que em 2016), 81 são relativos a condução sob o efeito de álcool =>1,2g/l (mais 6 que em 2016), 13 são relativos a incêndios em floresta e mata (menos 20 que em 2016) e 14 em edifícios e construções (menos 3 que em 2016);
- dos 99 crimes relativos a legislação avulsa (mais 19 que em 2016), 61 referem-se a condução sem habilitação legal (mais 17 que em 2016) e 21 a tráfico de estupefacientes (menos 3 que em 2016).



**Quadro 200 – Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime, entre 2015 e 2017**

Tipo de Crimes		Ano	País	Distrito de Aveiro	Concelho de Ovar
Contra as pessoas	Total	2017	81 901	5 109	454
		2016	80 929	4 952	459
		2015	81 394	5 212	483
	Violência doméstica contra cônjuge ou análogo	2017	22 596	1 452	142
		2016	22 773	1 424	130
		2015	22 469	1 444	114
	Outros violência doméstica	2017	3 684	220	16
		2016	3 762	260	29
		2015	3 651	240	35
Contra o património	Total	2017	170 832	8 851	756
		2016	171 738	8 985	731
		2015	186 102	9 413	679
	Furtos em veículos motorizados	2017	22 729	1 013	108
		2016	21 424	947	98
		2015	25 360	906	79
	Furtos em residências	2017	16 988	1 309	98
		2016	18 841	1 417	85
		2015	20 545	1 337	79
	Furto em edifício comercial ou industrial	2017	11 787	1 055	82
		2016	15 253	1 140	111
		2015	15 273	978	75
Contra a vida em sociedade	Total	2017	52 735	3 439	153
		2016	43 042	2 821	166
		2015	49 591	3 303	181
	Condução sob o efeito de álcool => 1,2g/l	2017	19 848	1 576	81
		2016	20 849	1 610	75
		2015	22 873	1 936	115
	Incêndios em floresta/ mata	2017	11 221	810	13
		2016	8 779	480	13
		2015	9 988	553	4
	Incêndios em edifícios e construções	2017	2 090	182	14
		2016	1 899	146	17
		2015	2 130	164	5
Contra o Estado	Total	2017	5 682	334	21
		2016	5 829	402	21
		2015	6 275	466	27
Contra a identidade cultural e a integridade pessoal	Total	2017	51	--	--
		2016	35	--	--
		2015	22	--	--
Contra animais companhia	Total	2017	1 950	107	10
		2016	1 623	67	7
		2015	1 330	84	13
Legislação penal avulsa	Total	2017	28 799	1 434	99
		2016	27 676	1 532	80
		2015	31 318	1 970	110
	Condução sem habilitação legal	2017	9 305	626	61
		2016	9 301	589	44
		2015	10 402	700	48
	Tráficos de estupefacientes	2017	6 308	189	21
		2016	5 592	189	18
		2015	2 082	197	30
<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>2017</b>	<b>341 950</b>	<b>19 274</b>	<b>1 493</b>

Fonte: Ministério da Justiça- Direção Geral da Política da Justiça – maio de 2018



Segundo o “Relatório Anual 2016 - Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência”, a circulação de cannabis tem-se agudizado nos últimos anos, registando as contraordenações, um aumento de cerca de 7% em relação a 2015, enquanto que nas restantes drogas não se verificaram variações expressivas.

Em termos de apreensões, o haxixe tem registado o maior número, tendo as quantidades apreendidas aumentado cerca de 12% por relação a 2015. Por outro lado, a cocaína continua a registar um maior número de apreensões do que a heroína.

No que se refere às condenações por crimes associados à droga em 2016, o mesmo relatório refere que o seu número diminuiu 15% relativamente ao ano anterior. No final de 2016, foram condenados 1.835 indivíduos ao abrigo da Lei da Droga, sendo este o número mais baixo dos últimos anos. Do total de condenados em 2016, 5 foram julgados pelo Tribunal da Comarca de Ovar (menos 6 que em 2015 e menos 2 que em 2014).

Indicadores	Tipo de Substância	2016	2015	2014
Processos de contraordenação	Cannabis	9 228	8 608	7 056
	Heroína	476	490	426
	Cocaína	455	448	415
	Ecstasy	69	65	38
	Outro	24	67	83
	Polidrogas	423	460	381
	Desconhecido	90	242	660
	<b>Total</b>		<b>10 765</b>	<b>10 380</b>
Apreensões	Haxixe	4 678	4 180	3 472
	Liamba	778	791	771
	Cocaína	1 130	1 081	1 042
	Heroína	774	763	690
	Ecstasy	266	173	138
	<b>Total</b>		<b>7 626</b>	<b>6 988</b>
Presumíveis infactores	Cannabis	4 533	4 123	3 475
	Heroína	286	341	308
	Cocaína	496	578	561
	Ecstasy	49	25	16
	Outro	26	35	39
	Polidrogas	1 406	1 395	1 171
	Desconhecido	129	99	104
	<b>Total</b>		<b>6 925</b>	<b>6 596</b>
Condenações	<b>Total</b>	<b>1 835</b>	<b>2 169</b>	<b>1 905</b>

Fonte: Relatório Anual sobre a situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependentes 2016/2017 - SICAD

Da análise do quadro abaixo transposto, e tendo por referência o ano de 2017, verifica-se que:

- ✓ A taxa de crimes contra a integridade física no concelho de Ovar é superior à nacional e da Região de Aveiro;
- ✓ Tanto no País como na Região de Aveiro e no concelho de Ovar, a taxa de criminalidade mais elevada refere-se a crimes contra o património, que tem drecrescido no País e na Região de Aveiro e aumentado no concelho de Ovar;
- ✓ A taxa de condução sem habilitação legal e dos crimes contra a integridade física do concelho de Ovar são superiores à nacional e regional;
- ✓ As taxas de furtos/roubos por esticção na via pública e de furtos de veículo e em veículo motorizado têm-se mantido estáveis.



Tipo de Crimes	Ano	País	Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Crimes contra a integridade física	2017	5.2	4.5	5.3	5.6
	2016	5.1	4.4	4.8	5.5
	2015	5.1	4.5	5.0	5.7
Crimes contra o património	2017	16.6	12.7	14.2	13.9
	2016	16.7	13.2	14.7	13.4
	2015	18.0	14.5	14.8	12.4
Furto/roubo por esticção na via pública	2017	1.0	0.3	0.4	0.4
	2016	1.0	0.4	0.4	0.3
	2015	1.2	0.4	0.5	0.4
Furto de veículo e em veículo motorizado	2017	3.2	1.9	2.4	3.1
	2016	3.2	2.3	2.6	3.3
	2015	3.6	2.5	2.3	2.6
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	2017	1.9	1.8	2.2	1.5
	2016	2.0	1.9	2.5	1.4
	2015	2.2	2.1	3.3	2.1
Condução sem habilitação legal	2017	0.9	0.7	0.9	1.1
	2016	0.9	0.8	0.9	0.8
	2015	1.0	0.8	1.2	0.9

Fonte: INE – julho de 2018

Analisado o quadro abaixo exposto, constata-se que:

- ✓ O número de condenados por crimes contra animais de companhia aumentou nos últimos anos, tendo decrescido nos restantes crimes;
- ✓ Os crimes contra o património registaram a maior diminuição de condenados (14%), seguido dos crimes contra a vida em sociedade (13%);
- ✓ Cerca de 31% dos condenados estão associados a crimes previstos na legislação penal avulsa, seguido dos condenados por crimes contra a vida em sociedade (23%).

Tipo de Crime	País		
	2017	2016	2015
Crimes contra as pessoas	9 747	10 398	10 588
Crimes contra o património	8 727	10 146	10 846
Crimes contra a vida em sociedade	11 758	13 511	14 369
Crimes contra o Estado	5 091	5 147	5 155
Crimes não especificados	41	47	58
Crimes contra animais de companhia	65	41	10
Crimes previstos legislação penal avulsa	15 955	17 559	18 332
<b>Total</b>	<b>51 384</b>	<b>56 849</b>	<b>59 358</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



### 4. Violência Doméstica

Violência Doméstica é toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar. A violência psicológica envolve práticas como controlar a carteira da companheira, impor-lhe a roupa que há-de vestir, limitar o seu círculo de amigos, implicar quando sai com as amigas, insultá-la, humilhá-la, ameaçá-la ou isolá-la. Desde o ano de 2000, o crime de maus tratos é crime público, pelo que qualquer pessoa que tenha conhecimento de vítimas de Violência Doméstica pode denunciar o agressor junto das autoridades.

Este é um fenómeno social que tem vindo a ganhar visibilidade ao longo da última década e que só recentemente passou a ser entendida como uma questão de direitos humanos, um problema social com graves consequências na saúde dos indivíduos e sérias repercussões no interior das famílias.

Segundo as forças de segurança, registaram-se em Portugal 26.713 participações de violência doméstica em 2017, 27.005 em 2016, 26.595 em 2015, 27.317 em 2014. Os dados evidenciam que 79% das participações feitas à PSP e GNR, em 2017, tiveram as mulheres como vítimas e em 83.8% dos casos os agressores foram homens.

Embora se constate um aumento de cerca de 13.5% no número de pessoas condenadas pelo crime de violência doméstica, o número de condenações é, ainda, residual face ao número de participações registadas nas forças de segurança (1.457 condenações, em 2017, face a 26.713 participações).

Por outro lado, os dados evidenciam que 86% das queixas de violência doméstica feitas à PSP e GNR, em 2017, tiveram as mulheres como vítimas e em 90% dos casos os agressores foram homens.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou, entre 2013 e 2016, um total de 29.619 processos de apoio a pessoas vítimas de Violência Doméstica, que se traduziram num total de 71.098 crimes, a maioria dos quais maus tratos psíquicos, seguido dos maus tratos físicos. De facto, dos 17.101 crimes registados, em 2016, 6.729 (39.4%) referiam-se a maus tratos psíquicos e 4.658 (27.25) a maus tratos físicos.

Segundo a APAV, das 7.232 vítimas de Violência Doméstica registadas, em 2016, 1.277 (17.7%) tinham entre 36-45 anos e 1.011 (14%) tinham entre 46-55 anos. A maioria eram mulheres casadas (2.325) e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos (2.855).

É certo que a violência sobre as mulheres tem consequências diretas, imediatas e a longo prazo, não só sobre a sua própria saúde e bem-estar, mas também no das suas famílias e comunidades, porque é reconhecido que miúdos que presenciaram a agressão das mães por parte dos companheiros, têm mais tendência para resolver as suas dificuldades de forma agressiva, na vida adulta, não esquecendo que em lares de mulheres maltratadas, em geral, há crianças maltratadas.

Por outro lado, o Observatório de Crimes de Homicídio refere que cerca de 1 em cada 5 homicídios correspondem a morte de mulheres em contexto de um relacionamento de intimidade. Em 2017 registaram-se 72 homicídios, dos quais 23 (31.9%) associados a vítimas de violência doméstica (17 dos quais no seio de relacionamentos de intimidade).

Estima-se que em mais de 85% dos casos de violência doméstica o agressor é do sexo masculino, sendo em cerca de 60% dos casos exercida pelo próprio cônjuge ou companheiro ou pelo ex-companheiro. O medo, a baixa auto-estima, dependência económica e emocional, isolamento social e relacional, crenças religiosas e sobre o casamento, o facto de sentirem que não têm outras opções, ou mesmo por tradição são algumas das razões apontadas para as vítimas continuarem a suportar os abusos do agressor.

Associada a esta problemática surgem números bastante preocupantes de mulheres assassinadas. Entre 2014 e 2017 foram assassinadas 114 mulheres, das quais 43 em 2014, 29 em 2015, 22 em 2016 e 20 em 2017.

A comunidade tem um papel importante a desempenhar: compreender, sensibilizar, proteger, apoiar, informar (sobre os direitos), encaminhar para as diferentes instituições, entre outros, é algo que pode fazer para ajudar quem vive o drama da Violência Doméstica.

Em 2017, a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) era constituída por:

- 133 Estruturas de Atendimento – respostas com equipas multidisciplinares que prestam, presencial e telefonicamente, informação jurídica, apoio psicológico e social, de forma gratuita;
- 39 Casas de Abrigo – unidades residenciais para acolhimento de vítimas, até 6 meses, acompanhadas ou não de filhos/as menores, ou maiores dependentes com deficiência;
- 24 Acolhimentos de Emergência – unidades residenciais para acolhimento urgente de vítimas, acompanhadas ou não de filhos/as menores, ou maiores dependentes com deficiência.



Observando o Quadro 214, verifica-se que o número de vítimas de violência doméstica tem aumentado nos últimos anos, confirmado pelo número de vítimas de maus tratos.

Tipo de crime	N.º de Vítimas por ano e sexo		
	2017	2016	2015
Ameaças/ coacção	84	89	106
Difamação/ calúnia/injúria	27	35	50
Violência doméstica cónj/anál.	153	142	119
Outros de violência doméstica	19	30	39

Fonte: Ministério da Justiça- Direção Geral da Política da Justiça – maio de 2018

## 5. Menores Vítimas de Crime

No contexto da violência doméstica, é de ressaltar igualmente os maus tratos a crianças e jovens, um dos problemas mais importantes entre os que afectam a qualidade de vida na infância e na adolescência, com repercussões a vários níveis, designadamente no futuro das pessoas envolvidas.

O abuso sexual é dos tipos de maus tratos em que os profissionais de saúde mais dificuldades sentem em intervir. Urge a sua preparação para o correcto atendimento, acompanhamento e orientação desses e de outros casos de violência doméstica, em estreita colaboração com os tribunais, polícias e segurança social.

Neste contexto, há que dar atenção às políticas sociais de apoio à família; aumentar a cobertura, a nível concelhio, de serviços na área da terapia familiar e promover-se o encaminhamento de situações de risco ou disfuncionalidade familiar detetadas pelas unidades prestadoras de cuidados de saúde, para outras estruturas ou serviços de apoio à família, como IPSS's, ONG's e Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Analisando os dados da APAV (Quadros 215, 216 e 217), constata-se que o número de crianças vítimas de crime e o número de crimes contra crianças tem vindo a diminuir desde 2015, verificando-se que a maioria das vítimas são do sexo feminino.

Segundo a APAV, na maioria dos casos, a vítima é filho/a do autor do crime, seguindo-se os crimes cometidos por colegas da escola.

Dos 1.221 crimes perpetrados contra crianças, em 2017, 736 (cerca de 60%) estavam relacionados com violência doméstica. Cerca de 39% foram considerados crimes contra as pessoas. Foram ainda apurados 296 crimes sexuais, dos quais 199 (67%) abusos sexuais de crianças com menos de 14 anos de idade.

Dos 736 crimes de violência doméstica sobressaiem os maus tratos psíquicos (348), seguido dos maus tratos físicos (172). De realçar, ainda, os 63 casos de bullying.

Ano	Sexo			Total
	M	F	NS/NR	
2017	302	507	1	810
2016	347	476	3	826
2015	481	592	11	1 084
2014	445	540	7	992
2013	455	517	3	975

Fonte: APAV



Tipo de Crimes	2017	2016	2015	2014	2013
Crimes contra as pessoas	479	387	392	297	184
Crimes contra o Património	6	9	15	11	6
Crimes contra a vida em sociedade	0	3	4	6	2
Crimes de violência doméstica	736	914	1 501	1 389	1 405
<b>Total</b>	<b>1 221</b>	<b>1 313</b>	<b>1 912</b>	<b>1 703</b>	<b>1 597</b>

Fonte: APAV

Tipo de Crimes	2017	2016	2015	2014	2013
Importunação sexual	27	16	7	4	8
Abuso sexual de crianças com < 14 anos	199	108	60	45	37
Violação	25	15	13	12	11
Assédio sexual (com prática de atos sexuais)	6	2	4	4	6
Outros crimes sexuais	39	12	6	2	11
<b>Total</b>	<b>296</b>	<b>153</b>	<b>90</b>	<b>67</b>	<b>73</b>

Fonte: APAV

Por outro lado, também são de destacar os processos instaurados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ovar (CPCJ), segundo as problemáticas, constatando-se que:

- Podem haver crianças ou jovens com mais do que uma problemática sinalizada;
- Prevalência das sinalizações por Negligência (155 casos), seguida da exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e das situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação, ambos com 103 casos.

Problemáticas	2017	2016	2015
Abuso sexual	4	4	6
Criança abandonada ou entregue a si própria	12	23	21
Criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	81	44	35
Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	103	79	70
Exploração do trabalho infantil	0	0	0
Mendicidade	0	0	0
Mau trato físico	6	11	9
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	8	6	8
Negligência	155	149	120
Prática de facto qualificado pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos	0	0	0
Situação de perigo em que esteja em causa o direito à educação	103	82	60
Outras situações de perigo	9	4	2
<b>Total</b>	<b>481</b>	<b>402</b>	<b>331</b>

Fonte: Relatórios de Avaliação da CPCJ



## 6. Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência

Entre 2013 e 2016, a APAV registou um total de 4.475 processos de apoio a pessoas idosas, em que 3.612 foram vítimas de crime e de violência. Estes valores correspondem a um total de 8.573 crimes.

Dos 2.309 crimes registados pela APAV, em 2016:

- Mais de 77% eram crimes de violência doméstica, dos quais cerca de 40% correspondiam a maus tratos psíquicos e 25% correspondiam a maus tratos físicos;
- 21% eram crimes contra as pessoas;
- Cerca de metade das vítimas tinha entre 65 e 74 anos de idade.

Segundo a APAV, na maioria dos casos o autor do crime é filho/a da vítima (39.6%), seguido do cônjuge (26.5%).

Só em 2016, a APAV apoiou 400 pessoas com 65 ou mais anos de idade vítimas de violência doméstica por parte dos próprios filhos (mais 48 que em 2015 e mais 132 que em 2014).

**Quadro 209 – Crimes perpetrados contra pessoas idosas, entre 2013 e 2016**

Tipo de Crimes		2016	2015	2014	2013
Violência Doméstica	Total	1 793	1 786	1 753	1 533
	Maus Tratos Psíquicos	717	727	641	556
	Maus Tratos Físicos	442	450	409	385
Crimes contra as pessoas		489	361	414	389
Crimes contra a vida em sociedade		21	5	5	2
Crimes rodoviários		1	0	0	1
Outros crimes		5	7	5	3
<b>Total</b>		<b>2 309</b>	<b>2 159</b>	<b>2 177</b>	<b>1 928</b>

Fonte: APAV

**Quadro 210 – Idosos vítimas de crime, entre 2013 e 2016, segundo a idade**

Ano	Idade						Total
	65-69 anos	70-74 anos	75-79 anos	80-84 anos	85-89 anos	90 + anos	
2016	279	232	168	174	96	60	1 009
2015	253	247	165	190	73	49	977
2014	228	204	146	160	76	38	852
2013	208	177	120	150	78	41	774

Fonte: APAV

## 7. Sinistralidade Rodoviária

Segundo a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, no ano de 2017, registaram-se 44.495 vítimas em consequência de acidentes rodoviários, correspondendo a um aumento de cerca de 7% relativamente a 2016, confirmando a tendência de subida que se tem verificado nos últimos anos.

Do total de vítimas, 43.985 sofreram ferimentos (mais cerca de 7% do que no ano anterior), tendo ocorrido a morte de 510 pessoas (mais 15% do que em 2016). Apresenta também os seguintes dados:

- ✓ Em 2017, registaram-se 8.461 acidentes de viação com vítimas na Região Centro, os quais resultaram na morte de 147 pessoas;
- ✓ Cerca de 18% dos acidentes de viação com vítimas registados na Região Centro, ocorreram na Região de Aveiro. Destes, cerca de 13% tiveram lugar no Concelho de Ovar, os quais causaram duas vítimas mortais;
- ✓ No que concerne às vítimas, e de um modo geral, o seu número sofreu um aumento entre 2014 e 2017.

As causas mais apontadas são: excesso de velocidade, manobras perigosas, abuso do álcool e condução agressiva. Estes são, assim, os factores que, isolada ou conjugadamente, estão na origem da generalidade dos acidentes, sobretudo dos graves.



Indicadores		Ano	Continente	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Acidentes de Viação com vítimas		2017	34 416	8 461	1 503	196
		2016	32 299	7 899	1 402	189
		2015	31 953	7 911	1 416	200
Vítimas	Mortais	2017	510	147	24	2
		2016	445	153	30	3
		2015	473	165	37	3
	Feridos	2017	43 985	10 874	1 869	256
		2016	41 223	10 083	1 725	231
		2015	41 076	10 116	1 738	248

Fonte: Pordata – maio 2018

### 8. Incêndios Florestais

Os incêndios florestais, em Portugal, são uma realidade de graves proporções, consumindo milhares de hectares de matas e florestas, bem como de superfícies agrícolas. Assim:

- ✓ Cerca de 13% dos incêndios florestais que ocorreram na Região de Aveiro, em 2016, registaram-se em Ovar;
- ✓ O ano de 2011 foi o que assinalou o maior número de ocorrências, valores que diminuíram substancialmente até 2014, para voltarem a crescer em 2015.

No ano de 2016, segundo dados do Ministério da Administração Interna, registaram-se 13.315 ocorrências de incêndios florestais, em Portugal, correspondendo a uma diminuição de cerca de 16% relativamente a 2015. Ao invés, no concelho de Ovar assinalaram-se mais 26 incêndios que no ano de 2015.

Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
2016	13 315	2 805	441	56
2015	15 927	3 603	474	30
2014	7 111	1 890	207	19
2013	19 354	4 152	621	43
2012	21 408	5 605	727	86
2011	25 345	5 559	988	113

Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Segundo o INE, Ovar tinha, em 2016, 146 bombeiros (menos 17 que em 2011), que correspondia a cerca de 15% dos existentes na Região de Aveiro. Esse número perfazia uma média de um bombeiro para 375 habitantes.

Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
2016	28 308	8 691	971	146
2015	28 957	8 988	992	153
2014	29 979	9 487	1 004	148
2013	29 703	9 506	1 002	155
2012	31 646	10 096	1 073	162
2011	30 530	9 671	1 043	163

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Inquérito ao Ambiente – Acções dos Corpos de Bombeiros



### 9. Segurança no Local de Trabalho

Grande parte da vida ativa de uma pessoa é passada num local de trabalho. A terciarização dos serviços tem contribuído para um maior sedentarismo da população, importando contrariar esta tendência através da promoção de hábitos de atividade física. Da mesma forma, tem-se assistido a uma alteração dos hábitos alimentares da população trabalhadora, obrigada a comer fora de casa, em cantinas ou estabelecimentos de restauração, contribuindo para a perda de hábitos de alimentação mediterrânica, próprios da nossa cultura alimentar tradicional. A gestão do stresse no local de trabalho é também uma vertente de ação a valorizar, na medida em que o stresse ocupacional pode contribuir para comprometer a saúde mental não só individual, mas também familiar.

Esta área tem sido impulsionada pelo Acordo celebrado em 2001 sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, orientado para a prevenção dos riscos profissionais e combate à sinistralidade e para a melhoria dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, pelo que se prevê a diminuição do número/incidência de acidentes de trabalho, doenças profissionais e doenças relacionadas com o trabalho.

Segundo a DGEEP – Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o número total de acidentes de trabalho apurados em 2017 foi de 104.674, dos quais 95 mortais. A sua distribuição por regiões revela que 36.4% do total dos acidentes de trabalho ocorreram na Região Norte. Foi também nesta região que se registaram 26.8% dos acidentes mortais.

Por outro lado, a análise por regiões mostra que é nas regiões Norte e Centro que a taxa de incidência dos acidentes de trabalho foi superior à da média global.

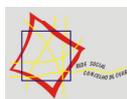
Fazendo uma análise por distritos, conclui-se que Porto, Lisboa e Aveiro concentraram mais de 50% dos acidentes de trabalho, destacando-se sobretudo o primeiro onde se verificaram 24% do total. Por outro lado, foi também em Lisboa e Porto que ocorreu quase um terço dos acidentes mortais.

**Quadro 214 – Acidentes de trabalho mortais e não mortais, segundo a relação contratual do sinistrado, por distrito, em 2017**

Distrito	Trabalhadores vinculados		Trabalhadores não vinculados	
	Acidentes Não Mortais	Acidentes Mortais	Acidentes Não Mortais	Acidentes Mortais
Aveiro	12 769	9	1 002	0
Beja	562	1	120	0
Braga	10 647	11	1 048	1
Bragança	439	0	14	0
Castelo Branco	937	2	56	0
Coimbra	3 808	8	372	0
Évora	722	0	49	0
Faro	3 842	2	263	1
Guarda	587	0	106	0
Leiria	6 889	4	405	1
Lisboa	23 205	20	1 770	2
Portalegre	391	0	11	0
Porto	24 141	17	1 564	4
Santarém	4 113	9	134	0
Setúbal	5 457	4	971	1
Viana do Castelo	2 117	3	355	0
Vila Real	775	2	11	1
Viseu	3 273	0	157	1
<b>Total</b>	<b>104 674</b>	<b>95</b>	<b>8 408</b>	<b>13</b>

Fonte: DGEEP– Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Observando o Quadro 225, constata-se que, em 2017, foi no conjunto das “Indústrias Transformadoras”, no “Comércio por grosso e a retalho; reparação veículos automóveis e motorizadas” e nas “Atividades de saúde, humana e apoio social” que mais acidentes de trabalho se verificaram. A “Construção” surge em 4.º lugar, apesar de ser nesta



atividade que mais acidentes mortais se verificaram (31 no total), seguida das “Indústrias Transformadoras”, com um total de 27 acidentes mortais.

CAE	Trabalhadores vinculados		Trabalhadores não vinculados	
	Acidentes Não Mortais	Acidentes Mortais	Acidentes Não Mortais	Acidentes Mortais
A - Agricultura, caça, silvicultura e pesca	1 748	9	40	0
B - Indústrias extrativas	759	2	121	0
C - Indústrias transformadoras	37 089	21	3 997	6
D – Eletricidade, gás, vapor e água	77	0	21	0
E – Captação, tratamento, distribuição de água	2 256	5	228	1
F - Construção	9 892	29	455	2
G – Comércio por grosso e a retalho; reparação veículos automóveis e motorizadas	15 360	12	697	1
H – Transportes e Armazenagem	8 140	9	1 034	1
I – Alojamento, restauração e similares	6 200	2	620	1
J – Atividade de informação e comunicação	656	0	17	0
K – Atividades Financeiras e seguros	540	0	2	0
L – Atividades Imobiliárias	231	0	1	0
M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 344	0	95	1
N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	6 228	5	319	0
O – Administração Pública e defesa; Seguranças Social Obrigatória	544	0	11	0
P – Educação	756	0	50	0
Q – Atividades de saúde, humana e apoio social	10 993	1	657	0
R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	934	0	11	0
S – Outras atividades de serviços	924	0	22	0
U – Atividades dos organismos Internos e outras instituições extraterritorial	3	0	0	0
<b>Total</b>	<b>104 674</b>	<b>95</b>	<b>8 408</b>	<b>13</b>

Fonte: DGEEP– Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Constata-se que são numerosas as empresas, dispersas pelo País, que têm investido mais nas questões relacionadas com a promoção da saúde no local de trabalho. No entanto, é imprescindível o envolvimento de forma mais ativa dos serviços de saúde, em particular dos Centros Regionais de Saúde Pública, no apoio e incentivo às empresas das respetivas regiões, não só para que cumpram os requisitos legais em matéria de higiene, saúde e segurança, mas também para que contribuam para que os trabalhadores adotem estilos de vida mais saudáveis.

É premente determinar ações com o objetivo de:

- Divulgar informações sobre o interesse, factibilidade, alternativas, programação e formas de avaliar e promover a saúde no local de trabalho;
- Divulgar modelos de boas práticas nacionais e internacionais;
- Sensibilizar empresários, gestores, trabalhadores e suas organizações associativas para a importância da Promoção da Saúde no Local de Trabalho (PSLT);
- Promover uma abordagem interdisciplinar e multiprofissional para o desenvolvimento da PSLT;
- Lograr a criação e desenvolvimento de uma nova cultura de saúde nas empresas e diversos locais de trabalho, de modo a interferir direta e positivamente nas determinantes de saúde, na segurança no local de trabalho e, indiretamente, diminuindo os dias de doença e ausência ao trabalho e aumentando o bem-estar de todos os intervenientes nos diversos locais de trabalho.



### 10. Carta de Riscos

#### Riscos Naturais

O concelho de Ovar tem riscos naturais elevados associados à Ria, aos caudais de rios e ribeiras e riscos de inundações por cheia, que têm sido frequentes e consecutivos na última década.

Tendo uma zona costeira com cerca de 20Km, está classificada como “zona de risco de erosão” devido às frequentes invasões pelo mar, ao manifesto avanço da linha de costa, sendo considerada pelos responsáveis, zona sensível e de risco no país e zona de intervenção prioritária pelo INAG e Ministério do Ambiente.

Possui uma extensa área florestal, classificada como “zona crítica” pela sua importância e pelo risco de incêndio associado (45% desta área situa-se paredes meias com as populações, sendo potenciadora de elevados riscos).

Por outro lado, o concelho de Ovar localiza-se em “área de risco de pandemia da gripe das aves” pela proximidade à Ria de Aveiro.

#### Riscos Industriais

Atendendo à diversidade do seu tecido industrial, à elevada atividade e dimensão empresarial e à proximidade dos polígonos industriais às populações, ao concelho de Ovar corresponde um risco industrial elevado. Tais riscos estão sobretudo associados a matérias-primas armazenadas com elevada toxicidade, matérias inflamáveis e explosivas e com elevado grau de combustão e toxicidade.

Destacam-se com risco muito elevado empresas como: Flex 2000, Cuco Gás, Prisma, Sapec, Sika Portuguesa, Proquiplás e com risco elevado: Lusotufu, Sicor, Safina, Biosafe e Salvador Caetano.

Considerando os produtos acabados, são consideradas factor de risco muito elevado, empresas como: Iberfibran, Sika Portuguesa e Proquiplás e como de risco elevado: Cordex, Lusotufu, Sicor, Safina, Flex 2000 e Biosafe. É considerada factor de risco moderado a Ovarpack.

Ovar situa-se também na área de influência do risco de acidente químico grave, do Complexo Químico de Estarreja, destacando-se como factores de risco empresas como: CIRES, PETROGAL, APQ QUÍMICA, BRESFOR, DOW PORTUGAL e UNITECA.

#### Transporte de Matérias Perigosas

Diariamente o concelho de Ovar é atravessado por intenso tráfego rodoviário e ferroviário de transporte de mercadorias perigosas a exigir disponibilidade permanente de socorro e urgência, atestado pelas comunicações quase diárias dos serviços de proteção civil.

#### Sinistralidade

Os indicadores comunicados pelas autoridades competentes mostram elevados índices de sinistralidade industrial e rodoviária. Os eixos rodoviários (A1, A29, EN109 e EN 327 e a densa rede concelhia) e ferroviário implicam riscos reais e potenciais de acidentes a exigir socorro hospitalar urgente.

#### Acidentes Aéreos e Marítimos

Ovar localiza-se na área de aproximação do aeroporto internacional de Francisco Sá Carneiro e possui no seu território uma Base NATO ativa (abastecida por gasoduto que atravessa parte do concelho), o que potencia riscos de acidente aéreo.



### 11. Atos Notariais

De acordo com o Quadro 226, constata-se que, regra geral, os atos notariais têm aumentado nos últimos anos, em Portugal e no concelho de Ovar, com exceção dos atos para Hipoteca e Justificação que, no concelho de Ovar, registaram uma diminuição.

Tendo por base o ano de 2017, verifica-se, que os atos notariais registados no concelho de Ovar corresponderam a cerca de 8% dos atos efetuados na Região de Aveiro.

<b>Quadro 216 – Principais atos notariais celebrados por escritura pública, por tipo de ato, entre 2015 e 2017</b>					
<b>Tipo de Atos Notariais</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Região Centro</b>	<b>Região Aveiro</b>	<b>Concelho de Ovar</b>
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Total*	2017	242 517	58 812	9 459	804
	2016	211 532	53 185	8 128	603
	2015	187 571	49 042	7 400	567
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Compra e Venda de Imóveis	2017	121 921	26 109	4 452	342
	2016	100 107	22 612	3 674	241
	2015	81 910	19 733	3 127	210
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Constituição de Propriedade Horizontal	2017	1 945	351	55	10
	2016	1 704	328	43	4
	2015	1 611	320	49	3
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Constituição de Sociedades Com. e Civis	2017	600	135	14	--
	2016	664	150	12	--
	2015	673	136	28	--
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Doação	2017	16 704	5 640	1 003	73
	2016	18 865	6 126	1 045	65
	2015	16 595	5 500	904	75
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Habilitação de Herdeiros	2017	43 336	12 461	1 860	202
	2016	37 377	10 880	1 613	157
	2015	35 510	10 175	1 539	156
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Hipoteca	2017	4 317	787	120	8
	2016	4 240	776	116	13
	2015	4 755	954	153	11
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Justificação	2017	11 404	5 454	530	21
	2016	11 368	5 350	512	27
	2015	11 772	5 607	520	24
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Mútuo	2017	31 474	5 363	879	37
	2016	22 282	3 860	518	8
	2015	15 194	2 612	312	6
Atos Notariais Celebrados por Escritura – Partilha	2017	12 659	3 741	583	62
	2016	12 280	3 651	592	58
	2015	11 821	3 624	582	45

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

\* O total de escrituras é menor do que a soma dos atos notariais pelo facto de uma escritura conter mais do que um ato notarial

Analisando os atos realizados nos Registos e Notariado, em 2017, constata-se que:

- Os atos efetuados no Registo Comercial, Registo Civil e Registo Predial do concelho de Ovar sofreram uma diminuição entre 2016 e 2017 (cerca de 42%, 11% e 6%, respetivamente);
- Os atos efetuados nos Notariados e no registo Automóvel do concelho de Ovar registaram um aumento (cerca de 12% e 3%, respetivamente);
- O maior número de atos foi efetuado no Registo Civil, seguido do Registo Automóvel.



<b>Quadro 217 – Atos dos Registos e Notariado, por tipo de ato</b>				
<b>Tipo de Atos dos Registos e Notariados</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>	<b>Distrito de Aveiro</b>	<b>Concelho de Ovar</b>
Registo Comercial	2017	849 846	39 325	2 791
	2016	936 961	44 900	3 958
	2015	889 961	43 377	2 987
Registo Civil	2017	4 013 708	271 942	24 489
	2016	4 183 406	281 702	27 167
	2015	4 434 340	301 108	28 264
Notariado	2017	1 590 737	96 127	5 430
	2016	1 445 389	87 782	4 688
	2015	1 386 384	86 603	4 555
Registo Predial	2017	2 833 254	193 297	10 454
	2016	2 738 227	189 210	11 084
	2015	2 883 256	207 426	14 980
Registo Automóvel	2017	5 712 687	381 348	19 697
	2016	5 506 728	361 836	17 560
	2015	5 127 950	335 157	16 113
Identificação Criminal	2017	4 684 799	-	-
	2016	3 400 062	-	-
	2015	3 192 831	-	-
Identificação Civil	2017	4 995 484	219	-
	2016	5 105 051	380	-
	2015	5 426 513	478	-
<b>Total</b>	<b>2017</b>	<b>24 680 515</b>	<b>982 258</b>	<b>62 861</b>
	<b>2016</b>	<b>23 315 824</b>	<b>965 810</b>	<b>64 457</b>
	<b>2015</b>	<b>23 341 235</b>	<b>974 149</b>	<b>66 899</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

## 12. Avaliação Estratégica

<b>Potencialidades</b>	<b>Fragilidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Projeto (Ren)Ovar;</li> <li>✚ Projetos de Respostas Integradas, nomeadamente “Dá a Volta”, “IntegraOvar” e “Abispa-te” do Centro Comunitário de Esmoriz;</li> <li>✚ Equipa de Policiamento Escola Segura e Equipa de Policiamento de Proximidade e Apoio à Vítima da PSP de Ovar;</li> <li>✚ Equipa da Escola Segura e Equipa Idosos em Segurança da GNR de Ovar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Elevado número de processos judiciais nos tribunais</li> <li>✚ Significativa taxa de crimes contra a integridade física no concelho de Ovar (5.6%), que aumentaram entre 2016 e 2017;</li> <li>✚ Taxas de criminalidade de condução sem habilitação legal (1.1%) acima da nacional;</li> <li>✚ Aumento dos casos de violência doméstica, sobretudo contra mulheres e idosos;</li> <li>✚ Concelho sujeito a riscos naturais (erosão costeira e incêndios florestais); industriais de risco elevado e possibilidade de acidentes aéreos e marítimos devido à proximidade com o aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro e à existência de uma Base da Nato ativa no concelho;</li> <li>✚ Significativos índices de sinistralidade rodoviária (196 acidentes de viação com vítimas em 2017 e 258 vítimas, valores superiores aos de 2016);</li> <li>✚ Aumento do número de processos globais existentes na CPCJ (481 em 2017 e 402 em 2016);</li> <li>✚ Aumento do número de processos instaurados na CPCJ por: negligência (155 casos em 2017 face a 149 em 2016); exposição a modelos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (103 em 2017 face a 79 em 2016) e situação de perigo em que esteja em causa o direito à educação (103 em 2017 face a 82 em 2016);</li> <li>✚ Aumento de denúncias de violência doméstica contra idosos;</li> <li>✚ Falta de atividades de ocupação de tempos livres para</li> </ul>



<b>Oportunidades</b>	<b>ameas.</b> <b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>✚ PRI do território de Ovar;</li><li>✚ Programa Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP;</li><li>✚ APAV;</li><li>✚ Programas Operacionais do Portugal 2020.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Baixas qualificações escolares e profissionais da população;</li><li>✚ Baixos rendimentos das pessoas;</li><li>✚ Desemprego e trabalho precário.</li></ul>

### **13. Prioridades de Intervenção**

<b>Elevada</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Desenvolver ações de informação e formação sobre Igualdade de Género e Violência Doméstica;</li><li>✚ Criar equipas multidisciplinares de atendimento e acompanhamento das vítimas de violência doméstica e agressores;</li><li>✚ Preparar os profissionais de saúde e outros para o atendimento, acompanhamento e orientação das vítimas de violência doméstica, em especial de abusos sexuais em estreita colaboração com os tribunais, polícias e Segurança Social;</li><li>✚ Fomentar políticas sociais de apoio à família; aumentar a cobertura de serviços na área da terapia e mediação familiar; promover o encaminhamento de situações de risco ou disfuncionalidade familiar detetadas;</li><li>✚ Criar mais atividades de ocupação dos tempos livres de adolescentes e jovens, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º Ciclos.</li></ul>



**CAPÍTULO VII – TECICO ECONÓMICO E EMPREGO**



### VII – Tecido Económico e Emprego

#### 1. Caracterização Económica

A economia do concelho de Ovar denota um grande peso, na sua estrutura, dos setores secundário e terciário, sendo este último o mais expressivo, se tivermos em conta o número de empresas (Quadro 209) e o número de trabalhadores (Quadro 210). Com efeito, 80% das empresas existentes no concelho de Ovar, em 2016, pertenciam ao setor terciário (face a 73% na Região de Aveiro) e cerca de 53,5% da população empregada, em 2016, trabalhava no setor terciário (face a cerca de 53% na Região de Aveiro).

Analisando o número de empresas pertencentes à indústria transformadora, aquelas que apresentam maior capacidade para serem o motor da economia de uma região e as maiores empregadoras, constata-se que elas representam cerca de 8% do total das empresas sedeadas na região.

O processo de desenvolvimento e evolução do concelho de Ovar tem sido orientado pela sua maior ou menor capacidade de interação e de relacionamento com os espaços mais próximos, o que se tem verificado ao nível do desenvolvimento de competências, do reforço da competitividade do seu tecido económico e da localização de Ovar face a eixos de comunicação, rodo e ferroviários, estruturantes do espaço nacional e comunitário.

As oportunidades de desenvolvimento e de evolução de Ovar devem-se essencialmente:

- À facilidade de acesso a serviços dirigidos para as empresas, donde se inclui centros de investigação e centros tecnológicos, devido à sua proximidade com o Europarque;
- À sua inserção num espaço de dinâmica industrial significativo, que engloba a maioria dos concelhos do Entre Douro e Vouga e a faixa litoral até à cidade de Aveiro, cujo saber-fazer industrial é tão significativo que é capaz de atrair o setor empresarial e de gerar novas condições de competitividade tanto no mercado nacional como internacional;
- À sua inserção numa importante e densa bacia de emprego geradora, por um lado, duma certa diversidade industrial, embora com especializações mais representativas em termos territoriais (como é o caso do calçado em S. João da Madeira, da cortiça em Santa Maria da Feira e dos plásticos em Oliveira de Azeméis) e, por outro lado, da presença de zonas em que se conjuga a profissão principal com atividades rurais que servem para reforçar os rendimentos familiares;
- À sua inserção num espaço caracterizado por uma população relativamente jovem, cujas oportunidades de formação (oferta de ensino superior e de formação profissional) tendem a favorecer a sua qualificação;
- Ao reforço da rede de ligações inter-regionais que favorecem as ligações de Ovar com o Grande Porto e com Aveiro, nomeadamente a A1, a A29 e a Linha do Norte;
- À sua inserção em processo de qualificação e reforço dos serviços prestados nos centros urbanos mais próximos, tornando possível a cooperação com as cidades do Entre Douro e Vouga e com Espinho, centralizando a localização de grandes equipamentos (de investigação, culturais, de lazer e turismo), como é o caso do Europarque e do Centro Tecnológico.

Falar na evolução de Ovar é falar também na sua integração no sistema urbano Aveiro/Ílhavo – Águeda/Ovar, que, para além de ser o sub-sistema mais dinâmico da Região de Aveiro, é também um dos sub-sistemas mais dinâmicos da Região Centro, estando estruturado por um conjunto de centros urbanos de dimensão média, dos quais se destaca Aveiro, uma cidade caracterizada por um forte dinamismo demográfico e por um tecido económico significativamente industrializado. Aqui também se encontram alguns setores industriais mais vulneráveis, como as indústrias químicas, de pasta de papel e de madeiras.

Por outro lado, este sistema constitui também o elo de ligação entre os grandes eixos de infra-estruturas de transportes, consolidando a Região Centro como região fundamental para o desenvolvimento equilibrado do espaço nacional e fomentando a sua integração no espaço comunitário. Este sistema detém, ainda, uma posição importante na estrutura de dois eixos na zona litoral centro (um mais próximo da costa entre Marinha Grande/ Leiria e Ovar e outro mais interior, apoiado na A1 e na Linha do Norte, entre Leiria e Águeda, que se prolonga até ao Grande Porto) e do eixo de ligação desta faixa litoral com o interior (cujo suporte é a A25 que liga Aveiro à Guarda e a Espanha e ao qual se associa uma infra-estrutura portuária localizada na cidade de Aveiro).



A inserção do concelho de Ovar neste sistema permite-lhe retirar vantagens a nível da integração de atividades, favorecendo oportunidades de alargamento “de cadeias de valor” e a atração de novas atividades que incorporem bens intermédios e componentes produzidos em setores aqui enraizados e da integração de espaços, valorizando sinergias e fomentando competitividades.

De entre essas vantagens destaca-se:

- A concentração de capacidades e competências em domínios tecnológicos, de que é exemplo o setor das telecomunicações centrado na cidade de Aveiro;
- Uma capacidade de iniciativa empresarial emergente associada à diversificação de produtos e à formação de recursos humanos;
- Uma maior abertura ao desenvolvimento de novos produtos e à formação de recursos humanos;
- A hipótese de inserção em projetos de recuperação ambiental de âmbito inter-concelhio e mesmo supranacional, principalmente no que respeita à Ria de Aveiro;
- A presença do IDIT – Instituto de Desenvolvimento e Investigação Tecnológica no Europarque;

Na Região Centro, a Região de Aveiro é a sub-região que concentra maior número de trabalhadores, mas é também caracterizada pelo peso de recursos humanos com baixas qualificações: cerca de 70% dos trabalhadores têm apenas o ensino básico e cerca de 19% o secundário. A exceção vai para indústria transformadora, onde a percentagem de empregados com formação superior apresenta valores superiores ao do País.

Entre 2014 e 2016, a Região de Aveiro registou um aumento de 994 estabelecimentos, numa tendência, também, verificada, no concelho de Ovar, com um aumento de 140 estabelecimentos. No mesmo período houve um aumento de 4.976 postos de trabalho na Região de Aveiro e de 834 em Ovar.

Da análise do quadro abaixo exposto, regista-se, em 2015, 1.854 entidades com declaração de remuneração à Segurança Social, o que corresponde a cerca de 31% das empresas existentes no concelho, se atentarmos nos Quadros n.º 208 e 209.

Área Geográfica	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	413 268	406 193	407 905	417 036	429 233
Região Centro	85 796	84 939	85 844	87 805	90 269
Região de Aveiro	13 354	13 245	13 435	13 688	13 673
Concelho de Ovar	1 854	1 802	1 800	1 835	1 918

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

Por outro lado, da análise do Quadro 209, verifica-se que, entre 2014 e 2016, se registou um aumento de 5.4% no número de estabelecimentos existentes no concelho, face a 5.9% no País e 5.0% na Região de Aveiro, nomeadamente:

- 5.9% na construção, face a 6.4% no País e 7.7% na Região de Aveiro;
- 8.2% na indústria transformadora, face a 5.7% no País e 8.9% na Região de Aveiro;
- 1.3% nos transportes e armazenagem, face a 1.9% no País e 1.3% na Região de Aveiro;
- 15.7% nas atividades administrativas e dos serviços de apoio, face a 13.3% no País e 13.5% na Região de Aveiro;
- 24.0% no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, face a 20.0% no País e 22.0% na Região de Aveiro.

Também se constata que a maioria dos estabelecimentos existentes no concelho está ligada ao setor terciário (80%), 15% ao setor secundário e 5.0% ao setor primário (face 76%, 13% e 11%, respetivamente no País e 73.0%, 12% e 9%, respetivamente, na Região de Aveiro).

Por outro lado, da análise do Quadro 210, observa-se que cerca de 40% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos existentes no concelho de Ovar, em 2016, estava ligado à indústria transformadora (face a 18% no País e 37% na Região de Aveiro).



**Quadro 219 - Estabelecimentos existentes, entre 2014 e 2016, segundo a CAE**

Área Geográfica		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Portugal	2016	133 941	1 274	71 083	4 301	1 805	79 762	246 043	23 890	106 217	17 613
	2015	134 400	1 294	70 814	1 511	1 742	78 845	247 088	23 683	99 993	16 715
	2014	129 710	1 336	70 310	1 243	1 835	78 843	246 596	23 914	92 557	15 951
Região Centro	2016	32 312	467	17 543	1 616	433	22 732	57 307	5 194	20 134	2 730
	2015	32 636	476	17 491	428	441	22 674	57 790	5 221	19 509	2 580
	2014	31 538	487	17 326	306	486	22 739	57 831	5 292	19 005	2 430
Região de Aveiro	2016	4 021	39	3 814	321	64	3 321	9 488	547	2 786	499
	2015	4 066	36	3 687	80	65	3 298	9 583	546	2 706	487
	2014	4 063	37	3 7	51	71	3 314	9 559	565	2 709	442
Concelho de Ovar	2016	294	2	484	29	8	348	1 436	78	434	45
	2015	293	4	464	7	10	363	1 440	80	433	49
	2014	308	3	450	7	10	362	1 452	87	431	37
Área Geográfica		L	M	N	P	Q	R	S	Total		
Portugal	2016	36 417	121 967	165 897	55 285	92 976	33 266	58 330	1 250 067		
	2015	32 731	118 321	156 061	55 236	89 203	30 876	56 643	1 215 156		
	2014	30 137	114 957	146 897	55 915	85 778	29 229	55 047	1 180 255		
Região Centro	2016	5 335	22 740	29 201	12 224	18 510	5 557	12 002	266 037		
	2015	4 921	22 304	27 907	12 249	17 660	5 224	11 713	261 224		
	2014	4 618	21 628	26 043	12 491	16 928	5 003	11 298	255 449		
Região de Aveiro	2016	821	3 876	5 788	2 026	2 663	984	1 924	42 982		
	2015	780	3 801	5 572	2 028	2 514	917	1 822	41 988		
	2014	729	3 636	5 157	2 018	2 355	908	1 745	40 948		
Concelho de Ovar	2016	141	558	935	318	411	138	279	5 938		
	2015	133	528	930	318	370	118	258	5 798		
	2014	126	493	834	325	345	110	253	5 633		

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos - maio de 2018

**Legenda:**

- A - Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- B - Indústrias extrativas
- C - Indústrias transformadoras
- D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e depoliuição
- F - Construção
- G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
- H - Transportes e armazenagem

- I - Alojamento, restauração e similares
- J - Atividades de informação e de comunicação
- L - Atividades imobiliárias
- M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- O - Administração pública e defesa; segurança Social Obrigatória
- P - Educação
- Q - Atividades de saúde humana e apoio social
- R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
- S - Outras atividades de serviços

**Quadro 220 – Pessoal ao Serviço dos Estabelecimentos existentes, entre 2014 e 2016, segundo a CAE**

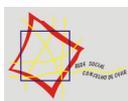
Área Geográfica		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Portugal	2016	194 787	9 175	682 654	12 211	31 593	292 092	749 915	159 157	320 810	93 878
	2015	192 961	9 265	666 497	9 463	29 765	287 736	736 547	153 758	295 883	90 706
	2014	185 408	9 422	646 890	8 732	29 886	181 637	719 970	150 175	275 305	85 334
Região Centro	2016	47 441	2 709	177 678	2 864	6 273	65 497	160 484	33 619	48 671	10 022
	2015	47 856	2 844	173 450	1 618	5 948	64 023	158 241	32 667	46 126	10 053
	2014	46 417	2 955	168 644	1 400	6 090	63 493	154 056	32 323	44 288	9 116
Região de Aveiro	2016	6 011	199	52 031	444	951	7 622	27 822	4 269	7 157	2 128
	2015	6 106	219	50 571	199	941	7 646	27 215	3 898	6 851	2 098
	2014	6 005	216	48 359	152	986	7 805	26 420	3 865	6 536	1 961
Concelho de Ovar	2016	--	--	8 494	37	30	830	4 461	618	984	77
	2015	385	15	8 455	15	69	847	4 236	614	944	80
	2014	400	14	7 905	15	84	889	4 126	567	908	72
Área Geográfica		L	M	N	P	Q	R	S	Total		
Portugal	2016	56 279	240 588	447 304	92 118	170 248	52 205	87 766	3 692 780		
	2015	50 807	232 342	424 759	91 948	16 2019	47 964	84 869	3 567 289		
	2014	46 548	224 554	397 433	91 686	154 241	44 728	82 688	3 434 637		
Região Centro	2016	7 557	37 026	56 639	17 736	30 746	7 325	16 878	729 165		
	2015	6 935	36 287	53 475	18 085	29 287	6 814	16 540	710 249		
	2014	6 516	34 967	47 836	18 023	27 715	6 441	16 130	686 410		
Região de Aveiro	2016	1 149	6 677	14 644	2 990	4 345	1 276	2 597	142 312		
	2015	1 082	6 632	13 257	2 958	4 080	1 144	2 439	137 336		
	2014	999	6 283	103 37	2 911	3 663	1 119	2 435	130 052		
Concelho de Ovar	2016	207	778	2 589	405	581	190	343	21 013		
	2015	202	735	2 155	396	563	155	313	20 179		
	2014	175	695	1 834	383	446	132	312	18 957		

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística - Anuários Estatísticos- maio de 2018

**Legenda:**

- A - Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- B - Indústrias extrativas
- C - Indústrias transformadoras
- D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e depoliuição
- F - Construção
- G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
- H - Transportes e armazenagem
- I - Alojamento, restauração e similares
- J - Atividades de informação e de comunicação
- L - Atividades imobiliárias

- M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- O - Administração pública e defesa; segurança Social Obrigatória
- P - Educação
- Q - Atividades de saúde humana e apoio social
- R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
- S - Outras atividades de serviços



## 1.1. O Setor Primário no Concelho

Segundo um estudo da Espírito Santo Research de 2011, com base nos dados do INE, a Agricultura é fundamental no setor primário português, pois, com um volume de negócios na ordem dos 6 mil milhões de euros, é responsável por 80% de toda a produção primária. No entanto, ao nível das exportações, o setor da Pesca Marítima foi quem mais contribuiu para as vendas internacionais, com quase 90 milhões de euros.

Com efeito, segundo o referido estudo, em 2011, o setor primário em Portugal, que inclui a Agricultura, Silvicultura e Pesca, teve um volume de negócios de 7,5 mil milhões de euros e abrangeu 12.3% dos postos de trabalho em Portugal, num total de 43.972 empresas agrícolas.

Fazendo uma análise por setores de atividade, o estudo da ES Research conclui que a Pesca vale 627 milhões de euros e contribui com 8% para a produção primária; a Silvicultura é responsável por uma fatia de 935 milhões de euros para o volume de negócios do setor primário e 12% da produção; a Agricultura é a que mais contribui para o setor primário com um volume de negócios de 6 milhões de euros e 80% de toda a produção primária.

### 1.1.1. A Agricultura

A Agricultura abrange a Produção Vegetal (3,2 mil milhões de euros é o volume de negócios referente às frutas, hortícolas, cereais, vinho e azeite); a Produção Animal (cujos 2,4 mil milhões de euros dizem respeito à produção de animais, leite, ovos etc.) e outros que rendem 287 milhões de euros.

Ainda de acordo com o mesmo estudo, o setor primário resultou, em 2012, num Valor Acrescentado Bruto de 2,1%, sendo o mais baixo se comparado com outros setores de atividade: Outras Atividades de Serviços (29,9%), Comércio e Reparação de Veículos, Alojamento e Restauração (19,8%), Atividades Financeiras de Seguros e Imobiliárias (15,8%), Indústria (13,9%), Transportes e Armazenagem, Atividades de Informação e Comunicação (8,9%), Construção (6,1%) e Energia, Água e Saneamento (3,4%).

No que concerne ao comércio internacional, e tendo em conta as importações e exportações primárias entre 2006 e 2011, as exportações do setor primário situam-se nos 2,2 mil milhões de euros (5,2% das exportações totais), contribuindo o Alentejo com 12,4% para as exportações totais, de acordo com números do INE.

Com efeito, analisando as exportações do setor agrícola por CAE, em 2011, constata-se que a Pesca Marítima contribuiu com 89,9 milhões de euros (peso de 31,4% nas exportações agrícolas); as Culturas de Produtos Hortícolas, Raízes e Tubérculos são responsáveis por vendas internacionais no valor de 45,2 milhões de euros (15,8% de peso nas exportações agrícolas). A Viticultura exportou 25 milhões de euros em 2011, um peso de 8,7% nas exportações agrícolas.

Por outro lado, verifica-se que a Avicultura registou vendas para o exterior de 22,9 milhões de euros em 2011 e teve um peso nas exportações agrícolas de 8%, enquanto a Agricultura e Produção Animal Combinadas vendeu 21,1 milhões de euros para o estrangeiro tendo um peso de 7,4% no total das exportações agrícolas.

Ainda segundo o estudo da ES Research, tendo em conta os países de destino das empresas exportadoras do setor agrícola, em 2011, conclui-se que a Suíça é responsável por 7,8% das importações de produtos do setor primário. O Brasil surge como o segundo país que mais compra ao setor primário (7%), logo seguido dos Estados Unidos da América (5,9%), Espanha (5,5%) e Canadá (5,4%).

O Valor Anual Bruto (VAB) do ramo agrícola em Portugal corresponde a 1,4 por cento do VAB nacional. Tal como refere o estudo da ES Research, a balança comercial do setor agrícola é tradicionalmente deficitária e, em 2011, Portugal produzia cerca de 70% das necessidades de consumo. Assim, os frutos apresentavam, em 2011, uma balança deficitária de 147,5 milhões de euros, sendo também deficitária a balança dos Vegetais e Produtos Hortícolas (défice de 68,7 milhões de euros). Em 2011, o vinho foi dos poucos produtos agrícolas a apresentar um resultado positivo, com 570 milhões de euros.

Os cereais apresentam-se como a produção vegetal mais deficitária, com um déficit de 573 milhões de euros, enquanto o azeite tem uma balança comercial positiva de 29,6 milhões de euros. A produção vegetal do setor agrícola é dominada pelos Frutos, Vegetais, Hortícolas, Vegetais Hortícolas e Vinho, sendo que a maior taxa de crescimento se verifica no azeite.

O setor primário português, ao contrário da generalidade da restante economia, é hoje um setor em franca expansão, a instalação de jovens agricultores a uma média superior a 240 por mês é um fortíssimo sinal de que os portugueses e sobretudo os portugueses jovens estão a voltar à terra. São jovens qualificados em áreas de formação superior que



nada tem a ver com formação agrária ou florestal, o que é também uma mais valia. A substituição de importações por produção nacional tem de continuar a ser uma aposta, por forma a equilibrar a balança comercial.

Face aos números apresentados, o setor primário tem para Portugal neste momento uma importância vital, pelo que poderá ser uma potencialidade a aproveitar também no concelho de Ovar.

Da análise do quadro abaixo transposto, constata-se que, em 2009, existiam no concelho 399 explorações agrícolas, das quais cerca de 97% eram de produtores singulares autónomos. O total das explorações existentes no concelho correspondiam a cerca de 4.5% das da Região de Aveiro.

Observa-se, ainda, que cerca de 75% das explorações do concelho correspondem a hortas familiares, face a cerca de 85% na região de Aveiro.

**Quadro 221 – Número de explorações por natureza jurídica e tipo de exploração, em 2009**

Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Explorações – N.º		305 266	105 092	8 701	399
Explorações – ha		4 709 131	879 726	37 092	2 105
Natureza Jurídica da exploração – produtor singular autónomo - N.º		297 381	103 303	8 556	386
Natureza Jurídica da exploração – produtor singular autónomo - ha		3 218 332	743 249	34 360	1 900
Natureza Jurídica da exploração – produtor singular empresário – N.º		1 109	199	10	0
Natureza Jurídica da exploração – produtor singular empresário - ha		268 986	19 606	110	0
Natureza Jurídica da exploração – Sociedades – N.º		6 776	1 590	135	13
Natureza Jurídica da exploração – Sociedades - ha		1 221 813	116 871	2 622	205
SAU	Explorações N.º	303 867	104 607	8 669	396
	Área ha	3 668 145	570 003	23 627	1 673
Terra arável	Explorações N.º	202 371	74 829	7 900	388
	Área ha	1 173 127	215 788	17 272	1 588
Horta Familiar	Explorações N.º	199 378	79 223	7 404	299
	Área ha	19 695	8 218	668	30
Culturas permanentes	Explorações N.º	242 400	85 111	4 904	47
	Área ha	690 725	157 603	4 035	16
Pastagens permanentes	Explorações N.º	85 093	21 947	1 090	27
	Área ha	1 784 598	188 394	1 652	39
Área média por exploração	2009	15.4	8.4	4.3	5.3
	1999	12.5	7.2	3.5	4.2

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Em termos de mão de obra agrícola, em 2009, existiam 722 trabalhadores agrícolas (344 homens e 374 mulheres), dos quais 87% correspondiam a mão de obra familiar.



Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Mão de obra agrícola	HM	367 393	123 809	12 399	722
	H	208 024	67 421	6 041	344
	M	155 381	55 835	6 295	374
	com 55 ou mais anos	203 019	78 572	7 996	377
Mão de obra agrícola familiar	Produtor	160 354	57 060	5 568	284
	Cônjuge	90 170	35 665	3 897	192
	Outros membros	43 891	13 152	1 591	155
Mão de obra agrícola não familiar	Permanente	41 369	10 043	790	79
	Eventual	27 621	7 337	492	7
Mão de obra não contratada diretamente pelo produtor		3 989	552	62	5

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Explorações agrícolas	Com sistema de rega	53.66	58.34	82.03	92.68
	Com trator	47.7	56.9	62.7	73.9
Bovinos por exploração		28.6	16.4	15.5	29.8
Vacas leiteiras por exploração		26.7	15.0	19.8	31.7
Produtores agrícolas singulares com ativ. a tempo completo na exploração		21.23	20.47	35.88	39.38
Produtores agrícolas singulares mulheres		21.23	28.75	28.38	32.64
Produtores agrícolas singulares com formação	Prop. agrícola	10.85	9.59	11.72	16.58
	Secundária ou superior	8.59	6.98	5.53	2.59

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

### 1.1.2. Pesca

Portugal, país com longa tradição marítima, tem múltiplas razões económicas e sociais para continuar a considerar o mar como setor prioritário. A economia do mar tem potencial para melhorar a balança comercial, sendo para tal, urgente a implementação de medidas que alavanquem a capacidade exportadora de muitos dos setores do mar.

No recurso mar, operam diversas indústrias/subsetores que são considerados relevantes no quadro da economia portuguesa, como são os setores ligados à construção e reparação naval; transportes marítimos, portos, logística e expedição; pesca, aquacultura e indústria do pescado; ação do Estado no mar, entretenimento, desporto, turismo e cultura; seguros marítimos e financiamento marítimo.

Existe ainda um outro conjunto de subsectores, como o caso das energias renováveis, dos recursos minerais e da biotecnologia, que, apesar de revelarem um enorme potencial, ainda levarão algum tempo a ganhar relevância no quadro da economia portuguesa.

Portugal é dos países da UE com maior consumo *per capita* de peixe, no entanto, importamos mais de metade do peixe que consumimos. Apesar das boas condições naturais e da excelente qualidade do produto, a aquacultura em Portugal continua a enfrentar o desafio do aumento de dimensão das empresas que operam no setor, com o conseqüente aproveitamento de economias de escala. Contudo, nos últimos anos tem-se verificado o aumento da produção nacional de aquacultura e das exportações de produtos da pesca.

Alguns dos desafios que se colocam ao subsector da pesca, aquacultura e indústria do pescado são os seguintes: acrescentar valor ao produto base primário (peixe e marisco) através da sua conservação, transformação e diversificação; reforçar as práticas de captura sustentáveis, certificando os processos e comunicando adequadamente ao consumidor final; substituição de importações por produção nacional para fazer face à procura existente no mercado português; investigação de tecnologias e processos que minimizem o custo associado à energia necessária à propulsão das embarcações de pesca, para fazer face à subida do preço do petróleo e/ou descidas do preço do



pescado no mercado; reforço da marca dos produtos transformados; aproveitamento da potencialidade da aquacultura; desenvolver a cadeia de abastecimento dos mercados; continuar a desenvolver as condições de segurança no mar.

Para alavancar a economia do mar, há que promover o aumento de exportações, a redução das importações, bem como outras formas de transação que potenciem a entrada líquida de divisas, que as atividades relacionadas com o mar poderão fomentar. Com efeito, urge: a tomada de medidas que divulguem a excelência dos nossos produtos e serviços relacionados com o mar, em particular nas áreas do turismo e da alimentação marinha; desenvolver a marca do pescado Português; desburocratizar e simplificar processos, com enquadramentos legislativos adequados à realidade concreta da economia portuguesa e competitividade fiscal; celebrar acordos e parcerias internacionais, em particular com países da CPLP; investir na formação a todos os níveis e em atividades de investigação e desenvolvimento numa parceria entre universidades e empresas; apostar numa política de aquisições de produtos e serviços por parte de empresas e entidades instaladas em Portugal que fomente a aquisição da produção nacional, com particular responsabilidade para as entidades públicas; fomentar o trabalho e a cooperação em *cluster*; desenvolver processos de certificação; adaptar a escolha das espécies de aquacultura, às condições naturais do país e aos preços que se praticam nos mercados de consumo; adaptar espaços específicos existentes para a aquacultura (ex. salinas abandonadas); apostar na modernização, automatização e otimização tecnológica.

Para dar resposta a estes desafios, ou pelo menos a alguns destes desafios, foi aprovada a Estratégia Nacional para o Mar, que inclui as seguintes metas:

- Recuperar a identidade marítima nacional num quadro moderno, pró-ativo e empreendedor;
- Concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico mediante a criação de condições para atrair investimento e a promoção do crescimento, do emprego, da coesão social e da integridade territorial;
- Consagrar Portugal como nação marítima e parte incontornável da política integrada e da estratégia marítima da União Europeia para a área do Atlântico".

Assente em três pilares fundamentais - valorização e exploração dos recursos naturais, promoção dos usos do mar e preservação dos recursos num quadro de desenvolvimento sustentável -, a Estratégia integra ainda as prioridades europeias para este setor: energia azul, aquacultura, turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, recursos minerais marinhos e biotecnologia azul.

Decorrente da obrigação de inscrição nas capitánias marítimas, em 2010 registaram-se 16.920 pescadores, valor inferior a 2009 em 495 indivíduos, ou seja menos 2,8% de inscritos marítimos a nível nacional, registando-se uma quebra generalizada em todas as regiões, relativamente a 2009. O número de pescadores matriculados compreende todos os indivíduos que, estando envolvidos na pesca comercial, tiveram atividade neste setor, ainda que de forma sazonal ou a tempo parcial.

A Região Norte detém o maior número de pescadores matriculados (cerca de 27% do total), seguida das Regiões Centro (21%), Algarve (19%) e Açores (16%).

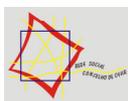
A atividade de apanha é geralmente exercida em complementaridade com outras atividades económicas, quer por tripulantes de embarcações de pesca (inscritos marítimos), quer por outros agentes. Nesta atividade estão incluídos os pescadores que operam com redes de tresmalho majoeiras, para a pesca de espécies piscícolas demersais, ou, ainda, com ganchorra de mão, para a pesca de bivalves.

No Distrito de Aveiro, os concelhos com maior população empregada no setor das Pescas e Aquacultura, em 2011, eram: Ílhavo, com 618 pessoas; Murtoza, com 466; Aveiro, com 102; Vagos, com 62; Ovar com 41 e Estarreja com 17.

**Quadro 224 – População empregada no setor das Pescas e Aquacultura, em 2001 e 2011**

Indicadores	País	Região Centro	Distrito de Aveiro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
2011	13 156	3 204	1 357	1 332	41
2001	16 048	3 791	1 524	1 495	46

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



## 1.2. Construção

Pela primeira vez desde 2011, o setor da construção civil está a crescer e a reabilitação, sobretudo em Lisboa e no Porto, é uma saída, graças ao turismo e ao investimento privado, sobretudo estrangeiro (proveniente de franceses, americanos, brasileiros e chineses). A reabilitação é hoje uma dinâmica que está instituída em pleno no mercado e que se irá prolongar durante, pelo menos, mais três ou quatro anos, garantem alguns especialistas, embora depois dê lugar à renovação, sobretudo do edificado nos anos 60 a 80 do século passado. A renovação será o futuro da construção em Portugal.

Segundo um estudo recente da Consultora Prime Yield Portugal, só nos últimos 5 anos, o investimento privado em reabilitação em Lisboa ascendeu aos 600 milhões de euros e no Porto foi superior a 1100 milhões de euros.

Também a construção nova, um pouco por todo o País, contribuiu para a recuperação do setor. Os últimos dados do INE mostram uma subida de cerca 15% nos edifícios licenciados para construções novas ou para ampliações, alterações ou reconstruções, em 2017 (Quadro 131 – Capítulo da Habitação), mas a atividade continua muito longe de volume de há 10 anos (menos 63% face aos 45.900 edifícios licenciados em 2007). Ainda de acordo com o INE, no último trimestre de 2017 os edifícios licenciados aumentaram 16.2% face ao período homólogo, corresponderam a 4,4 mil edifícios. Nos edifícios licenciados para construções novas houve um acréscimo de 18.8%, enquanto no licenciamento para reabilitação se registou uma subida de 12.1%.

Da análise do Quadro 131, verifica-se que, nos últimos anos, têm aumentado os pedidos de licenciamento de construções novas para habitação familiar (cerca de 22% no País versus 12% na Região de Aveiro e 51% no concelho de Ovar, entre 2016 e 2017), mas têm diminuído os pedidos de licenciamento de obras de ampliação, alteração e reconstrução de edifícios de habitação familiar.

Observando o quadro abaixo exposto, constata-se que, apesar da retomada, de um modo geral o número de empresas e de pessoal ao serviço no setor da construção aumentou no País, mas sofreu uma ligeira descida no concelho de Ovar.

Quadro 225 – Indicadores do setor da construção, entre 2014 e 2016					
Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Número de estabelecimentos	2016	79 762	22 732	3 321	348
	2015	78 845	22 674	3 298	363
	2014	78 843	22 739	3 314	362
Pessoal ao serviço	2016	292 092	65 497	7 622	830
	2015	287 736	64 023	7 646	847
	2014	181 637	63 493	7 805	889

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

## 1.3. Energia

O nosso País tem assumido um papel de destaque no desenvolvimento das energias renováveis, o que tem sido reconhecido a nível europeu e mundial. Esta política permite-nos diversificar as fontes de abastecimento e reforçar a oferta de energia baseada em recursos naturais que Portugal possui: sol, água e vento. Está igualmente a contribuir para uma redução progressiva da nossa dependência energética face ao exterior e para o cumprimento dos objetivos nacionais de redução de gases de efeito de estufa. Por outro lado, tem permitido o aparecimento de empresas de pequena e média dimensão.

O grande motor para a forte progressão das energias renováveis nos últimos anos foi a energia eólica. Ao nível da energia hídrica, foi lançado o Plano Nacional de Barragens que prevê o reforço da capacidade de produção de várias barragens e a construção de novas barragens. Esta aposta permitirá a Portugal tirar melhor partido do seu potencial hídrico, aproximando-se do nível de aproveitamento dos recursos hídricos existente nos restantes países europeus e permitirá o desenvolvimento sustentado da energia eólica. Para além destas, Portugal tem promovido outras fontes de energia renovável, desenvolvendo projetos importantes na área da promoção de energia solar, biomassa, biogás, energia das ondas, geotermia e biocombustíveis.

As energias renováveis são cruciais para o desenvolvimento regional das áreas geográficas onde os projetos se inserem, pois constituem atualmente um dos fortes motores do desenvolvimento económico e social do país, pelos



volumes de investimento que atraem, pelo número de postos de trabalho que criam e pelos *clusters* industriais e de IDT que fomentam. Têm, assim, proporcionado boas oportunidades de investimento em tecnologias limpas, criando simultaneamente a base de uma nova economia mais sustentável e competitiva.

É expetável que se mantenha a atual preponderância da energia hídrica no total de empregos gerados pelo setor das energias renováveis. No entanto, estima-se que outras fontes renováveis, nomeadamente a solar fotovoltaica e a eólica, incrementem o seu peso face ao peso da bioenergia. Esta perspetiva fundamenta-se no desenvolvimento expetável para estas fontes de energia e nas respetivas necessidades de mão-de-obra

Estima-se que o emprego gerado diretamente pelo setor das energias renováveis represente mais de 5.500 postos de trabalho.

O setor das energias renováveis tem contribuído de forma substancial para a redução do impacto das importações de energia elétrica e combustíveis fósseis, garantindo um abrandamento nas importações de energia e combustíveis fósseis.

O Governo definiu as grandes linhas estratégicas para o setor da energia, estabelecendo a Estratégia Nacional para a Energia, (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril de 2010, que substitui a anterior Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro).

A Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) assenta sobre cinco eixos principais que nela se desenvolvem e detalham, traduzindo uma visão, um conjunto focado de prioridades e um enunciado de medidas que as permitem concretizar, nomeadamente:

- Eixo 1 – Agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira.
- Eixo 2 – Aposta nas energias renováveis.
- Eixo 3 – Promoção da eficiência energética.
- Eixo 4 – Garantia da segurança de abastecimento.
- Eixo 5 – Sustentabilidade económica e ambiental.

A ENE 2020 tem como principais objetivos:

- reduzir a dependência energética do País face ao exterior através do aumento da produção de energia a partir de recursos endógenos;
- garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas; (iii) reduzir em 25% o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas;
- criar riqueza e consolidar um *cluster* energético no setor das energias renováveis em Portugal;
- desenvolver um cluster industrial associado à promoção da eficiência energética.

Analisando o quadro abaixo exposto, constata-se que o consumo de gás natural no País tem vindo a aumentar, verificando-se o oposto no concelho de Ovar, entre 2015 e 2016. Por outro lado, tem aumentado o consumo doméstico de eletricidade, registando-se no concelho de Ovar um consumo doméstico de energia elétrica por habitante bastante acima do País e da Região de Aveiro.

Quadro 226 – Energia					
Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Consumo de combustível automóvel por habitante	2016	0,540	0,703	0,847	0,370
	2015	0,538	0,678	0,622	0,362
	2014	0,524	0,651	0,567	0,360
Consumo de gás natural por 1000 habitantes	2016	460,1	790,9	807,3	186,3
	2015	435,7	690,4	790,0	193,6
	2014	371,4	496,5	797,6	187,6
Consumo de gás natural (Nm <sup>3</sup> )	2016	4 750 828	1 779 560	293 887	10 160
	2015	4 513 044	1 560 361	287 866	10 578
	2014	3 863 313	1 128 307	291 332	10 278
Consumo doméstico de energia eléctrica por consumidor (KWh/hab.)	2016	2 342,9	2 146,9	2 495,8	3 185,3
	2015	2 228,3	2 001,6	2 318,7	2 378,5
	2014	2 243,2	2 006,3	2 324,2	2447,4

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



Analisando os quadros abaixo expostos, verifica-se, no concelho de Ovar, entre 2014 e 2016:

- Um aumento do número de consumidores domésticos e da indústria e uma diminuição do número de consumidores não domésticos e da agricultura;
- O aumento de cerca do dobro do número de consumidores da indústria;
- O aumento das vendas de gás butano e propano;
- A diminuição das vendas de gás auto( GPL);
- O aumento das vendas de gasóleo e a diminuição das vendas de fuel.

Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Doméstico	2016	5 585 659	1 348 591	188 745	26 869
	2015	5 373 731	1 293 868	179 149	25 442
	2014	5 308 430	1 280 348	176 363	24 755
Não doméstico	2016	681 618	153 741	21 341	3 300
	2015	906 138	209 500	31 462	4 786
	2014	932 378	214 972	32 967	5 159
Indústria	2016	111 141	25 916	4 811	513
	2015	52 734	13 375	2 298	248
	2014	53 776	13 725	2 433	274
Agricultura	2016	62 190	24 590	3 410	447
	2015	70 044	31 574	4 272	500
	2014	83 124	37 389	4 903	595

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

Indicadores		Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Gás	Butano	2016	267 385	46 854	23 248	1 250
		2015	228 097	38 982	9 643	872
		2014	262 215	39 463	7 994	962
	Propano	2016	566 980	94 377	22 061	6 721
		2015	649 983	93 181	19 928	4 946
		2014	695 262	96 966	18 952	4 315
	Gás auto (GPL)	2016	34 491	13 035	1 518	459
		2015	32 558	12 395	1 820	505
		2014	30 653	11 934	1 592	458
Gasolina	Sem Chumbo 95	2016	976 128	224 866	42 208	3 473
		2015	1 003 723	231 481	34 132	3 283
		2014	1 011 537	229 199	33 209	3 473
	Sem Chumbo 98	2016	76 303	22 053	3 906	302
		2015	76 414	21 810	3 007	299
		2014	80 411	22 745	3 216	283
Gasóleo rodoviário	2016	4 355 476	1 285 673	253 593	15 429	
	2015	4 328 684	1 231 183	182 395	15 210	
	2014	4 191 254	1 180 154	164 330	15 027	
Gasóleo colorido	2016	274 399	78 093	8 379	440	
	2015	265 734	79 962	7 821	703	
	2014	258 438	80 038	9 242	635	
Gasóleo para aquecimento	2016	93 421	31 459	5 741	169	
	2015	91 965	33 499	6 214	184	
	2014	98 817	34 442	7 866	180	
Fuel	2016	407 452	67 297	7 356	1 141	
	2015	381 769	65 661	18 097	932	
	2014	353 297	51 627	16 744	1 405	

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



#### 1.4. Turismo e Restauração

Setor chave na economia nacional, o Turismo continua a ser um dos maiores contribuintes para o PIB do País e os ativos turísticos mantêm-se atrativos para o investimento internacional. O turismo nos seus moldes mais tradicionais continua a atingir números consideráveis no que se refere a projetos desenvolvidos em redor do sol e do mar.

Contudo, é evidente a vaga de investimento em empreendimentos que abarcam novos conceitos de turismo, tais como o turismo rural; de habitação; do entretenimento, cultura e desporto; urbano; ecológico e de negócios.

O setor do Turismo em Portugal tem registado aumentos nos últimos anos. Tendo por base o ano de 2017, é de ressaltar o seguinte:

- o aumento de 23,0% no saldo da rubrica Viagens e Turismo, claramente acima do aumento de 12,7% em 2016;
- Considerando o **setor de alojamento turístico** (hotelaria, turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local<sup>1</sup>), em julho de 2017 havia 5.840 estabelecimentos em funcionamento com uma capacidade de 402,8 mil camas (+5,8%);
- O número de hóspedes no setor do alojamento turístico totalizou 24,1 milhões e as dormidas 65,8 milhões, correspondendo a aumentos de 12,9% e 0,8%, respetivamente;
- Como habitualmente, o principal mercado emissor foi o Reino Unido (20,9% do total das dormidas de não residentes), registando um crescimento de 2,8%. O mercado alemão (13,8% do total) cresceu 11,3%, enquanto os mercados francês e espanhol (ambos com uma quota de 9,9%) cresceram 5,2% e 7,0%, respetivamente;
- Os proveitos totais e os de aposento do setor de alojamento turístico ascenderam, respetivamente, a 3,7 mil milhões de euros e 2,7 mil milhões de euros, com assinaláveis crescimentos de 18,6% e 20,9% (+18,1% e +19,2% em 2016);
- A **hotelaria** (hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos) representou 77,7% da capacidade de alojamento (camas) do setor de alojamento, 82,1% dos hóspedes e 84,6% das dormidas. Este segmento era composto por 1 758 estabelecimentos e 313,0 mil camas em julho de 2017 (respetivamente +5,3% e +3,5% que em igual mês de 2016). Em 2017, a hotelaria alojou 19,8 milhões de hóspedes, que proporcionaram 55,7 milhões de dormidas, a que corresponderam aumentos de 10,1% e 8,4%, respetivamente, evoluções inferiores às verificadas em 2016 (+10,3% e +10,4%, pela mesma ordem);
- Os hotéis asseguraram 71,5% das dormidas na hotelaria, seguindo-se os hotéis-apartamentos (13,9%). A estada média na hotelaria foi 2,82 noites e reduziu-se 1,5%. A taxa líquida de ocupação-cama na hotelaria foi 52,9% (+2,7 p.p.);
- Os proveitos totais na hotelaria ascenderam a 3,3 mil milhões de euros (+17,7%) e os de aposento a 2,4 mil milhões de euros (+19,6%), evoluções semelhantes às verificadas no ano anterior (+17,9% e +18,9%, respetivamente);
- Em julho de 2017, o **turismo no espaço rural/de habitação** dispunha de uma oferta de 1 419 estabelecimentos em funcionamento e 23,2 mil camas disponíveis;
- O número de hóspedes no turismo rural/de habitação fixou-se em 794,7 mil em 2017 (+18,8%) e as dormidas em 1,7 milhões (+17,0%). As estadas foram de 2,14 noites, em média, e a taxa de ocupação-cama foi 23,8%;
- A oferta de **alojamento local** em funcionamento traduziu-se em 2.663 estabelecimentos em julho de 2017, que disponibilizaram 66,6 mil camas;
- Em 2017, o alojamento local recebeu 3,4 milhões de hóspedes (+28,8%) e 8,0 milhões de dormidas (+26,7%). A estada média foi 2,35 noites (-1,6%) e a taxa líquida de ocupação-cama situou-se em 37,2% (+2,4 p.p.);
- Em julho de 2017 foram contabilizados 230 **parques de campismo**, com uma área disponível de 1,33 mil hectares e capacidade de alojamento para 188,0 mil campistas;
- Os parques de campismo receberam 1,9 milhões de campistas (+3,2%) que proporcionaram 6,6 milhões de dormidas (-0,5%), verificando-se assim uma interrupção do crescimento anterior (+11,6% e +14,4%, respetivamente, em 2016);



- Em julho de 2017 estavam em atividade 85 **colónias de férias e pousadas da juventude**, com uma oferta de 9,9 mil camas, repartidas por quartos (61,1%) e camaratas.
- No que concerne ao subsetor do entretenimento, desporto, turismo e cultura, constata-se que o turismo de cruzeiros tem-se revelado como um dos segmentos turísticos mais dinâmicos, apresentando bons níveis de crescimento, ano após ano.

Segundo o INE, no Distrito de Aveiro, registou-se o aumento do número de pessoas ao serviço no setor do Alojamento e Restauração, tanto no País, como na Região de Aveiro e no concelho de Ovar. O mesmo se passa com o número de estabelecimentos hoteleiros (Quadro 220).

De salientar, ainda, que no concelho de Ovar se registou, em 2017, um aumento no número de dormidas e proveitos nos estabelecimentos hoteleiros existentes, apesar da diminuição no número de hóspedes e da capacidade de alojamento (Quadro 220).

**Quadro 229 – Setor do Alojamento e Restauração, entre 2015 e 2017**

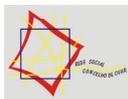
Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
N.º de Estabelecimentos	2017	106 217	20 134	2 786	434
	2016	99 993	19 509	2 706	433
	2015	92 557	19 005	2 709	431
Pessoal ao serviço	2017	320 810	48 671	7 157	984
	2016	295 883	46 126	6 851	944
	2015	275 305	44 288	6 536	908

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

**Quadro 230 – Estabelecimentos Hoteleiros**

Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
N.º de Estabelecimentos Hoteleiros	2017	5 840	1 079	102	8
	2016	4 805	918	82	6
	2015	4 339	854	78	7
	2014	3 578	685	70	5
Capacidade dos Estabelecimentos Hoteleiros	2017	402 832	58 418	5 526	481
	2016	380 818	53 512	4 986	493
	2015	362 005	50 495	4 751	549
	2014	342 497	47 065	4 607	379
N.º de Dormidas nos Estabelecimento Hoteleiros	2017	65 385 210	6 764 282	690 821	82 864
	2016	59 122 640	5 643 792	601 499	72 469
	2015	53 074 176	5 058 446	541 928	66 508
	2014	48 711 366	4 486 949	463 358	55 941
Proveitos dos Estabelecimentos Hoteleiros(milhares euros)	2017	3 681 207	316 308	30 448	2 891
	2016	3 103 755	256 514	25 236	2 344
	2015	2 627 741	222 524	21 957	2 092
	2014	2 285 896	189 026	19 621	1 927
N.º de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros	2017	23 953 765	3 805 166	391 440	39 958
	2016	21 252 625	3 227 138	338 654	36 971
	2015	19 161 180	2 879 206	304 864	37 570
	2014	17 301 622	2 498 106	264 348	33 731

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



### Potencialidades Turísticas do Concelho de Ovar:

- Extensa zona costeira (cerca de 15Km), destacando-se as praias de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Furadouro e Torrão do Lameiro;
- Praia fluvial do Areíno;
- Tem três Parques de Campismo (Furadouro, Cortegaça e Esmoriz), oito Unidades Hoteleiras e vários Alojamentos Locais;
- A norte, a Barrinha de Esmoriz vai ser objeto de um programa de despoluição com vista a posterior requalificação;
- Tem áreas de lazer diversificadas: Parque Urbano da Cidade de Ovar, Parque Ambiental do Buçaquinho, Parque de Merendas do Buçaquinho, Carregal, Entreáguas, entre outras;
- Possui uma Marina e um Porto de Recreio, no Carregal (Ria de Aveiro);
- É o único concelho da região de Turismo da Rota da Luz com mais de um Posto de Atendimento Turístico (dois postos);
- Tem iniciativas relevantes com interesse turístico, tais como o Carnaval, as Procissões Quaresmais multisseculares, as Festas do Mar nas diferentes praias, o programa Animar as Praias, o Festa, o FIMO – Festival Internacional de Marionetas, entre muitas outras;
- Tem património arquitectónico religioso e outro, classificado de interesse turístico e público relevante (Capelas dos Passos e Museu de Arte Sacra), destacando-se ainda o Museu de Ovar, Museu Júlio Dinis, Museu Escolar, Museus Etnográficos e é conhecida como “Cidade Museu do Azulejo”. De salientar, ainda, a Igreja Paroquial de Válega e a Igreja Paroquial de Cortegaça, consideradas entre as 10 mais belas do País;
- Procedeu, nos últimos anos, à requalificação urbanística das suas principais praias, tendo sido distinguida com a bandeira azul nas principais praias (Furadouro, Cortegaça, Esmoriz, Maceda e Torrão do Lameiro), bem como com o galardão de praia acessível, no Furadouro, em Esmoriz (com cadeira anfíbia) e Cortegaça;
- É o principal destino turístico das populações dos concelhos vizinhos do interior, com significativo aumento de população na época balnear e fins-de-semana, sendo marcado pelos efeitos da sazonalidade;
- Uma extensa rede de ciclovias.

## 2. Desenvolvimento Económico

### 2.1. Comércio Internacional

O Comércio Internacional é um factor vital para o desenvolvimento de uma região. Em dezembro de 2017, as exportações aumentaram 12,9% e as importações 24,3%, face ao período homólogo de 2017, tendo-se verificado uma redução do défice da balança comercial.

Em dezembro de 2017, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas nominais de, respetivamente, +0,1% e -0,8%, desacelerando ambas face ao mês anterior (+11,6% e +10,4% em novembro de 2017, respetivamente).

Em termos das variações homólogas mensais, em dezembro de 2017, as exportações aumentaram 0,1% face a novembro de 2017, devido ao aumento de 2,3% registado nas exportações para os países Intra-UE, dado que no comércio Extra-UE se verificou uma diminuição de 5,0%. As importações diminuíram 0,8%, em resultado da redução de 11,1% registada nas importações provenientes de países Extra-UE, uma vez que as importações Intra-UE aumentaram 2,6%.

No conjunto do ano de 2017 as exportações de bens aumentaram 10,1% (+0,8% em 2016) e as importações de bens cresceram 12,5% (+1,5% em 2016), relativamente ao ano anterior, tendo o défice da balança comercial de bens aumentado 2.622 milhões de euros.

Da análise do Quadro 221, verifica-se que, após apreciação do quadro abaixo representado, no concelho de Ovar:

- Entre 2014 e 2017, as exportações, ao nível do comércio internacional, do comércio INTRA-EU e do comércio EXTRA-UE sobrepõem-se às importações;
- Ao nível do comércio internacional, regista-se um *superavit* na balança, de 120.623.169,00€, se subtrairmos as exportações às importações; de 95.324.827,00€ no caso do comércio INTRA-EU e de 25.298.342,00€ no caso do comércio EXTRA-EU;
- Tanto as exportações como as importações sofreram um aumento, nos últimos anos.



Quadro 231 – Comércio declarado, por tipo de comércio (euros)						
Indicadores		Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Importações de bens	Comércio Internacional	2017	64 489 166 123	9 217 409 366	2 994 062 521	747 251 012
		2016	61 424 014 899	8 171 001 733	2 565 813 483	600 944 994
		2015	60 344 799 543	7 767 746 645	2 382 516 525	582 148 835
		2014	59 032 120 694	7 390 784 927	2 289 996 780	552 801 758
	Comércio INTRA-UE	2017	53 110 227 497	7 601 898 087	2 446 122 154	555 008 853
		2016	47 816 039 526	6 795 759 429	2 096 087 957	439 676 134
		2015	46 186 038 814	6 472 226 761	1 947 900 100	430 044 572
		2014	44 142 640 834	6 244 386 192	1 888 815 924	410 401 794
	Comércio EXTRA-UE	2017	16 378 938 626	1 615 511 279	547 940 367	192 242 159
		2016	13 607 975 373	1 375 242 304	469 725 526	161 268 860
		2015	14 158 760 729	1 295 519 884	434 616 425	152 104 263
		2014	14 889 479 860	1 146 398 735	401 180 856	142 399 964
Exportações de bens	Comércio Internacional	2017	55 029 316 063	10 632 968 740	3 618 041 110	867 874 181
		2016	50 038 841 230	11 091 010 126	3 252 490 990	768 607 801
		2015	49 634 001 363	10 975 736 171	3 193 678 053	745 174 780
		2014	48 053 695 644	9 251 960 636	3 086 879 923	707 148 273
	Comércio INTRA-UE	2017	40 756 902 519	8 429 570 662	2 953 054 172	650 333 680
		2016	37 589 611 378	8 641 119 966	2 650 400 146	587 449 463
		2015	36 071 085 203	8 357 991 086	2 515 571 180	550 954 963
		2014	34 044 795 076	7 028 559 763	2 395 784 372	521 339 890
	Comércio EXTRA-UE	2017	14 272 413 544	2 203 398 078	664 986 938	217 540 501
		2016	12 449 229 852	2 449 890 160	602 090 844	181 158 338
		2015	13 562 916 160	2 617 745 085	678 106 873	194 219 817
		2014	14 008 900 568	2 223 400 853	691 095 551	185 808 383

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

## 2.2. Poder de Compra e Qualidade de Vida

### Indicador per Capita do Poder de Compra

Segundo o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, do INE, de 2015, dos 308 municípios portugueses, 33 apresentavam, relativamente ao indicador do poder de compra per capita (IpC) valores acima da média nacional. Os resultados permitem destacar valores mais elevados de IpC nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios coincidentes com capitais de distrito. O Indicador Percentagem de Poder de Compra (PPC) revela que 23 municípios concentravam 50% do poder de compra nacional e que os 35 municípios que integram as duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 51% do poder de compra nacional.

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do Indicador per Capita (IpC) e pretende avaliar o grau de concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente.

Nesta perspetiva, os 308 municípios nacionais distribuíam-se da seguinte forma em 2015:

- 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra per capita médio nacional e regional – são sobretudo municípios das duas áreas metropolitanas (Lisboa, Porto, Oeiras, São João da madeira, Matosinhos, Maia e Espinho) ou cidades de média dimensão, maioritariamente coincidentes com capitais de distrito (Faro, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Braga, Leiria, Portalegre, Vila Real, Santarém, Funchal e Ponta Delgada);
- em 31 municípios, o poder de compra per capita manifestado em 2015 ficava aquém da média nacional mas acima da média regional – correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (13 municípios de um total de 100), mas também do Alentejo (6 em 58), do Norte (5 em 86), da Região Autónoma dos Açores (5 em 19) e da Região Autónoma da Madeira (1 em 11);



- cerca de 80% dos municípios do país (244 em 308) tinham um poder de compra per capita, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional – ao nível das regiões NUTS II, esta proporção variava entre 56%, na Área Metropolitana de Lisboa e 86%, na região Norte;
- por último, identifica-se a situação específica de sete municípios da Área Metropolitana de Lisboa que apresentavam um poder de compra per capita acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (124,7): Cascais, Alcochete, Almada, Setúbal, Amadora, Barreiro e Montijo.

Observando o Quadro 222, constata-se que, na Região de Aveiro, se destacam os concelhos de São João da Madeira, Aveiro e Espinho (acima da média nacional), seguidos de Ovar (apesar de estar abaixo da média nacional e da Região).

### Poder de Compra

Neste contexto as regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa e Norte concentravam dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva a própria Área Metropolitana de Lisboa (34%) e a Área Metropolitana do Porto (17%). No conjunto, estes dois territórios representavam mais de metade do poder de compra manifestado no território nacional. As duas áreas metropolitanas do país ultrapassavam este limiar ao concentrarem 52% do poder de compra nacional, apesar de reunirem 44% da população do país (27% na Área Metropolitana de Lisboa e 17% na Área Metropolitana do Porto).

Adicionalmente, verifica-se que o poder de compra se concentrava sobretudo nas regiões do Litoral continental. Por outro lado, as sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se, maioritariamente, no Interior das Regiões Norte e Centro: por ordem crescente, Alto Tâmega, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Ao nível municipal, Lisboa distinguia-se no contexto nacional ao representar 10% do poder de compra total (menos 1% que em 2011). Em 2015, apenas mais 22 municípios detinham individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra e Leiria), e ainda o Funchal (na Região Autónoma da Madeira), Guimarães e Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave).

Na Região de Aveiro, destacam-se os concelhos de Santa Maria da Feira, Aveiro, Oliveira de Azeméis e Ovar (Quadro 222).

Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores) e o município de Barrancos, no Baixo Alentejo, e Porto Moniz, na Região Autónoma da Madeira, detendo individualmente 0.015% ou menos do poder de compra nacional.

**Quadro 232 – Evolução do Índice de Poder de Compra Concelho entre 2011 e 2015**

Zona Geográfica	Indicador Per Capita de Poder de Compra			Proporção de Poder de Compra		
	2015	2013	2011	2015	2013	2011
Portugal	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Região Centro	88.75	89.21	87.49	19.365	19.517	19.221
Região de Aveiro	91.90	92.10	90.87	3.237	3.233	3.359
Águeda	86.13	86.51	85.17	0.390	0.391	0.384
Albergaria-a-Velha	83.72	83.39	80.4	0.198	0.198	0.191
Anadia	79.58	81.09	76.33	0.215	0.220	0.210
Arouca	69.49	70.13	65.20	0.144	0.146	0.137
Aveiro	125.13	123.50	126.68	0.930	0.915	0.938
Castelo de Paiva	65.87	63.60	58.90	0.102	0.099	0.093
Espinho	104.58	101.96	99.65	0.300	0.297	0.297
Estarreja	82.49	83.02	80.05	0.210	0.211	0.204
Ílhavo	88.24	88.69	89.39	0.327	0.327	0.327



**Quadro 232 – Evolução do Índice de Poder de Compra Concelhio entre 2011 e 2015**

Zona Geográfica	Indicador Per Capita de Poder de Compra			Proporção de Poder de Compra		
	2015	2013	2011	2015	2013	2011
Mealhada	86.27	91.32	83.85	0.168	0.177	0.162
Murtosa	69.40	71.14	69.79	0.070	0.071	0.070
Oliveira de Azeméis	83.35	84.51	80.63	0.540	0.549	0.524
Oliveira do Bairro	80.99	82.23	81.81	0.185	0.185	0.180
Ovar	89.63	88.63	87.31	0.473	0.467	0.458
Santa Maria da Feira	84.57	84.70	82.57	1.141	1.138	1.097
S. João da Madeira	136.12	130.12	129.86	0.282	0.270	0.268
Sever do Vouga	74.08	75.40	71.46	0.085	0.087	0.083
Vagos	68.96	73.62	69.95	0.153	0.162	0.143
Vale de Cambra	88.19	86.71	82.52	0.187	0.186	0.178

Fonte: INE – Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio realizados entre 2011 e 2015

**Quadro 233 – Evolução do Factor de Dinamismo Relativo do Poder de Compra, entre 2011 e 2015**

Zona Geográfica	Factor de Dinamismo Relativo do Poder de Compra		
	2015	2013	2011
Portugal	100.00	-0.058	-0.092
Região Centro	-0.212	-0.186	-0.217
Região de Aveiro	-0.238	-0.228	-0.287
Águeda	-0.399	-0.410	-0.317
Albergaria-a-Velha	-0.463	-0.334	-0.349
Anadia	-0.079	-0.322	-0.416
Arouca	-0.204	-0.246	-0.277
Aveiro	-0.130	-0.269	-0.278
Castelo de Paiva	-0.173	-0.377	-0.295
Espinho	-0.378	-0.363	-0.394
Estarreja	-0.481	-0.404	-0.429
Ílhavo	-0.219	-0.060	-0.329
Mealhada	-0.032	-0.060	--
Murtosa	-0.029	0.207	-0.072
Oliveira de Azeméis	-0.559	-0.603	-0.509
Oliveira do Bairro	-0.185	-0.207	-0.220
Ovar	-0.271	-0.195	-0.239
Santa Maria da Feira	-0.434	-0.405	-0.381
S. João da Madeira	-0.694	-0.572	-0.651
Sever do Vouga	-0.335	-0.388	-0.284
Vagos	0.103	0.224	-0.068
Vale de Cambra	-0.506	-0.530	-0.452

Fonte: INE – Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio realizados entre 2011 e 2015



### 3. Dinâmica de Emprego

Portugal registava, em 2011, uma população ativa de 5.023.367 indivíduos (51.8% do sexo masculino e 48.2% do sexo feminino), que corresponde a um aumento de cerca de 0.66 pontos percentuais por relação a 2001, superior ao aumento assinalado na Região de Aveiro, que foi de cerca de 0.27 pontos percentuais. Pelo contrário, o concelho de Ovar registou uma diminuição acentuada de cerca de 2.28 pontos percentuais (Quadros 224 e 225), relacionada com a perda de postos de trabalho por deslocalização e reestruturação de grandes empresas sediadas no concelho.

Da análise do Quadro 224, constata-se que, em 2011, a **distribuição da população ativa por grupo etário**, no concelho de Ovar era a seguinte: 9.2% dos ativos pertenciam ao grupo etário dos 15 aos 24 anos (face a 8.5% na Região de Aveiro e 8.6% em Portugal), 24.3% ao dos 25 aos 34 anos (25.1% na Região de Aveiro e 25.5% em Portugal), **29.4% ao dos 35 aos 44 anos** (28.4% na Região de Aveiro e 28.2% em Portugal), 25.0% ao dos 45 aos 54 anos (24.4% na Região de Aveiro e 24.1% em Portugal), 11.0% ao dos 55 aos 64 anos (12.0% na Região de Aveiro e 12.3% em Portugal) e 1.2% ao dos 65 e mais anos (1.5% na Região de Aveiro e 1.4% em Portugal). Em 2001 o grupo etário com mais população ativa era o dos 25 aos 34 anos, com 30.5%, seguido da faixa etária dos 35 aos 44 anos, com 26.7%.

A **taxa de atividade da população em idade ativa** (15 e mais anos), residente no concelho de Ovar, em 2011, era **50.1%** (cerca de 1.4 pontos percentuais a menos que em 2001). A taxa de atividade dos homens em idade ativa (54.2%) excedeu a das mulheres (46.4%) em 7.8 pontos percentuais, menos que na Região de Aveiro (Quadro 227).

Da análise dos Quadros 228 e 229, constata-se que, em 2011, 14% da **população empregada** na Região de Aveiro residia no concelho de Ovar, a qual correspondia a **85% da população ativa** deste território e a cerca de 43% da população total residente no município de Ovar (face a 89% e 43%, respetivamente, na Região de Aveiro). As freguesias com maior percentagem de população empregada face à população ativa, em 2011, era S. Vicente de Pereira Jusã (com 89%), seguida de S. João (com 87%).

A escolaridade da população empregada, em 2011, no concelho de Ovar, era baixa (Quadro 230). De facto, **32% tinha até o 2.º Ciclo** (1% não tinha escolaridade, 16% tinha o 1.º ciclo e 15% o 2.º ciclo), face a 33% na Região de Aveiro (1% sem escolaridade, 17% com o 1.º ciclo e 15% com o 2.º ciclo) e 30% em Portugal (1% sem escolaridade, 17% com o 1.º ciclo e 12% com o 2.º ciclo). Com o ensino superior registava-se 22%, abaixo da Região de Aveiro (23%) e do País (26%).

Em 2011, a **população empregada por conta de outrem, no concelho de Ovar, correspondia a cerca de 83%** da totalidade da população empregada, mais 2.2 pontos percentuais que na Região de Aveiro e 1.6 pontos percentuais que em Portugal. Por sua vez, os empregadores correspondiam a 9.4%, menos 1.1 pontos percentuais que na Região de Aveiro e no País.

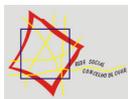
Da análise do Quadro 234, **constata-se a diminuição acentuada**, no concelho de Ovar, **de profissionais no Grupo dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares** (menos 36% que em 2001, acima do na Região de Aveiro, com menos 19% e de Portugal, com menos 31.5%) e **no Grupo dos Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem** (menos 47.6% que em 2001, face a 47% na Região de Aveiro e 33% em Portugal). Para estes valores contribuiu o encerramento de empresas, a reestruturação de outras e a deslocalização de outras. Por sua vez, registava-se um **aumento bastante significativo de profissionais no Grupo do Pessoal dos Serviços e Vendedores** (menos cerca 51% face a 2001, bastante superior na Região de Aveiro, com 38.5% e do País, com 30%).

Do total da população empregada, em 2011, no concelho de Ovar, **cerca de 43% trabalhava nos Grupos de Profissões menos qualificadas**. De facto, cerca de 17% pertencia ao Grupo dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares, 16% ao Grupo dos Trabalhadores Não Qualificados e 10% ao Grupo dos Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem.

Fazendo uma análise por freguesias, verifica-se que em todas as freguesias o Grupo com o maior número de profissionais é o dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares, com exceção de Ovar, onde sobressai Grupo do Pessoal dos Serviços e Vendedores.

Em 2011, a **distribuição da população empregada**, residente no concelho de Ovar, **por setor de atividade económica** era a seguinte: **1.3% no setor primário** (face a 2% em 2001); **40.6% no setor secundário** (menos 15 pontos percentuais que em 2001) e **58.1% no setor terciário** (cerca de 16 pontos percentuais a mais que em 2001).

No entanto, tendo em conta o pessoal ao serviço nos estabelecimentos existentes no concelho de Ovar, em 2016 (Quadro 210, da pág. 194), 53,5% estava empregado no setor terciário (face a 52,6% na região de Aveiro), 44% no setor secundário (face a 43% na Região de Aveiro) e 2,5% no setor primário (face a 4,4% na Região de Aveiro).



**Quadro 234 - População ativa residente em Portugal, em 2001 e 2011, segundo a idade**

Grupo Etário		Portugal	Região Centro	Distrito de Aveiro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
15-24 anos	2011	431 722	83 916	31 122	16 225	2 555
	2001	730 228	148 991	54 725	27 535	4 446
25-34 anos	2011	1 279 611	262 307	88 647	47 789	6 757
	2001	1 396 429	290 566	102 719	54 340	8 662
35-44 anos	2011	1 416 341	294 681	98 700	53 945	8 161
	2001	1 281 285	279 838	93 914	49 700	7 599
45-54 anos	2011	1 208 861	264 088	86 098	46 344	6 931
	2001	1 001 926	215 725	67 345	36 928	5 276
55-64 anos	2011	616 660	135 423	41 004	22 837	3 052
	2001	490 148	111 051	31 512	17 652	2 143
65 + anos	2011	70 172	15 810	4 856	2 945	322
	2001	90 192	21 698	5 506	3424	299
<b>TOTAL</b>	2011	<b>5 023 367</b>	<b>1 056 225</b>	<b>350 427</b>	<b>190 085</b>	<b>27 778</b>
	2001	<b>4 990 208</b>	<b>1 067 864</b>	<b>355 721</b>	<b>189 579</b>	<b>28 425</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística - Censos 2001 e 2011

**Quadro 235 - População ativa residente no concelho de Ovar, em 2001 e 2011, segundo a idade e freguesia**

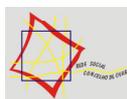
Grupo Etário		Arada	Cortegaça	Esmoriz	Maceda	Ovar	S. João	S. V. Pereira	Válega	Total
15-24 anos	2011	179	177	459	211	723	299	141	366	<b>2 555</b>
	2001	317	317	963	349	1 924	461	183	566	<b>4 446</b>
25-34 anos	2011	366	446	1535	412	2 232	665	235	866	<b>6 757</b>
	2001	505	614	1885	547	2813	955	374	969	<b>8 662</b>
35-44 anos	2011	497	534	1789	427	2 802	838	320	954	<b>8 161</b>
	2001	463	559	1567	551	2 331	886	356	886	<b>7 599</b>
45-54 anos	2011	412	500	1490	469	2 150	798	293	819	<b>6 931</b>
	2001	302	404	1053	359	1 750	650	207	551	<b>5 276</b>
55-64 anos	2011	160	241	658	203	985	319	137	349	<b>3 052</b>
	2001	126	197	394	118	716	260	101	231	<b>2 143</b>
65 + anos	2011	16	29	62	12	114	30	17	42	<b>322</b>
	2001	18	26	55	7	123	35	8	27	<b>299</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2011</b>	<b>1 630</b>	<b>1 927</b>	<b>5 993</b>	<b>1 734</b>	<b>9 006</b>	<b>2 949</b>	<b>1 143</b>	<b>3 396</b>	<b>27 778</b>
	<b>2001</b>	<b>1 731</b>	<b>2 117</b>	<b>5 917</b>	<b>1 931</b>	<b>9 023</b>	<b>3 247</b>	<b>1 229</b>	<b>3 230</b>	<b>28 425</b>

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística - Censos 2001 e 2011

**Quadro 236 – População ativa, em 2001 e 2011, por local de residência, segundo o sexo**

Área Geográfica	2011			2001		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
País	2 603 574	2 419 793	5 023 367	2 742 035	2 248 173	4 990 208
Região Centro	553 200	503 025	1 056 225	598 194	469 670	1 067 864
Região de Aveiro	99 057	91 028	190 085	104 793	84 786	189 579
Concelho de Ovar	14 444	13 334	27 778	15 565	12 860	28 425
Arada	891	739	1 630	951	780	1 731
Cortegaça	1 004	923	1 927	1 171	946	2 117
Esmoriz	3 119	2 874	5 993	3 279	2 638	5 917
Maceda	912	822	1 734	1 052	879	1 931
Ovar	4 561	4 445	9 006	4 776	4 247	9 023
S. João	1 559	1 390	2 949	1 800	1 447	3 247
S. Vicente de Pereira	592	551	1 143	691	538	1 229
Válega	1 806	1 590	3 396	1 845	1 385	3 230

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



Indicadores	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Taxa de Atividade HM (2011) - %	47,6	45,4	48,6	50,1
Taxa de Atividade H (2011) - %	51,6	49,8	53,0	54,2
Taxa de Atividade M (2011) - %	43,9	41,4	44,7	46,4
Taxa de Atividade HM (2001) - %	48,2	45,2	49,1	51,5
Taxa de Atividade H (2001) - %	54,8	52,5	56,2	57,9
Taxa de Atividade M (2001) - %	42,0	38,5	42,6	45,4

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

Condição Perante a Atividade Económica		País		Região Centro		Região de Aveiro		Ovar		
		H	M	H	M	H	M	H	M	
Pop. com atividade económica	Pop. Ativa Total	2011	2 603 574	2 419 793	553 200	503 025	99 057	91 028	14 444	13 334
		2001	2 742 035	2 248 173	598 194	469 670	104 793	84 786	15 565	12 860
	Empregada	2011	2 275 974	2 085 213	497 941	442 270	89 164	79 670	12 549	11 097
		2001	2 599 088	2 051 859	574 693	431 680	100 786	78 833	14 770	11 832
	Desempregada	2011	327 600	334 580	55 259	60 755	9 893	11 358	1 895	2 237
		2001	142 947	196 314	23 501	37 990	4 007	5 953	795	1 028
Pop. sem at. econ.	Pop. Inativa Total	2011	2 443 026	3 095 785	558 063	713 467	88 021	112 716	12 227	15 393
		2001	1 410 553	2 298 754	353 671	574 474	49 406	83 093	6 161	10 612
<b>Total</b>		2011	<b>5 046 600</b>	<b>5 515 578</b>	<b>1 111 263</b>	<b>1 216 492</b>	<b>187 078</b>	<b>203 744</b>	<b>26 671</b>	<b>28 727</b>
		2001	<b>4 152 588</b>	<b>4 545 927</b>	<b>951 865</b>	<b>1 044 144</b>	<b>154 199</b>	<b>167 879</b>	<b>21 726</b>	<b>23 472</b>

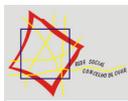
Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

Condição Perante a Atividade Económica		Arada	Cortegaça	Esmoriz	Maceda	Ovar	S. João	S. V. Pereira	Válega	
Pop. com atividade económica	Pop. Ativa Total	2011	1 630	1 927	5 993	1 734	9 006	2 949	1 143	3 396
		2001	1 731	2 117	5 917	1 931	9 023	3 247	1 229	3 230
	Empregada	2011	1 325	1 637	4 992	1 451	7 771	2 552	1 022	2 896
		2001	1 636	1 989	5 558	1 822	8 318	3 063	1 185	3 031
	Desempregada	2011	305	290	1 001	283	1 235	397	121	500
		2001	95	128	359	109	705	184	44	199
Pop. sem at. econ.	Pop. Inativa Total	2011	1 688	1 910	5 455	1 787	8 849	3 327	1 173	3 431
		2001	1 044	1 235	3 048	1 039	5 194	2 227	732	2 254
<b>Total</b>		2011	<b>3 318</b>	<b>3 837</b>	<b>11 448</b>	<b>3 521</b>	<b>17 855</b>	<b>6 276</b>	<b>2 316</b>	<b>6 827</b>
		2001	<b>2 775</b>	<b>3 352</b>	<b>8 965</b>	<b>2 970</b>	<b>14 217</b>	<b>5 474</b>	<b>1 961</b>	<b>5 484</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

Área Geográfica	Nível de Escolaridade							Total
	< 1.º Ciclo	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secund.	Ensino Pós-Sec.	Ensino Superior	
País	49 381	729 348	519 010	810 761	1 069 822	60 445	1 122 420	4 361 187
Região Centro	8 810	168 318	115 956	182 868	230 702	12 859	220 698	940 211
Região de Aveiro	1 444	28 722	24 582	32 954	39 158	2 385	39 589	168 834
Concelho de Ovar	225	3 890	3 487	4 876	5 702	299	5 167	23 646
Arada	13	242	270	306	284	20	190	1 325
Cortegaça	14	282	262	310	373	16	380	1 637
Esmoriz	60	830	655	947	1 111	61	1 328	4 992
Maceda	11	303	299	326	312	23	177	1 451
Ovar	67	939	793	1 511	2 118	96	2 247	7 771
S. João	34	457	379	625	640	40	377	2 552
S. V. Pereira Jusã	7	273	275	188	177	10	92	1 022
Válega	19	564	554	663	687	33	376	2 896

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011



**Quadro 241 - População residente, em 2001 e 2011, com atividade económica, empregada segundo a situação na profissão e desempregada em sentido lato**

Área Geográfica		População empregada, segundo a situação na profissão						População Desempregada		Total
		Empregador	Trab. por conta própria	Trab. familiar não remunerado	Trab. por conta de outrem	Membro ativo de cooperativa	Outra situação	Procura 1.º emprego	Procura de novo emprego	
País	2011	459 123	286 090	24 130	3 540 336	2 157	49 351	122 310	539 870	5 023 367
	2001	478 804	294 103	35 939	3 793 992	3 216	44 893	73 678	265 583	4 990 208
Região Centro	2011	102 495	70 539	6 836	749 892	420	10 029	21 570	94 444	1 056 225
	2001	112 590	81 127	11 946	790 232	534	9 944	14 125	47 366	1 067 864
Região Aveiro	2011	17 734	12 012	1 042	136 101	96	1 849	3 765	17 486	190 085
	2001	18 821	13 197	1 556	144 594	42	1 409	2 022	7 938	189 579
Ovar	2011	2 217	1 489	119	19 572	32	217	688	3 444	27 778
	2001	2 281	1 517	169	22 476	4	155	300	1 523	28 425

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

**Quadro 242 - População residente no concelho de Ovar e empregada, com 15 ou mais anos, segundo a situação na profissão, em 2001 e 2011**

Situação na Profissão		Arada	Corteg.	Esmoriz	Maceda	Ovar	S. João	S. V. Pereira	Válega	Total
Empregador	2011	145	159	527	93	711	215	104	263	2 217
	2001	165	186	503	128	690	238	103	268	2 281
Trabalhador por Conta Própria	2011	78	112	291	85	484	186	73	180	1 489
	2001	109	105	277	81	458	160	88	239	1 517
Trab. Familiar não Remunerado	2011	14	6	15	4	23	11	15	31	119
	2001	24	4	14	21	44	19	32	11	169
Trabalhador por Conta d' Outrem	2011	1 076	1 332	4 095	1 264	6 472	2 124	820	2 389	19 572
	2001	1 329	1 686	4 738	1 585	7 054	2 625	959	2 500	22 476
Membro Ativo Cooperativa	2011	3	1	6	0	4	2	2	14	32
	2001	-	-	3	-	1	-	-	-	4
Outra Situação	2011	12	27	58	5	77	14	8	19	217
	2001	12	13	51	13	113	29	5	24	260
<b>Total</b>	2011	<b>1 325</b>	<b>1 637</b>	<b>4 992</b>	<b>1 451</b>	<b>7 771</b>	<b>2 552</b>	<b>1 022</b>	<b>2 896</b>	<b>23 646</b>
	2001	<b>1 639</b>	<b>1 994</b>	<b>5 586</b>	<b>1 828</b>	<b>8 360</b>	<b>3 071</b>	<b>1 187</b>	<b>3 042</b>	<b>26 707</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

**Quadro 243 - População residente e empregada, em 2001 e 2011, com 15 ou mais anos, segundo os Grupos de Profissões**

Grupos de Profissões		País	Região Centro	Distrito de Aveiro	Região de Aveiro	Ovar
Grupo 1	2011	320 887	67 436	22 352	12 802	1 682
	2001	325 268	69 372	24 972	13 602	1 847
Grupo 2	2011	649 096	129 069	36 529	22 422	2 962
	2001	395 477	77 054	20 550	13 136	1 658
Grupo 3	2011	479 732	91 610	30 558	17 791	2 453
	2001	442 797	82 773	27 816	16 216	2 272
Grupo 4	2011	394 500	76 875	23 433	13 285	1 869
	2001	511 589	93 693	30 077	17 191	2 472
Grupo 5	2011	857 975	182 781	50 213	29 347	4 047
	2001	658 221	136 239	36 638	21 175	2 665
Grupo 6	2011	102 044	27 246	5 278	3 424	281
	2001	188 054	59 444	10 387	6 947	432
Grupo 7	2011	685 808	164 352	70 888	33 479	4 112
	2001	1 001 568	226 002	56 519	41 449	6 450
Grupo 8	2011	265 593	68 364	27 550	12 480	2 387
	2001	398 048	102 047	42 873	23 625	4 554
Grupo 9	2011	573 062	125 599	38 939	23 113	3 715
	2001	697 514	152 269	44 092	25 544	4 147
Grupo 0	2011	32 490	6 879	1 138	691	138
	2001	32 411	7 480	1 012	734	105
<b>Total</b>	2011	<b>4 361 187</b>	<b>940 211</b>	<b>306 878</b>	<b>168 834</b>	<b>23 646</b>
	2001	<b>4 650 947</b>	<b>1 006 373</b>	<b>337 303</b>	<b>179 619</b>	<b>26 602</b>

**Legenda:**

Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa  
 Grupo 2- Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas  
 Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio  
 Grupo 4 – Pessoal Administrativo e Similares  
 Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores  
 Grupo 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas  
 Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares  
 Grupo 8 - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem  
 Grupo 9 – Trabalhadores Não Qualificados  
 Grupo 0 – Profissionais das Forças Armadas

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



**Quadro 244 - População residente no concelho de Ovar e empregada, em 2001 e 2011, com 15 ou mais anos, segundo os Grupos de Profissões**

Grupos de Profissões		Arada	Cortegaça	Esmoriz	Maceda	Ovar	S. João	S. V. Pereira	Válega	Total
Grupo 1	2011	80	143	442	67	589	154	63	144	1 682
	2001	90	163	492	102	635	177	51	137	1 847
Grupo 2	2011	107	221	727	96	1 326	216	62	207	2 962
	2001	27	120	370	54	841	132	19	95	1 658
Grupo 3	2011	109	163	553	114	991	226	46	251	2 453
	2001	80	166	450	95	1 006	246	61	168	2 272
Grupo 4	2011	93	152	420	108	667	205	43	181	1 869
	2001	87	238	556	119	921	294	57	200	2 472
Grupo 5	2011	224	235	792	272	1 390	487	129	518	4 047
	2001	143	191	546	148	944	345	78	270	2 665
Grupo 6	2011	22	21	29	16	67	29	32	65	281
	2001	28	15	33	17	126	56	47	110	432
Grupo 7	2011	318	250	831	324	971	501	319	598	4 112
	2001	653	450	1472	612	1 162	702	567	832	6 450
Grupo 8	2011	164	201	461	190	593	243	177	358	2 387
	2001	290	397	872	398	1 282	560	160	595	4 554
Grupo 9	2011	206	246	701	259	1 128	473	148	554	3 715
	2001	235	244	739	271	1 359	543	143	613	4 147
Grupo 0	2011	2	5	36	5	49	18	3	20	138
	2001	3	5	28	6	42	8	2	11	105
<b>Total</b>	2011	<b>1 325</b>	<b>1 637</b>	<b>4 992</b>	<b>1 451</b>	<b>7 771</b>	<b>2 552</b>	<b>1 022</b>	<b>2 896</b>	<b>23 646</b>
	2001	<b>1 636</b>	<b>1 989</b>	<b>5 558</b>	<b>1 822</b>	<b>8 318</b>	<b>3 063</b>	<b>1 185</b>	<b>3 031</b>	<b>26 602</b>

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

Segundos os dados dos Censos 2011, existiam no concelho de Ovar, em 2011 (Quadro 235):

- 9.596 pessoas empregadas no setor secundário, das quais 1.476 na construção civil (menos 1.190 que em 2001) e 7.842 nas indústrias transformadoras (menos 4.071 que em 2001);
- 13.750 pessoas empregadas no setor terciário, das quais 1.199 no Alojamento e Restauração (mais 228 que em 2001), 4.422 no Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos (mais 531 que em 2001), 1.966 na Educação (mais 415 que em 2001) e 1.409 na Saúde e Ação Social (mais 373 que em 2001).

**Quadro 245 - População empregada, em 2001 e 2011, segundo o setor de atividade económica**

Área Geográfica	Primário		Secundário		Terciário				Total	
					Serviços de natureza social		Serviços relacionados com ativ. económica			
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
País	133 386	231 646	1 154 709	1 632 638	1 254 273	1 187 627	1 818 819	1 599 036	4 361 187	4 650 947
Região Centro	35 018	68 479	282 800	383 536	272 878	251 189	349 515	303 169	940 211	1 006 373
Região de Aveiro	4 398	8 325	63 596	83 915	40 820	36 227	60 020	51 152	168 834	179 619
Concelho de Ovar	300	544	9 596	14 782	5 320	4 510	8 430	6 766	23 646	26 602
Cortegaça	7	44	702	1 177	321	237	607	531	1 637	1 989
Esmoriz	33	30	1 999	3 107	1 168	937	1 792	1 484	4 992	5 558
Maceda	9	23	689	1 211	247	205	506	383	1 451	1 822
União das Freg. de										
Ovar	54	129	2 693	3 889	2 182	2 021	2 842	2 279	7 771	8 318
S. João	36	71	1 059	1 721	522	475	935	796	2 552	3 063
Arada	15	23	631	1 077	210	127	469	409	1 325	1 636
S.V.P.J.	46	76	553	806	135	112	288	191	1 022	1 185
Válega	100	148	1 270	1 794	535	396	991	693	2 896	3 031

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



**Quadro 246 - Proporção da população empregada, em 2001 e 2011, segundo a atividade (CAE Rev.3)**

Indicadores		País		Região Centro		Região de Aveiro		Concelho de Ovar	
		2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
Setor Primário		3.1	5.0	3.7	6.8	2.6	4.6	1.3	2.0
Setor Secund.	Total	26.5	35.1	30.1	38.1	37.7	46.7	40.6	55.6
	Indústrias extrativas, transformadoras, energia, gás e água	17.9	22.8	20.9	25.0	30.6	35.7	34.3	45.6
	Construção	8.5	12.3	9.2	13.1	7.1	11.0	6.2	10.0
Setor Terciário	Total	70.5	59.9	66.2	55.1	59.7	48.6	58.1	42.4
	Com. por grosso e a retalho; rep. de veículos autom. e motoc.	17.3	16.5	17.9	16.6	18.2	15.9	18.7	14.6
	Transportes e armazen.; ativ. informação e de comunicação	6.0	4.5	5.1	3.9	4.2	3.1	4.2	2.8
	Alojamento, restauração e similares	6.7	5.5	5.7	4.6	5.2	4.4	5.1	3.6
	Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços	11.5	7.9	8.3	5.1	7.8	5.0	7.6	4.4
	Administ. pública e defesa; segurança social obrigatória	7.2	7.9	6.9	7.3	4.8	5.2	4.8	4.3
	Educação, saúde e apoio social	16.8	12.6	18.3	13.7	15.8	11.4	14.3	9.7
	Outras	5.0	5.0	4.0	3.9	3.7	3.6	3.4	3.0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

**Quadro 247 – Indicadores do Mercado de Trabalho relativos a 2006 e 2009**

Indicadores		País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Taxa de TCO* em estabelecimentos com <10 trabalhadores	2009	24.8	28.1	22.2	21.9
	2006	25.4	28.1	21.4	20.3
Taxa de TCO em estabelecimentos com >250 trabalhadores	2009	24.8	18.3	20.3	24.4
	2006	23.5	18.9	21.8	26.8
Ganho médio mensal (€)	2009	1 034.20	890.1	937.3	884.5
	2006	934.0	805.1	861.6	802.2
Disparidade no ganho médio mensal por sexo	2009	11.5	11.9	13.4	10.5
	2006	12.5	13.1	14.7	13.4
Disparidade no ganho médio mensal por escalão de empresa	2009	23.8	20.4	19.2	16.1
	2006	25.7	22.0	20.5	13.0
Disparidade no ganho médio mensal por setor de atividade	2009	7.5	3.1	3.0	5.7
	2006	8.1	3.1	2.5	3.9
Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações	2009	39.5	28.7	31.8	33.3
	2006	41.4	30.1	32.9	32.2

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011

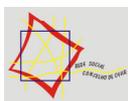
\*TCO – Trabalhadores por Conta de Outrem

Observando o quadro abaixo exposto, sobressai a **diminuição bastante acentuada no índice de rejuvenescimento da população em idade ativa do concelho de Ovar** (82.7 pontos percentuais, face a 55.5 na Região de Aveiro e 48.7 em Portugal), o que significa que por cada 100 pessoas que saíam do mercado de trabalho, em 2011, entravam apenas 95.

**Quadro 248 – Índice de renovação da população em idade ativa, entre 2011 e 2017**

Área Geográfica	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
País	78.7	79.7	81.3	83.5	86.2	88.8	91.3
Região Centro	73.7	74.6	75.8	77.0	79.4	82.2	86.6
Região de Aveiro	77.8	78.9	80.5	81.9	84.4	86.9	91.7
Concelho de Ovar	78.2	79.9	82.4	83.9	86.1	88.0	91.7

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e 2011



#### 4. Volume de Desemprego

O modelo de desenvolvimento económico e a estabilidade de um país são fatores determinantes para o seu volume de emprego e desemprego. Este é, assim, condicionado pelos setores de atividade do país, pela qualidade dos processos tecnológicos, pelos níveis de formação e pela tipologia das relações sociais de produção que existem em cada momento.

O mercado aberto, cada vez mais global e competitivo, obriga as empresas a proceder a mudanças profundas a nível tecnológico e organizacional, mudanças que se repercutem de forma aguda no emprego, sendo vulgar a associação de reestruturações empresariais a redução ou eliminação de postos de trabalho.

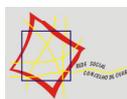
Daqui emergem problemas complexos, como a dificuldade dos jovens arranjam um emprego, mesmo instável, e a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho, de forma plena e não por recurso a soluções pontuais, daqueles que dele foram excluídos. No primeiro caso, inserem-se, sobretudo, jovens com baixas qualificações escolares e sem qualificação profissional adequada às exigências do mercado de trabalho. Ao segundo correspondem trabalhadores com mais de 40/45 anos, com um fraco nível de instrução geral, sem formação profissional e habituados ao desempenho de tarefas desqualificadas e repetitivas.

Tais problemas encontram-se disseminados um pouco por todo o País e o concelho de Ovar não foge à regra. Com efeito, e tendo em consideração os setores de atividade e o tipo de indústria da região, Ovar passou de uma situação de quase pleno emprego nos finais dos anos 90 e início dos anos 2000 para uma situação em que o número de desempregados ultrapassou os mil e novecentos em junho de 2018. Desde abril de 2018, Ovar é o terceiro concelho do distrito de Aveiro com mais desemprego registado.

Relativamente à estrutura, o desemprego, no Concelho de Ovar, atinge sobretudo as mulheres, os ativos adultos, as pessoas à procura de um novo emprego, os que possuem as habilitações literárias mais baixas (1.º e 2.º ciclos) e os inscritos que procuram emprego há mais de 12 meses.

Analisando os dados publicados pelo IEFP, relativos a **junho de 2018**, constata-se que:

- ✓ O número de desempregados registados no Concelho de Ovar era 1.921 o que correspondia a 0.6% do Continente, 10.1% do Distrito de Aveiro e 20.1% da Região de Aveiro (Tabela 1);
- ✓ Relativamente ao mês anterior, registaram-se menos 56 desempregados, correspondendo a uma variação mensal negativa de 2.83% no concelho de Ovar e de 5.20% no Continente;
- ✓ A variação homóloga é negativa, tanto no concelho como no Continente, correspondendo, respetivamente a 8.61% e 21.27%;
- ✓ O número de desempregados registados representa 6.9% da população ativa do concelho de Ovar;
- ✓ Em termos de variação mensal, o desemprego registado aumentou em 3 concelhos do Distrito de Aveiro (Aveiro, Estarreja e Murtosa), tendo diminuído nos restantes;
- ✓ As mulheres continuam a ser as mais afetadas, correspondendo a 58.3% do total de desempregados registados em Ovar (Tabela 2);
- ✓ O desemprego de longa duração atingiu 997 trabalhadores, correspondendo a 51.9% do total registado no concelho de Ovar (Tabela 2);
- ✓ O desemprego registado dos jovens com idade inferior a 35 anos foi de 531, ou seja, 27.4% do total do desemprego registado no concelho de Ovar (Tabela 3);
- ✓ Cerca de 29.8% dos desempregados registados no concelho de Ovar tinham habilitações literárias até ao 4.º ano de escolaridade, subindo essa percentagem para 47.1% se contabilizarmos os que tinham até ao 6.º ano (Tabela 4);
- ✓ Ovar é, desde abril de 2018, o terceiro concelho do distrito de Aveiro com mais desemprego registado, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais. Em termos absolutos, em 1.º está o concelho de Santa Maria da Feira, seguido de Aveiro e Ovar. Em termos percentuais, em 1.º lugar encontra-se o concelho de Espinho, seguido de Castelo de Paiva e Ovar.



Quadro 249 – Dsemprego registado segundo o sexo

Período de Referência	País		Região Centro		Distrito de Aveiro		Baixo Vouga		Concelho de Ovar	
	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM
junho/17	177 850	391 541	24 900	55 556	9 850	23 510	4 907	11 673	874	2102
julho/17	175 041	390 035	25 067	56 666	9 796	23 561	4 903	11 821	915	2 254
agosto/17	174 149	392 182	24 620	56 654	9 802	23 952	4 858	7 059	900	2 213
setembro/17	170 824	385 009	24 247	55 599	9 769	23 810	4 890	11 803	876	2 116
outubro/17	169 105	378 786	23 927	53 938	9 699	23 358	4 839	11 472	874	2 037
novembro/17	170 149	378 870	23 644	52 980	9 436	22 590	4 754	11 215	863	1 967
dezembro/17	170 579	377 791	23 570	52 610	9 277	22 115	4 674	10 854	844	1 905
janeiro/18	174 846	389 580	24 418	54 464	9 653	23 114	4 798	11 212	865	1 961
fevereiro/18	170 095	378 674	23 713	52 949	9 299	22 281	4 624	10 959	903	2 045
março/18	164 679	367 458	22 819	51 220	9 197	22 041	4 507	10 720	891	2 013
abril/18	156 521	350 209	22 292	49 967	8 987	21 651	4 448	10 539	912	2 084
maio/18	145 242	325 160	20 775	46 448	8 345	19 933	4 159	9 848	859	1 977
junho/18	135 460	308 245	19 383	44 162	7 933	19 070	4 000	9 565	801	1 921

Fonte: IEFP – 2018

Quadro 250 – Desemprego registado em junho de 2018, segundo o sexo, categoria e tempo de inscrição

Zona Geográfica	Sexo		Tempo de Inscrição		Categoria		Total
	H	M	< 1 ano	≥ 1 ano	1.º Emp.	Novo Emp.	
Portugal Continental	135 460	172 785	157 733	150 512	30 700	277 545	308 245
Região Centro	19 383	24 779	23 038	21 124	5 324	38 838	44 162
Distrito Aveiro	7 933	11 137	9 537	9 533	3 208	17 093	19070
Baixo Vouga	4 000	5 565	4 798	4 767	1 231	8 334	9 565
Águeda	333	488	422	399	105	716	821
Albergaria-a-Velha	210	357	219	348	102	465	567
Anadia	222	330	255	297	71	481	552
Arouca	152	268	222	198	34	386	420
Aveiro	964	1 231	1 124	1 071	236	1 959	2 195
Castelo de Paiva	251	443	374	320	67	627	694
Espinho	739	958	687	1 010	182	1 515	1 697
Estarreja	303	455	342	416	128	630	758
Ílhavo	491	663	641	513	146	1 008	1 154
Mealhada	168	189	227	130	43	314	357
Murtosa	81	89	91	79	6	164	170
Oliveira de Azeméis	506	706	667	545	96	1 116	1 212
Oliveira do Bairro	163	300	217	246	105	358	463
<b>Ovar</b>	<b>801</b>	<b>1 120</b>	<b>924</b>	<b>997</b>	<b>211</b>	<b>1 710</b>	<b>1 921</b>
Santa Maria da Feira	1 871	2 579	2 214	2 236	310	4 140	4 450
S. João da Madeira	258	354	360	252	29	583	612
Sever do Vouga	80	130	92	118	29	181	210
Vagos	184	213	244	153	49	348	397
Vale de Cambra	156	264	215	205	28	392	420

Fonte: IEFP – 2018



**Quadro 251 – Desemprego registado em junho de 2018, segundo a idade**

Zona Geográfica	Faixa Etária				Total
	< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	≥ 55 anos	
Portugal Continental	28 655	54 637	134 078	90 875	308 245
Região Centro	4 802	8 193	18 188	12 979	44 162
Distrito Aveiro	1 890	3 403	7 702	6 075	19 070
Baixo Vouga	983	1 843	3 756	2 983	9 565
Águeda	85	174	290	272	821
Albergaria-a-Velha	63	118	215	171	567
Anadia	45	100	193	214	552
Arouca	45	54	149	172	420
Aveiro	192	429	926	648	2 195
Castelo de Paiva	85	102	286	221	694
Espinho	147	264	775	511	1 697
Estarreja	89	141	293	235	758
Ílhavo	132	220	471	331	1 154
Mealhada	45	65	145	102	357
Murtosa	12	28	84	46	170
Oliveira de Azeméis	129	225	462	396	1 212
Oliveira do Bairro	69	113	152	129	463
<b>Ovar</b>	193	338	775	615	1 921
Santa Maria da Feira	405	742	1 848	1 455	4 450
S. João da Madeira	59	106	262	185	612
Sever do Vouga	21	32	57	100	210
Vagos	37	85	155	120	397
Vale de Cambra	37	67	164	152	420

Fonte: IEFP – 2018

**Quadro 252 – Desemprego registado em junho de 2018, segundo as habilitações literárias**

Zona Geográfica	Habilitações Literárias						Total
	< 4 anos	1.º Ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo	Secundário	C. Médio, Bach/ Lic.	
Portugal Continental	22 514	59 875	46 623	60 295	78 039	40 899	308 245
Região Centro	3 855	7 723	6 094	8 934	10 788	6 768	44 162
Distrito Aveiro	1 562	3 770	3 244	3 673	4 217	2 604	19 070
Baixo Vouga	1 022	1 759	1 403	1 832	2 015	1 534	9 565
Águeda	51	142	117	144	194	173	821
Albergaria-a-Velha	76	123	81	93	116	78	567
Anadia	57	120	46	89	127	113	552
Arouca	29	107	91	77	80	36	420
Aveiro	238	344	308	369	488	448	2 195
Castelo de Paiva	51	159	155	157	137	35	694
Espinho	155	380	322	314	360	166	1 697
Estarreja	126	158	128	159	123	64	758
Ílhavo	110	199	172	227	264	182	1 154
Mealhada	24	53	33	73	95	79	357
Murtosa	18	38	30	46	23	15	170
Oliveira de Azeméis	52	246	262	189	299	164	1 212
Oliveira do Bairro	73	76	64	70	98	82	463
<b>Ovar</b>	183	390	332	449	367	200	1 921
Santa Maria da Feira	194	946	829	908	1 059	514	4 450
S. João da Madeira	29	85	109	120	185	84	612
Sever do Vouga	8	49	49	34	32	38	210
Vagos	58	67	43	79	88	62	397
Vale de Cambra	30	88	73	76	82	71	420

Fonte: IEFP – 2018



**Quadro 253 – Desempregados inscritos, Ofertas recebidas e Colocações, referents a junho de 2018**

Zona Geográfica	Desempregados inscritos			Ofertas recebidas	Colocações		
	H	M	Total		H	M	Total
Portugal Continental	14 529	22 183	36 712	11 844	3 116	3 722	6 838
Região Centro	2 161	3 340	5 501	2 995	812	911	1 723
Distrito Aveiro	853	1 385	2 238	1 191	268	278	546
Baixo Vouga	491	745	1 236	674	149	147	296
Águeda	59	83	142	121	10	24	34
Albergaria-a-Velha	21	21	42	20	5	4	9
Anadia	35	41	76	18	4	8	12
Arouca	15	49	64	66	6	3	9
Aveiro	128	174	302	182	47	25	72
Castelo de Paiva	19	52	71	91	4	4	8
Espinho	59	90	149	159	23	12	35
Estarreja	16	66	82	27	10	8	18
Ílhavo	71	84	155	69	35	22	57
Mealhada	30	29	59	122	11	14	25
Murtosa	6	8	14	13	1	2	3
Oliveira de Azeméis	57	80	137	50	26	29	55
Oliveira do Bairro	21	56	77	38	5	13	18
<b>Ovar</b>	<b>77</b>	<b>133</b>	<b>210</b>	<b>52</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>30</b>
Santa Maria da Feira	166	280	446	53	46	65	111
S. João da Madeira	29	42	71	74	9	10	19
Sever do Vouga	10	13	23	0	2	6	8
Vagos	17	37	54	12	5	5	10
Vale de Cambra	17	47	64	24	5	8	13

Fonte: IEFP – 2018

**Quadro 254 – População em idade ativa, em 2011, segundo o sexo**

Zona Geográfica	População em idade ativa			Porcentagem de desempregados registados no IEFP, em junho de 2018, sobre a população ativa		
	H	M	Total	H	M	Total
Portugal Continental	2 603 574	2 419 793	5 023 367	5.2%	7.1%	6.1%
Região Centro	553 200	503 025	1 056 225	3.5%	4.9%	4.2%
Distrito Aveiro	183 287	165 140	348 427	4.3%	6.7%	5.5%
Baixo Vouga	99 057	91 028	190 085	4.0%	6.1%	5.0%
Águeda	12 230	11 127	23 357	2.7%	4.4%	3.5%
Albergaria-a-Velha	6 504	5 593	12 097	3.2%	6.4%	4.7%
Anadia	7 119	6 391	13 510	3.1%	5.2%	4.1%
Arouca	5 664	4 290	9 954	2.7%	6.2%	4.2%
Aveiro	20 242	19 851	40 093	4.8%	6.2%	5.5%
Castelo de Paiva	4 317	3 104	7 421	5.8%	14.3%	9.4%
Espinho	7 565	7 046	14 611	9.8%	13.6%	11.6%
Estarreja	6 772	5 732	12 504	4.5%	7.9%	6.1%
Ílhavo	9 716	9 290	19 006	5.1%	7.1%	6.1%
Mealhada	5 066	4 741	9 807	3.3%	4.0%	3.6%
Murtosa	2 533	2 012	4 545	3.2%	4.4%	3.7%
Oliveira de Azeméis	18 443	16 140	34 583	2.7%	4.4%	3.5%
Oliveira do Bairro	5 718	5 354	11 072	2.9%	5.6%	4.2%
<b>Ovar</b>	<b>14 444</b>	<b>13 334</b>	<b>27 778</b>	<b>5.5%</b>	<b>8.4%</b>	<b>6.9%</b>
Santa Maria da Feira	36 986	33 168	70 154	5.1%	7.8%	6.3%
S. João da Madeira	5 553	5 617	11 170	4.6%	6.3%	5.5%
Sever do Vouga	3 042	2 539	5 581	2.6%	5.1%	3.8%
Vagos	5 671	5 064	10 735	3.2%	4.2%	3.7%
Vale de Cambra	5 702	4 747	10 449	2.7%	5.6%	4.0%

Fonte: INE – Censos 2011 e IEFP (2018)



Área Geográfica	janeiro/18	fevereiro/18	março/18	abril/18	maio/18	junho/18
Portugal	7.9%	7.5%	7.5%	7.2%	7.0%	6.8%
Região Centro	5.2%	5.0%	4.8%	4.7%	4.4%	4.2%
Distrito de Aveiro	6.6%	6.4%	6.3%	6.2%	5.7%	5.5%
Baixo Vouga	5.9%	5.8%	5.6%	5.5%	5.2%	5.0%
Concelho de Ovar	7.1%	7.4%	7.2%	7.5%	7.1%	6.9%

Fonte: Rede Social do Concelho de Ovar (a partir de dados do INE- Censos 2011 e do IEFP), pois o INE não divulga taxas de desemprego desagregadas ao nível das Regiões nem dos Municípios e o IEFP não calcula taxas de desemprego.

## 5. Notas Gerais

A Agência para o Investimento e Comércio Externo (AICEP) e a Turismo de Portugal AICEP identificam as seguintes **atividades de futuro em Portugal, algumas das quais poderão ser aproveitadas por Ovar:**

- acolhimento e turismo (turismo residencial; turismo associado a valências distintas do sol-praia, como desporto, jogo, cultura, património e eventos; aproveitamento das infra-estruturas turísticas no desporto, em congressos, entre outros);
- Informação e multimédia (entretenimento digital, conteúdos de “e-learning”, “hardware” e “software” para automatização do acesso a serviços, etc.);
- Comunicação e eletrónica (atração de empresas pioneiras nos sistemas de comunicação “wireless” de banda larga, enraizamento de empresas multinacionais da eletrónica automóvel na conceção e fabrico de equipamentos avançados para a comunicação);
- Saúde e cuidados pessoais (tornar Portugal num dos pólos europeus de conceção e fabrico de consumíveis hospitalares ou para uso pessoal e da produção de componentes e módulos para as multinacionais da engenharia biomédica, entre outros);
- Aeronáutica e automóvel (na aeronáutica, desenvolver atividades de manutenção de aviões, entre outras, e no setor automóvel, consolidar o “Cluster” com o objetivo estratégico de atrair um fabricante de veículos com motorização híbrida, estreitar a colaboração com firmas internacionais de engenharia e “design” automóvel, etc);
- Oceanos (transformar Portugal numa base de apoio sofisticada às empresas petrolíferas que operam na bacia energética da África Ocidental e desenvolver um pólo de conceção e fabrico de equipamentos e módulos para eletrónica e robótica submarina);
- Energias renováveis e hidrogénio (criação de um mercado de grandes dimensões para o fotovoltaico, atrair um fabricante de turbinas para energia eólica que também fabrique motores para aeronáutica, lançar no interior do país complexos de produção de eletricidade através de energias renováveis, em associação com a produção de hidrogénio);
- Moda (concentração das atuais atividades têxteis, vestuário e calçado em torno de algumas marcas capazes de estar presentes em mercados exigentes).

### Referenciais de Formação do IEFP:

- Serralharia Civil e Mecânica
- Eletricidade e Energia
- Canalização
- Carpintaria
- Eletrónica e Telecomunicações
- Áreas inerentes à imagem (cabeleireiro, pedicure, manicure, esteticista, depilação, massagens, cuidados do corpo e rosto)
- Jardinagem e Espaços Verdes, Horticultura/ Floricultura e Agricultura Biológicas
- Áreas de cuidados de saúde, Auxiliares para apoio aos serviços médicos e paramédicos
- Limpeza dirigida a serviços/ comércio e serviços domésticos
- Pessoal de apoio à restauração (empregado de mesa, de bar, cozinheiro, ajudantes de cozinha)
- Pessoal de apoio à hotelaria (pessoal auxiliar, serviço de andares em hotelaria, manutenção hoteleira)
- Geriatria, Acompanhantes de idosos, acompanhantes de crianças/ ação educativa, cuidados de idosos e crianças, assistentes de lar



- Técnico de Comércio e outros ligados ao comércio (Vitrinista, Técnico-Comerciais, Logística e Armazenagem, Operador de Armazém)
- Mecatrónica ou Máquinas e Ferramentas
- Cursos ligados ao Ambiente (limpezas das florestas, da costa e zonas ribeirinhas...) e Turismo (golfe, ...)
- Construção Civil (Pintor da construção civil)
- Refrigeração, Ar Condicionado e Climatização/Sistemas Domésticos e Comerciais
- Instalação e Reparação de computadores

## 6. Avaliação Estratégica

Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Localização geográfica de Ovar face a eixos de comunicação, rodo e ferroviários, estruturantes do espaço regional, nacional e comunitário (A1, A29, A25 e Linha do Norte);</li><li>✚ Integração do concelho no sistema urbano Aveiro/Ílhavo-Águeda/ Ovar (um dos sub-sistemas mais dinâmicos da Região Centro);</li><li>✚ Inserção de Ovar num espaço de dinâmica industrial significativa, que engloba a maioria dos concelhos do Entre Douro e Vouga e do Baixo Vouga, cujo saber-fazer industrial é tão significativo que é capaz de atrair o setor empresarial e de gerar novas condições de competitividade tanto no mercado nacional como internacional;</li><li>✚ Inserção de Ovar numa importante e densa bacia de emprego geradora, por um lado, de uma certa diversidade industrial, embora com especializações territoriais (como é o caso do calçado em S. João da Madeira, da cortiça em Santa Maria da Feira e dos plásticos em Oliveira de Azeméis);</li><li>✚ Inserção do concelho num espaço caracterizado por uma população bastante jovem, cujas oportunidades de formação (oferta de ensino superior e de formação profissional) tendem a favorecer a sua qualificação;</li><li>✚ Maior oferta de emprego nos Serviços (65%) e na Indústria (29%), sobretudo nas indústrias transformadoras;</li><li>✚ Existência de diversas áreas propícias ao mais diversificado tipo de atividades turísticas, não esquecendo o artesanato e a valorização de produtos tradicionais;</li><li>✚ Oferta de estruturas de apoio ao emprego, formação e empreendedorismo, nomeadamente: Espaço Empreendedor; Escola de Artes e Ofícios; Balcão de Atendimento do Centro de Emprego de Aveiro em Ovar; Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal de Ovar; Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia de Esmoriz; Escola Profissional de Cortegaça; Centro Qualifica do Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro; Centro Qualifica da EprofCor; empresas de formação a operar no concelho (Centro de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, Run Vision, Tafife, CTCEMMA – Centro Tecnológico para a Condução de Equipamentos de Movimentação de Materiais e Tecnosono); instituições concelhias acreditadas pela DGERT (A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista e Cercivar);</li><li>✚ Potencialidades de desenvolvimento de estratégias de procura de emprego derivadas da economia social, facilitando o acesso a programas de apoio à criação de emprego por parte de grupos sociais mais vulneráveis e integrando nessa preocupação o mercado social de emprego;</li><li>✚ Crescente sensibilização para o uso e aposta nas energias renováveis;</li><li>✚ Parque Fotovoltaico da Marinha;</li><li>✚ Crescente sensibilização de algumas entidades</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Taxa de desemprego (6,9% em junho de 2018, ligeiramente acima da média nacional), que atinge sobretudo as mulheres (58,3% do total de desempregados), os ativos adultos entre os 35 e 54 anos (72%), as pessoas à procura de novo emprego (89%), os que possuem as habilitações literárias mais baixas (47,1% são desempregados com habilitações até ao 2.º ciclo) e os inscritos há mais de um ano (51.9%);</li><li>✚ Baixas qualificações escolares e profissionais da população em idade ativa;</li><li>✚ A maioria da população residente, com 15 ou mais anos, em 2011, encontrava-se empregada nos grupos de profissões mais desqualificadas;</li><li>✚ Em 2011, a escolaridade da população empregada era baixa (32% tinha até o 2.º Ciclo, dos quais 1% não tinha escolaridade, 16% tinha o 1.º ciclo e 15% o 2.º ciclo), acima da média nacional (30%). Com o ensino superior registava-se 22%, abaixo da média nacional (26%);</li><li>✚ Do total da população empregada, em 2011, no cerca de 43% trabalhava nos Grupos de Profissões menos qualificadas. De facto, cerca de 17% pertencia ao Grupo dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares, 16% ao Grupo dos Trabalhadores Não Qualificados e 10% ao Grupo dos Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem;</li><li>✚ Em 2011, a média de trabalhadores por conta de outrem com habilitações inferiores ou iguais ao 2.º ciclo era de cerca de 32% enquanto que a dos licenciados atingia cerca de 22%;</li><li>✚ Desajustamentos entre a mão de obra e as ofertas de emprego;</li><li>✚ Disparidade entre o ganho médio mensal no concelho e no país e entre sexos (as mulheres ganham menos que os homens, quer na mesma profissão, quer com o mesmo grau de escolaridade, quer com a mesma qualificação profissional);</li><li>✚ Dificuldade dos jovens licenciados e dos jovens com baixas qualificações encontrarem emprego;</li><li>✚ Dificuldade de reinserção no mercado de trabalho dos desempregados, sobretudo os de longa duração;</li><li>✚ Crescente tendência para a terciarização com a consequente perda de importância do setor secundário (sobretudo das indústrias transformadoras). De facto, em 2017, a distribuição do pessoal ao serviço nos estabelecimentos existentes no concelho de Ovar, por setor de atividade económica, era a seguinte: 2,5% no setor primário (face a 1,3% em 2011); 44% no setor secundário (face a 47,8 em 2011) e 5,5% no setor terciário (face a 50,9 em 2011).</li><li>✚ A estrutura de qualificações profissionais apresenta-se francamente desfavorável em termos de quadros superiores, quadros médios e profissionais altamente qualificados.</li><li>✚ Precariedade do emprego;</li><li>✚ Fraca mobilidade geográfica dos trabalhadores;</li></ul>



<p>empregadoras para o reforço das qualificações profissionais dos seus colaboradores;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Crescente sensibilização para a necessidade de articulação dos projetos de intervenção social com os estabelecimentos de ensino e a oferta de formação;</li><li>➤ Importância do setor agrícola, apostando na produção de leite e carne, na hortofloricultura e na agricultura biológica, bem como investindo na modernização das explorações agrícolas;</li><li>➤ Aumento do Poder de Compra concelhio entre 2011 e 2015 (dados do INE);</li><li>➤ <b>Potencialidades turísticas do concelho:</b> tem três Parques de Campismo (Furadouro, Cortegaça e Esmoriz) e oito Unidades Hoteleiras; a norte, a Barrinha de Esmoriz vai ser objeto de um programa de despoluição com vista a posterior requalificação; tem áreas de lazer diversificadas: Parque Urbano da Cidade de Ovar, Parque do Buçaquinho, Parques de Merendas do Buçaquinho, Carregal, Entreáguas, entre outras; possui uma Marina e um Porto de Recreio, no Carregal (Ria de Aveiro); é o único concelho da região de Turismo da Rota da Luz com mais de um Posto de Atendimento Turístico (dois postos); tem iniciativas relevantes com interesse turístico, tais como o Carnaval, as Procissões Quaresmais multisseculares, o programa Animar as Praias, o Festa, as Festas do Mar nas diferentes praias, o FIMO – Festival Internacional de Marionetas, entre muitas outras; tem património arquitectónico religioso e outro, classificado de interesse turístico e público relevante, algum do qual requalificado com o apoio do Fundo de Turismo (Capelas dos Passos e Museu de Arte Sacra), destacando-se ainda o Museu de Ovar, Museu Escolar, Museus Etnográficos e é conhecida como “Cidade Museu do Azulejo”; procedeu, nos últimos anos, à requalificação urbanística das suas principais praias, tendo sido distinguida com a bandeira azul nas principais praias (Furadouro, Cortegaça, Esmoriz, Maceda e Torrão do Lameiro), bem como com o galardão de praia acessível, no Furadouro, Esmoriz (com cadeira anfíbia) e Cortegaça; é o principal destino turístico das populações dos concelhos vizinhos do interior, com significativo aumento de população na época balnear e fins-de-semana, sendo marcado pelos efeitos da sazonalidade; possui uma extensa rede de ciclovias).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Zonas industriais com fortes carências de infra-estruturas de apoio e existência de uma grande dispersão das empresas existentes;</li><li>➤ Existência de sazonalidades cíclicas ligadas à pesca e trabalhos agrícolas, assim como ao turismo, restauração e lazer;</li><li>➤ Más condições das infra-estruturas de apoio à pesca, designadamente as condições de conservação, comercialização e distribuição do pescado dos postos de vendagem (lotas) do Furadouro e Esmoriz;</li><li>➤ Necessidade de modernização do tecido empresarial, aumentando a sua produtividade e competitividade;</li><li>➤ Necessidade de valorização dos recursos turísticos existentes e de dinamizar a sua procura.</li></ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Proximidade de estabelecimentos de ensino superior (Universidades de Aveiro e Porto e ISVOUGA);</li><li>➤ Facilidade de acesso a diversos serviços dirigidos às empresas, como centros de investigação e centros tecnológicos (IDIT – Instituto de Desenvolvimento e Investigação Tecnológica no Europarque, Centro Tecnológico do Calçado em S. João da Madeira, Cenfim – Centro Tecnológico da Indústria dos Moldes em Oliveira de Azeméis e CINCORK – Centro de Formação Profissional da Indústria da Cortiça e Instituto de Telecomunicações de Aveiro);</li><li>➤ Fundos comunitários - Programas Operacionais do Portugal 2020;</li><li>➤ Programas e medidas de financiamento nacionais e regionais;</li><li>➤ <b>Medidas e Apoios do IIEFP:</b><ul style="list-style-type: none"><li>- Apoios à Contratação<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Contratação-Emprego</li><li>▪ Promoção de Igualdade de Género</li><li>▪ Isenções e reduções</li></ul></li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Desemprego e trabalho precário;</li><li>➤ Catástrofes Naturais;</li><li>➤ Fuga de talentos e baixa natalidade;</li><li>➤ Consequências do aquecimento global;</li><li>➤ O Brexit;</li><li>➤ Crescimento das intolerâncias.</li></ul>



<ul style="list-style-type: none"><li>- Estágios<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Estágios Profissionais</li><li>▪ Estágios Não Financiados</li></ul></li><li>- Emprego Jovem Ativo</li><li>- Empreendedorismo<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (Apoios à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego, Apoios à Criação de Empresas, Programa Nacional de Microcrédito e Investe Jovem</li><li>▪ Social Investe – programa de Apoio à Economia Social</li></ul></li><li>- Emprego-Inserção<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Contrato-Emprego Inserção</li><li>▪ Contrato-Emprego Inserção +</li></ul></li><li>- Reabilitação Profissional de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Apoios à Integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho</li><li>▪ Emprego Apoiado (Estágios de Inserção, Contratos- Emprego Inserção, Emprego Protegido e Emprego Apoiado em Mercado Aberto)</li><li>▪ Marca Entidade Empregadora e Inclusiva</li></ul></li><li>- Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego para desempregados</li></ul> <p>✚ Estratégia do Turismo 2027;</p> <p>✚ Estratégia nacional para a Agricultura Biológica.</p>	
--	--

## 7. Prioridades de Intervenção

### Elevada

#### Tecido Económico:

- ✚ Promover a requalificação das zonas turísticas concelhias e melhorar as condições gerais dos espaços públicos e dos equipamentos de interesse turístico;
- ✚ Negociar com o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta a possibilidade de utilização das antigas casas florestais (Esmoriz, Maceda, Furadouro e Torrão do Lameiro) para promoção do empreendedorismo e dinamização do turismo no Município de Ovar;
- ✚ Pugnar pela criação de um Centro Tecnológico para a Indústria Têxtil que apoie científica e tecnologicamente as nossas empresas promovendo formação especializada de qualidade dos seus recursos humanos;
- ✚ Implementar internet livre em locais turísticos e espaços de formação, estudo e de encontro dos jovens em todas as freguesias do concelho;
- ✚ Requalificar e dinamizar o Mercado do Furadouro;
- ✚ Dinamizar o mercado de Arada;
- ✚ Colaborar com a Associação Produtores Pão de Ló (APPO) na implementação dos mecanismos de contole e fiscalização de cumprimento das regras de proteção legal atribuídas ao Pão de Ló de Ovar, valorizando as suas potencialidades económicas e apoiando a internacionalização do produto com recurso a projetos comunitários de apoio;
- ✚ Apoiar os produtores nas ações de promoção do Pão de Ló de Ovar, através de parcerias nomeadamente para a realização do Festival do Pão de Ló e de outras iniciativas de interesse turístico local;
- ✚ Criar e dinamizar uma rede de recolha, tratamento e venda de biocombustíveis sólidos (biomassa), promovendo-se a limpeza das florestas, a diminuição do risco de incêndio e a dinamização da economia local;
- ✚ Adotar novas soluções de iluminação pública, aproveitando-se linhas de apoio financeiro específicas (nacionais e europeias);
- ✚ Adotar o uso exclusivo de lâmpadas de baixo consumo em todos os edifícios municipais;
- ✚ Implementar um Plano para a Eficiência Energética nos equipamentos municipais;
- ✚ Implementar campanhas informativas e pedagógicas para poupança de água, separação de resíduos;
- ✚ Fomentar a aposta nas energias renováveis;
- ✚ Implementar medidas de modernização administrativa e promover a descentralização baseada num critério de maior proximidade ao cidadão dos serviços prestados pelos municípios e entidades intermédias.



Emprego/Desemprego:

- ✚ Fomentar o emprego jovem e combater o desemprego juvenil;
- ✚ Prevenir e combater o desemprego de longa duração;
- ✚ Promover o emprego e reduzir o desemprego de quadros qualificados;
- ✚ Garantir a implementação do Plano de Ação da Energia Sustentável;
- ✚ Pugnar pela ampliação das zonas industriais existentes e pela criação de duas novas áreas empresariais junto a dois nós viários da A29, entre elas o Parque Empresarial Ovar Sul, com espaços e infraestruturas adequados;
- ✚ Ampliar a rede de pistas pedonais e ciclovias no concelho;
- ✚ Aumentar a qualificação e promover a adaptabilidade dos desempregados ou empregados em risco de desemprego, desenvolvendo Cursos de Educação e Formação de Adultos, sobretudo de dupla certificação, Formações Modulares Certificadas, Competências Básicas, Vida Ativa – Qualifica +, entre outras;
- ✚ Promover a inserção de públicos desfavorecidos, desenvolvendo medidas como os “Contratos Emprego-Inserção”, “Estágios de Inserção”, “Emprego Protegido” e “Emprego Apoiado em Mercado Aberto”;
- ✚ Garantir o acesso à formação e qualificação adequados às necessidades da região;
- ✚ Fomentar a criação do próprio emprego ou empresa e o empreendedorismo, apostando em medidas como: Programa Nacional de Microcrédito; Apoios à Criação do Próprio Emprego por beneficiários de prestações de desemprego; Apoios à Criação de Empresas; Investe Jovem.



**CAPÍTULO IV – SAÚDE**



## VIII – Saúde

“A saúde resulta de um conjunto de determinantes que excedem largamente o que pode ser obtido pela intervenção exclusiva dos sistemas de saúde. É visão consensual que o setor de saúde, ainda que da maior importância, contribui apenas de forma parcelar para o nível de saúde de uma população. Setores como o ambiente, a alimentação, as atividades económicas e industriais, a educação, o trabalho, a solidariedade social e muitos outros determinam de forma importante a saúde existente<sup>1</sup>”.

Assim, importa reformular o diagnóstico atual, tornando-o o mais fidedigno possível, do estado de saúde da população do Concelho de Ovar, apesar da indisponibilidade, em alguns domínios, de indicadores suficientemente rigorosos. Apesar dos progressos assinaláveis nos sistemas de informação sobre saúde, ainda são grandes as necessidades sobretudo no que respeita aos dados de morbilidade. Se, por um lado, se conhecem com maior rigor as causas de morte, por outro, ainda se desconhecem os fenómenos do adoecer e das doenças que, não sendo importante causa de morte, ainda assim, pelo sofrimento causado, pelo impacto na qualidade de vida ou pela onerosidade, têm um peso social importante.

Segundo a Direção-Geral de Saúde, um dos principais determinantes da morbilidade e mortalidade é a alimentação, estimando-se que cerca de 35% dos cancros sejam de causas alimentares. Por outro lado, os erros alimentares estão diretamente relacionados com as doenças do aparelho circulatório, obesidade e osteoporose.

Os principais problemas nesta área têm a ver com o excesso de consumo de gorduras, de sal, de açúcar e a baixa ingestão de frutos, legumes e vegetais, a par de níveis elevados de ingestão calórica.

Paralelamente a estes problemas, surge o sedentarismo, constituindo-se Portugal como o país da União Europeia com os níveis mais elevados de sedentarismo. Com efeito, é certo que a manutenção regular de níveis de atividade física adequados contribui para a redução da obesidade, da diabetes mellitus, da osteoporose, das doenças do aparelho circulatório, da depressão e ansiedade, concorrendo para a promoção do bem-estar e de um envelhecimento saudável.

Andar a pé é talvez a atividade física mais usual e aquela que se recomenda às pessoas com uma vida sedentária. Andar em locais agradáveis, como parques, zonas pedonais com árvores, ou à beira-rio, tem uma influência positiva não só na saúde física como também na saúde mental.

A dança é outra atividade física que, além de trazer grande benefício físico, pode ser fonte de prazer e tornar-se ocasião de convívio e estabelecimento de novas amizades, o que é benéfico também para a saúde mental.

Estimular a atividade física nas crianças e nos jovens é muito importante. Esta mudança cultural deverá certamente influenciar populações e autarquias para a criação de mais espaços verdes e percursos agradáveis para a marcha ou condução de bicicletas em todo o país.

São prementes ações como sessões de informação e sensibilização junto das crianças, jovens e população em geral sobre alimentação saudável e prática de exercício físico em articulação com Escolas e autarquias - Ovar já está a dar importantes passos nesta área, através do projeto “Na Medida Certa” do Centro de Saúde Ovar; iniciativas para melhorar o conhecimento sobre os hábitos alimentares portugueses; ações de fiscalização sanitária, pelas autoridades competentes, dos géneros alimentícios e dos estabelecimentos de restauração, bem como vigilância epidemiológica das situações de doença de origem alimentar; levantamento da situação de mercado e estudos de mercado, ações de qualificação das águas de nascente e das águas minerais naturais, que se destinam a ser engarrafadas e comercializadas como géneros alimentícios, com avaliação de riscos para a saúde dos contaminantes microbiológicos, físicos, químicos e radiológicos constituintes destas águas.

---

<sup>1</sup> In “Ganhos de Saúde em Portugal” – Relatório do Diretor-Geral e Alto Comissário da Saúde



## 1. Serviços de Saúde

### 1.1. Cuidados de Saúde Primários

A prestação de cuidados de saúde de proximidade centrados nas necessidades dos cidadãos é um dos paradigmas atuais do Serviço Nacional de Saúde Português.

De facto, os cuidados de saúde primários assumem um papel primordial, uma vez que é nestas unidades de saúde que o cidadão tem acesso a uma prestação de saúde de proximidade, através do médico e do enfermeiro de família.

Os Centros de Saúde são o suporte dos Cuidados de Saúde Primários, tendo sido reconfigurados através do Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro, ao criar os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) na dependência das Administrações Regionais de Saúde, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro (Replicação do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro).

Cada Agrupamento dos Centros de Saúde tem cinco modelos de Unidades Funcionais:

- Unidade de Saúde Familiar (USF);
- Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP);
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC);
- Unidade de Saúde Pública (USP);
- Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).

O Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga compreende os Centros de Saúde de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

O ACES Baixo Vouga dispõe de:

- Uma Unidade de Saúde Pública;
- Uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados;
- Um Conselho na Comunidade;
- Três Equipas Coordenadoras Locais de Cuidados Continuados Integrados (uma em Águeda, outra em Ílhavo e outra em Ovar);
- Em cada Centro de Saúde existe uma ou mais de cada uma das seguintes unidades funcionais: Unidade de Saúde Familiar e/ou Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados e Unidade de Cuidados na Comunidade.

O Centro de Saúde de Ovar disponibiliza os seguintes Serviços:

- Consultas Específicas:
  - Atendimento Social
  - Psicologia
  - Nutrição
- Consultas de especialidade:
  - Saúde Pública
- Meios de Diagnóstico:
  - Imagiologia (Raios-X convencional)
- Prevenção da Doença:
  - Vacinação de crianças
  - Vacinação de adultos
  - Saúde Oral
- Serviços de Atendimento Complementar:
  - Consulta Aberta
- Outros Serviços:
  - CDP (Diagnóstico/Tratamento da Tuberculose e Doenças Pulmonares)
  - SSP/Autoridade de Saúde do Concelho de Ovar
  - Gabinete do Cidadão

No concelho de Ovar estão em funcionamento as seguintes **Unidades de Saúde Familiar**, para além da Extensão de Saúde do Furadouro:

- Unidade de Saúde Familiar da Barrinha – Esmoriz
- Unidade de Saúde Familiar Laços – Pólos de Cortegaça, Maceda e Arada
- Unidade de Saúde Familiar João Semana – Ovar
- Unidade de Saúde Familiar de S. João de Ovar



- Unidade de Saúde Familiar Alpha – Pólos de Válega e S. Vicente de Pereira Jusã

Nestas Unidades são disponibilizados os seguintes Serviços:

- Consultas Específicas:
  - Diabetes
  - Hipertensão (HTA)
  - Planeamento Familiar
  - Saúde Materna
  - Saúde Infantil
  - Controlo de Hipocoagulação
  - Consulta de Alcoologia
- Consultas de especialidade
  - Medicina Geral e Familiar
- Prevenção da Doença
  - Vacinação de crianças
  - Vacinação de adultos
- Tratamento/Outras atividades
  - Pensos
  - Injectáveis
  - Algalias
  - Remoção de pontos
  - Domicílios de enfermagem
  - Domicílios médicos
  - Avaliação da Tensão Arterial
  - Avaliação de Glicémia Capilar
- Serviços de Atendimento Complementar
  - Atendimento de Doença Aguda
  - Consulta de Intersubstituição

**Projetos/Atividades da Unidade de Cuidados na Comunidade Ovar:**

- Equipa de Cuidados Continuados Integrados  
Prestação de cuidados domiciliários a pessoas em situação de dependência, de natureza preventiva, curativa, reabilitadora e ações paliativas.
- Entardecer  
Parceria em projetos direcionados para a atividade física: Programa Ovar em Movimento – Acordar Exercitando, Programa Ovar em Movimento Sénior e iniciativa Mês Sénior.
- Viver Mais;  
Promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção da doença através de atividades de educação para a saúde, de forma planeada, organizada e o mais próximo possível da população.
- Juntos no Cuidar  
Capacitação da comunidade para cuidar de pessoas em situação de dependência, através de uma rede de suporte a cuidadores.
- Saúde Escolar  
Cooperação nas áreas comuns de atuação do Plano Nacional de Saúde Escolar com a Unidade de Saúde Pública e dinamização do Projeto + Contigo (Prevenção do suicídio em meio escolar), Sr. Dente (promoção da Saúde Oral) e Na Medida Certa (promoção da alimentação saudável).
- Programa de Saúde e Cidadania  
Plano de formação constituído por atividades organizadas e estruturadas em sessões que visam o aconselhamento nas áreas da cidadania, higiene corporal, higiene oral e nutrição, em parceria com o Projeto “Agitana-te” da Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa.
- Projeto de Intervenção Comunitária de Saúde Mental e Psiquiátrica  
Destina-se a crianças e adolescentes do concelho e surge da necessidade de articular recursos entre os cuidados de saúde primários e o serviço hospitalar, permitindo a coordenação e a continuidade dos cuidados no meio comunitário, onde a criança está inserida.
- Curso de Preparação para o Nascimento e Parentalidade
- Representante do Ministério da Saúde nas seguintes estruturas:
  - CPCJ de Ovar



- Núcleo Local de Inserção (NLI/RSI)
- Equipa de Intervenção Precoce

Da análise do quadro abaixo exposto, em 2018 registavam-se 57.755 inscritos no Centro de Saúde de Ovar, um terço dos quais na Unidade de Saúde Familiar João Semana.

Unidade Funcional	N.º de Inscritos
Unidade de Saúde Familiar João Semana (Ovar)	18 198
Unidade de Saúde Familiar Laços (Cortegaça, Maceda e Arada)	9 769
Unidade de Saúde Familiar Alpha (Válega e S. Vicente de Pereira)	10 224
Unidade de Saúde Familiar de S. João de Ovar	6 839
Unidade de Saúde Familiar da Barrinha (Esmoriz)	12 725
<b>Total</b>	<b>57 755</b>

Fonte: Centro de Saúde de Ovar – 2018

Da análise do Quadro 250, constata-se que, em 2017:

- O rácio de enfermeiras/os por 1000 habitantes no concelho de Ovar é bastante inferior ao nacional e da Região de Aveiro, verificando-se uma descida acentuada entre 2016 e 2017, a qual não corresponde a saída de elementos de enfermagem do concelho;
- O rácio de médicas/os por 1000 habitantes, também, é inferior ao nacional, mas é igual ao da Região de Aveiro.

Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Rácio de enfermeiros por 1000 habitantes	2017	7.0	7.2	7.7	1.5
	2016	6.7	6.8	4.8	4.4
	2015	6.5	6.5	4.7	4.4
	2014	6.4	6.3	4.6	4.2
Rácio de médicos por 1000 habitantes	2016	4.9	4.4	3.1	3.1
	2015	4.7	4.3	3.0	3.0
	2014	4.5	4.1	2.9	2.9
	2013	4.3	3.9	2.8	2.7
Rácio de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	2017	0.3	0.4	0.3	0.3
	2016	0.3	0.4	0.3	0.3
	2015	0.3	0.4	0.3	0.3
	2014	0.3	0.4	0.3	0.3

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos – junho de 2018

## 1.2 Cuidados de Saúde Diferenciados

Relativamente aos Cuidados de Saúde Diferenciados, a Região de Aveiro dispõe de 3 hospitais privados, 1 Centro Hospitalar e 4 Hospitais de Referência.

No Concelho de Ovar existe o Hospital Dr. Francisco Zagalo – Ovar, que disponibiliza à comunidade os seguintes Serviços Clínicos:

- **Unidade de Cuidados Hospitalares**
  - Consulta Externa
    - Especialidades Cirúrgicas
      - Cirurgia Geral
      - Oftalmologia
      - Ortopedia
      - Otorrinolaringologia
      - Urologia
    - Especialidades Médicas



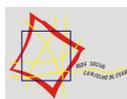
- Anestesiologia
- Cardiologia
- Diabetologia
- Fisiatria
- Hipocoagulação
- Medicina Interna
- Pediatria
- Especialidades Não Médicas
  - Consulta de Enfermagem
  - Nutrição e Dietética
  - Podologia
  - Psicologia
- Hospital de Dia Polivalente
- Internamento
  - Internamento Cirúrgico
  - Internamento Médico
- Unidade de Cirurgia de Ambulatório
- **Unidade de Cuidados Continuados**
  - Unidade de Convalescença
- **Unidade de Apoio à Prestação de Cuidados**
  - Anestesiologia
  - Bloco Operatório
  - Esterilização
  - Serviços Farmacêuticos
  - Laboratório de Análises Clínicas
  - Unidade de Cardiologia (Eletrocardiografia, MAPA e Ecocardiografia)
  - Unidade de Imagiologia (Radiologia convencional e Ecografia (exceto obstetrícia))
  - Unidade de Medicina Física e Reabilitação
  - Serviço Social
  - Gabinete do Cidadão

Quadro 258 – Número de Hospitais entre 2014 e 2016					
Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Hospitais Públicos	2017	107	34	4	1
	2016	107	34	4	1
	2015	110	34	4	1
	2014	114	36	5	1
Hospitais Privados	2017	114	23	3	0
	2016	114	23	3	0
	2015	114	22	3	0
	2014	107	19	2	0
Parceria Público-Privada	2017	4	0	0	0
	2016	4	0	0	0
	2015	4	0	0	0
	2014	4	0	0	0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos

Quadro 259 – Número de Farmácias e postos farmacêuticos móveis entre 2014 e 2017				
Ano de Referência	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
2017	3 118	799	110	16
2016	3 085	789	108	16
2015	3 084	796	108	16
2014	3 085	795	110	16

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos



Quadro 260- Consultas/ Atendimentos por valência no Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar							
Valências		2017		2016		2015	
		M	F	M	F	M	F
<b>Unidade Hospitalar de Agudos (proximidade) do SNS</b>							
Internamento	Cirúrgico	167	180	216	235	253	245
	Medico	156	169	172	145	166	209
Consulta Externa	Anestesiologia	918	890	981	904	942	922
	Cardiologia	1079	1128	1082	1176	1123	1243
	Cirurgia	2336	1532	1499	2276	1138	2038
	Fisiatria	270	457	311	515	306	541
	Medicina Interna	420	886	588	1113	779	1514
	Oftalmologia	835	1160	732	1037	818	1169
	Ortopedia	2037	3499	1874	3569	2086	3721
	Pediatria	1984	2048	2089	2159	2659	2742
	Urologia	1737	396	1664	370	1583	348
	Otorrinolaringologia	1927	2156	1853	2055	1600	1891
	Dermatologia	419	587	367	573	497	804
	Diabetologia	332	326	492	452	435	428
	Consulta de Funcionários	25	53	11	39	0	0
	Hipocoagulados	562	725	620	789	643	886
	Medicina Trabalho	48	200	26	238	55	212
Outras	1	4	3	0	0	0	
Consulta Externa não Médica	Consulta de Enfermagem	55	52	116	128	198	190
	Psicologia Clínica	835	781	554	543	733	718
	Podologia	241	428	264	424	285	484
	Dietética	75	260	63	174	70	190
<b>Cuidados Continuados na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados do SNS</b>							
Internamento	Convalescença	62	82	64	94	58	105

Fonte: Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar

### 1.3 Cuidados Continuados de Saúde

O aumento da prevalência de doenças de evolução prolongada, algumas delas acompanhadas de um elevado grau de incapacidade, associado ao elevado número de pessoas com 65 ou mais anos a viver só, bem como à insuficiência das respostas tradicionais de cuidados de saúde e à sua indiferenciação e frágil articulação, tornou premente a promoção de respostas/ cuidados de saúde e de apoio social que respondam às reais necessidades dos cidadãos que se encontrem em situação de perda de funcionalidade ou em níveis de dependência que as fazem necessitar de apoio, incluindo os seus cuidadores informais.

Neste sentido, foi criada, pelo Decreto-Lei n.º 101/2006 de 6 de junho, a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), constituída por unidades e equipas de cuidados continuados de saúde e/ou apoio social, e de cuidados de ações paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais da segurança social, a Rede Solidária e as autarquias locais. O seu objetivo principal visa a prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

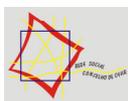
A prestação de cuidados continuados integrados é, assim, assegurada por:

#### 1. Unidades de internamento

- Unidades de convalescença (UC)
- Unidades de média duração e reabilitação (UMDR)
- Unidades de longa duração e manutenção (ULDM)
- Unidades de cuidados paliativos (UCP)

#### 2. Unidades de ambulatório

- Unidades de dia e de promoção da autonomia (UDPA)



## 3. Equipas hospitalares

- Equipas de gestão de altas;
- Equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos

## 4. Equipas domiciliárias

- Equipas de cuidados continuados integrados
- Equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos

## A RNCCI no Distrito de Aveiro integrava, em 2017:

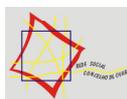
- 2 Unidades de Convalescença: Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar, com 20 camas e Hospital Dr. José Luciano de Castro - Anadia, com 34 camas;
- 5 Unidades de Internamento de Média Duração: SCM de Castelo de Paiva com 12 camas, SCM de Águeda com 24, SCM de Ílhavo, com 26 camas, SCM da Mealhada, com 30, SCM de Arouca, com 6 camas;
- 8 Unidades de Internamento de Longa Duração: SCM de Castelo de Paiva com 18 camas, SCM de Arouca com 14, Centro Paroquial e Social de Santa Marinha de Avanca – Estarreja, com 28 camas, SCM de Águeda, com 16 camas, SCM de Ílhavo, com 29 camas, SCM de Oliveira do Bairro, com 28 camas, SCM de S. João da Madeira, com 19 camas e Associação do Centro Social de Escapães – Santa Maria da Feira, com 20 camas;
- 6 Equipas de Gestão de Altas: Hospital Dr. Francisco Zagalo-Ovar, Centro Hospitalar de Baixo Vouga (Aveiro), Hospital Distrital de Águeda, Hospital Visconde Salreu e Centro Hospitalar Entre o Douro e o Vouga (Santa Maria da Feira);
- 14 Equipas de Cuidados Continuados Integrados: Centros de Saúde de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Vagos, as ECCL de Anadia, Murtosa, UCC Nós de Estarreja, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira e a UCC Laços de Mar e Ria/CS Ílhavo.

Por conseguinte, em Ovar, para além da Unidade de Convalescença, da Equipa de Gestão de Altas e da Equipa de Cuidados Continuados Integrados, existe também a Equipa Coordenadora Local, para onde são referenciados todos os utentes que integram a RNCCI dos concelhos de Ovar, Estarreja, Murtosa e Albergaria a Velha.

## 2. Os Recursos Humanos das Instituições de Saúde

Quadro 261 – Pessoal de Saúde ao serviço no concelho de Ovar						
Especialidade		2015	2014	2013	2012	2011
Médicos especialidade	Não especialistas	72	68	64	61	60
	Cirurgia geral	2	2	2	2	1
	Estomatologia	4	4	4	4	4
	Ginecologia Obstetrícia	4	4	4	4	4
	Medicina geral e familiar	30	29	28	28	25
	Oftalmologia	4	4	3	3	3
	Ortopedia	6	6	6	6	5
	Pediatria	9	8	8	8	7
	Psiquiatria	1	1	1	1	1
	<b>Total Masculino</b>	<b>69</b>	<b>68</b>	<b>63</b>	<b>62</b>	<b>60</b>
<b>Total Feminino</b>	<b>95</b>	<b>88</b>	<b>84</b>	<b>80</b>	<b>74</b>	
Dentistas		45	42	39	35	32
Enfermeiros		240	232	232	223	212
Farmacêuticos		61	54	--	37	57

Fonte: Pordata- setembro de 2016 / --Não disponível



Pessoal ao Serviço	2017		2016		2015	
	a)	b)	a)	b)	a)	b)
Médicos	13	19	16	17	13	17
Enfermeiros	50	4	49	3	48	4
Técnicos Superiores de Saúde	0	4	0	2	0	2
Técnico Superior de Serviço Social	1	2	1	2	1	2
Técnicos de MCDT	11	7	11	7	11	7
Técnicos Prof. e Administrativos	17	13	17	12	17	12
Auxiliares de Ação Médica	29	16	29	15	30	15
Psicólogos	0	2	0	2	0	2
Outros	6	4	2	1	2	1

Fonte: Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar

Legenda: a) Recursos Humanos com Contrato de Trabalho em Funções Públicas Por Tempo Indeterminado;

b) Recursos Humanos com Contrato de Trabalho Temporário e Prestadores de Serviços

Unidade Funcional	Médicos	Enfermeiros	Outros
Unidade de Saúde Familiar João Semana (Ovar)	10	10	6
Unidade de Saúde Familiar Laços (Cortegaça, Maceda e Arada)	6	6	5
Unidade de Saúde Familiar Alpha (Válega e S. Vicente de Pereira)	6	6	5
Unidade de Saúde Familiar de S. João de Ovar	4	4	3
Unidade de Saúde Familiar da Barrinha (Esmoriz)	7	7	5
Unidade de Saúde Pública	1	2	2
URAP	0	0	4
UCC	0	6	0
UCSP Ovar	0	0	16
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>41</b>	<b>46</b>

Fonte: Centro de Saúde de Ovar

### 3. Principais Indicadores de Saúde

É certa a redução da mortalidade materna e perinatal em Portugal, o que é um indicador, não só, de saúde da população, mas também, expressão da melhoria do nível socio-económico e dos cuidados de saúde disponíveis. No entanto, continuam a existir franjas da população – em particular, as mulheres com baixa escolaridade e fracos recursos económicos – onde permanece elevada a percentagem de gravidezes com vigilância inadequada ou mesmo sem vigilância, condicionando negativamente aqueles indicadores.

Em Portugal, mais concretamente nas adolescentes entre os 14 e os 16 anos de idade, essencialmente em minorias sociais que não frequentam as escolas, continua a verificar-se uma resistência à redução de gravidezes.

Medidas de apoio às grávidas, com especial atenção à promoção de cuidados no parto e pós-parto e ao controlo de qualidade dos exames ecográficos da gravidez são fundamentais para a redução da morbilidade no parto, assim como as atividades de Saúde Reprodutiva, em especial no que se refere à melhoria do acesso e da qualidade na prestação de cuidados na área do planeamento familiar.

Por outro lado, e tendo em conta os quadros abaixo expostos, constata-se uma diminuição do número de nascimentos até 2016, ano em que se registou um aumento por todo o País. No entanto, em 2017, o número de nados-vivos voltou a decrescer, correspondendo a cerca de 4%, em Ovar, acima da média nacional, que se situou em 0.7%.

Também se tem verificado o adiamento do nascimento do primeiro filho e, conseqüentemente, o reforço da tendência para a maternidade tardia. De facto, segundo o INE, é cada vez menor o número de primeiros filhos de mães com menos de 20 anos e, em compensação, o grupo das mulheres entre os 30 e os 39 anos vive cada vez mais a experiência da maternidade pela primeira vez, o que, em geral, corresponde a um menor número de gravidezes no percurso reprodutivo.



De realçar que, no concelho de Ovar, nasceram, em 2017, quatro crianças de mães com idade inferior a 18 anos: uma tinha 14 anos, outra 15, outra 16 e outra 17.

Área Geográfica	Nados-Vivos						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	86 498	87 126	85 500	82 367	82 787	89 841	96 856
Região Centro	15 926	16 252	16 096	15 556	15 733	17 195	18 342
Região de Aveiro	2 894	2 882	2 806	2 754	2 905	3 189	3 235
Concelho de Ovar	431	450	392	407	413	446	459
Cortegaça	23	32	18	31	18	32	35
Esmoriz	99	104	89	87	112	95	121
Maceda	18	21	20	22	26	23	25
União das Freguesias	239	243	205	222	209	245	219
Válega	52	50	60	45	48	51	59

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos – junho de 2018

Ano	Variação dos nados-vivos segundo o sexo			Variação dos óbitos segundo o sexo		
	H	M	HM	H	M	HM
2017	233	198	431	261	227	488
2016	247	203	450	241	243	484
2015	198	194	392	237	263	500
2014	194	213	407	247	239	486
2013	218	195	413	229	216	445
2012	215	231	446	225	234	459
2011	212	247	459	235	249	484

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Grupo etário da mãe	Variação dos nados-vivos por ano de referência						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
10-14 anos	1	0	0	0	0	0	0
15-19 anos	9	7	9	18	15	28	21
20-24 anos	49	33	47	32	44	47	49
25-29 anos	92	120	91	92	105	100	117
30-34 anos	138	146	122	138	138	153	166
35-39 anos	114	116	104	104	90	97	83
40-44 anos	27	27	19	20	21	20	21
45-49 anos	1	1	0	3	0	1	2
50+ anos	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2001 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Da análise do Quadro abaixo transposto, constata-se que a taxa de fecundidade no País tem vindo a aumentar desde 2013, altura em que registou o valor mais baixo. No entanto, no concelho de Ovar, que tem uma taxa bastante inferior à nacional, verificou-se uma descida, entre 2016 e 2017.

Tal situação está conotada com a escolaridade, apontando-se o aumento da educação e da duração dos estudos como uma das suas principais causas. De facto, à medida que se avança na escolaridade, a fecundidade deixa de estar centrada nos 20-24 anos, para se deslocar progressivamente para os 30-34 anos quando as mulheres têm ensino superior.



Área Geográfica	Taxa de Fecundidade Geral							Índice Sintético de Fecundidade						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	37.2	37.1	36.0	34.3	33.9	36.3	38.6	1.37	1.36	1.30	1.23	1.21	1.28	1.35
Região Centro	33.0	33.2	32.5	31.0	30.8	33.1	34.8	1.22	1.22	1.18	1.12	1.11	1.19	1.23
Região de Aveiro	34.8	34.2	33.0	32.0	31.6	34.2	34.2	1.30	1.27	1.21	1.16	1.15	1.23	1.21
Concelho de Ovar	33.8	34.7	29.7	30.5	30.5	32.5	33.0	1.28	1.31	1.12	1.13	1.14	1.20	1.21

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Grupo Etário	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
15-19 anos	2017	8.0	5.8	6.2	6.5
	2016	8.1	6.0	6.9	4.5
	2015	8.4	7.2	8.9	5.8
	2014	9.3	7.3	10.1	11.6
20-24 anos	2017	33.0	25.7	33.2	32.2
	2016	33.5	25.8	30.8	21.5
	2015	32.1	24.9	30.3	30.6
	2014	31.7	24.3	27.5	21.0
25-29 anos	2017	68.8	57.3	62.4	62.3
	2016	67.8	60.2	64.1	80.6
	2015	67.8	60.7	62.7	60.0
	2014	65.9	60.2	60.3	58.7
30-34 anos	2017	93.0	87.8	87.0	83.8
	2016	92.6	87.3	87.2	84.7
	2015	89.7	86.2	82.3	69.0
	2014	82.0	79.6	83.0	76.8
35-39 anos	2017	57.8	54.9	58.1	59.9
	2016	56.1	53.0	52.4	58.4
	2015	51.2	48.1	48.2	49.7
	2014	46.3	43.3	42.8	47.3
40-44 anos	2017	13.5	12.3	12.0	11.8
	2016	12.7	10.8	11.4	11.5
	2015	10.8	9.0	9.5	8.1
	2014	9.8	8.7	8.7	8.5
45-49 anos	2017	0.7	0.6	0.5	0.4
	2016	0.7	0.6	0.3	0.4
	2015	0.5	0.5	0.5	0.0
	2014	0.6	0.5	0.4	1.3

Fonte: Pordata – janeiro de 2018

Área Geográfica	Taxa de Natalidade							Taxa de Mortalidade						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	8.4	8.4	8.3	7.9	7.9	8.5	9.2	10.7	10.7	10.5	10.1	10.2	10.2	9.7
Região Centro	7.1	7.2	7.1	6.8	6.9	7.5	7.9	12.5	12.5	12.2	11.7	12.0	12.2	11.3
Região de Aveiro	8.0	7.9	7.7	7.5	7.6	8.2	8.3	10.6	10.1	10.2	9.6	9.8	10.0	9.5
Concelho de Ovar	7.9	8.3	7.2	7.4	7.5	8.1	8.3	9.0	8.9	9.2	8.9	8.1	8.3	8.7

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011 e Anuários Estatísticos – junho de 2018

Da análise do quadro abaixo exposto, verifica-se um ligeiro aumento do número de óbitos no concelho de Ovar, no último ano, sendo de realçar que, segundo o INE, mais de 75% dos óbitos registados, à semelhança do País e da Região de Aveiro, referem-se a pessoas com mais de 70 anos.



**Quadro 270 - Número de de Óbitos, entre 2013 e 2017**

Área Geográfica	Óbitos					Óbitos com menos de 1 ano				
	2017	2016	2015	2014	2013	2017	2016	2015	2014	2013
Portugal	109 586	110 535	108 539	104 843	106 545	230	283	254	238	246
Região Centro	28 008	28 057	27 473	26 621	27 415	43	36	44	40	33
Região de Aveiro	3 845	3 676	3 717	3 501	3 591	9	4	8	6	5
Concelho Ovar	488	484	500	486	445	1	1	0	2	0
Cortegaça	41	55	42	34						
Esmoriz	93	70	84	99						
Maceda	35	32	42	42						
União das Freguesias	252	273	277	260						
Válega	67	54	55	51						

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos – junho de 2018

No geral, cerca de 66% dos óbitos com menos de 1 ano de vida, registados em Portugal, referem-se a óbitos neonatais. No concelho de Ovar registou-se um óbito com menos de 1 ano, em 2017.

A diminuição dos óbitos neonatais (Quadro 265) reforça os ganhos em saúde das políticas ligadas à prevenção da doença e complicações ao longo do ciclo vital do indivíduo, nomeadamente a criação das consultas de saúde reprodutiva, materna e infanto-juvenil e da implementação do programa nacional de vacinação.

**Quadro 271 - Taxa de Mortalidade Infantil, entre 2013 e 2017**

Área Geográfica	Total				
	2017	2016	2015	2014	2013
País	1.9	3.2	2.9	2.9	2.9
Região Centro	1.9	2.2	2.7	2.6	2.1
Região de Aveiro	2.4	1.4	2.9	2.2	1.8
Concelho de Ovar	2.3	2.2	0.0	4.9	0.0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018

**Quadro 272 - Número de Óbitos Perinatais e Neonatais de Mães Residentes em Portugal, por ano de referência**

Área Geográfica	Óbitos Perinatais					Óbitos Neonatais				
	2017	2016	2015	2014	2013	2017	2016	2015	2014	2013
País	272	345	336	340	285	152	202	175	174	160
Região Centro	53	61	63	61	55	31	28	31	32	22
Região de Aveiro	11	8	8	11	13	9	2	6	6	4
Concelho de Ovar	0	0	2	3	1	1	1	0	2	0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística- junho de 2018

**Quadro 273 – Interrupções voluntárias da gravidez legalmente efetuadas, entre 2012 e 2016**

Área Geográfica	Total				
	2016	2015	2014	2013	2012
País	15 959	16 652	16 762	18 281	19 156
Região Centro	2 110	2 341	2 488	2 783	3 067
Região de Aveiro	329	354	441	426	465
Concelho de Ovar	52	39	44	59	48

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018



Observando o Quadro 267, constata-se:

- A manutenção das taxas quinquenais de mortalidade infantil (óbitos ocorridos no 1.º ano de vida da criança) e de mortalidade neonatal (óbitos ocorridos nos primeiros 28 anos de vida da crianças) nos últimos anos considerados;
- Que a taxa quinquenal de mortalidade infantil e neonatal do concelho de Ovar é inferior à nacional e regional;
- O aumento da taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e da taxa bruta de mortalidade por tumores malignos, no concelho de Ovar;
- Que, em todas as áreas geográficas consideradas, a taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório é superior à taxa bruta de mortalidade por tumores malignos, confirmando que a primeira causa de morte são as doenças do aparelho circulatório, seguido dos tumores;
- Que a taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e tumores malignos registadas no concelho de Ovar são inferiores às nacionais e regionais.

Quadro 274 – Outros Indicadores de saúde					
Indicadores	Ano	País	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	2012-2016*	3.1	2.7	2.3	1.9
	2011-2015	3.1	2.8	2.6	1.9
	2010-2014	3.0	2.6	2.2	1.8
	2009-2013	3.1	2.6	2.3	2.2
Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	2012-2016*	2.1	1.9	1.7	1.4
	2011-2015	2.1	2.0	2.3	1.4
	2010-2014	2.1	1.8	1.7	1.3
	2009-2013	2.1	1.8	1.5	1.3
Taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	2016*	3.2	3.6	3.0	2.5
	2015	3.1	3.5	2.9	2.4
	2014	3.1	3.5	2.9	3.1
	2013	3.0	3.5	3.0	2.7
Taxa bruta de mortalidade por tumores malignos	2016*	2.6	2.8	2.4	2.3
	2015	2.6	2.7	2.3	2.2
	2014	2.5	2.6	2.2	2.0
	2013	2.5	2.7	2.3	1.9

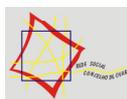
Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Anuários Estatísticos – junho 2018

\*Dados provisórios

Da análise do Quadro 268, observa-se que os tumores malignos são a segunda causa de mortalidade no País, na Região de Aveiro e no concelho de Ovar. Segundo o ACES Baixo Vouga, o cancro da pele e da mama são os que representam maior incidência, seguido do cancro da colo do útero e da próstata. No patamar inferior surge o cancro do cólon, seguido do cancro do estômago, brônquios e pulmões, colo uterino e reto, por ordem decrescente de incidência.

É de salientar ainda:

- O aumento das mortes por doenças do aparelho circulatório, nos últimos três anos considerados;
- O ligeiro aumento das mortes por doenças do aparelho respiratório no País e a diminuição na Região de Aveiro e no concelho de Ovar;
- A diminuição, ainda que ligeira, da mortalidade por diabetes, entre 2015 e 2016, tanto no País como no concelho de Ovar;
- O peso das mortes por doenças do aparelho circulatório sobre as mortes totais no País (31%), face a 29% no concelho de Ovar;
- O peso das mortes por tumores malignos sobre as mortes totais no País (26%), face a 27% no concelho de Ovar;
- O peso das mortes por diabetes sobre as mortes totais no País (4%), face a 5% no concelho de Ovar;
- O peso das mortes por doenças do aparelho respiratório sobre as mortes totais no País e no concelho de Ovar (12%).



Segundo o ACES Baixo Vouga, as doenças atribuídas ao álcool constituem a principal causa de morte antes dos 65 anos, seguido dos acidentes vasculares cerebrais, do cancro do cólon e reto, da doença isquémica cardíaca, do suicídio e finalmente, do VIH/Sida.

Quadro 275 - Número de Óbitos, segundo as principais causas de morte, entre 2014 e 2016					
Causas de morte		Portugal	Região Centro	Região de Aveiro	Ovar
Doenças do Aparelho Circulatório	2016	32 805	8 113	1 086	136
	2015	32 443	7 834	1 064	131
	2014	32 288	8 064	1 069	168
Tumores Malignos	2016	27 357	6 368	867	127
	2015	26 647	6 171	839	118
	2014	26 220	5 984	811	107
Doenças do Aparelho Respiratório	2016	13 474	3 612	450	57
	2015	13 470	3 745	475	63
	2014	12 164	3 361	409	48
Doenças Isquémicas do Coração	2016	7 368	1 418	202	33
	2015	7 328	1 338	179	26
	2014	7 456	1 397	207	40
Outras doenças cardíacas (exceto transtornos valvulares não-reumáticos e doenças valvulares)	2016	7 361	2 272	290	33
	2015	7 089	2 236	273	27
	2014	6 903	2 250	253	33
Doenças Endócrinas, nutricionais e metabólicas	2016	5 599	1 557	174	30
	2015	5 766	1 557	202	32
	2014	5 497	1 503	192	28
Doenças do Aparelho Digestivo	2016	4 981	1 334	145	22
	2015	4 559	1 136	156	24
	2014	4 602	1 238	167	26
Diabetes	2016	4 359	1 179	127	22
	2015	4 406	1 145	152	25
	2014	4 275	1 141	159	24
Suicídios e lesões autoprovocadas	2016	981	239	26	2
	2015	1 132	281	29	7
	2014	1 223	284	35	4

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018

#### 4. Comportamentos Aditivos e Dependências

##### 4.1 O Tabagismo

Devido à multiplicidade e gravidade das doenças que provoca e à elevada proporção de pessoas expostas, o consumo de tabaco constitui, presentemente, a primeira causa evitável de doença e de morte prematura nos países desenvolvidos, contribuindo para seis das oito primeiras causas de morte a nível mundial.

A ele estão relacionadas doenças crónicas (cancros em diversas localizações, com especial relevo para o cancro do pulmão), doenças do aparelho circulatório, como os acidentes vasculares cerebrais, a hipertensão e a doença isquémica cardíaca, problemas do aparelho respiratório – asma, doenças do ouvido médio, dos adenóides e das amígdalas, doença pulmonar crónica obstrutiva, enfisema – e irritação ocular e das vias aéreas superiores. O fumo passivo, no ambiente familiar e locais de trabalho, parece ser um importante determinante de morbilidade em todos os grupos etários.

A mulher fumadora tem um risco acrescido, como menor fertilidade, menopausa mais precoce, risco agravado de osteoporose e, acima dos 35 anos, em conjugação com a pílula, risco aumentado de doença cardiovascular. Na gravidez, o consumo regular de tabaco aumenta o risco de aborto espontâneo, gravidez ectópica, prematuridade, baixo peso ao nascer e mortalidade perinatal.

As crianças, filhas de pais fumadores, têm problemas respiratórios e do ouvido médio com maior frequência e aparecimento de asma, ou agravamento, das crises asmáticas, no caso de já sofrerem desta doença.



É de realçar que o tabagismo não é só fator de risco para o próprio fumador, mas também para todos aqueles que, não sendo fumadores, vivem/convivem habitualmente com aqueles. As pessoas expostas de forma crónica ao fumo passivo têm uma maior probabilidade de vir a contrair cancro do pulmão (cerca de 10 a 30% de risco acrescido), doenças cardiovasculares, bem como diversas patologias respiratórias de natureza aguda e crónica.

De acordo com o Plano Nacional para a prevenção e Controlo do Tabagismo, de 2018, o tabaco é uma das principais causas evitáveis de morte prematura por cancro por doenças respiratórias e por doenças cérebro-cardiovasculares. Em Portugal, uma em cada quatro mortes no grupo dos 50-59 anos é devido ao tabaco.

Segundo dados do Inquérito Nacional de Saúde de 2014, cerca de 58% dos residentes em Portugal nunca tinham fumado, 20% eram fumadores e cerca de 22% eram ex-fumadores. Como positivo, é de realçar que, entre 2005 e 2014, a proporção total de fumadores diminuiu 1 ponto percentual e o número de ex-fumadores aumentou quase 6 pontos percentuais. No entanto, é de referir como preocupante o aumento do consumo de tabaco nas mulheres.

No que concerne ao consumo de tabaco, os fumadores representam 28.3% dos homens e 16.4% das mulheres, em Portugal, sendo este um hábito mais comum entre desempregados e no grupo etário 25-34 anos.

O risco do tabaco alastra-se também ao meio ambiente sendo uma fonte importante de poluição, já que a sua produção obriga à aplicação de pesticidas e fungicidas que contaminam os solos durante vários anos; o processo de secagem da folha de tabaco contribui para a destruição de cerca de 200.000 hectares de floresta por ano; a produção industrial dos produtos do tabaco produz toneladas de lixo químico e as pontas de cigarro são dificilmente biodegradáveis.

Para melhorar a qualidade do ar e aumentar os níveis de bem-estar e saúde e reduzir a morbilidade e a mortalidade associadas ao tabaco, há que privilegiar ações de prevenção e desabituação tabágica.

No âmbito da prevenção, Portugal dispõe de legislação bastante avançada (sublinha-se o quadro legal que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2008) que estabelece limites ao consumo de tabaco, proíbe o ato de fumar em determinados locais e define os requisitos para as situações de exceção, desde que estejam criadas as condições necessárias para a proteção dos não fumadores (exemplo dos restaurantes, similares de hotelaria,...), identifica a composição e medição das substâncias contidas nos cigarros comercializados, reforçando a pertinência de medidas de prevenção e controlo do tabagismo e de consultas de cessação tabágica, entre outros.

A legislação dá particular enfoque às medidas de proteção dos não fumadores, à exposição involuntária ao fumo passivo em locais de trabalho, repartições públicas, escolas, unidades de saúde e transportes colectivos, entre outros. As disposições relativas ao controlo de acesso ao tabaco estenderam-se à proibição de venda a menores de 18 anos. Mantém-se a proibição da publicidade ao tabaco.

A educação para a saúde das crianças e jovens constitui a principal medida de prevenção da habituação tabágica na adolescência, ou seja, pretende-se ajudar as crianças e jovens a construir uma auto-estima positiva e a desenvolverem a capacidade de resistir às pressões dos pares, da publicidade e da sociedade em geral, de forma a que fiquem habilitados para decidir de modo informado, autónomo e responsável.

É importante aumentar e melhorar junto deste público alvo a informação e compreensão sobre o tabagismo, o processo de dependência da nicotina e as suas consequências sociais, económicas e ambientais, pois continuam-se a registar lacunas a este nível.

Sendo os professores uma referência importante para as crianças e jovens, em termos do seu desenvolvimento, é imprescindível que, sendo fumadores, se abstenham de fumar junto deles.

No caso particular do consumo de substâncias, é premente a assumpção de uma política de prevenção e controlo do tabagismo, assente em princípios educativos e preventivos globais e integrada no currículo, nas áreas disciplinares e não disciplinares. Isto implica também melhorar a formação dos professores nesta temática; implementar abordagens que garantam o cumprimento da legislação atual (consumo, proibição de venda e sinalização dos espaços); apoiar todos os agentes educativos/pais/encarregados de educação na promoção da cessação tabágica; e colaborar com a restante comunidade educativa em favor da criação de ambientes saudáveis e livres de fumo.

Igualmente importante, é o contributo das organizações de juventude e dos meios de comunicação social, nomeadamente em matéria de produção e difusão de informação sobre saúde e prevenção do tabagismo, junto dos jovens e do público em geral.

É, ainda, premente reforçar a formação dos profissionais de saúde para este tipo de intervenção e incentivar a criação e/ou manutenção de consultas de apoio à desabituação tabágica, para suporte à intervenção dos médicos de família.



Relativamente ao Concelho de Ovar, os estabelecimentos de ensino operacionalizam estas orientações e o Centro de Saúde de Ovar e as Unidades de Saúde Familiar colaboram com as diferentes entidades de diversa natureza na dinamização de ações preventivas, assim como na promoção da consulta de desabitação tabágica.

Não existem dados empíricos relativamente ao consumo de tabaco por parte das crianças e jovens ao nível do concelho de Ovar, mas acredita-se que tenha expressão porque existe uma forte cultura de divertimento associada ao consumo de substâncias psico-ativas com tendência para o policonsumo, onde se insere o tabaco e o álcool.

#### 4.2 O Alcoolismo

O consumo elevado de álcool coloca em perigo a vida, a saúde e o bem-estar individual, familiar, comunitário e laboral do indivíduo e está interligado com as doenças cardiovasculares e oncológicas, cirrose hepática, síndrome fetal alcoólico e teratogenia, doenças neurológicas, acidentes (laborais e de viação), suicídios, violência e comportamentos de risco, em particular os relacionados com doenças transmissíveis sexualmente e consumos de outras substâncias, bem como com a gravidez na adolescência.

Alguns estudos estabeleceram correlações entre o alcoolismo e o suicídio e à sobremortalidade associada ao álcool poderá estar uma diminuição da “esperança de vida” do bebedor excessivo quando comparada com a do bebedor normal.

De facto, os problemas ligados ao álcool são uma importante causa de morte e incapacidade, através do consumo excessivo (abuso do álcool), consumo inoportuno (gravidez, amamentação, menoridade, estados de doença vários) e do alcoolismo (síndrome de dependência do álcool). **Atualmente, o alcoolismo deve ser categorizado como um grave problema de saúde pública.**

De acordo com o Relatório Anual “A situação do País em Matéria de Álcool” em 2016, do SICAD, e segundo o IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/2017, constata-se que, relativamente a padrões de consumo abusivo ou dependência de álcool, em 2016/17, cerca de 2,8% da população de 15-74 anos residente em Portugal tinha, nos últimos 12 meses, um consumo de álcool considerado de risco elevado/nocivo e 0.8% apresentava sintomas de dependência, sendo as proporções correspondentes nos 15-34 anos de 2.4% e 0.4%.

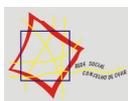
Em comparação com 2012, é de destacar que, apesar da relativa estabilidade das prevalências de consumo recente e atual e das de consumo binge e embriaguez na população geral de 15-74 anos, aumentou a frequência do binge e houve um agravamento dos consumos de risco ou dependência.

Por isso, as entidades portuguesas competentes em termos de saúde devem centrar as suas atenções na permutação dos hábitos tradicionais do consumo de bebidas alcoólicas, nomeadamente: no aumento do consumo em dois grupos populacionais de risco (os jovens, pela sua imaturidade orgânica e as mulheres, pela sua menor capacidade em metabolizar o álcool); nos jovens com um padrão de consumo orientado para a embriaguez (*binge-drinking*); na associação do álcool a outras substâncias psico-ativas (policonsumo); no aparecimento em superfícies comerciais de bebidas com embalagens muito atrativas (*design drinks*, conhecidas como *alcopops*, em que o álcool aparece diluído em sumos fortemente adocicados, de modo a neutralizar o sabor do álcool e a sua rejeição natural, como o *redbull* com *vodka*, *shots*,...); no aparecimento de produtos não alcoólicos com apetência especial para as crianças, com uma apresentação sugestiva de uma bebida alcoólica (por exemplo, o espumante), cujo objetivo é imitar as festas comemorativas dos adultos; na estreita colaboração entre as marcas de cervejeiras e de bebidas destiladas e as atividades académicas, desportivas e culturais, dirigindo os seus *targets* a grupos populacionais de maior risco, tendo como resultado o aumento da incidência de comas alcoólicos e comportamentos de hetero-agressividade e na veiculação de notícias imprecisas, vagas e, por vezes, francamente erróneas acerca dos supostos benefícios das bebidas alcoólicas para a saúde.

No entanto, é de realçar a aprovação do Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, atualizado pela Retificação n.º 23/2013, de 8 de maio, que estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público, pois, entre outras medidas, proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos.

No âmbito da Saúde Escolar, foram desenvolvidos projetos específicos de prevenção do consumo excessivo de álcool e orientações de ação que integram a prevenção de consumo de substâncias psico-ativas, onde se incluí o álcool.

No entanto, muito há ainda a fazer para igualar os melhores indicadores observados na União Europeia.



O não reconhecimento de que se tem um problema, a não motivação para o tratamento, o isolamento familiar, a existência de outros elementos consumidores no seio da família, a insuficiência de serviços de apoio são as dificuldades mais sentidas pelos profissionais que trabalham esta problemática (técnicos de saúde e da área social).

No que respeita ao trabalho a desenvolver para minimizar esta problemática, são apontadas ações como: criação de grupos de auto-ajuda, especialmente dedicados à intervenção nos períodos pós-cura; criação de equipas multidisciplinares que intervenham em articulação com os serviços da especialidade; aposta na prevenção nas escolas e comunidade; aumento do número de recursos humanos e materiais ao serviço dos doentes alcoólicos.

### 4.3 O consumo de substâncias psicoativas ilícitas

O consumo de substâncias psicoativas ilícitas é um enorme desafio para as políticas de saúde e sociais e é um fenómeno muito complexo, visto a adição resultar da interligação de fatores sociais, psicológicos, biológicos e genéticos, para além da influência da família, numa primeira fase e do grupo de pares, mais tarde, não esquecendo o impacto dos factores individuais.

O policonsumo (utilização de diversas substâncias lícitas e ilícitas, como o álcool, o tabaco, a heroína, a cannabis, o *ecstasy*, a cocaína, o LDS, as anfetaminas e as benzodiazepinas) agravou o cenário da toxicod dependência, não apenas pelo aumento dos riscos para a saúde física (ao nível das doenças transmissíveis como o VIH/Sida e as Hepatites B e C e de problemas como a sobredosagem, overdose, acidentes e suicídios) e mental dos consumidores, levando mesmo, em muitos casos, à marginalidade, mas também pela forma como afeta a resposta das intervenções terapêuticas.

De acordo com o Relatório Anual “A situação do País em Matéria de Drogas e Toxicod dependências” em 2016, do SICAD, e segundo o IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/2017, podemos reconhecer os seguintes padrões de consumo, na população geral (15-74 anos): “prevalências de consumo de qualquer droga de 10% ao longo da vida, 5% nos últimos meses e de 4% nos últimos 30 dias, verificando-se aumentos em relação a 2012, em particular ao nível do consumo recente e atual. A cannabis, a cocaína e o *ecstasy* foram as substâncias ilícitas preferencialmente consumidas, embora as duas últimas com prevalências muito aquém das da cannabis. De um modo geral, a população jovem, dos 15 aos 34 anos, apesentou prevalências de consumos recentes mais elevadas do que a dos 15-74 anos. Entre 2012 e 2016/17 verificou-se um agravamento do consumo recente e das frequências mais intensivas: mais pessoas a consumir e mais com padrões de consumo diário. De salientar o agravamento no grupo feminino e nos grupos etários dos 25-34 anos e 35-44 anos. Em relação à maioria das outras drogas, os consumos mantiveram-se estáveis, tendo mesmo diminuído em alguns casos”.

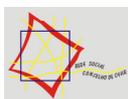
No concelho de Ovar, o consumo de substâncias ilícitas, apesar de não assumir proporções inquietantes quando comparado com outras zonas do país, permite identificar territórios, grupos e indicadores que precisam de ser alvo de intervenção para diminuir o consumo de droga e os danos que ela pode causar às pessoas que a consomem e às comunidades onde se inserem.

Segundo o Diagnóstico do CRI de Aveiro de 2017, numa análise global à realidade do concelho, e apesar dos resultados alcançados com o PRI (aumento de informação sobre as substâncias, seus efeitos e riscos, traduzida na adoção de comportamentos de consumo mais responsáveis, acesso a programas de tratamento, integração no mercado de trabalho da população toxicod dependente, know-how adquirido pelas equipas, rentabilização de recursos locais e desenvolvimento da rede de parceiros), persistem alguns problemas que remetem para a continuidade das intervenções em curso e o retomar de outras, nomeadamente, o contexto recreativo, justificada pela dimensão populacional que envolve e os consumos de SPA's lícitas e ilícitas associados.

Por conseguinte, e tendo em conta o término das respostas específicas no âmbito do PRI e a agudização de problemas associados às dependências no atual contexto de crise e maior fragilização deste tipo de população, o Diagnóstico do CRI aponta para o reforço das intervenções preventivas nas seguintes vertentes:

- **Prevenção Universal:** enfoque em intervenções estruturadas e continuadas com envolvimento das escolas (em articulação com o CRI) na prevenção de comportamentos de risco e no incremento de fatores protetores face ao consumo de substâncias;
- **Prevenção Seletiva:** enfoque em grupos com vulnerabilidade acrescida para a adoção de comportamentos aditivos e dependências;
- **Prevenção Indicada:** enfoque em indivíduos com sinais de uso ou abuso de SPA's lícitas e ilícitas e outros que manifestem risco de desenvolver comportamentos aditivos.

Quanto às restantes áreas, o Diagnóstico do CRI refere:



- **Redução de Riscos e Minimização de Danos:** reforço da Equipa de Rua com vista a ser assegurada a reativação da intervenção em contexto recreativo e o alargamento da sua atividade a outros domínios que reverteriam em ganhos para a população-alvo;
- **Tratamento e Reinserção Social:** reforço da acessibilidade ao tratamento, estreitamento da articulação com as estruturas locais de saúde e outras, com vista à obtenção de respostas integradas e adequadas às necessidades dos utentes e respetivas famílias. Para além disso, é importante assegurar a manutenção e eventual reforço da resposta de proximidade no âmbito da reinserção social face à entrada de novos utentes, no sentido de desenvolver e/ou reforçar competências pessoais, sociais e profissionais da população com CAD, facilitadoras da sua integração laboral e sócio-familiar.

<b>Quadro 276 – Grupos-Alvo, Contextos Identificados e Principais Problemas Identificados</b>	
<b>Grupos ou contextos onde se destacam estes problemas</b>	<b>Principais problemas identificados</b>
Cerca de 250 menores com particular vulnerabilidade (CPCJ, CDT, Consulta de Prevenção Indicada do CRI)	Comportamentos aditivos (com ou sem substâncias) em idades precoces e desvalorização dos riscos associados
	Abandono, absentismo e insucesso escolar associados à desvalorização da escola
	Famílias desestruturadas, com problemas associados a CAD, défices de competências parentais e fracos recursos económicos
	Menores com particular vulnerabilidade e evidência de fatores de risco (exposição a modelos de comportamento desviante e de parentalidade desadequados)
	Inexistência de estruturas de ocupação de tempos livres
	Fácil acessibilidade às substâncias
Cerca de 2.000 indivíduos/noite em média nos contextos recreativos	Consumos em contextos recreativos em maior dimensão de álcool e cannabis
	Consumos em idades precoces e fácil acessibilidade às substâncias
Espaços públicos onde ocorrem consumos	Locais públicos associados a consumos e à prática da prostituição
Cerca de 150 indivíduos em risco de exclusão	Indivíduos em risco de exclusão (arrumadores de carros, sem abrigo e trabalhadores do sexo) com condição socioeconómica precária, sem enquadramento familiar, fracas competências, aos quais está associado o consumo de SPA's lícitas e ilícitas
Cerca de 180 consumidores dependentes de SPA's em tratamento (Equipas de Tratamento - ET de Aveiro e Feira)	Número significativo de indivíduos com CAD em acompanhamento (ET's de Aveiro e Feira)
Cerca de 400 indivíduos com PLA (problemas ligados ao Álcool)	Elevado número de doentes alcoólicos seguidos na Consulta de Alcoologia local e Unidade de Alcoologia e dificuldade da ET em assegurar o tratamento dos doentes com PLA
	Distância geográfica deste concelho à ET do CRI de Aveiro
Cerca de 100 utentes apoiados no âmbito da Reinserção Social; 66 utentes desempregados (ET's de Aveiro e Feira); 152 utentes com baixa escolaridade (ET's de Aveiro e Feira); Indivíduos beneficiários das medidas da Segurança Social (RSI e Ação Social)	Número significativo de indivíduos com CAD em acompanhamento no âmbito da Reinserção Social
	Défice de competências pessoais, sociais e da população com CAD
	Dificuldade de inserção laboral associadas a baixa escolaridade e reduzidas qualificações da população com CAD
	Fraca sensibilidade das entidades empregadoras para contratar indivíduos com CAD

Fonte: Diagnóstico do CRI – 2017



Quadro 277 - Resultados dos Projetos existentes no concelho de Ovar, entre 2015 e 2017				
Designação do projeto	Atividades	2017	2016	2015
Projeto “Dá a Volta”, do Centro Comunitário de Esmoriz	Giros de Rua	Foram apoiados 15 alcoólicos, 54 indivíduos com comportamentos aditivos e 51 trabalhadores do sexo	Foram apoiados 22 alcoólicos, 111 indivíduos com comportamentos aditivos e 44 trabalhadores do sexo	Foram apoiados 32 alcoólicos, 45 indivíduos com comportamentos aditivos e 91 trabalhadores do sexo
	Acompanhamento Psicossocial			
	Satisfação das necessidades básicas			
	Cuidados de saúde			
	Ações de informação/sensibilização			
	Visitas domiciliárias			
Projeto “Integra do Centro Comunitário de Esmoriz Ovar”,	Troca/distribuição de material			
	Acompanhamento social	131 indivíduos e 31 famílias	117 indivíduos e 17 famílias	91 indivíduos e 31 famílias
	Mediação Social	31 famílias	24 indivíduos e 15 famílias	43 indivíduos e 31 famílias
	Visitas domiciliárias	46 visitas	150 visitas	198 visitas
	Orientação vocacional	66 sessões	121 sessões	144 sessões
Projeto “Livre Escolha”, da Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa **	Satisfação das necessidades básicas	31 indivíduos	24 indivíduos	20 indivíduos
	PAE – Ponto de Atendimento e Esclarecimento	--	0	34 utentes
	Treino de competências pessoais e sociais	--	48 sessões/25 participantes por sessão	30 sessões/20 participantes por sessão
	Grupo de Pais	--	0	6 sessões/ 4 a 6 participantes por sessão
Projeto “Livre Escolha”, da Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa **	Prevenção através de atividades desportivas, culturais e recreativas	--	24 atividades/ 17 participantes	56 atividades/ 45 participantes

Fonte: Projetos – 2018

\* o projeto iniciou em 2017

\*\* o projeto terminou no final de 2016

## 5. Doenças Cérebro-Cardiovasculares

As doenças cardiovasculares continuam a ser a principal causa de mortalidade na população portuguesa, tal como em todos os países europeus, apesar da tendência constante de decréscimo verificada nos últimos anos. São, também, uma das mais importantes causas de morbilidade, de incapacidade e invalidez e de anos potenciais de vida precocemente perdidos. Por conseguinte, têm um importante impacto económico que decorre da incapacidade por elas provocada, bem como dos crescentes custos relacionados com o seu tratamento.

Elas abrangem um leque de doenças relacionadas com o sistema circulatório, incluindo a Doença Isquémica Cardíaca (DIC) e as Doenças Cerebro-Vasculares (AVC). Juntas correspondem a 60% de todas as causas de morte por doenças cardiovasculares.

Os hábitos alimentares inadequados são o fator de risco que mais contribui para a perda de anos de vida saudável, sobretudo a ingestão excessiva de sal.

A estratégia de prevenção das doenças cérebro-cardiovasculares deverá ser baseada em dois componentes fundamentais: por um lado, a adoção de estilos de vida saudáveis, evitando os denominados comportamentos de risco, como o tabagismo e o consumo excessivo de sal, e incorporando componentes como o exercício físico e combate ao sedentarismo ou o equilíbrio da dieta e combate à obesidade, por outro a correção dos denominados fatores de risco modificáveis, como são a hipertensão arterial, a dislipidémia ou a diabetes, esta última alvo de um dos programas nacionais prioritários.

A hipertensão arterial merece uma particular relevância, pela sua elevada prevalência na população portuguesa e pelo facto dos estudos de base epidemiológica publicados demonstrarem um insuficiente controlo, fato que poderá refletir-se na anormal incidência de acidente vascular cerebral.



Também a dislipidémia e o conjunto das medidas farmacológicas dirigidas à sua correção, justificam um cuidado acompanhamento, com promoção de estudos dirigidos especificamente à relação custo-eficácia das diferentes opções.

## 6. Doenças Oncológicas

Temos assistido, nos últimos anos, à semelhança do que se passa no resto da Europa, a um aumento regular da incidência do Cancro em Portugal, a uma taxa constante de cerca de 3% ao ano, tornando as doenças oncológicas a segunda causa de morte em Portugal e a que mais subiu nos últimos anos. Para o aumento relativo da incidência de novos casos tem contribuído o envelhecimento da população e as modificações de estilos de vida. Por outro lado, o aumento dos sucessos terapêuticos, também, têm contribuído para o aumento significativo do número de sobreviventes de cancro, tendo esta população necessidades particulares, tanto em termos clínicos, como sociais.

Muitas destas mortes seriam evitáveis através de medidas de prevenção primária, que promovam comportamentos saudáveis (modificação de estilos de vida e programas de vacinação) e de prevenção secundária (diagnóstico precoce através de rastreios).

As principais causas evitáveis de Cancro são o tabaco, a exposição solar, os erros alimentares, a obesidade, o consumo excessivo de álcool e a infeção por alguns vírus.

De acordo com o Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, de 2017, registam-se cada vez mais casos de cancro, fruto do envelhecimento da população e da mudança de estilos de vida, mas também se verifica cada vez mais sucesso no tratamento deste grupo de doenças. O documento realça, ainda:

- O aumento do número de óbitos por Cancro do Pulmão no sexo feminino e a diminuição no sexo masculino, onde se continua a verificar o maior número de óbitos (é considerada a neoplasia com maior mortalidade em Portugal);
- O aumento discreto do número de óbitos por Cancro da Mama, embora Portugal continue a registar os números mais baixos da União Europeia;
- O aumento do número de óbitos associados ao Cancro Colorretal;
- O aumento do número de óbitos por Cancro do Estômago, que regista valores elevados para o padrão europeu;
- A diminuição do número de óbitos associados ao Cancro do Útero e ao Cancro da Próstata.

Face ao exposto, o Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, de 2017, define as seguintes metas da Saúde para 2020:

- Expandir a cobertura dos rastreios oncológicos de base populacional, a todo o território nacional e aumentar taxas de cobertura geográfica até 2020;
- Reduzir a percentagem de cirurgias oncológicas que ultrapassa o Tempo Máximo de Resposta Garantido (TMRG) para menos de 10% até 2020;
- Promover a integração de cuidados entre cuidados de saúde primários e cuidados hospitalares em três patologias oncológicas.



## 7. Diabetes

A incidência da diabetes tem vindo a aumentar nos seus principais subtipos, 1 e 2, para o que têm concorrido, nas últimas décadas, fatores genéticos, ambientais e comportamentais, entre os quais uma alimentação hipercalórica e o sedentarismo, principais condicionantes da obesidade, apesar de se verificar uma maior atenção na sua prevenção e diagnóstico precoce e dos avanços terapêuticos farmacológicos entretanto alcançados.

Segundo o Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de 2017, a prevalência da diabetes em Portugal atingiu, em 2015, 9.9% dos adultos, valor que se encontra acima da média da OCDE35 que se situa nos 7%. Por sua vez o Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015) refere que a prevalência de diabetes na população residente em Portugal, com idades entre os 25 e os 74 anos, é de 9.8% (superior à média europeia de 9.1%), sendo mais elevada nos homens que apresentam uma prevalência de 12,1% face a 7.7% nas mulheres.

De acordo com o Programa Nacional para a Diabetes, de 2017, em Portugal a mortalidade por diabetes tem, no geral, vindo a diminuir, sendo o ano de 2015, o que apresentou uma taxa de mortalidade padronizada mais baixa. A diabetes tem um contributo significativo nas causas de morte, sendo, em 2015, responsável por mais de 4% das mortes das mulheres e de mais de 3% das mortes nos homens.

A diabetes pode provocar complicações crónicas em vários órgãos do organismo, nomeadamente no Pé, no Rim e no Olho (complicações microvasculares), assim como causar complicações macrovasculares, que podem conduzir ao Enfarte Agudo do Miocárdio (EAM) e ao Acidente Vascular Cerebral (AVC).

As complicações do Pé Diabético, se não tratadas atempadamente, podem evoluir para amputações minor (parte do pé) ou major (ao nível da coxa, perna ou tornozelo). No que se refere às complicações microvasculares da diabetes, verifica-se que o número de amputações minor e major dos membros inferiores, por motivo de diabetes, tem vindo a diminuir (tendo passado de 890 e 683, respetivamente, em 2013, para 604 e 433, respetivamente, em 2016). Verifica-se, ainda, que 28% das pessoas com doença renal crónica (DRC) em terapêutica de substituição renal são pessoas com diabetes. Por sua vez, a Retinopatia Diabética é uma das principais complicações da diabetes e é uma das principais responsáveis de cegueira evitável nos adultos.

No que diz respeito às complicações macrovasculares, em 2016, 29% dos internamentos nos hospitais do SNS por AVC estavam associados a pessoas com diabetes, assim como cerca de 34% dos internamentos por EAM.

A diabetes Mellitus tipo 1, de natureza auto-imune, pode manifestar-se em pessoas de qualquer idade. Contudo, é nas crianças e jovens que o desenvolvimento da doença é mais frequente. Em 2016, registaram-se, em Portugal, 3.179 casos de diabetes Mellitus tipo 1, em crianças e jovens dos 0 aos 18 anos (1.707 do sexo masculino e 1.472 do sexo feminino), o valor mais baixo desde 2013.

Ao nível da prevenção, é de destacar o Desafio lançado pela Gulbenkian “Não à Diabetes”, projeto nacional de prevenção e diagnóstico precoce da Diabetes Mellitus tipo 2, que resulta de uma parceria entre o Ministério da Saúde/Direção Geral de Saúde (que lidera), a Fundação Calouste Gulbenkian, Municípios e a Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, entre outros. Este desafio privilegia o diagnóstico precoce e a prevenção, sobretudo, da população que não frequenta habitualmente as unidades de saúde.

Também ao nível da prevenção e diagnóstico precoce, é de destacar o trabalho desenvolvido nos Cuidados de Saúde Primários, no seu trabalho clínico quotidiano, que já fazem a avaliação do risco de desenvolver diabetes. Outro aspeto muito importante é o diagnóstico precoce das complicações crónicas da diabetes e o respetivo encaminhamento. Para tal está implementado o Rastreo da Retinopatia Diabética e a Avaliação do Cálculo de risco do Pé Diabético.

Face ao exposto, o Programa Nacional para a Diabetes, de 2017, define as seguintes metas da Saúde para 2020:

- Diminuir o desenvolvimento de diabetes em 30.000 utentes de risco identificados através da avaliação do cálculo de risco de desenvolver a doença;
- Aumentar em 30.000 o número de novos diagnósticos de diabetes através do diagnóstico precoce em utentes;
- Diminuir a mortalidade prematura por diabetes.



## 8. Doenças Respiratórias

As doenças respiratórias crónicas (DRC), são doenças crónicas das vias aéreas e outras estruturas dos pulmões. Algumas das mais importantes sob o ponto de vista programático, pela sua elevada prevalência, são a:

- Asma;
- Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC);
- Síndrome de Apneia do Sono (SAS).

Existe, ainda, um conjunto de patologias que, não só pela necessidade de grande diferenciação e individualização na sua abordagem, mas também pela especificidade do tratamento, se revestem também de importância programática. Nesse grupo de patologias incluem-se a:

- Hipertensão Arterial Pulmonar (HAP);
- Doenças do Interstício Pulmonar;
- Fibrose Quística (FQ).

Em Portugal, as doenças respiratórias, em particular as Doenças Respiratórias Crónicas, continuam a ser uma das principais causas de morbilidade e mortalidade, com tendência clara para o aumento da sua prevalência, sobretudo nos grupos etários mais elevados.

De acordo com o último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Portugal integra o grupo de países com menor mortalidade por Asma e DPOC. A mortalidade associada à Asma ocorre, sobretudo, nas faixas etárias acima dos 65 anos com valores, em 2015, de 4,0/100.000 habitantes.

Ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, o número de utentes ativos com o diagnóstico de Asma tem aumentado de forma sustentada, mostrando um incremento de 134%, em 2016, por relação a 2011. No que se refere à taxa de mortalidade padronizada por DPOC, verifica-se uma redução sustentada da mortalidade a partir dos 65 anos.

Relativamente ao número de utentes ativos dos Cuidados de Saúde Primários com o diagnóstico de DPOC, regista-se o seu aumento de forma sustentada, verificando-se um incremento de 141%, em 2016 face a 2011.

As pneumonias constituem a principal causa de mortalidade por doença respiratória, em Portugal, colocando o país com a mais elevada taxa de mortalidade por pneumonias nos países da OCDE, apesar da diminuição que se tem registado na população abaixo dos 65 anos. A hospitalização por pneumonias, em Portugal, afeta sobretudo adultos de idade muito avançada (acima dos 75 anos).

No que concerne à fibrose pulmonar, verifica-se um aumento da taxa de mortalidade padronizada acima dos 65 anos, registando um valor de 34,7/100.000 habitantes, em 2015.

Em relação à mortalidade por doenças respiratórias, em 2015, registava-se uma taxa de mortalidade de 50,01% nas mulheres e de 49,99% nos homens.

Por conseguinte, importa apostar na vigilância epidemiológica das Doenças Respiratórias Crónicas, implementar medidas de prevenção e promover a literacia em Saúde, no que diz respeito às doenças respiratórias e hábitos de vida saudáveis.

Face ao exposto, o Programa Nacional para as Doenças Respiratórias, de 2017, define as seguintes metas da Saúde para 2020:

- Duplicar a percentagem de diagnósticos de Asma efetuados a utentes dos Cuidados de Saúde Primários, relativamente a 2014;
- Duplicar a percentagem de diagnósticos de DPOC, confirmados por espirometria, nos utentes dos Cuidados de Saúde Primários, relativamente a 2014;
- Reduzir em 10% os internamentos por causas sensíveis a cuidados de ambulatório por Asma e DPOC, relativamente a 2014.



## 9. Saúde Mental

Estima-se que, em todo o mundo, uma em cada quatro pessoas já sofreu ou sofrerá de depressão, que pode atingir cerca de 20% da população, tendendo a aumentar. Esta patologia é a primeira causa de incapacidade nos países desenvolvidos e, segundo a Organização Mundial de Saúde, é a quarta doença de saúde pública. Estima-se que a prevalência de perturbações psiquiátricas na população em geral ronde os 30%, sendo aproximadamente de 12% a de perturbações psiquiátricas graves.

Sabe-se hoje que os custos diretos e indiretos associados às perturbações psiquiátricas, decorrentes das despesas assistenciais e da diminuição da produtividade (eg., desemprego, absentismo, baixas por doença, apoio a familiar doente), têm um enorme impacto económico nos orçamentos públicos, podendo atingir cerca de 20% de todos os custos da saúde. Este facto, por si só, ilustra de forma inequívoca a relevância que as políticas de saúde mental não podem deixar de assumir no contexto das políticas gerais de saúde dos países, em termos nacionais.

A depressão e a esquizofrenia são responsáveis por 60% dos suicídios. A esquizofrenia é a patologia mais frequente em termos de consultas e urgências, sendo a principal causa de internamento e a terceira nas consultas.

A doença bipolar também é uma patologia grave em Portugal, estimando-se que 1% da população seja bipolar de tipo 1 (a forma mais grave) e 6% bipolar de tipo 2 (a forma menos grave). São pessoas que sofrem e fazem sofrer muito quem lhes está próximo, porque são muito instáveis, têm crises que as levam a modificar os seus afectos e a relação com os outros, dificuldades de adaptação ao trabalho e ao dia-a-dia.

Urge intervir na área da saúde mental, articulando com os Cuidados de Saúde Primários, da prestação de cuidados em Saúde Mental Infantil e Juvenil e dos Idosos, assim como de certas áreas do interior do País.

Há que dar especial atenção a problemas como a depressão e as perturbações psicóticas, em especial a esquizofrenia, por serem, importantes causas de morbilidade e incapacidade.

O suicídio é um grave problema de saúde pública em Portugal, apesar das baixas taxas de suicídio quer na população em geral, quer na de idade inferior a 65 anos. No entanto, quando se combinam suicídio e causas de morte violenta de intenção indeterminada, esses são elevados.

A assistência psiquiátrica centra-se nos Serviços Locais de Saúde Mental, mais concretamente nos Hospitais Gerais, Serviços Regionais para valências específicas e nos Hospitais Psiquiátricos, que asseguram, a par de cuidados de nível local, a assistência aos doentes de evolução prolongada aí institucionalizados, a maioria dos quais, cerca de 70%, com esquizofrenia.

As doenças mentais com uma evolução crónica por surtos, exigem respostas diversificadas, seja numa perspetiva de reabilitação psiquiátrica, que vise a promoção da autonomia, seja em unidades especializadas, no caso de alterações graves do comportamento.

Segundo o Programa Nacional para a Saúde Mental, de 2017, o registo de utentes com perturbações mentais nos cuidados de saúde primários tem vindo a aumentar desde 2011, no que diz respeito às perturbações de ansiedade (6,06% em 2016 versus 3,51% em 2011), às perturbações depressivas (9,32% em 2016 versus 5,34% em 2011) e às demências (0,79% em 2016 versus 0,40% em 2011).

De facto, os dados apresentados no Relatório “Portugal - Saúde Mental em números- 2015” mostram:

- O aumento do número de suicídios, em Portugal (1.154 em 2014 versus 1.006 em 2013), sobretudo em pessoas com doenças mentais graves, na sua maioria tratáveis (depressão major e perturbação bipolar), desde que o diagnóstico da patologia de base seja realizado em tempo útil e a abordagem terapêutica eficaz;
- Que se mantém a tendência iniciada em 2010, de taxas de crescimento do suicídio nos grupos etários dos 40 aos 64 anos, embora a incidência continue a ser mais expressiva nos 75-84 anos;
- O aumento do suicídio em mulheres, embora a taxa seja maior nos homens que nas mulheres: 920 homens versus 297 mulheres;
- Que os valores dos anos potenciais perdidos por suicídio acompanham, de forma aproximada, a evolução das taxas de mortalidade padronizada;
- Significativo número de óbitos associados a perturbações mentais e comportamentais devidas ao uso de álcool;
- Que o número de utentes com perturbações mentais nos Cuidados de Saúde Primários (CSP) tem aumentado em todas as regiões do País,
- Que as proporções mais altas de registo nos CSP são as de utentes com perturbações depressivas, seguidas das perturbações de ansiedade e, finalmente, das demências;



- A percentagem de demências graves em pessoas da comunidade é 7.8%, valor que duplica relativamente aos residentes em Lar (15.7%).

As doenças mentais têm, na perspetiva destes indicadores, um lugar de amplo destaque, principalmente pelo contributo dos anos vividos com incapacidade, que demonstram claramente o seu estatuto de doenças crónicas e a sobrecarga que lhes está associada.

O primeiro compromisso formal da Segurança Social com as pessoas com doença mental grave verificou-se através do Despacho Conjunto dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade n.º 407/98, de 18 de junho. Contudo, este documento teve por objeto também outras situações de dependência, reconhecendo um âmbito mais alargado, admitindo a crescente importância da prestação de cuidados continuados face às transformações demográficas, sociais e familiares na sociedade portuguesa que originaram novas necessidades por parte de alguns segmentos da população, nomeadamente as pessoas mais idosas, com deficiência ou com problemas graves de saúde mental.

Gerido obrigatoriamente por IPSS vocacionadas, neste âmbito, para a reabilitação psicossocial de pessoas com doença mental grave, integravam unidades ambulatoriais (fóruns sócio-ocupacionais) e residenciais de apenas 2 tipologias, em função do grau de autonomia, além de uma unidade de treino para os menos dependentes e unidades autónomas, com apenas monitorização.

Sendo a sua criação dependente da iniciativa do setor privado não-lucrativo e da sensibilidade da entidade financiadora (a Segurança Social, à época através dos seus Centros Regionais), tiveram uma implantação muito irregular, encontrando-se tendencialmente sempre lotados, face ao seu reduzido número. De qualquer modo constituíram o embrião dos cuidados continuados integrados de saúde mental, sendo visitadas integralmente pela então Equipa de Projeto nomeada para os implementar.

Os Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM) foram criados pelo DL n.º 8/2010, republicado pelo DL n.º 22/2011, fazendo parte da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Regulamentados pelas Portarias n.º 149/2011 e n.º 183/2011, tiveram definidas as experiências piloto através do Despacho das Ministras da Segurança Social e da Saúde n.º 8677/2011. A circunstância de ter existido uma mudança governamental determinou que, como com outros projetos em início de implementação, surgisse uma suspensão do processo para reavaliação. Concluído que foi esse processo, a tutela definiu que, ainda no ano em curso, irão existir as primeiras iniciativas neste âmbito, em moldes a definir.

**Quadro 278 - Acompanhamentos Psicológicos efetuados por instituições públicas ou privadas de cariz não lucrativo concelhias, entre 2015 e 2017**

<b>Indicador</b>	<b>2017*</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
N.º de utentes acompanhados	642	650	626
N.º de altas	263	225	175
N.º de processos ativos no final do ano	343	435	401

**Nota:** No ano de 2017, duas instituições deixaram de poder fazer acompanhamentos psicológicos. No quadro apresentado, não estão registados os n.º do Centro de Saúde de Ovar, por não terem sido possível a comunicação dos dados referentes a 2016 e 2017.

## **10. Dor e Cuidados Paliativos**

A dor (oncológica, reumatológica, sida ou outra) é um importante problema de saúde pública que urge combater, devido quer à sua frequência, quer ao seu elevado potencial para causar sofrimento e gerar incapacidades, quer pela abstenção laboral que provoca, quer, ainda, por estar cientificamente provado ser tratável em mais de 90% das situações.

Ajudar a morrer é ajudar a viver, com dignidade, até ao fim. É ajudar o doente a viver o momento culminante da sua vida, ou seja, o que lhe dá sentido e valor à vida que viveu e que lhe resta viver. Desta forma, os serviços de saúde são chamados a desempenhar um papel determinante no acontecimento do último rito de passagem e, certamente, no período, que pode durar meses, que imediatamente o antecede. Este período, que deverá ser tempo intenso de vida, não deve e não pode ser vivido no seio da alta tecnologia diagnóstica e curativa hospitalar.

Com efeito, abordar a fase terminal da vida significa humanizar a vida que resta viver, não curando mas aliviando, dando importância ao mais pequeno sintoma de sofrimento e valorizando a pessoa doente no seu todo, por mais debilitada fisicamente ou psicologicamente que se encontre.



As unidades de tratamento de dor existentes no país são insuficientes e irregulares, deixando a descoberto muitas zonas do país. As poucas que existem resultam, frequentemente, mais do empenhamento de alguns profissionais vocacionados e treinados para o tratamento da dor, do que de um esforço institucional para a sua criação.

Urge a criação de mais unidades deste tipo, cruzando a sua atuação com necessidades de tratamento da dor detetadas na prestação de outras especialidades médicas ou cirúrgicas, assim como na prestação de cuidados continuados, de cuidados paliativos a doentes em fase terminal.

São, igualmente necessários profissionais de saúde vocacionados e formados para se dedicarem ao serviço do tempo de morrer, ajudando a integrar a morte na vida, um enorme desafio para as escolas de saúde. Trabalhar para e com os que vão morrer requer, para além de competências técnicas, experiência profissional e de vida e sólida estrutura psicológica e ética, a doação de uma atenção extrema à pessoa que sofre.

Prestar cuidados paliativos a doentes em fase terminal de vida obriga o profissional de saúde a uma enorme capacidade de estar, simultaneamente, atento à vida e à morte e à aceitação das perdas naturais que fazem parte da vida.

## 11. Qualidade e Saúde Ambiental

O ambiente, tal como a economia, a sociedade e a democracia, comanda todos os aspetos do desenvolvimento e tem um impacto sobre todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento. Existe porém alguns onde o ambiente foi desprezado durante décadas, originando um grau de poluição tão elevado que já não é possível praticar uma atividade económica duradoura nesses locais. Originaram, assim, uma tal diminuição dos recursos que comprometeram o futuro do desenvolvimento, à escala mundial.

Desenvolvimento e ambiente não são conceitos separados e é impossível resolver os problemas ligados a um, sem tomar em consideração as dificuldades inerentes ao outro. O ambiente é um recurso para o desenvolvimento e a sua preservação deve ser uma preocupação constante, pelo que são necessárias políticas que o tenham em conta. Preservar os recursos naturais do planeta e racionalizar o seu uso são dos problemas mais urgentes que os indivíduos, sociedades e estados têm de enfrentar.

No campo do desenvolvimento, cada sociedade deve utilizar os seus recursos naturais, procurando preservar o potencial que eles representam para o futuro, havendo que encontrar um equilíbrio entre necessidades e interesses contrários e satisfazer as necessidades económicas e sociais do momento, sem comprometer a existência desses recursos a longo prazo, nem a viabilidade dos ecossistemas de que dependem as gerações presentes e futuras.

A degradação do ambiente reduz a qualidade de vida das populações e a quantidade de muitos dos recursos utilizados diretamente pelas populações, cujas consequências são catastróficas. A água e o ar, que constituem dois dos recursos vitais para todos os seres vivos, os quais desempenham múltiplas funções de extrema importância e um recurso indispensável à vida na Terra, são constantemente poluídos das mais variadas formas, com os graves prejuízos que lhe estão implícitos; o aumento da salinidade e da erosão das terras aráveis reduz os rendimentos agrícolas; a degradação da agricultura e a desflorestação agravam a seca e a erosão dos solos e estão na origem da má nutrição e da fome, cada vez mais frequentes em certas regiões; a exploração excessiva das pescas e o desaparecimento de certos recursos marinhos põem em perigo coletividades antigas; a destruição das florestas e a sua excessiva exploração têm feito desaparecer habitats naturais importantes, reduzindo a biodiversidade mundial, entre outras formas de degradação, que em certos casos se tornou irreversível, sendo urgente identificar as práticas causadoras de permanentes prejuízos à saúde, pondo-lhes fim.

É fundamental que cada segmento da sociedade e, em particular, cada cidadão, se envolva com as questões ambientais, tomando conhecimento dos problemas e participando nas suas soluções, importando desenvolver uma relação entre o meio ambiente e a cidadania, fortalecendo a consciência de que o ambiente é um património público comum, e a sua defesa um direito e dever de todos os cidadãos, sendo necessário um esforço conjunto para preservar o ambiente na Terra e garantir a melhoria da qualidade de vida das populações, para o qual a Guarda Nacional Republicana, nomeadamente através do seu Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente está pronta a colaborar.

Na área da Saúde Ambiental, cada vez mais se devem valorizar as questões relacionadas com a comunicação do risco, que é um processo de participação que envolve qualquer pessoa ou organização com interesse na forma como se faz a gestão do risco, como por exemplo: autoridades governamentais e agências reguladoras; políticos; cientistas e especialistas; indústrias; ONG's; grupos de pressão; cidadãos; a população exposta, a população em geral e a comunidade social (televisão, rádios e imprensa local e nacional).



O Concelho de Ovar é atravessado por inúmeras linhas de água, algumas delas poluídas, sendo os casos mais graves a Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos, a Ria de Aveiro e a Ribeira do Cáster.

A Ria de Aveiro é uma das mais importantes zonas húmidas portuguesas, ocupando uma área bastante grande com cerca de 11.000ha, dos quais 6.000 estão sempre cobertos por água. Estende-se desde Ovar até Mira e possui quatro canais de água principais (os canais de Ovar, Murtoza, Vagos e Mira) ramificados em canais mais pequenos (esteiros) que rodeiam inúmeras ilhas e ilhotas. Vários afluentes de água doce desaguam na Ria, sendo de destacar os rios Vouga, Antuã, Jardim, Boco e Cáster.

No entanto, há algumas ameaças a todo este equilíbrio. São vários os fatores que a colocam em perigo, como sejam: a subida do nível do mar; a caça descontrolada e feita de uma forma excessiva; a pressão da construção urbana constante, ao seu redor; a poluição de pequenas e grandes indústrias, que não tratam os seus “esgotos” e os lançam nas águas; e a agricultura intensiva, que conduz a uma baixa diversidade nas terras de cultivo. Há que preservar a Ria de todas estas ameaças!

A Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos encontra-se num estado crítico de degradação ambiental devido à deposição continuada de sedimentos transportados pelas linhas de água, que têm constituído o destino final de inúmeras descargas de efluentes domésticos e industriais. A situação torna-se ainda mais grave pelo facto de haver “uma deficiente renovação de massas de água, consequência de alterações no sistema natural de ligação da Barrinha ao mar, tendo mesmo de se recorrer, na época balnear, a aberturas forçadas da Barrinha, já que o mar não o faz naturalmente”.

Para que a resolução do problema da Barrinha seja mais acelerada, a zona foi considerada área crítica de recuperação ambiental que carece de intervenções urgentes no âmbito da responsabilidade de diversas entidades da administração central, regional e local.

A articulação entre as diversas políticas da Água é fundamental, nomeadamente, o Plano Nacional da Água, os Planos de Bacia Hidrográfica e os planos de ordenamento das albufeiras de águas públicas.

Um melhor ambiente e ordenamento do espaço pressupõem uma maior sensibilização dos cidadãos e dos diversos agentes para a importância de uma cultura do território e do ambiente, recorrendo, por exemplo, à realização de campanhas mediáticas sobre problemas concretos e a ações de animação e sensibilização local.

A Divisão de Ambiente (DA), enquanto Unidade Orgânica da Câmara Municipal de Ovar, existe para garantir a prestação de serviços de qualidade no domínio do ambiente, em particular nos espaços verdes (Parques e jardins), gestão de resíduos, limpeza urbana, higiene pública, águas pluviais, energias renováveis e educação para a sustentabilidade, efetuando ainda da monitorização e articulação com as entidades competentes nas áreas do abastecimento de água, saneamento, recursos hídricos, regime florestal e orla costeira.

Por conseguinte as suas principais tarefas e responsabilidades são:

- Água
- Educação ambiental, destacando-se, neste âmbito:
  - a dinamização de atividades no Centro de Educação Ambiental do Buçaquinho e a implementação de um programa educativo dirigido aos estabelecimentos de ensino do concelho de Ovar do pré-escolar e 1.º ciclo;
  - Programa Eco-Escolas – iniciativa da ABAE no âmbito da educação ambiental nas escolas. O Município apoia as escolas no desenvolvimento do projeto, nomeadamente, com o financiamento da candidatura, presença nas reuniões do Conselho Eco-Escolas e apoio em algumas atividades.
- Energia, sendo de salientar:
  - Projeto BIA, que arrancou em abril de 2013 com o uso da bicicleta como um modo suave de mobilidade sustentável no concelho. O projeto arrancou com o sistema de parcerias, aluguer a grupos e de mobilidade interna da CMO, estando por lançar o sistema de 3.ª geração.
- Gabinete Técnico Florestal
- Limpeza urbana e balnear
- Gestão de resíduos
- Higiene Pública
- Orla Costeira, Praias e Recursos Hídricos
- Parques e Jardins
- Proteção Civil
- Ruído



Para zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares à proteção e conservação da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, bem como a riqueza cinegética, piscícola, florestal e de qualquer outra índole relacionada com a natureza e ambiente existe o Núcleo de Proteção Ambiental (NPA), do Destacamento Territorial da GNR de Ovar. Este Núcleo é constituído por uma Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente e uma Equipa de Proteção Florestal. Não tem horário de referência, estando disponível durante as 24 horas do dia, em todos os dias da semana. As suas ações são desenroladas nos concelhos de Ovar, Estarreja, Murtosa, Espinho e Aveiro (São Jacinto).

No âmbito da missão geral do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente o NPA de Ovar, entre outras, propõem-se a:

- Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes a conservação e proteção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, piscícola, florestal ou outra, previstas na legislação ambiental, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;
- Zelar pelo cumprimento da legislação florestal, da caça e da pesca, bem como investigar e reprimir os respetivos ilícitos;
- Assegurar a coordenação ao nível nacional da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente;
- Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário e de proteção animal;
- Proteger e conservar o património natural, bem como colaborar na aplicação das disposições legais referentes ao ordenamento do território;
- Cooperar com entidades públicas e privadas, no âmbito da prossecução das suas competências;
- Promover e colaborar na execução de ações de formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Realizar as ações de vigilância e de fiscalização que lhe sejam solicitadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;
- Apoiar o sistema de gestão de informação de incêndios florestais (SGIF), colaborando para a atualização permanente dos dados;
- Assumir todas as missões e áreas de atuação do Ex-Corpo Nacional da Guarda Florestal.

Ainda, no decorrer das suas atividades diárias, o NPA promove:

1. A execução de ações de sensibilização para a proteção da natureza e do Ambiente e para a Defesa da Floresta contra Incêndios;
2. A proteção dos suportes naturais: solo, água e atmosfera;
3. A proteção das espécies (fauna e flora), em particular as protegidas;
4. A realização de ações de prevenção, vigilância, repressão dos ilícitos relacionados com a natureza, ambiente, florestas e de âmbito sanitário e de proteção animal;
5. A prevenção da contaminação dos recursos naturais, através da vigilância e controlo das atividades potencialmente degradantes, impedindo e reprimindo qualquer tipo de agressão ou aproveitamento ilegal;
6. A repressão de condutas ilícitas contra a natureza e ambiente;
7. Realização de ações de prevenção, vigilância, deteção e investigação das causas e validação das áreas ardidas dos incêndios florestais;
8. A investigação dos ilícitos contra a natureza, ambiente e florestas.

Durante o ano de 2017 foram detetadas pelo NPA de Ovar um total de 153 contraordenações e 6 crimes (menos 77 contraordenações e 2 crimes que em 2016), dos quais 96 (63%) contraordenações e 1 crime registados no concelho de Ovar. No cômputo geral, as principais áreas em infração foram a falta de limpeza de terrenos (gestão de combustíveis), resíduos (abandono, descarga, veículos em fim de vida), circulação de veículos nas dunas e animais de companhia (Canídeos).

**Quadro 279 – Número de ocorrências registadas pelo NPA de Ovar, entre 2014 e 2017**

Tipologia	2017		2016		2015		2014	
	Total	Concelho de Ovar						
Contraordenações	153	96	230	161	346	192	346	169
Crimes	6	4	4	3	4	3	4	1



### a. Água e Saúde

As questões ligadas à Água e Saúde envolvem assuntos como a qualidade dos diversos tipos de água e as suas diferentes utilizações (ingestão, confeção de alimentos e higiene corporal, uso recreativo e terapêutico), bem como a qualidade dos tratamentos de que é alvo e dos materiais que com ela entram em contacto.

No contexto dos problemas de saúde associados à água temos: a Doença dos Legionários e a florescência de cianobactérias que proliferam durante todo o ano, com maior incidência no Verão, em rios, albufeiras e lagos. Em ambos os casos não se denotam tendências para a diminuição.

Importa promover ações de informação e sensibilização para os problemas de saúde relacionados com a água e ações de monitorização da qualidade das águas.

Por outro lado, é necessário proceder-se a um adequado tratamento das águas residuais antes da sua reutilização por forma a salvaguardar a saúde dos trabalhadores das unidades agrícolas ou turísticas, assim como da população em geral, que reside e utiliza as áreas envolventes.

As implicações atuais da qualidade dos recursos hídricos e as repercussões na saúde humana levam-nos a estabelecer como prioridade a revisão dos conceitos e da intervenção no domínio da vigilância sanitária da água, de forma a dotar os serviços dependentes do Ministério da Saúde com os instrumentos e conhecimentos necessários ao cumprimento dos compromissos nacionais decorrentes das Diretivas Europeias e de Convenções Internacionais.

A proporção de alojamentos servidos por sistemas públicos de abastecimento de água, no concelho de Ovar, tem-se mantido nos 99%, nos últimos anos, índice acima da média da região.

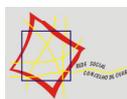
Relativamente à proporção de alojamentos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais, no concelho de Ovar, constata-se o seu aumento entre 2014 e 2015, registo abaixo da média regional.

Quadro 280 – Indicadores de Ambiente, entre 2014 e 2016					
Indicadores		Ano	Região Centro	Região de Aveiro	Concelho de Ovar
Proporção de alojamentos servidos por	Sistemas públicos de abastecimento de água (%)	2016	97.9	98.3	99.0
		2015	97.6	98.3	99.0
		2014	97.1	98.3	99.0
	Sistemas de drenagem de águas residuais (%)	2016	79.9	81.9	70.0
		2015	78.5	81.8	70.0
		2014	77.1	77.4	60.0
Água distribuída por habitante		2016	58.6	46.6	45.8
		2015	58.0	47.0	44.1
		2014	54.1	44.7	41.3
Águas residuais drenadas por habitante		2016	69.6	72.0	61.8
		2015	57.4	60.4	57.0
		2014	72.3	81.4	60.0

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018

O abastecimento de água potável, o saneamento e as instalações de banho ou duche são necessidades básicas, diretamente ligadas à habitação. No entanto, segundo os Censos 2011, constata-se que, no concelho de Ovar, existem:

- 502 alojamentos familiares sem instalações de banho ou duche, num total de 1.209 pessoas residentes (em 2001 eram 3.146 pessoas)
- 162 alojamentos familiares sem água canalizada, num total de 367 pessoas residentes (em 2001 eram 790 pessoas);
- 232 alojamentos familiares sem instalações sanitárias, num total de 540 pessoas residentes (em 2001 eram 1.670 pessoas).

**Quadro 281 - Número de alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações não existentes no alojamento, em 2001 e 2011**

Instalações Existentes		País	Região Centro	Baixo Vouga	Ovar
Sem instalações de banho ou duche	2011	79 269	19 724	2 810	502
	2001	223 916	58 105	6 662	1 054
Sem água canalizada	2011	25 998	6 921	1 139	195
	2001	75 822	21 256	2 614	401
Sem sistema de drenagem de águas residuais	2011	20 257	5 533	939	159
	2001	59 863	17 364	2 247	297
Sem instalações sanitárias	2011	36 209	9 915	1 454	232
	2001	207 084	62 138	6 428	774

Fonte: INE- Instituto Nacional de Estatística – Censos 2011

### b. Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

A crescente compreensão dos efeitos que um ineficiente tratamento dos resíduos produz no meio ambiente, não só em termos de ocupação de solos como de contaminação de lençóis freáticos, tem levado à criação de sistemas mais seletivos para o seu tratamento. Portugal tem registado um volume de resíduos recolhido inferior à média da UE. A deposição em aterros continua a ser na UE a forma dominante de destino final dos resíduos. No caso de Portugal, o recurso a aterros é utilizado de forma ainda mais intensiva que o que se verifica no conjunto da UE. A incineração é utilizada na UE para tratar menos de um quinto dos resíduos, não tendo a sua importância relativa variado significativamente nos últimos anos.

Os resíduos sólidos urbanos não tratados são um excelente fator de proliferação de ratos, moscas e bactérias, conduzindo à contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, sendo por isso, um risco para a saúde pública.

A deposição de resíduos sólidos urbanos deverá estar em conformidade com a legislação nacional aplicável, que transpõe diversas diretivas comunitárias. A avaliação do impacto para o ambiente e saúde das instalações das estações de transferência, aterros sanitários e estações de compostagem constitui um objetivo fundamental para a promoção da saúde.

Importa, por conseguinte, reforçar as políticas de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos, bem como assegurar as necessárias infra-estruturas de tratamento e eliminação.

Da análise do quadro abaixo apresentado, observa-se que, segundo dados do INE, a recolha indiferenciada de Resíduos Urbanos registou um aumento entre 2013 e 2016, o mesmo se verificando com a recolha seletiva, tanto no País como no concelho de Ovar. No entanto, os valores concelhios são inferiores aos nacionais.

Por conseguinte, importa continuar a apostar em mais ações de informação e sensibilização para as questões dos resíduos urbanos, nomeadamente sobre formas de diminuir a sua produção e de aumentar a recolha seletiva.

Área Geográfica		2016	2015	2014	2013
Recolha total	Portugal	474	460	453	440
	Região Centro	411	411	395	395
	Região Aveiro	438	432	430	416
	Concelho de Ovar	521	511	509	493
Recolha seletiva	Portugal	79	71	61	56
	Região Centro	48	49	39	37
	Região Aveiro	52	50	32	30
	Concelho de Ovar	42	45	29	29

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018



i. Recolha seletiva

Quadro 283 – Reciclagem de Resíduos Sólidos (tonelada)

Indicadores		Ano	País	Região Centro	Região Aveiro	Concelho de Ovar
Tipo de resíduo recolhido	Total	2016	855 614	106 726	11 678	1 694
		2015	728 187	100 413	11 461	1 550
	Papel de cartão	2016	152 466	26 459	2 984	433
		2015	144 347	25 465	2 963	394
	Plástico	2016	98 134	18 531	2 712	385
		2015	87 853	17 257	2 433	331
	Metal	2016	4 700	300	0	0
		2015	1 508	239	0	0
	Vidro	2016	161 028	29 466	5 966	876
		2015	155 056	29 516	6 046	825
	Madeira	2016	17 133	1 421	0	0
		2015	11 541	682	0	0
	Equipam. elétricos e eletrónicos	2016	4 108	786	13	0
		2015	3 065	701	18	0
	Pilhas	2016	77	16	2	0
		2015	77	21	1	0
	Volumosos	2016	11 077	850	0	0
		2015	5 134	873	0	0
	Óleos alimentares usados	2016	420	59	0	0
		2015	3 316	106	0	0
Outros n.e.	2016	291 642	28 169	0	0	
	2015	224 020	25 553	0	0	
Biodegradáveis	2016	114 629	668	0	0	
	2015	922 269	0	0	0	

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018

Quadro 284 - Despesas dos municípios em ambiente (milhares de euros), por domínios de gestão e proteção ambiental

Domínios de gestão e proteção ambiental		País	Região Centro	Região de Aveiro	Ovar
Proteção da qualidade do ar e clima	2016	212	56	4	0
	2015	53	25	3	0
	2014	97	32	2	0
Gestão de resíduos	2016	440 088	73 577	12 402	2 716
	2015	433 914	75 482	13 634	2 574
	2014	451 882	76 278	11 299	2 562
Proteção e recuperação dos solos, de águas subterrâneas e superficiais	2016	685	211	160	0
	2015	1 285	606	261	0
	2014	845	134	78	0
Proteção contra o ruído e vibrações	2016	1 027	73	40	2
	2015	987	92	49	9
	2014	972	65	1	1
Proteção da biodiversidade e paisagem	2016	139 272	27 989	2 657	616
	2015	137 613	25 386	2 376	625
	2014	131 877	26 777	2 417	633
Investigação e desenvolvimento	2016	324	53	0	0
	2015	52	9	0	0
	2014	48	10	0	0
Outras atividades de proteção do ambiente	2016	10 066	1 363	480	40
	2015	10 334	1 862	844	38
	2014	10 015	1 817	938	0

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – junho de 2018

**12. Avaliação Estratégica**

Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Projetos concelhios nas áreas da prevenção, redução de riscos e minimização de danos e reinserção, relacionados com comportamentos aditivos e dependências: “Abispa-te”, “Dá a Volta” e “IntegraOvar”, do Centro Comunitário de Esmoriz;</li><li>✚ Unidade de Convalescença da RNCCI a funcionar no Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar;</li><li>✚ ECCI – Equipa de Cuidados Continuados Integrados do Centro de Saúde de Ovar;</li><li>✚ Associações dirigidas a doenças específicas/ crónicas: Associação de Diabéticos do Concelho de Ovar e Associação Nacional de Espondilite Anquilosante – Núcleo Regional de Ovar</li><li>✚ Oficina Movimento, Arte e Bem-estar para doentes com sequelas de AVC da AFPA - Associação Fraterna de Prevenção a Ajuda;</li><li>✚ Unidades de Saúde Familiar existentes no concelho: João Semana, S. João de Ovar, Barrinha, Alpha (Polo de Válega e Polo de S. Vicente de Pereira Jusã) e Laços (Polo de Maceda, Polo de Cortegaça e Polo de Arada);</li><li>✚ Unidade de Cuidados Continuados na Comunidade Ovar (UCC);</li><li>✚ Programa de Saúde Oral Escolar;</li><li>✚ Serviço de Medicina Física e Reabilitação do Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar;</li><li>✚ Alargamento da capacidade de resposta da consulta externa e meios complementares de diagnóstico do Hospital Dr. Francisco Zagalo - Ovar;</li><li>✚ Equipa de Proteção da Natureza e Ambiente e Equipa de Proteção Florestal do Núcleo de Proteção Ambiental (NPA), do Destacamento Territorial da GNR de Ovar;</li><li>✚ Projeto “Na Medida Certa” do Centro de Saúde Ovar.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✚ Baixa taxa de fecundidade e natalidade;</li><li>✚ Envelhecimento demográfico;</li><li>✚ Prevalência das doenças cardiovasculares como principal causa de mortalidade (no concelho de Ovar registaram-se 136 mortes por doenças do aparelho circulatório em 2016 versus 131 em 2015 e 33 mortes por doenças isquémicas do coração em 2016 versus 26 em 2015). As doenças cardiovasculares são, também, uma das mais importantes causas de morbilidade, incapacidade, invalidez e perda de anos potenciais de vida precocemente perdidos;</li><li>✚ Aumento regular da incidência do Cancro, a uma taxa constante de 3% ao ano, tornando as doenças oncológicas a segunda causa de morte e a que mais subiu nos últimos anos (127 mortes em 2016 versus 118 em 2015, no concelho de Ovar);</li><li>✚ Aumento da incidência da diabetes nos seus subtipos 1 e 2;</li><li>✚ Prevalência, em 2015, de 9,8% de diabetes na população com idades compreendidas entre os 25 e os 74 anos (superior à média europeia de 9,1%);</li><li>✚ Contributo da diabetes em mais de 4% das mortes nas mulheres e de mais de 3% nos homens (22 mortes em 2016, no concelho de Ovar);</li><li>✚ A diabetes é a principal causa de cegueira, insuficiência renal e amputação de membros inferiores;</li><li>✚ Em 2016, 29% dos internamentos nos hospitais do SNS por Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC) estavam associados a pessoas com diabetes, assim como cerca de 34% dos internamentos por Enfarte Agudo de Miocárdio (EAM)</li><li>✚ Aumento da prevalência das doenças respiratórias crónicas (DRC), que continuam a ser uma das principais causas de morbilidade e mortalidade, sobretudo nos grupos etários mais elevados;</li><li>✚ Aumento do n.º de utentes ativos dos Cuidados de Saúde Primários com o diagnóstico de Asma e do n.º de ativos com o diagnóstico de DPOC;</li><li>✚ Prevalência das pneumonias como principal causa de mortalidade por doença respiratória;</li><li>✚ Estima-se que uma em cada quatro pessoas já sofreu ou sofrerá de depressão, tornado-a como primeira causa de incapacidade;</li><li>✚ Estima-se que a prevalência de perturbações psiquiátricas em geral ronde os 30% e as perturbações psiquiátricas graves os 12%;</li><li>✚ Aumento do n.º de utentes nos Cuidados de Saúde Primários com perturbações mentais, sobretudo perturbações de ansiedade, perturbações depressivas e demências;</li><li>✚ Prevalência elevada de utentes com doenças neurodegenerativas/demências nas estruturas de acolhimento e apoio de idosos;</li><li>✚ Em 2017 foram acompanhados 642 indivíduos em Consulta de Psicologia, por instituições públicas ou privadas de cariz não lucrativo concelhias;</li><li>✚ Respostas insuficientes para o acolhimento e acompanhamento de doentes dependentes (sequelas de AVC, doentes de Parkinson, doentes de Alzheimer e outras doenças incapacitantes);</li><li>✚ Insuficiente formação e respostas de apoio aos cuidadores, sobretudo informais;</li><li>✚ Prevalência de taxas de obesidade e de excesso de peso elevadas, tanto nas crianças e jovens como nos adultos;</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Baixo rácio de médicos e enfermeiros por mil habitantes, quando comparado com a Região Centro e com o País;</li> <li>✚ Taxa quinquenal de mortalidade infantil acima da nacional e regional;</li> <li>✚ Inexistência de consultas médicas de ginecologia e estomatologia, nos serviços públicos;</li> <li>✚ Aumento dos comportamentos de risco nos adolescentes (sedentarismo, distúrbios alimentares, condutas violentas, morbidade e mortalidade por acidentes, maternidade e paternidade precoces e comportamentos potencialmente aditivos – álcool, tabaco e substâncias ilícitas);</li> <li>✚ Elevado número de alunos com Necessidades Educativas Especiais (segundo dados dos Agrupamentos de Escolas, no ano letivo de 2017/2018 registavam-se 306 alunos: 10 no Pré-escolar, 88 no 1.º Ciclo, 65 no 2.º ciclo, 110 no 3.º Ciclo e 42 no Secundário);</li> <li>✚ Existência de barreiras arquitetónicas;</li> <li>✚ Estima-se que no concelho existam cerca de 1.200 indivíduos, com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, que tinham, nos últimos 12 meses, um consumo de álcool considerado de risco elevado/nocivo e cerca de 350 com sintomas de dependência (na população residente com idades entre os 15 e os 34 anos, essa estimativa é de cerca de 300 e de 50, respetivamente);</li> <li>✚ Segundo o Diagnóstico do CRI - Centro de Respostas Integradas de Aveiro do SICAD, de 2017, Ovar registava os seguintes grupos-alvo: cerca de 250 menores e respetivas famílias, sinalizados pela CPCJ de Ovar; cerca de 150 indivíduos em risco de exclusão (sinalizados pela Equipa de Rua de Ovar); cerca de 2.000 indivíduos/noite frequentadores dos espaços noturnos e de lazer na época balnear; cerca de cerca de 180 consumidores dependentes em processo de tratamento nas ET de Aveiro e Santa Maria da Feira (dos quais 66 desempregados e 152 com baixa escolaridade); cerca de 400 indivíduos com problemas ligados ao álcool; 100 indivíduos apoiados no âmbito da Reinserção Social;</li> <li>✚ Dificuldade das famílias, sobretudo idosos, de adquirirem medicamentos ou de pagarem taxas moderadoras, devido à vulnerabilidade económica.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas/ PRI – Programa de Respostas Integradas do SICAD;</li> <li>✚ RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;</li> <li>✚ Programa de Saúde Oral (cheques-dentista para grávidas, menores de 16 anos, idosos beneficiários do CSI e doentes infetados com VIH/Sida);</li> <li>✚ Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental;</li> <li>✚ Projeto “+Contigo”, da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra;</li> <li>✚ Projeto “Iniciativas em Saúde Pública”, Mecanismo Financeiro <i>EEA Grants</i>, nomeadamente quanto à prevenção em Saúde Mental</li> <li>✚ Programas e Planos Nacionais de Saúde Prioritários, como Programa Nacional para a Diabetes, Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável, Programa Nacional das Doenças Cérebro-Cardiovasculares, Programa Nacional para as Doenças Respiratórias, Programa Nacional de Prevenção e Controlo do Tabagismo, Programa Nacional para Saúde Mental; Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, Saúde e Bem-Estar; Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física; Programa Nacional de Vacinação; Programa Nacional de Saúde Escolar; Estratégia da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✚ Aumento da taxa de envelhecimento e da população dependente;</li> <li>✚ Prevalência elevada de perturbações psiquiátricas, em geral e de perturbações psiquiátricas graves;</li> <li>✚ Insuficiência de serviços de psicologia e psiquiatria na região; distância elevada aos serviços de psiquiatria existentes na região e irregularidade na sua disponibilidade;</li> <li>✚ Aumento da prevalência das doenças neurodegenerativas/demências e respostas de acolhimento e acompanhamento insuficientes;</li> <li>✚ Inexistência de enquadramento legal dos cuidadores, sobretudo dos informais;</li> <li>✚ Oferta apelativa de alimentos processados;</li> <li>✚ Facilidade de acesso a substâncias ilícitas;</li> <li>✚ Surgimento de perturbações psiquiátricas graves nos jovens resultantes de consumos de substâncias ilícitas prolongadas;</li> <li>✚ Aumento da incidência de cancro em Portugal.</li> </ul>



<p>Saúde na área das Demências; Estratégia Nacional para a Qualidade da Saúde 2015-2020;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✚ Programas Operacionais do Portugal 2020;</li><li>✚ Programas de financiamento nacionais, como BPI Sénior, BPI Capacitar e EDP Solidária;</li><li>✚ Desafio “Não à Diabetes” da Fundação Calouste Gulbenkian;</li><li>✚ Unidades de Cuidados Continuados na área da Saúde Mental, criada pelo Decreto Lei n.º 8/2010, de 28 de janeiro, alterado pelo Decreto Lei n.º 22/2011, de 10 de fevereiro e regulamentada pela Portaria n.º 149/2011, de 8 de abril e Portaria n.º 183/2011, de 5 de maio;</li><li>✚ Plano Nacional de Saúde a 2020;</li><li>✚ Estratégia da Saúde na área das Demências;</li><li>✚ Estratégia Nacional para a Qualidade da Saúde 2015-2020.</li></ul>	
--	--

### 13. Prioridades de Intervenção

<p><b>Elevada</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>✚ Implementar o Sistema Local de Saúde em Ovar – cuidados de saúde de proximidade (articulação de níveis de cuidados, em consonância com as linhas programáticas do SNS+Proximidade);</li><li>✚ Ações de prevenção e desabituação tabágica, sobretudo de educação para a saúde das crianças e jovens, complementadas com a formação dos professores nesta matéria;</li><li>✚ Incentivar a manutenção de consultas de apoio à desabituação tabágica, para suporte à intervenção dos médicos de família;</li><li>✚ Intervir na área dos comportamentos aditivos e dependências:<ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Prevenção Universal, Seletiva e Indicada</u>: assegurar a manutenção e eventual reforço da intervenção do projeto “Abispa-te”;</li><li>- <u>Redução de Riscos e Minimização de Danos</u>: reforço da Equipa de Rua com vista a ser assegurada a reativação da intervenção em contexto recreativo e o alargamento da sua atividade a outros domínios, nomeadamente um serviço mais dirigido para a problemática do alcoolismo, que reverteriam em ganhos para a população-alvo;</li><li>- <u>Tratamento e Reinserção Social</u>: reforço da acessibilidade ao tratamento, estreitamento da articulação com as estruturas locais de saúde e outras, com vista à obtenção de respostas integradas e adequadas às necessidades dos utentes e respetivas famílias; assegurar a manutenção e eventual reforço da resposta de proximidade no âmbito da reinserção social face à entrada de novos utentes, no sentido de desenvolver e/ou reforçar competências pessoais, sociais e profissionais da população com CAD, facilitadoras da sua integração laboral e socio-familiar;</li></ul></li><li>✚ Dinamizar Grupos de Autoajuda, na área do alcoolismo, especialmente dedicados à intervenção nos períodos pós-cura e criar equipas multidisciplinares que intervenham em articulação com os serviços da especialidade;</li><li>✚ Promover ações de prevenção das doenças cardiovasculares, sobretudo ao nível da adoção de estilos de vida saudáveis, evitando os denominados comportamentos de risco, como o tabagismo e o consumo excessivo de sal, bem como ao nível do exercício físico e combate ao sedentarismo ou o equilíbrio da dieta e combate à obesidade e ao nível dos fatores de risco modificáveis, como a hipertensão arterial, a dislipidemia ou a diabetes;</li><li>✚ Implementar medidas de prevenção primária no âmbito das doenças oncológicas, que promovam comportamentos saudáveis (modificação de estilos de vida e programas de vacinação) e de prevenção (diagnóstico precoce através de rastreios);</li><li>✚ Apostar no diagnóstico precoce de alguns cancros, como o cancro da mama, colo do útero e colo-rectal, nas respostas clínicas adequadas e no desenvolvimento de cuidados paliativos e melhoria do acesso dos doentes a aguardar cirurgia;</li><li>✚ Apostar em serviços de internamento ou domiciliários vocacionados para os doentes de evolução prolongada e em fase terminal (prestação de cuidados paliativos);</li><li>✚ Pugnar pela implementação no concelho de Ovar do Desafio “Não à Diabetes”, de prevenção e diagnóstico precoce da diabetes;</li><li>✚ Apostar na vigilância das Doenças Respiratórias Crónicas; implementar medidas de prevenção e promover a literacia em Saúde, no que diz respeito às doenças respiratórias e hábitos de vida saudáveis;</li><li>✚ Promover intervenções na área da saúde mental, em articulação com os Cuidados de Saúde Primários, em especial cuidados de Saúde Mental Infantil e Juvenil e dos Idosos;</li><li>✚ Criar respostas na área da Saúde Mental (Infantil e Juvenil, Adultos e Idosos), em articulação com os Cuidados de Saúde Primários e com os Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM), como: unidades de cuidados continuados para a Saúde Mental; apoio ambulatorial dos doentes mentais; intervir junto da família; reintegração social dos doentes; distribuição, redefinição e valorização de recursos humanos, para a diversidade de cuidados inerentes à saúde mental, com formação programada, contínua e atualizada; reforço de consultas de psicologia e psiquiatria;</li><li>✚ Promover ações de informação e sensibilização no âmbito da: Saúde Mental na Gravidez e 1.º ano de vida; Saúde Mental no Envelhecimento e Terceira Idade; DepCare/Prevenção da depressão a nível dos Cuidados de Saúde Primários; Telefones SOS (para situações de isolamento social e prevenção do suicídio, prevenção da institucionalização de doentes de evolução prolongada); Rede de Cuidados Continuados Integrados;</li><li>✚ Promover sessões de informação e sensibilização junto das crianças, jovens e população em geral sobre alimentação saudável e prática de exercício físico em articulação com as escolas, as instituições concelhias, outras entidades, a UCC Ovar e a Autarquia;</li></ul>
---



- ✚ Reforçar a divulgação e intervenção da UCC Ovar, sobretudo ao nível dos projetos como “Entardecer”, “Viver Mais”, “Juntos no Cuidar”, “Saúde Escolar” e “Programa de Saúde e Cidadania na Escola;
- ✚ Desenvolver medidas de apoio às grávidas, sobretudo adolescentes, com especial atenção à alimentação, exercício físico, estilos de vida saudáveis, procedimentos no parto e pós-parto, amamentação, cuidados com os filhos, entre outros;
- ✚ Identificar os problemas de saúde e as oportunidades de promoção de saúde prioritárias a nível local e procurar proactivamente a colaboração e contribuição de instituições e recursos fora do setor da saúde em respostas sinérgicas, articuladas, integradas e proativas às necessidades em saúde dos grupos vulneráveis;
- ✚ Desenvolver a responsabilidade social das instituições e dos seus profissionais pela criação de oportunidades de saúde e por escolhas saudáveis, promoção de uma cultura salutogénica e pelo desenvolvimento de relações e iniciativas interinstitucionais e intersectoriais com vista à promoção da saúde e prevenção da doença;
- ✚ Apostar na prevenção primordial e primária nas seguintes áreas: tabagismo, alcoolismo, excesso de peso ou obesidade, diabetes, hipertensão arterial, cancro do cólon e do reto, cancro da mama, cancro da próstata, cancro da pele, ou outras, reforçando ações de (in)formação e sensibilização acerca da necessidade de uma alimentação saudável, prática de exercício físico regular, redução do consumo de sal e de açúcar e redução da exposição solar;
- ✚ Promover a qualificação dos agentes sociais e educativos, pais, encarregados de educação e outros em temáticas como o tabagismo, alcoolismo e outras dependências, diabetes, alimentação saudável, exercício físico, entre outras;
- ✚ Apostar em equipas multidisciplinares e com várias valências para apoio e acompanhamento de idosos, no domicílio e nas instituições;
- ✚ Criar redes de suportes para as famílias dos idosos, como Terapia Familiar, Mediação Familiar e Institucional e/ou Grupos de Interajuda;
- ✚ Aumentar a capacidade das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, sobretudo ao nível da receção de grandes dependentes;
- ✚ Reforçar as vagas em equipamentos de internamentos temporários;
- ✚ Promover um maior acesso a Produtos de Apoio;
- ✚ Reforçar os cuidados de reabilitação;
- ✚ Alargar os cuidados de saúde e de apoio social às 24 horas, todos os dias da semana, incluindo fins-de-semana e feriados;
- ✚ Promover uma maior divulgação dos Telefones SOS (para situações de isolamento social e prevenção do suicídio), em articulação com a Direção-Geral da Segurança Social;
- ✚ Criar unidades de tratamento da insuficiência renal crónica no concelho (unidades de diálise);
- ✚ Alargar o Programa de Saúde Oral a todos os alunos do concelho, com Higienistas Orais e junto dos grupos excluídos e das crianças portadoras de deficiência;
- ✚ Promover campanhas de (in)formação e sensibilização junto da comunidade educativa e da população em geral no âmbito das questões ambientais, resíduos sólidos urbanos, recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos;
- ✚ Promover e colaborar na execução de ações de formação, sensibilização, informação e educação em matéria ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade;
- ✚ Reforçar as ações e políticas de redução, reciclagem e reutilização de resíduos, bem como assegurar as necessárias infraestruturas de tratamento e eliminação;
- ✚ Promover ações de informação e sensibilização para os problemas de saúde relacionados com a água e ações de monitorização da qualidade das águas.